

África e Brasil

História, Cultura e Educação

Edição e organização

Leandro Eliel Pereira de Moraes,

Valter Pomar

e Adriano Bueno

África e Brasil: história, cultura e educação

1ª edição: novembro de 2015

Edição e organização:

Leandro Eliel Pereira de Moraes, Valter Pomar e Adriano Bueno

Autores:

Adriano Bueno
Beluce Bellucci
Caíque W. P. Giovanni
Carlindo Fausto Antonio
Daiane C. Izaul
Hebe Matto
Isabel Passos de Oliveira Santos
Keila Grinberg
Lajara Janaina Lopes Corrêa
Leandro Eliel Pereira de Moraes
Luiz Carlos Fabbri (In memoriam)
Márcia Cristina Américo
Maria do Carmo Ibiapina de Menezes
Mariane S. R. da Silva
Pablo de Rezende Saturnino Braga
Philippe Lamy
Vera Lúcia Luiz
Verônica Marques Rodrigues
Viviane Marinho Luiz

Este livro é uma coedição entre a Editora Página 13
e a Associação Casa de Cultura Esperança Vermelha (Campinas, SP)

Diagramação:

Sandra Luiz Alves

ISBN 978-85-62508-29-5

Página 13

Conselho Editorial: Adriana Miranda, Elisa Guaraná, Francisco Xarão, Iole Iliada, Jandyra Uehara, Marcos Piccin, Pamela Kenne, Paulo Denisar, Pedro Pomar, Pere Petit, Rodrigo Cesar, Rosana Ramos, Sonia Fardin, Valter Pomar

Endereço para correspondência: Associação de Estudos Página 13.

Rua Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000

Acesse: www.pagina13.org.br

Índice

Prefácio	5
<i>Adriano Bueno</i>	
Introdução	9
<i>Adriano Bueno e Leandro Eliel Pereira de Moraes</i>	
África Antiga: entre mitos e a realidade	13
<i>Leandro Eliel P. Moraes, Daiane C. Izaul, Mariane S. R. da Silva e Caique W. P. Giovanni</i>	
A presença do islã na África: das origens à atualidade	30
<i>Maria do Carmo Ibiapina de Menezes</i>	
O tráfico transatlântico de escravos e o desenvolvimento do capitalismo mercantil	84
<i>Luiz Carlos Fabbri</i>	
Escravidão e tráfico de escravizados	108
<i>Keila Grinberg e Hebe Mattos</i>	
África no século XIX. O fim do tráfico e o início do colonialismo	143
<i>Philippe Lamy</i>	
A ocupação colonial da África. Da Conferência de Berlim à Primeira Guerra Mundial	179
<i>Philippe Lamy</i>	

A exploração colonial na África	228
<i>Beluce Bellucci e Philippe Lamy</i>	
África do Sul: ocupação e apartheid	267
<i>Pablo de Rezende Saturnino Braga</i>	
África e diásporas: as vias de aproximação	312
<i>Carlindo Fausto Antonio</i>	
PARTE II	335
A história da organização social do negro no Brasil e sua contribuição para a construção da identidade afro-brasileira	336
<i>Isabel Passos de Oliveira Santos e Verônica Marques Rodrigues</i>	
Racismo à brasileira: a perspectiva totalitária da branquitude	366
<i>Carlindo Fausto Antonio</i>	
Ressemantização do conceito de quilombo no Brasil	397
<i>Márcia Cristina Américo</i>	
Uma experiência com formação de professores: a Lei 10.639 e os diferentes modos de ser criança	425
<i>Viviane Marinho Luiz</i>	
Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas na educação infantil	446
<i>Lajara Janaina Lopes Corrêa e Vera Lúcia Luiz</i>	
Sobre os autores	463

Prefácio

Adriano Bueno

*“Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Nina
Quiloa, Rebolo (...)
Aqui onde estão os homens
Dum lado, cana-de-açúcar
Do outro lado, um imenso cafezal
Ao centro, senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver, quando Zumbi chegar
Zumbi é senhor das guerras, é Senhor das demandas
Quando Zumbi chega, é Zumbi é quem manda”
África Brasil (Zumbi)
Jorge Ben Jor*

O Brasil abriga a segunda maior população negra¹ fora do continente africano². Nenhum outro país não-africano concentra em seu território a quantidade de negras e negros que o Brasil, em sua diversidade étnica, tem o privilégio de abrigar. Levando em consideração os países africanos, só a Nigéria supera o Brasil.

Mesmo sendo maioria numérica, a população negra ainda é uma minoria política, não alcançando ainda uma representatividade nos espaços de poder que reflita proporcionalmente a sua presença massiva

no país. Negras e negros são minoria na mídia, nas universidades, no mercado de trabalho ou nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

O racismo é a concepção ideológica que o escravismo colonial remeteu ao país. Funciona, historicamente, como uma barreira inviolável a manter os descendentes de africanos na base da pirâmide social do capitalismo brasileiro.

Apesar de todas as tentativas – obviamente malsucedidas – de consolidação de um projeto higienista no Brasil, a grande presença negra impôs ao país uma série de traços (culturais, religiosos, linguísticos, etc.) cujas raízes remetem ao velho continente africano. Entretanto, esta contribuição foi/é sistematicamente negada e silenciada no espaço escolar em função do racismo.

Muitos intelectuais chegaram a desenvolver teorias sobre a formação do povo brasileiro cujas relações raciais “harmoniosas” e “conciliatórias” desembocaram na mítica “democracia racial”³ brasileira. Esta formulação não encontra respaldo na realidade brasileira nem mesmo nos dias de hoje, vide os dados estatísticos⁴. Negar os conflitos de nossas relações raciais contraditórias serve apenas aos interesses da elite branca que desfruta os privilégios erigidos solidamente sobre os alicerces da exclusão racial.

Uma análise concreta da realidade concreta põe abaixo a teoria de uma sociedade harmoniosa composta pelo “senhor generoso” e pelo “escravo dócil”⁵. Nossa história é recheada de conflitos, lutas e resistências⁶. O esforço intelectual de construir um país racialmente democrático, apagando parte significativa de nossas contradições históricas através da ideologia do mito da democracia racial serviu muito mais para legitimar desigualdades históricas do que para superá-las na construção de uma democracia racial de fato.

O Brasil possui pouco mais de um século de história desenrolada após a conquista da liberdade formal, em 1889. Do ponto de vista da história da humanidade, isto é quase nada. Mesmo levando em consideração apenas o período que se abre com a invasão portuguesa, de quase quatro séculos, trata-se de um período relativamente pequeno.

Vivemos, portanto, a maior parte da nossa história pós-invasão sob um regime escravocrata e fizemos a transição para um regime de liberdade formal com a abolição da escravatura sem garantir ao povo negro as condições básicas para a conquista da cidadania plena. As políticas imigracionistas reservaram aos europeus a ocupação dos postos de trabalho de nosso insipiente capitalismo.

Construir um país livre de racismo passa também por transmitir à nossas crianças a nossa história, com suas contradições que nos trouxeram até onde nos encontramos hoje. Educar é transmitir às novas gerações a nossa cultura, cuja contribuição dos africanos na diáspora e seus descendentes, negros e negras, é peça chave. Não há emancipação possível sem a incorporação daqueles que construíram, pelo suor de seus rostos através de seu trabalho, as riquezas do Brasil.

A Lei 10.639, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 9 de janeiro de 2003, incluiu entre as diretrizes e bases da educação nacional “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. Foi um importante reconhecimento do Estado sobre o fracasso das ditas políticas “universais” na educação brasileira.

É no bojo desta mudança significativa na legislação brasileira que se darão os próximos embates a serem travados contra a reprodução do racismo no sistema educacional brasileiro. É hora de concentrar esforços para garantir que a Lei 10.639 não se converta em letra morta. E é no próprio texto da lei que encontramos inspiração para começar a implementar de fato as mudanças que o Brasil precisa no caminho de superar suas desigualdades raciais: ao apontar, no seu Art. 79-B, a inclusão do dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’, esta data onde celebramos a imortalidade do espírito combativo de Zumbi dos Palmares, nossas tarefas ficam explícitas. Dediquemos nossas energias a refletir sobre a formação social, econômica e política do Brasil; e arregacemos as mangas para a luta já que temos um longo caminho a percorrer.

Este livro é resultado direto do esforço militante do movimento negro que insistentemente pautou a agenda política do país, lutando pela liberdade e pela igualdade, denunciando a existência do racismo e os consequentes efeitos perversos da discriminação racial.

Notas

¹ Classifico como negros a soma entre pretos e pardos utilizada pelo IBGE.

² Estou usando a definição mais aceita e difundida, que não considera os Dalits indianos como negros, sem entrar no mérito desta discussão, até porque minha intenção aqui não é aprofundar o debate sobre a origem ou identidade étnica dos Dalits mas sim ressaltar o peso da população negra brasileira no mundo.

³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 48ª Edição. São Paulo: Global. 2006.

⁴ Ver, por exemplo, a revista “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, publicada em 2011 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em sua 4ª edição, com a participação da ONU Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

⁵ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2010.

⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988.

Introdução

Adriano Bueno
Leandro Eliel Pereira de Moraes

As relações entre a África e Brasil estiveram intermediadas pela dinâmica mercantilista europeia de acumulação primitiva de capitais. Não podemos entender os primórdios dessa relação sem levarmos em conta que o capitalismo, além de sua dinâmica interna, produziu a espoliação de riquezas e dos povos que viviam nos continentes asiático, africano e americano. No que refere a temática deste livro, é importante destacar o extermínio da população indígena que habitava nosso território e a brutal violência que os africanos foram acometidos com a escravização de sua população.

Durante muito tempo nossos livros didáticos trataram as populações indígenas e africanas de forma preconceituosa, ignorando suas diversidades culturais. Na África, como veremos nessa obra, encontraremos o berço da humanidade e uma rica diversidade de povos, culturas e organizações políticas e sociais que nada deviam, em termos de desenvolvimento, às demais sociedades existentes até o período mercantilista, tratadas na Primeira Parte, dedicada a História da África, no texto *África Antiga: entre mitos e a realidade*, produzido por Leandro Eliel P. Moraes, Daiane Cristina Izaul, Mariane Santa Rita da Silva e Caíque Wesley Peixoto Giovanni.

Com o advento da religião mulçumana e sua expansão pelo continente africano, veremos como esse processo desembocou na islamofobia pelo mundo afora e como a relação entre Oriente Médio e África deve ser vista como parte de uma dinâmica global no texto *O islã na África*, de Maria do Carmo Ibiapina Menezes.

Da mesma forma devemos compreender o processo de escravização, a dinâmica mercantil e o tráfico transatlântico de escravizados por meio dos textos *O tráfico transatlântico de escravos e o desenvolvimento do capitalismo mercantil*, de Luiz Carlos Fabbri e *Escravidão e tráfico de escravizados*, de Keila Grinberg e Hebe Mattos.

Diante do desenvolvimento do capitalismo industrial, após imensa lucratividade com o tráfico de escravos, os países industrializados pressionaram fortemente os países periféricos a abolirem a escravidão no sentido de constituírem-se em mercados consumidores de suas mercadorias. Na África, iniciava-se o colonialismo, período que será analisado por Phillippe Lamy nos textos *África no século XIX. O fim do tráfico e o início do colonialismo*, *A Ocupação Colonial da África. Da Conferência de Berlim à Primeira Guerra Mundial* e *A exploração colonial na África*, este escrito com Beluce Bellucci.

Ainda em relação ao colonialismo, veremos como na África do Sul, a partir dos bóeres e dos ingleses, em seu conflituoso processo de disputa colonial, encontraremos os elementos históricos para analisar a construção do *Apartheid* e sua histórica resistência no texto *África do Sul: ocupação e apartheid*, de Pablo de Rezende Saturnino Braga.

Finalizando essa parte, buscando compreender o amálgama entre África e Diáspora, Carlindo Fausto Antonio, valorizando os “[...] conceitos e sistemas de ideias, teorias e discursos estabilizados pelo sistema cultural negro-africano e pelos movimentos pan-africanistas e da afrodescendência”, escreve *África e Diáspora: as vias de aproximação*.

Na Segunda Parte do livro, dedicado a debater as relações étnico-raciais no Brasil, iniciamos com a trajetória do movimento negro no Brasil por meio do texto *A história da organização social do negro no Brasil e sua contribuição para a construção da identidade afrobrasileira*, de Isabel Passos de Oliveira Santos e Verônica Marques Rodrigues.

Em seguida, com o texto *Racismo à brasileira*, de Carlindo Fausto Antonio, o debate sobre o mito da democracia racial será posto, buscando, entre outras questões, refletir como se dá a invisibilidade do racismo diante da gritante violência contra a população negra no Brasil.

Márcia Cristina Américo, em seu texto *Ressementização do conceito de quilombo no Brasil*, busca analisar a história social das famílias da comunidade negra rural Quilombo Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, do final do século XVII ao XXI, a partir da memória dos quilombolas.

Também pesquisadora dos quilombos, Viviane Marinho Luiz, em seu texto *Uma experiência com formação de professores: a lei 10.639 e os diferentes modos de ser criança*, busca “oferecer contribuições para a elaboração de práticas educativas que contemplem numa perspectiva multirracial o ensino da História da África e cultura Afro-brasileira de maneira propositiva para a consolidação de uma autoimagem negra positiva, compreendendo os diferentes modos de ser criança”.

Finalizando essa Parte e o livro, a socióloga Lajara Janaína e a educadora Vera Lúcia Luiz, no texto *Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas na educação infantil*, buscam, por meio de “[...] algumas ações desenvolvidas numa sala de referência de educação infantil do agrupamento III do CEI Margarida Maria Alves da cidade de Campinas, através do projeto Identidade, que visa trabalhar na educação infantil o tema das relações étnico-raciais de forma coletiva” a desconstrução do mito da democracia racial brasileira.

Sobre os organizadores do livro:

Adriano Bueno da Silva é ativista cultural, militante do movimento negro e do Hip Hop. Pedagogo formado pela Unicamp e Arte-educador, trabalha na Secretaria de Cultura de Campinas, onde é funcionário público de carreira. É autor do livro *Palavra de Mano*, publicado pela Editora Página 13.

Leandro Eliel Pereira de Moraes é doutorando em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep (2012), especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2005), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC (1995) e

educador popular. É professor na Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, no curso de História e na UNIP, no curso de Pedagogia.

Esperamos que esse pequena contribuição dos autores envolvidos nessa obra seja útil para o árduo caminho da superação das injustiças sociais, do racismo e das sociedades de classes.

Adriano Bueno e Leandro Eliel P. Moraes
Campinas, novembro de 2015

África Antiga: entre mitos e a realidade

Leandro Eliel P. Moraes

Daiane C. Izaul

Mariane S. R. da Silva

Caíque W. P. Giovanni

1. Introdução

É muito comum encontrarmos visões distorcidas ou parciais sobre a África, em que fome, guerras, violência, miséria, doenças, natureza selvagem, atraso econômico e social marcam o imaginário do senso comum, reforçado pela mídia e pelo preconceito historicamente construído. É evidente que essas questões estão presentes no continente africano, assim como na realidade brasileira. A questão é saber se isso basta para explicar a diversidade africana.

Num interessante artigo¹, Oliva (2005) relata as gafes cometidas na viagem da comitiva do governo brasileiro à África, em 2003, com declarações surpresas sobre a limpeza da cidade Windhoek, capital da Namíbia, e sobre as lições de guerra, que seria a principal contribuição de Angola. A imprensa que criticou as gafes também seguiu na mesma direção quando a Revista *Veja* questionou a abertura de uma embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe, afirmando que o país não tinha nenhuma importância política e econômica para o Brasil, demonstrando que:

Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, as revistas e livros didáticos se incorporam a tradição multissecular que inferioriza o continente, alguns estu-

dos preconceituosos e racistas acerca da História da África e a discriminação pela qual são submetidos os afro-descendentes aqui dentro, e os africanos pelo mundo. [...]Para além da educação escolar falha, é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África, e incorporadas pelos brasileiros, são resultado do casamento de ações e pensamentos do passado e do presente. As teorias e as abordagens que tratavam os africanos como seres inferiores são encontradas nos mais diversos registros dos últimos dois mil e quinhentos anos. Porém, os contatos mais intensos estabelecidos entre europeus e africanos, a partir do século XV, acentuaram essas leituras depreciativas. Somos, também, herdeiros diretos desse imaginário. (OLIVA, 2005, p. 4).

Dessa forma, Oliva (Idem) resgata historicamente a origem dos preconceitos contra o continente africano, que aparecem na Antiguidade Clássica, passam pelo período medieval europeu e seguem até a atualidade, produzindo a imagem de uma África atrasada, isolada, selvagem. Quando suas contribuições aparecem, a distorção é marcante, como podemos constatar, por exemplo, nos filmes sobre o Egito, que parece não fazer parte do continente africano e sua origem negra desaparece. No século XX, a partir das resistências anticolônias e das lutas pelas independências, houve um movimento de valorização do povo negro africano, de sua cultura, de sua história, reforçado por novos estudos sobre a África, produzidos por historiadores africanos e africanistas².

Nesse sentido, o objetivo principal deste texto, ainda que de forma panorâmica, é resgatar importantes estudiosos dessa geração de historiadores africanos e demonstrar a riqueza e a diversidade da África Antiga.

2. A África como berço da humanidade

Ainda que as pesquisas tenham um campo fértil de descobertas futuras, pode-se hoje afirmar que o continente africano é o berço da humanidade. Há 14 milhões de anos o *Kenyapithecus* foi precursor dos hominídeos, que surgiram há cerca de 3 milhões de anos com os *Australopithecus* e, em seguida, por volta de 2 milhões de anos atrás, o *Homo habilis*. A partir daí o *Homo erectus*, descobridor do fogo, e o Homem de Neandertal, extinto, foram os precursores do *Homo sapiens*, negroide, surgido por volta de 150 mil anos atrás, que povoou o mundo.

Segundo Ki-Zerbo (2011, p. 834) “Se quisermos detectar as causas do aparecimento do homem, temos de levar em conta, em primeiro lugar, o meio geográfico e ecológico. Em seguida é preciso considerar a tecnologia e, por fim, o meio social”. Na África essas condições estavam reunidas numa situação muito melhor que a Europa, por exemplo, que por volta dos 200 mil anos atrás, estava coberta por gelo.

Em relação ao meio geográfico, as características físicas das populações africanas foram adquiridas por meio da adaptação às condições tropicais, assim como o surgimento da postura ereta estava ligada às condições das savanas de ervas altas (para a coleta) e pela necessidade de olhar por cima para fugir dos animais hostis. Outros cientistas, segundo Ki-Zerbo (Idem), consideram a água um elemento central da hominização africana, já que foi nas margens dos lagos e dos oceanos que esse processo inicial ocorreu. A busca pela sobrevivência, nessas condições propiciou, o desenvolvimento humano.

Os meios tecnológicos exerceram o segundo fator de distinção dos homens em relação aos demais animais. Com a liberação das mãos e aprendizagem do uso do fogo, os homens, além das transformações físicas decorrentes (alívio dos músculos e dos ossos do maxilar e aumento da caixa craniana), se confrontaram com o mundo natural de forma muito mais eficiente, criando instrumentos e utensílios, aperfeiçoados ao longo do tempo, chegando até o período da Antiguidade, momento de domínio das técnicas *agropastoris* e da invenção da cerâmica.

Entrelaçado com o meio geográfico e com os meios técnicos, a dinâmica social foi outro fator de desenvolvimento humano inicial. Não há possibilidade de sobrevivência sem as relações sociais, ou seja, o homem se constitui por meio do trabalho, que necessariamente é um ato social. Os homens estabelecem relações sociais de produção que são determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas (relação homem – natureza). Naquelas condições o trabalho coletivo foi a marca fundamental. Sem nenhuma romantização, o trabalho coletivo era necessário diante de um mundo hostil, de enormes dificuldades de produção da sobrevivência. Essa forma de trabalho não significou pacificação entre os grupos humanos, bastando lembrar da expulsão dos neandertalenses pelos Homo sapiens pela disputa da sobrevivência na região. Nessa constituição do ser social, a linguagem e a cultura são desenvolvidas:

[...] a fala é um processo dialético entre a biologia, as técnicas e o espírito, mas depende da mediação do grupo. Sem um parceiro a lhe fazer eco, sem um interlocutor, o homem teria permanecido mudo. Reciprocamente, porém, a fala é uma aquisição tão preciosa que, nas representações mágicas ou cosmogônicas africanas, lhe é reconhecido um poder sobre as coisas. O verbo é criador. A palavra é também condutor do progresso. É a transmissão dos conhecimentos, a tradição ou “a herança dos ouvidos”. É a capitalização do saber, que eleva o homem, definitivamente, acima da eterna mecânica fechada do instinto. (KI-ZERBO, 2011, p. 838).

Na região do Vale do Omo, na Etiópia, encontramos, desde o período Paleolítico, os vestígios de cabanas dos primeiros agrupamentos humanos, que se reuniram para a coleta, a caça e a pesca. Com o maior conhecimento e desenvolvimento técnico na produção da sobrevivência, no período Neolítico, encontramos uma maior divisão de tarefas, cada vez mais especializadas “para mulheres e homens,

camponeses e pastores, sapateiros, artesãos em pedra, madeira, ou osso e, logo, ferreiros. “ (Idem, p. 840). Decorrente disso, houve um excedente de pessoas que se dedicaram a outros serviços, diversificando as relações sociais e surgindo um esboço de hierarquia social, como atestam os khoisan e os pigmeus, os mais antigos grupos étnicos. Mais tarde surgiram grupos negros de grande porte, como os sudaneses e bantus.

Ki-Zerbo (Ibidem) afirma que os negros, que se espalharam pelo mundo e, posteriormente, foram rechaçados por outros grupos, na África se consolidaram a partir do Saara e demonstraram insuperável vigor na arte pré-histórica, sendo a mais rica do mundo. O crescimento demográfico nesse período Neolítico produziu uma diversidade étnica e cultural por variadas regiões do continente africano. Os bantus, ainda no Paleolítico, parecem ter sido os primeiros povos migrantes, indo do leste e do nordeste para o oeste e para o norte. Em seguida, no Neolítico, migraram para o sul. Os demais povos, vitoriosos ou derrotados na busca pela sobrevivência, seguiram outros percursos migratórios, ocupando o continente africano.

Assim, a trama da evolução humana [...] revela-nos o homem pré-histórico africano afastando-se penosamente da natureza para mergulhar pouco a pouco na coletividade humana em forma de grupos, de comunidades primitivas, agregando-se e desagregando-se para se recompor em outras formas, com técnicas que cada vez mais utilizam ferramentas ou armas de ferro, em casamentos ou combates que fazem ressoar os primeiros cantos de amor e os primeiros choques de armas da história. (KI-ZERBO, 2011, p. 843).

No período pré-histórico, a África desempenhou um importante papel de produtor e difusor de conhecimentos e técnicas para o mundo, que foi revertido por fatores internos e externos, sendo estes fundamentalmente marcados nos períodos: Antigo, após o declínio do

Egito, tornando-se fornecedora de alimentos, animais selvagens, escravos e gladiadores; no século XVI com o tráfico de escravos; no século XIX com a ocupação territorial e a colonização.

Veremos adiante as maravilhas produzidas pelos egípcios e núbios, expressões do grande desenvolvimento africano, mas, é importante notar que a África pré-histórica, com suas características descritas acima, ainda persiste na África contemporânea, o que demonstra que a história não se constrói linearmente, que o passado e o futuro estão contidos no presente: “[...] a criação, a autocriação do homem, iniciada há milhares de milênios, ainda prossegue na África. Em outros termos, de certa maneira a Pré-História da África ainda não terminou. “ (Idem, p. 851).

3. O Egito

3.1. O Egito Negro

A imagem que muitas pessoas têm acerca dos egípcios antigos – pele clara e feições europeias – é consequência da imagem difundida pela mídia e pelo cinema, seja em filmes, novelas, séries, entre outros. Mas a pergunta que não quer calar é: qual a origem dos egípcios? Eles eram realmente como a TV os apresenta, caucasianos?

Segundo Diop (2011), a origem dos egípcios é negra. Diversos estudos da área de Antropologia – inclusive de osteologia e teste de dosagem da melanina – chegaram à conclusão de que o Egito era composto de uma sociedade majoritariamente negra, ao menos em seu início. Ele também cita diversos estudos que tentaram provar certa ascendência europeia dos egípcios, porém o autor levanta diversos argumentos para comprovar a sua tese.

Nos manuais de maior divulgação, entretanto, a questão é suprimida: na maioria dos casos, afirma-se simples e claramente que os egípcios eram brancos, e o leigo fica com a

impressão de que uma afirmação desse tipo deve necessariamente ter como base uma sólida pesquisa anterior. Mas, conforme se mostrou neste capítulo, essa pesquisa não existe. E, assim, gerações após gerações foram enganadas. Muitas autoridades no assunto contornam a dificuldade falando em brancos de pele vermelha e brancos de pele negra, sem que por isso se abale o seu senso de lógica. (DIOP, 2010, p. 5).

Essa origem também remete à cor da pele; vemos em várias pinturas de papiros e nas paredes de tumbas e de templos que os egípcios se retratavam com um tom de pele vermelho-queimado ou marrom, o que pode ser um forte indicativo de sua negritude. Ademais, de acordo com o autor, os egípcios denominavam a si mesmos, por meio de sua língua, como *kmt*, que significa negro. Sem contar com os relatos de vários escritores, dentre eles, Heródoto, Aristóteles, Luciano, escritor grego, Ésquilo, Diodoro da Sicília, entre outros, que relataram o caráter negroide da população.

Concluindo, Diop (2011) cita que “A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um corpus de ciências humanas africanas deve ter isso como base” (p. 34). Seu objetivo foi justamente a tentativa de “religar” a civilização egípcia à sua verdadeira origem, a negra, e isso possibilita que o Egito Antigo se torne referência para as demais civilizações africanas, revelando sua origem negra e africana, no intuito de desconstruir a imagem do senso comum de um Egito Antigo branco, construída por um racismo construído historicamente, pela difusão midiática, cinematográfica e por estudos com uma abordagem eurocêntrica da civilização egípcia.

3.2. Egito: economia e sociedade

De acordo com J. Yoyotte (2011), O período de formação do Estado faraônico (aproximadamente 3.000 a.C.) correspondeu a um grande desenvolvimento econômico. A principal atividade econômica era a

agricultura que, ao longo do tempo, passou por algumas melhorias. A alimentação dos egípcios era muito variada, sendo a base o pão e a cerveja. Além disso, os pântanos forneciam muitas outras opções de alimentos, como peixes e aves, além de serem utilizados como pastagens para o gado.

A maior parte dos recursos minerais que os egípcios utilizavam – as tinturas verdes e negras para pintar os olhos, pedras sólidas para as construções, como calcário, arenito, granito, pedras semipreciosas – eram extraídos do deserto. Outro elemento importante era o ouro, extraído do deserto arábico e da Núbia. Já o cobre, largamente usado, era importado da Ásia.

Além disso, os egípcios desenvolveram muito cedo a vitrificação, aperfeiçoando a técnica graças ao contato com a Ásia. Dominavam também a metalurgia, mas se destacavam na produção de tecidos de linho e na fabricação do papiro, os quais eram comercializados com outros povos.

O sistema econômico e social – O comércio exterior, a exploração de minas e pedreiras e a construção de templos eram atividades do Estado. A princípio, todos os recursos materiais pertenciam ao faraó, que transmitia parte de seus poderes a uma hierarquia de funcionários, para os quais eram cedidas como forma de pagamento. Havia também pequenos agricultores independentes (a população trabalhadora geralmente estava ligada à terra), além dos arrendatários que trabalhavam nos campos reais e dos templos.

Muitas funções administrativas – organização e distribuição da produção, controle da ordem pública ou supervisão de toda e qualquer atividade – eram delegadas aos escribas, os quais cumpriam suas responsabilidades sob a autoridade do faraó. Dominavam todas as atividades profissionais (os escribas podiam ser engenheiros, contadores, agrônomos, etc.) e por conta disso muitos desfrutavam de status social elevado.

O faraó era a figura central do Egito. Possuía vários atributos divinos e muitos privilégios, o que o tornava diferente do resto do povo. A

princípio, seu poder era absoluto, embora contasse com o apoio do vizir, ou “primeiro-ministro”. A sucessão ao trono era passada por meio da hereditariedade, mas isso não impedia que o faraó escolhesse um filho mais novo como o futuro governante das “duas terras”.

O poder do faraó dependia da crença, alimentada pelos sacerdotes, de que era um deus vivo e, como tal, deveria ser obedecido incondicionalmente. Poder teocrático quase totalmente ideológico. Assim, durante a maior parte da história do Egito antigo, os sacerdotes foram mais poderosos que os militares. Estes só ganharam poder maior a partir de mais ou menos 1500 a.C., com a expulsão dos hicsos.

Segundo Yoyotte (2011), desde o Antigo Império, o Egito possuía um alto comando militar especializado. Em épocas de campanhas militares ou guerras, parte da população rural era recrutada para engrassar as fileiras do exército. Além disso, os militares participavam de empreendimentos econômicos ou de construção, como supervisores ou mão de obra, sendo essa prática constante a partir do III milênio.

Cronologia do Egito Antigo:

Proto-História: - 7000 a - 3.200

Período pré-arcaico: ??? a - 3200

Período Arcaico: - 3200 a – 2900

- Menés ou Narmer – unificou os reinos do baixo e alto Egito, tornando-se o primeiro faraó.

- Dinastias I e II

Antigo Império: - 2900 a – 2280

- Dinastias III a VI

Primeiro Período Intermediário

- Desintegração, crise

- Dinastias VII a XI

Médio Império: - 2060 a – 1785

- Reunificação

- Dinastias XI e XII

Segundo Período Intermediário

- Domínio Hicso

- Dinastias XIII a XVII

Novo Império: - 1580 a – 1085

- Dinastias XVIII a XX

Período de Declínio ou Terceiro Período Intermediário

- Dinastias XXI a XXIV

- Divisão do poder, dominação Líbia

XXV Dinastia: - 720

- Domínio da Núbia (Kush)

- Ocupação assíria

Período Saíta: - 658

- Retomada egípcia

- Dinastia XXVI

Período Persa

- Dinastias XXVII a XXXI

Período Greco-Romano

- Dinastia Macedônica

- Dinastia Ptolemaica

3.3. Egito: religião e moral

A mitologia do Antigo Egito ou mitologia faraônica mostra as forças da natureza e os fenômenos naturais, aceitando todas as imagens e lendas legadas pela tradição. Na mitologia faraônica existem várias divindades “únicas”.

Os hinos que louvam os atributos cósmicos e a maravilhosa providência do deus criador retomam aos mesmos temas, quer se trate de uma deusa primordial como Neith ou de um deus - terra como Ptah, ou mesmo de Ámon – Rá, Khnum – Rá, Sebek – Rá.

Cada deus criou sua própria cidade e os mesmos não zelam apenas por seus domínios, mas zelam também por todo o Egito. O Rei ocupava-se simultaneamente de todos os deuses. Nas cerimônias conduzidas pelos sacerdotes, os atos rituais eram acompanhados de fórmulas verbais que reforçavam seu poder de coação através das

palavras mágicas evocativas de precedentes míticos. Acima de tudo, o templo é um lugar de trabalho onde o rei, auxiliado por seus sacerdotes iniciados, pratica uma alta magia de Estado para assegurar a boa marcha dos acontecimentos.

Com certeza uma das maiores realizações da civilização faraônica, e talvez uma de suas fraquezas, foi a imagem esplêndida que fez do mundo e das forças que o regem, uma imagem coerente que se manifesta nos mitos, nos rituais, na arte, na língua e em suas obras de conhecimento. Um aspecto dessa mentalidade deve ser lembrado para explicar porque a exposição sucinta e incompleta da mitologia faraônica feita a seguir não fornecerá nem uma hierarquia ou genealogia clara do panteão, nem uma cosmologia e cosmografia sistemáticas (YOYOTTE, 2011, pp. 86-7).

A ética corrente colocava no mesmo plano as virtudes propriamente ditas e as qualidades intelectuais, retidão e o decoro, a impureza física e a baixaza de caráter. Baseada em uma psicologia sem ilusões, exaltava a submissão aos superiores e a benevolência aos pobres. Dava-se muita atenção ao ensino do bom comportamento: não falar muito, ter gestos comedidos e reações moderadas, ideal que a estatuária egípcia expressa com perfeição.

Os reis e os escribas deixaram boas lições de ética social: concentrar esforços para atender aos interesses do rei e de seu povo, não para beneficiar o forte em detrimento do fraco, não para se deixar corromper, não para trapacear no peso e na medida. O Egito também desenvolveu o conceito de dignidade humana: “não usar a violência contra os homens [...] eles nasceram dos olhos de Rá, são seus Descendentes”, em uma das célebres narrativas do papiro Westcar, um mágico se recusa a executar uma experiência perigosa num pri-

sioneiro, “pois é proibido agir assim com o rebanho de Deus”.
(Idem, p. 94).

Como citado anteriormente, a religião e a ética dão ênfase à manutenção de uma disciplina rigorosa que beneficia toda a comunidade dos súditos, e a ação exclusiva da pessoa real na administração e nos ritos. É, portanto, notável constatar que o direito faraônico permaneceu firmemente individualista.

Os egípcios acreditavam que, com a morte, a alma saía do corpo e ia para o julgamento de Osíris. Caso absolvida, voltava para buscar o corpo para garantir a imortalidade. Caso condenada, não tinha essa autorização e desaparecia no nada (a alma não poderia ser imortal sem o corpo);

O mesmo individualismo, reinava nas crenças e nas práticas relativas a vida pós-morte. Cada um, de acordo com seus recursos, preparava a sua outra vida, a de seu cônjuge e de seus filhos em caso de morte prematura. O filho deveria participar dos ritos funerários de seu pai e, ainda, se necessário, assegurar seu enterro.

4. O Reino da Núbia

A região da Núbia constituiu-se verdadeiramente como uma encruzilhada de caminhos africanos, como nos é apresentado pelo historiador Shehata Adam, autor do texto intitulado como “*A importância da Núbia: um elo entre a África Central e o Mediterrâneo*” (2011). Ela é de fato um ponto de encontro das civilizações do leste e do oeste, do norte e do sul da África, sem esquecer-se do Oriente próximo, da Ásia distante e da Europa Mediterrânea.

Antigos textos egípcios retratam a vasta extensão geográfica da Núbia, definindo-a desde a parte da bacia do Nilo que se estende da fronteira oeste-noroeste da Etiópia até o Egito, incluindo o próprio vale do Nilo, partes do Nilo Branco e do Nilo Azul, com todos seus

tributários situados ao norte do 12º paralelo, tais como o Atbara, o Rahad e o Dinder.

Como exposto anteriormente, decorrente a sua posição geográfica, a Núbia deveria ser a região da África mais pródiga em informações bem datadas sobre os vínculos históricos entre a África central e a do Norte, porém, segundo o historiador Shehata “[...] a insuficiência de fontes não nos permite formar senão uma ideia superficial acerca da natureza, importância e duração desses vínculos. “ (Idem. P. 219).

A Núbia era, de fato, uma terra povoada por negros. Egípcios retratavam os habitantes dessa região como sendo portadores de uma pele como muito mais melanina que a sua. Gregos e, posteriormente, Romanos, nomearam os povos oriundos da Núbia como “etíopes”, que em sua tradução literal significa “os que possuem a pele queimada”. Viajantes árabes referiam-se a Núbia como *Bilad-al-Suden*, isto é, o “país dos negros”. O título “Prefeito dos Núbios”, nos textos medievais, aparecem como “*Praefectus Negritorum*” e os núbios nele são chamados como *nigritas*. Pinturas murais de Faras apresenta uma grande distinção entre os núbios e os personagens celestes (Cristo, a Virgem Maria e os Santos), visto que os primeiros são retratados com a pele escura enquanto os demais aparecem com a pele mais clara.

Uma das maiores distinções entre o Egito e a Núbia, é o fato de que no Egito a escrita surge por volta de 3200 a.C., enquanto a Núbia se mantém ligada à sua cultura oral. Este fator do não interesse pela escrita se deve ao fato de que a Núbia, com sua cultura oral, mantinha uma organização social e política fragmentada em pequenas unidades, assim, não sentiam necessidade de adotar a escrita, visto que a escrita surge com uma função bem definida, de registro do pagamento de tributos num Estado centralizado. Por volta de 2.800 a.C., o uso da escrita já estava impregnado por todo o Egito, fator este que contribuiu para o desenvolvimento da irrigação e conseqüentemente, para uma agricultura comunitária, onde posteriormente viria a substituir ou ao menos suplementar a caça, a pesca e a criação de gado.

Portanto, podemos entender que duas sociedades coexistiram no vale do Nilo:

A Núbia pastoral e talvez ainda seminômade, embora não destituída de habilidades agrícolas, e outra essencialmente agrícola, voltada para o cultivo intensivo da terra e politicamente centralizada. (Idem, p. 221).

Essas civilizações semelhantes e autônomas fizeram com que os laços estreitos entre o Alto e o baixo do Vale do Nilo favorecessem o intercâmbio cultural entre as regiões da Núbia e do Egito até cerca de 3.000 a.C. Assim, através do Vale ou por via terrestre, parece muito provável que desde os tempos remotos os egípcios já estavam em contato com o sul da África, e que o corredor núbio desempenhava um papel importante nesses contatos. Esse comércio contribuiu para a difusão de técnicas e ideias de uma região para outra, porém, é com extrema dificuldade que vínculos entre ambos são encontrados, pois, desde o III milênio, apenas fontes egípcias mantêm registros dessas relações.

Durante a I dinastia, 3200 a.C., era de conhecimento dos egípcios toda a estrutura geográfica do país, dando segurança o suficiente para uma expedição de um corpo de tropas até o início da Segunda Catarata (território pertencente à Núbia). Shehaba (Ibidem) apresenta duas supostas razões para tal expedição acontecer: Em princípio, a necessidade de encontrar matérias-primas, que estavam em escassez no Egito, como por exemplo, e essencialmente, a madeira. Uma segunda suposta razão para a intervenção do exército egípcio na Núbia seria a finalidade de manter livre a passagem para o sul (algumas especiarias tais como incenso e goma não tinham origem entre a Primeira e a Segunda Catarata, mas provinham de uma região mais ao sul).

Em aproximadamente 2700 a.C., as rasas informações sobre os contatos entre norte-sul simplesmente cessaram de maneira quase que inexplicável. Do ponto de vista arqueológico, encontraram apenas uns poucos túmulos e estabelecimentos. Surgem assim, tímidas teori-

as a respeito desse desaparecimento de uma população outrora densa. Uma das quais, apresenta o fato como uma decorrência da grande exploração do país pelos faraós. Outra teoria apresenta a retirada voluntária dos núbios, seja em direção da savana ou mais ao sul. Referências vagas aparecem em fontes literárias egípcias, relatando campanhas militares na região de Ta-Seti, na Núbia, o que em parte, pode explicar o abandono do país por seus habitantes.

Esse período chega ao fim por volta de 2200 a.C., e documentos egípcios da VI dinastia (a última do Antigo Império), incluem relatos de várias expedições com destino à Alta Núbia. A princípio, tais expedições tinham como intuito um caráter visivelmente comercial e pacífico, entretanto, ao final da VI dinastia, as pacíficas relações entre eles, baseada em interesses mútuos, foi bruscamente interrompida. Podemos relacionar esse rompimento com as mudanças climáticas ocorridas por volta de 2400 a.C. que certamente ocasionaram deslocamentos populacionais. O progressivo dessecação do clima forçou esses povos a procurarem refúgio em regiões menos inóspitas: o sul e, naturalmente, o Vale do Nilo.

Em 2.300 a. C. o Corredor Núbio apresenta-se de maneira mais dispersa:

A partir de -2.300, tanto quanto a arqueologia nos permite entrever, a população do Corredor Núbio dividiu-se em numerosas “famílias”. Embora estreitamente aparentadas, cada uma delas tinha sua própria cultura material - cerâmica, instrumentos, armas e ferramentas – e seus próprios ritos funerários - tipo e arranjo do túmulo, distribuição do mobiliário dentro e fora do sepulcro, etc. (Ibidem, p. 228).

Em suma, este levantamento mostra o papel da Núbia como intermediária, resultante de sua posição geográfica entre África Central e o Mediterrâneo, e revela também os traços constantes que determinavam um intercâmbio contínuo, que se manteve durante todos os períodos

posteriores, de 1200 a.C. a 700 d.C., demonstrando a riqueza das relações comerciais e o intenso intercâmbio entre os povos africanos.

5. Considerações finais

O legado deixado pelas duas das principais civilizações africanas – Egito e Núbia – são uma amostra evidente de que a África fora um continente desenvolvido e rico, com civilizações que trouxeram inúmeras contribuições para as gerações posteriores. A construção da imagem de uma África que foi desde o seu início decadente na verdade é apenas uma imagem construída pelo preconceito que persiste até os dias de hoje em nossa sociedade. Ademais, os estudos que comprovaram a ascendência negra da civilização egípcia assumem grande importância para que os mitos construídos a seu respeito – um Egito Antigo branco – caíssem por terra, podendo os africanos toma-lo como referência de sua própria história.

Além disso, é muito comum encontrarmos nos livros didáticos o Egito branco como única civilização da África Antiga, desconsiderando sua origem negra e a existência de outros povos, como a Núbia, o Império Axum, os povos berberes, nômades, exímios comerciantes e divulgadores de uma rica cultura, os povos de língua banto, que já dominavam a agricultura, o povo cartaginês, Os Impérios de Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu, Iorubá, entre outros.

Se até recentemente esses estudos quase ou nunca eram divulgados pela comunidade científica - arqueólogos, historiadores, antropólogos etc. – justamente para não desmontar a lógica dos mitos que se constituíram, os quais estavam e estão cercados pela discriminação à África e aos negros, felizmente, atualmente assistimos uma retomada dos estudos sobre África. No Brasil, impulsionado pela luta do movimento negro, e com a Lei 10.639/03, esse processo está em curso com traduções de importantes estudos, como a coleção História Geral da África, com novas publicações e estudos em diferentes espaços acadêmicos e dos movimentos sociais afro-brasileiros.

Referências bibliográficas

- ADAM, Shehata colaboração de VERCOUTTER, j. *A importância da Núbia: um elo entre a África Central e o Mediterrâneo*. In: História Geral da África, vol. II – África Antiga. Brasília: Unesco/MEC, 2011.
- DIOP, Cheikh Anta. *Origem dos antigos egípcios*. In: História Geral da África, vol. II – África Antiga. Brasília: Unesco/MEC, 2011.
- KI-ZERBO, J. *Da natureza bruta à humanidade liberada*. In: História Geral da África, vol. I – Metodologia e Pré-História da África. Brasília: Unesco/MEC, 2010.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. *Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental*. Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.
- YOYOTTE, J. *O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura*. In: História Geral da África, vol. II – África Antiga. Brasília: Unesco/MEC, 2011.

Notas

¹ OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental. Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.

² Ver História Geral da África/editor Joseph Ki-Zerbo; [tradução MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de São Carlos]. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011. (Coleção história geral da África, 8 volumes).

A presença do islã na África: das origens à atualidade

Maria do Carmo Ibiapina de Menezes

O título acima não pode deixar margem a dúvidas: não se trata naturalmente de uma história do islã na África. Cada um dos quatro capítulos abaixo não passa de janelas que se abrem sobre um universo a ser explorado por cada um dos eventuais leitores. São um convite à pesquisa, um convite a enxergar mais longe, tanto mais que fatores aparentemente contraditórios favorecem, hoje, a expansão da islamofobia através do mundo. Em segundo lugar, não é pertinente manter o foco exclusivamente no continente africano. As forças e os interesses que o atravessam fazem parte de uma “ordem” planetária, ao mesmo tempo em que os fatores regionais assumem uma autonomia relativa. Daí a necessidade constante de idas e vindas entre a África e o Oriente Médio, entre a África e os países ocidentais, respaldados por suas respectivas instituições.

O mundo muçulmano: uma breve Introdução

A partir do século VII da era cristã, até a atualidade, o mundo muçulmano foi capaz de conservar através dos séculos uma unidade que sobreviveu às lutas e divisões internas e às diferenças de tempo e de espaço. A língua árabe, um conjunto de conhecimentos comuns transmitidos por uma sequência conhecida de mestres capazes de preservar a comunidade moral, os mesmos e imutáveis locais de peregrinação (Meca e Jerusalém) e a crença num mesmo deus único, foram os principais fatores dessa unidade.

O islã não é apenas uma religião. Trata-se também de uma cultura entre as mais importantes da Terra. Uma cultura que enriqueceu a humanidade com inovações científicas e arquitetônicas essenciais, sem falar das inúmeras descobertas no campo da medicina. Os muçulmanos compuseram poemas de tirar o fôlego e obras musicais de grande beleza. Mas, acima de tudo, o mundo muçulmano situa-se na origem de algumas das mais antigas estruturas sociais como os enormes hospitais públicos e as primeiras universidades, como a Universidade de Quaraouiyne em Fez no Marrocos. (VLTCHEK, 2015, pp. 155-163).

O mundo muçulmano soube incorporar os legados mais importantes de grandes culturas, tais como a helenística e a persa. Soube conviver e cooperar com judeus e cristãos em todos os espaços e épocas onde as três religiões abraâmicas se encontraram, em particular na Península Ibérica. Até que o processo de unificação da Espanha, conhecido como a Reconquista, viesse a dar o golpe final nessa coabitação sob o reinado de Isabel e Fernando, os reis católicos, em 1492.

Além do mais, o vasto trabalho de tradução empreendido ao longo da dominação muçulmana, sobretudo na cidade de Toledo, contribuiu também para a penetração das obras clássicas gregas na Europa Ocidental, abrindo a via para o Renascimento.

O Norte do continente africano, do Atlântico ao mar Vermelho, faz parte deste mundo. O Egito e o Magrebe¹ foram palco de transformações fundamentais, tanto para a evolução do islã e desta parte do continente, como para a história da humanidade.

1. A revolução islâmica e sua rápida expansão

No final do século VI e início o século VII, quando surgiu a liderança de Maomé, a península Arábica encontrava-se cercada por dois

grandes impérios: o Bizantino (Império Romano do Oriente) e o Persa, dominado pelos sassânidas. Ao lado de clãs judaicas e de núcleos cristãos, ali vivia um grande número de tribos (*kabila*) árabes, constituídas sobretudo de nômades mercadores. Politicamente independentes, juntas formavam uma comunidade linguística e cultural.

Mas, os comerciantes de Meca, principal centro comercial e religioso da Arábia, tinham de lidar com os dois gigantes vizinhos e se quisessem ser bem sucedidos, era aconselhável não se alinhar a nenhum deles.

Nascido na Meca na segunda metade do século VI, comerciante até a idade de quarenta anos, Maomé conhecia bem a realidade que o cercava. O seu ímpeto espiritual

[...] era praticamente alimentado por paixões socioeconômicas, pelo desejo de reforçar a posição comercial dos árabes e sua necessidade de impor um conjunto de regras comuns... O Islã tornou-se o cimento utilizado por Maomé para unir as tribos árabes e, desde o início, via o comércio como a única ocupação nobre. (ALI, 2002:45-46)

A partir do seu estabelecimento em Medina² (622 d.C.), Maomé passou a ser não apenas o transmissor da revelação, mas também o chefe político, jurídico e militar. Tinha como objetivo organizar um novo Estado, muçulmano. Na Constituição então promulgada, não deixou transparecer sua intenção de fundar uma nova religião, mas apenas de voltar ao monoteísmo original, do qual ele era o último dos profetas. O profeta Maomé aparece, assim, como um líder político visionário.

Até a sua morte, em 632, o Profeta reforçou e governou a comunidade muçulmana, resistiu aos ataques de seus inimigos da Meca e, pela diplomacia ou pela guerra, submeteu à sua autoridade uma vasta confederação de *kabilas* árabes. Quando sentiu-se suficientemente forte, regressou à Meca onde entrou vitorioso, e foi reconhecido como chefe religioso e político investido de poder supremo. No momento

do triunfo de Maomé na Meca, a Pérsia acabava de ser derrotada por Bizâncio, mas os dois campos saíram fragilizados deste processo. Uma guerra de quase um século entre os dois impérios, os havia desgastado.

Sob o reino dos quatro primeiros califas que sucederam a Maomé, os árabes muçulmanos iniciaram sua expansão para além das fronteiras da península arábica. Uma rápida sucessão de significativas vitórias levou os generais de Meca a derrotarem, num curto espaço de tempo, os exércitos das duas grandes potências, bizantinos e persas, em seus próprios territórios.

Em dois anos conquistaram a região da Síria dos bizantinos (em 636) que abandonaram definitivamente essas províncias.

A conquista da Pérsia foi mais longa, mas a tomada da capital Cteisifonte, em 637, abriu as portas aos árabes para a ocupação das férteis planícies do Iraque (sob domínio persa), a oeste do Tigre. Uma última batalha em 642 selou o destino do Império sassânida que havia durado vários séculos.

Entre 639 e 642, o baixo Egito, com sua capital Alexandria, foi ocupado. O país serviu de base para um novo avanço das tropas árabes, agora em direção da África do Norte. Em 650, os árabes atingiram os confins da Índia, o norte do Iraque, e a Armênia.

Uma das principais razões do sucesso fulminante dos muçulmanos foi o estado de esgotamento financeiro e militar dos dois impérios após o longo período de guerra entre ambos. Além disso, os bizantinos, que haviam adotado oficialmente a fé cristã, eram odiados pelos seus súditos. Estes, além de suportarem uma forte carga fiscal, eram também perseguidos na sua fé, acusados de formação de igrejas “heréticas”, como foi o caso dos coptas³.

No Império Persa, a situação não era diferente. As províncias mais férteis do Iraque estavam povoadas por cristãos que se opunham ao zoroastrismo⁴ das classes dirigentes.

Desta forma, os árabes encontraram pouca ou quase nenhuma resistência neste percurso expansionista. Ao contrário, uma simpatia

por parte de uma parcela importante da população envolveu a chegada dos novos invasores na maioria dos países. Outras permaneceram passivas, querendo ver que lado triunfaria. Mas todos estavam cansados de defender ou ajudar os antigos impérios, e pouco ou quase nada tinham a perder com a chegada dos novos dirigentes.

Do Império Persa, bem como das províncias de Bizâncio, os árabes herdaram a riqueza e a cultura, sem, contudo, abandonarem sua identidade, sua crença, sua língua e seus projetos: eram portadores de uma religião universal que se considerava precursora de um Estado universal.

A islamização do Egito

O Egito foi a primeira região da África a ser ocupada pelos árabes muçulmanos. O afrontamento que aí se verificava entre as duas Igrejas cristãs, a ortodoxa bizantina no poder e a copta, abriu espaço para a conversão rápida dos egípcios ao islã. As questões abstratas e metafísicas envolvidas na disputa entre cristãos estavam distantes da compreensão da maioria dos fiéis, que foram seduzidos pela clareza e simplicidade da mensagem da nova religião.

Vários outros fatores contribuíram para a arabização e islamização do Egito: a chegada de um grande número de imigrantes de origem árabe; conversões sinceras e, por outro lado, busca de vantagens fiscais e sociais; medo da perseguição; decadência da Igreja copta, substituição progressiva da língua copta local pelo árabe, graças à liberdade religiosa e à tolerância do poder face aos não muçulmanos.

No século XIII, sob o domínio dos mamelucos, o Egito já havia se tornado um país predominantemente muçulmano. Judeus e coptas tornaram-se minorias.

A conquista do Magrebe

A conquista do Magrebe pelos árabes iniciou-se em 642 e se estendeu por várias décadas. A região era habitada pelos berberes que viviam organizados em grandes confederações de *kabilas* (tribos).

Umás resistiram, outras aderiram aos ocupantes e se converteram ao Islã ao longo do período que durou a conquista.

O cristianismo era praticamente ausente entre os berberes. Existia apenas na franja litorânea no seio de uma comunidade multiétnica. O judaísmo estava presente em todo o norte do continente, reunindo, sobretudo, convertidos autóctones, de uma fase anterior à islamização.

Em 643, os árabes conquistam, sem encontrar resistência, a Tripolitânia e a Cirenaica, duas grandes regiões ao norte da Líbia atual. Na época, o Imperador Bizantino as havia anexado ao Egito. Trípoli foi em seguida ocupada, bem como Waddan, o mais importante oásis da região.

A Oeste, estendia-se a província bizantina de Bizacena, a Tunísia atual. O ataque foi lançado em 647 pelo novo governador do Egito, à frente de 20.000 cavaleiros de elite. A região foi tomada após uma batalha decisiva contra o governador bizantino do Magrebe. Mas a conquista da região ainda não estava consolidada quando as tropas árabes decidem terminar esta campanha em 649.

Doze anos irão decorrer até uma segunda campanha, devido à luta pelo poder entre os sucessores do Profeta Maomé.

Em 661, foi fundada a dinastia omíada – primeira a governar o mundo muçulmano com sede em Damasco – e foram retomadas as conquistas em todas as frentes. Iniciou-se um longo período de vitórias e de derrotas, até consolidarem definitivamente sua presença em todo o Magrebe, da Cirenaica ao Atlântico.

Um dos fatos mais importantes do período foi a criação da cidade de Cairuão, numa região fértil e distante do mar, e que viria tornar-se a grande base militar e o centro da administração da região. Com ela nascia a primeira província muçulmana da África do Norte, batizada Ifríquia, correspondendo à atual Tunísia (entre 670-675).

Líderes berberes representaram obstáculos de peso neste avanço árabe em direção ao centro e o oeste do Magrebe. O maior deles foi Kusayla, o mais poderoso chefe berbere da época, que dominava o Magrebe Central. Depois de alianças e rupturas com as forças árabes, Kusayla tomou Cairuão e se tornou o primeiro chefe berbere a

governar um território arabe-muçulmano, sem abjurar ao islã ao qual se convertera. Recusou-se a se submeter a uma potência estrangeira, ao mesmo tempo em que os Omíadas não podiam aceitar que um chefe local não árabe, mesmo sendo muçulmano, assumisse o poder na nova província de Ifríquia.

Colocava-se assim claramente a problemática das relações conflituosas entre árabes e não árabes na construção do mundo islâmico, que iria posteriormente manifestar-se também na península Ibérica e, mais amplamente, no processo de enfraquecimento da dinastia omíada no poder. Em 690, Kusayla foi derrotado.

Um novo governador árabe continuou a marcha para o oeste, travando violentos combates e tomando fortalezas e colônias bizantinas. Outras tribos resistiram, como a liderada por Kahina, a chefe de uma *kabila* berbere, mas acabam se convertendo ao Islã.

Em 702 construiu-se o porto de Tarshish, hoje Tunis, que se tornou um importante centro marítimo da província de Ifríquia. Esta passou a ser solidamente organizada, tornando-se o apoio principal da estrutura árabe no Norte da África

A conquista da península ibérica: Al-Andaluz

Os berberes jogaram um papel decisivo na conquista da península Ibérica, bem como na história da Espanha muçulmana e na hegemonia muçulmana no Mediterrâneo.

Mais de 17.000 combatentes partiram em conquista do território ibérico, reforçados por tropas árabes e um contingente de negros. Em 711 venceram os visigodos (que dominavam a região) e inauguram a era da Espanha muçulmana.

Os berberes invadiram a península e participaram da conquista do resto do território e da campanha da França. Em 732 sofreram a grande derrota de Poitiers, quando 80.000 deles, com as respectivas famílias, participaram da batalha. Foi o fim das pretensões em relação à Gália⁵. Muitos permaneceram na Espanha e casaram-se com árabes ou íberos-romanos, tornando-se os andaluzes muçulmanos.

Árabes, berberes e a independência do Magrebe

Quando se completou a conquista árabe do norte da África em 711, a região havia mudado completamente suas estruturas sociais e étnicas, seu modo de vida, sua maneira de pensar e mesmo a concepção de mundo. Havia uma nova população que se espelhava no oriente muçulmano e árabe, e adquiria um forte sentimento de pertencimento a esse mundo.

Os imigrantes árabes tornaram-se os professores, os imãs (chefes religiosos), que também se transformaram em chefes políticos das *kabilas*. Ao mesmo tempo, eram colonos árabes que se “berberizaram”.

Na época, ser árabe era ser muçulmano e vice-versa. O poder central encontrava-se nas mãos dos omíadas, uma aristocracia da Meca, que já havia transgredido os princípios democráticos das origens do islã. Sediados em Damasco, seus califas em geral não concediam aos convertidos os mesmos privilégios reservados aos muçulmanos de origem árabe.

Na conquista da África do norte, os berberes foram tratados como cidadãos de segunda categoria, como estrangeiros derrotados, apesar da sua conversão e participação maciça nas conquistas da expansão muçulmana. Eles aderiram assim à dissidência *khardijita* e se afastaram da ortodoxia sunita representada pelos omíadas.

Em 741 ocorreu um levante geral dos muçulmanos berberes contra a administração omíada, que reclamavam que os guerreiros berberes eram excluídos da repartição dos bens tomados aos inimigos, que eram colocados na linha de frente nas batalhas mais violentas, que seus rebanhos eram capturados e abatidos, e que as jovens e as mulheres berberes eram raptadas. Este levante marcou o início da independência do Magrebe.

A partir desta data, e durante toda a Idade Média, o Islã no norte da África dará provas de sua independência política face a Bagdá, para onde foi transferida a capital do califado sob a dominação da dinastia abássida

2- A organização e a distribuição do poder: Dinastias e califados

Omíadas e abássidas

Após a morte do profeta Maomé, os califas, primeiros sucessores, foram escolhidos democraticamente. Mas, rapidamente se instalou a luta pelo poder, trazendo enfrentamentos e dissidências.

Em 661, o quarto sucessor, instalou a sede do império em Damasco e impôs a hereditariedade do califado. Instalou-se assim a primeira dinastia, a dos omíadas, que governou até o ano de 750.

Em 750, a revolução Abássida abriu uma nova era: em lugar de pôr o acento no arabismo como os omíadas, ela fez do Islã o fundamento do regime. Sua vitória foi possível graças ao apoio dos descontentes, sobretudo muçulmanos não árabes, que reivindicavam a parte que lhes cabia numa comunidade fundada no princípio da igualdade entre os crentes.

A propagação do Islã tornou-se uma das principais tarefas da administração do califado. Os árabes perderam o estatuto privilegiado, mas o idioma árabe permaneceu a língua de Estado, da literatura e da ciência, ao mesmo tempo em que era amplamente praticada pela população não árabe.

Em 762 foi fundada Bagdá para onde se transferiu a sede do Império muçulmano e da administração abássida. Os abássidas reivindicam um califado universal com autoridade sobre o conjunto do mundo muçulmano, tanto a oriente como a ocidente. Mas, progressivamente, o califado foi se dividindo. Perdeu a Espanha e, depois, o Magrebe.

Com efeito, em 756, criou-se na Espanha uma dinastia completamente independente sediada em Córdoba, a partir da liderança de um sobrevivente omíada que fugira à repressão a que foram submetidos os membros de sua dinastia no Oriente.

Os abássidas governaram em Bagdá até 1258, mas tiveram que repartir o poder sobre os diferentes territórios. Além da Espanha, enfrentaram a dinastia dos Fatímidas que se instalaram no Cairo em

909 reivindicando um califado e estendendo seu poder sobre o Magrebe, o Egito, a Arábia e a Síria.

Os fatímidas

Os fatímidas fundaram um império que se estendeu do Atlântico à Síria, e durou do início do século X a meados do século XI. Tratava-se de um califado de orientação xiita. Tendo começado na Ifríquia⁶, a sua expansão foi, contudo, permeada de grandes obstáculos, de avanços e recuos, tanto a leste como a oeste.

Várias regiões da África do Norte escaparam à autoridade dos fatímidas, como a franja setentrional do Saara, onde se situavam os pontos de chegada das caravanas vindas do Sul, da região do lago Chade e de Gao. Apesar dos esforços que fizeram para controlar este comércio lucrativo, inclusive a rota ocidental do ouro.

Um duelo de grandes dimensões pela hegemonia opôs, no século X, os omíadas da Espanha aos fatímidas de Ifríquia, através dos respectivos aliados na população berbere. Os califas fatímidas governaram também em oposição ao califado sunita dos Abássidas, sediado em Bagdá, considerado ilegítimo.

A política imperial dos fatímidas os levou ao Mediterrâneo, sobre o qual conquistam a supremacia graças à posse da Sicília. Esta ilha veio a tornar-se o centro de uma vasta rede de comércio internacional ligando o conjunto do mundo muçulmano da época, da Andaluzia à Síria e até muito além. Ligando também esse mundo às cidades europeias, como as do sul da Itália. Palermo tornou-se uma importante base naval. A frota fatímida pilhava regularmente as margens do Adriático, a costa do mar Tirreno e o sul da Itália. Ela devastou também a costa meridional da França, tomou Gênova e fez uma incursão ao longo da costa calabresa.

Conquistam o Egito em 969, construíram uma nova capital, *al-Kahira*, o Cairo, e transferiram para lá o centro do seu império. Este deslocamento para leste do centro do Estado fatímida teve profundas consequências sobre a história da África do Norte.

Em Ifríquia assumiu então uma nova dinastia, os ziristas, que se tornou a primeira família reinante de origem berbere, inaugurando o período onde o poder político passou a pertencer exclusivamente a dinastias berberes: Almorávidas, Almoadas, Zaianidas, Marinidas, Hafsidas.

Estas dinastias expandiram suas conquistas no norte da África, incluindo uma grande região ao sul da Espanha, e marcaram, já com os Almoadas, no início do século XII, o apogeu da unificação do Magrebe e do ocidente muçulmano.

Os Almorávidas

No século XI, às vésperas do triunfo dos Almorávidas, na parte mais ocidental do mundo muçulmano reinava uma grande diversidade de seitas heterodoxas, assim como níveis muito variados de islamização, que iam do conhecimento superficial do Islã entre os berberes do deserto e das montanhas, até instituições islâmicas altamente desenvolvidas em algumas cidades.

Partindo da embocadura do rio Senegal e avançando para o Norte, os Almorávidas restauraram a *Sunna*, a rigorosa ortodoxia, em todo o ocidente muçulmano. Contavam em suas fileiras com um importante contingente de negros. Dominaram a região de 1050 a 1147.

Começaram como uma reforma religiosa, entre os nômades do deserto, sob a direção de Ibn Yazin. Após a sua morte, a comunidade religiosa se transformou em reino. Fundaram Marrakesh em 1070, que se tornou a nova capital, ao norte da cordilheira do Atlas. Entre 1075-1083, sob o comando de Yusuf, o exército almorávida conquistou progressivamente o Marrocos e as regiões ocidentais da Argélia. Assumiram o controle do estreito de Gilbratar e tomaram Ceuta. Só restava a Espanha que estava ao alcance da mão e pronta para ser conquistada sobre as cinzas do antigo califado omíada, cujo território encontrava-se agora dividido em vinte pequenos Estados.

Além do mais, só um exército coeso e forte seria capaz de se opor ao avanço dos exércitos cristãos sobre o antigo domínio muçulmano.

As forças de Castilha haviam tomado Toledo em 1085. Apenas na terceira investida o exército almorávida conseguiu vencer as resistências na península e, em 1094, a totalidade da Espanha muçulmana foi anexada, com exceção de Toledo e Saragossa, e sua unidade restaurada. Todos os soberanos muçulmanos foram depostos.

O império Almorávida reuniu territórios os mais diversos, desde as férteis planícies espanholas e marroquinas até os desertos da Mauritània. Uma das causas de seu rápido declínio foi a fragilidade da sua administração. Esta era ausente do plano local. Os almorávidas eram também acusados de opressão, injustiça e corrupção e vários movimentos de oposição foram organizados, tanto em solo espanhol quanto no Norte do continente africano. Não resistiram ao ataque dos Almoadas.

Os Almoadas

Os Almoadas também tiveram como ponto de partida uma “reforma religiosa” e terminaram por marcar o apogeu da unificação do Magrebe, e mesmo de todo o Ocidente muçulmano. Ultrapassaram amplamente a unidade territorial dos Almorávidas.

Tomaram o poder no Marrocos no meio berber, por volta do ano de 1125. Seu líder, Ibn Tumart, tinha feito seus estudos religiosos em Tunis, na Meca e em Bagdá. No regresso ao Marrocos criou um movimento religioso preconizando o retorno às fontes do islã. Ele reivindicava para si o título de *mahdi* (aquele que voltará no fim do mundo para restabelecer um islã purificado). Ensinava a doutrina aos berberes na sua própria língua, o que lhe garantiu um grande número de adeptos.

Rapidamente o movimento religioso transformou-se num movimento político. O exército almoada investiu nas cidades do Marrocos e as tropas dos almorávidas terminaram por ser derrotadas. Em abril de 1147, Marrakesh caiu depois de uma rápida resistência e os almorávidas foram massacrados. O novo *amir* Abd-al-Mumin instalou-se no palácio e partiu ao Leste. Tomou sucessivamente as cidades de Argel, Tunis e Trípoli, entre outras.

A partir de 1147, o exército almoadado conquistou também uma grande região ao sul da Espanha, incluindo Cadix, Jerez, Beja, Badajoz, Málaga e Sevilha.

Com o filho do califa Abd-al-Mumin, Yakub Yusuf, a conquista da Espanha continuou em larga escala. Ele dispunha de um forte exército formado de berberes, mercenários turcomanos e de cristãos, como também de uma poderosa armada. Instalado em Sevilha, empreendeu a construção dos mais belos monumentos muçulmanos da época como a grande mesquita, assim como pontes, palácios, banhos. Continuou a construção da Giralda, o minarete de sete andares que domina a cidade.

Seu filho, Yusuf Yakub, foi considerado um dos melhores califas da sua dinastia como de todo o Ocidente muçulmano.

Os otomanos⁷

Os otomanos, (como quase todos os soberanos da Ásia muçulmana a partir do século XI), são turcos chegados na Ásia Menor no início ou meados do século XIII, junto com numerosas outras tribos que se instalaram em antigos territórios bizantinos.

Os turcos da Ásia central gozavam de uma posição dominante nos países muçulmanos do Oriente Próximo desde o século IX. Os exércitos dos Estados muçulmanos da região eram compostos principalmente de cavaleiros turcos e seus generais passaram a ter influência no plano político. A invasão turca pretendia conquistar a maior parte da Ásia Ocidental. Foi o início da era da predominância turca na história política e militar de vastos territórios do mundo islâmico.

Os próprios turcos acrescentaram ao mundo islâmico vários territórios da Ásia Menor, central e oriental. Em meados do século XIV atravessaram o mar para a conquista de terras da Europa. Os otomanos conquistam progressivamente os Bálcãs, eliminam outros principados turcos na Ásia Menor e continuaram a progredir na Europa até a tomada de Constantinopla em 1453, que passará a chamar-se Stambul. Em 1459 tornou-se a capital política do Império Otomano: "*Na vés-*

pera do colapso total da civilização islâmica na península Ibérica, a dinastia otomana inaugurava seu reinado abrindo um novo front islâmico no SE da Europa”⁸

No século XVI, tornaram-se a maior potência do Mediterrâneo, da Europa e da Ásia Ocidental, tendo conquistado o Egito e o Magrebe (com exceção do Marrocos). Constituíram um Estado multi-religioso, onde cristãos e judeus exerciam livremente seus cultos e “...criaram no oriente árabe uma nova síntese universalista: uma cultura árabe otomana que unia toda a região através de uma burocracia estatal que governava sobre uma administração e um sistema financeiro comuns”.⁹

O Império Otomano só foi definitivamente destruído após o término da Primeira Guerra Mundial de 1914-1918.

A herança do mundo muçulmano

Uma das grandes características da expansão muçulmana foi a sua abertura às culturas dos conquistados, a começar pela Pérsia. A nova civilização islâmica absorveu também, rapidamente, as belas-artes, a literatura e a filosofia da cultura helenística, cuja síntese tornou-se uma herança comum.

[...] depois do fim da civilização clássica, a renascença islâmica da Idade Média preservou e refinou o pensamento dos gregos antigos, produzindo nas artes plásticas e nas ciências obras que, alguns séculos depois, serviram como ponte intelectual para a renascença europeia e ideias que dominariam o Ocidente moderno... A estrada da Grécia antiga para a Europa ocidental fez um longo desvio através do mundo do islã. (ALI, 2002: 58-59).

Mas a contribuição do mundo muçulmano não se reduziu à preservação do saber grego e à sua transmissão à Europa ocidental. Ela foi muito mais longe, trazendo grandes contribuições no campo da

astronomia, da matemática, da física (incluindo a ótica), da química (através da alquimia), da medicina e da arquitetura.

Esta contribuição foi, de fato, o fruto de uma mestiçagem social e cultural num contexto imperial multiétnico e multirreligioso, onde o Norte do continente africano ocupou um lugar de destaque

3-A difusão do Islã ao sul do Saara

Islã e comércio

Com exceção do Sudão oriental, o resto da faixa situada abaixo do Saara e que se estende da região do lago Chade até o Atlântico, não foi islamizada a partir de invasões de povos estrangeiros, árabes ou berberes. O papel destas conquistas no processo de islamização das populações locais foi menor do que se pode imaginar à primeira vista, com exceção do Chad. Na realidade, o grande vetor da difusão da nova religião no Sudão ocidental e central, foi o comércio, tanto o de longa quanto o de média distância.

A associação do Islã e do comércio na África sul-saariana é um fato bem conhecido. Os grupos mais ativos no plano comercial, como os Diula, os Hauçás, estiveram entre os primeiros a se converterem quando seus respectivos países entraram em contacto com os muçulmanos. E esta conversão se explica por fatores sociais e econômicos.

Religião nascida no seio da sociedade mercantil da Meca e pregada por um profeta que havia sido ele mesmo comerciante durante muito tempo, o Islã apresenta um conjunto de preceitos morais e práticos estreitamente ligados às atividades mercantis. Este código moral ajudava a homologar e a controlar as relações comerciais e oferecia aos membros dos diferentes grupos étnicos uma ideologia unificadora que agia em prol da segurança e do crédito, duas das condições es-

senciais à existência de relações mercantis entre parceiros que se encontram geograficamente distantes uns dos outros. (UNESCO, vol. III, 1997:80).

O processo de islamização da África ao sul do Saara será abordado a partir de duas áreas geográficas: o Sudão Ocidental e Central e a África Oriental, costa do Índico. Cada uma delas, por condições históricas específicas, conheceram caminhos distintos de islamização, mesmo se os progressos da expansão da nova fé tenham acontecido, com frequência, simultaneamente em ambas as partes do continente.

A primeira vaga de islamização no Sudão Ocidental e Central¹⁰

A difusão do Islã entre os povos berberes disseminados através do Saara, foi superficial num primeiro momento e limitou-se às raras feitorias comerciais ou centros urbanos, onde comerciantes muçulmanos instalaram-se de forma permanente.

A fé islâmica chegou mais rápido ao reino de Gana, no Sudão ocidental. A partir do século VIII, as cidades sudanesas de Gana, Gao, Audagosta, Tadmeca, Gaiaru, Zafunu e Kuga já registravam a presença de mercadores muçulmanos (ibaditas) vindos de Taert, de Vargla, do sul da Tunísia e de Djabal Nafusa.

Os fiéis islâmicos desta primeira fase constituíram pequenas comunidades ao longo das rotas comerciais que atravessavam o Sael e o Sudão e nos grandes centros urbanos. Nesses, como Gana e Goa, comerciantes muçulmanos ocupavam bairros à parte das cidades, onde chegavam a usufruir de relativa autonomia política e judiciária. Eles serviram de base ao proselitismo posterior da fé islâmica.

No rastro dos comerciantes chegaram os clérigos que, além da pregação doutrinária, tornaram-se importantes personagens na vida local destes centros urbanos, como curandeiros, adivinhos, distribuidores de amuletos e encarregados das preces, particularmente para atrair as chuvas.

Depois dos comerciantes, os primeiros a se converterem ao Islã, foram os chefes, os monarcas e suas cortes. Mas é difícil apreciar o

impacto desta primeira vaga de islamização, atribuída aos ibaditas¹¹. Estes desapareceram após a pressão dos Almorávidas, que pregavam a ortodoxia islâmica no século XI.

Pode-se afirmar que este primeiro Islã continha ainda elementos de religiões pré-islâmicas conhecidas no Magrebe, como o judaísmo e o cristianismo, assim como das crenças berberes e africanas. Mas foi sobre estas bases que os futuros propagandistas iriam construir estruturas mais sólidas da religião muçulmana na região.

A conversão dos monarcas

Foi ao longo do século XI, que do baixo Senegal às margens do lago Chade, o Islã foi sendo adotado por vários chefes e soberanos, adquirindo assim um reconhecimento oficial no seio das sociedades africanas. Neste século ocorreu também a conversão do mais célebre e poderoso dos Estados sudaneses, o de Gana.

Considera-se que um dos primeiros chefes do Sudão ocidental a converter-se ao Islã tenha sido War Dyabi do Tacrur, região do baixo Senegal, nos anos 1030, o qual se dedicou a difundir a fé islâmica na região. Nos séculos posteriores, o nome Tacrur passou a designar de maneira geral, na África do Norte e no Egito, todos os países muçulmanos do Sudão ocidental e central.

Anteriormente, já havia ocorrido em 1009-1010, a conversão de um líder local de Gao, Kosoy. O historiador Al-Bakri¹² relata que no momento da entronização de um novo chefe em Gao, era-lhe entregue uma espada, um escudo e um exemplar do Corão, como insígnias do poder. Desta mesma época data também a conversão do rei do Mallal, uma das mais antigas chefaturas malinqué. Mas, a adesão à nova fé limitou-se à família real e à corte.

Quanto ao reino de Gana, muito antes da chegada dos Almorávidas em 1076, os soberanos e a população já se encontravam em contacto com a fé muçulmana. É provável que esta lhes tenha chegado sob a forma Karijita.

Assim sendo, os Almorávidas não operaram uma conversão propriamente dita do reino, apenas impuseram uma versão ortodoxa do

Islã a uma comunidade já praticante, tal como sucedeu em Audagosta. O grande mérito deles foi o de ter obtido a conversão do soberano e de sua corte.

Mas não houve coerção nem conquista. A saída dos soninqués de Gana e a sua dispersão já havia iniciada anteriormente. Os comerciantes soninqués islamizados teceram aos poucos uma grande rede comercial até os limites da floresta tropical, por onde propagaram a fé islâmica. Eles contribuíram a difundir-la em regiões onde árabes e berberes jamais haviam chegado.

No Sudão central, a conversão do *mai* (soberano) do Kanem, Hummay Djilmy, deu-se entre 1080 e 1097. Na sua corte já viviam religiosos muçulmanos que iniciavam os chefes aos preceitos islâmicos. Mas ele foi o primeiro a professar publicamente a nova fé. Seu filho e sucessor, Dunama (1097-1150), realizou duas peregrinações à Meca.

Quanto ao Império do Mali, a conversão de seus soberanos ocorreu no final do século XIII. Diz a tradição oral malinqué, que o primeiro a converter-se foi Mansa Uli, filho e sucessor do fundador do império. Fez sua peregrinação à Meca entre 1260-1277 e, desde então, esta prática tornou-se uma tradição respeitada pelos soberanos do Mali.

O Império adotou a forma islâmica no século XIV, sob o reinado de Mansa Musa (1312-1337) e de seu irmão Suleiman (1341-1360), que intensificaram a construção de mesquitas e o desenvolvimento da doutrina islâmica.

O surgimento de um Islã africano

A conversão dos malinqués e de outros povos do Sudão ocidental foi fundamental para a constituição de um Islã próprio da África sul-saariana, um Islã que deixou, progressivamente, de ser uma religião de estrangeiros brancos vindos de fora.

Ao longo dos séculos, foi se constituindo nesta sociedade uma classe de clérigos e de sábios locais que se concentravam nos grandes centros políticos e comerciais, como Jené e Tombuctu, mas também

em Gao e Niani. Já no século XV, a maior parte dos eruditos muçulmanos de Tombuctu eram de origem sudanesa. Conheciam as línguas e os costumes locais e aliavam este conhecimento a um alto nível de erudição, o que chamava a atenção dos visitantes estrangeiros.

Estes clérigos autóctones foram os responsáveis por transformarem o Islã numa religião africana. Propagaram a doutrina islâmica por todo o Sudão ocidental e central. No decorrer dos séculos XIV e XV, pelo menos dois grupos de eruditos muçulmanos vindos do Sudão ocidental contribuíram para expandir sua fé em Kano, Zaria e Katsina, onde os respectivos chefes com suas cortes se converteram.

Mas, apesar dessa ofensiva, no Sudão central o Islã permaneceu durante muito tempo restrito às pequenas comunidades de comerciantes e aos clérigos profissionais. A grande massa da população continuava ligada às crenças tradicionais.

Foi a aceitação da nova religião pelos comerciantes hauçás, extremamente empreendedores, que favoreceu a sua expansão em várias destas regiões do Sudão. Abrindo rotas comerciais em direção às localidades produtoras de cola situadas nos sertões da Costa do Ouro¹³, levaram o Islã até as fímbrias da floresta tropical. Os mosis, que viviam próximo à curva do rio Níger, resistiram até o século XVII.

Embora no século XVI as massas camponesas tivessem sido pouco atingidas por esta religião universal, o Islã tornava-se, depois de tantos séculos de presença, um fenômeno familiar, um dos elementos do cenário cultural da África ocidental. (M. EL FASI, 1997:86)

A grande virada do século XVI

O progresso africano que se verificou em torno dos grandes Estados como Gana, Mali e Songhai encontrou-se interrompido no início dos tempos modernos, pelas repercussões diretas ou indiretas das transformações que afetaram a Europa Ocidental.

No Marrocos, como em toda a África do Norte, esta época foi marcada pelo declínio da civilização urbana e comercial, sobre a qual

repousava todo o sistema de troca e de intercâmbio, tanto no plano econômico como cultural, com a África sul-saariana. Concomitante aos portugueses, os espanhóis, depois de concluída a “reconquista”¹⁴, passaram à ofensiva na África do Norte.

Este ataque cristão provoca uma reação popular e o despertar do Islã. Mas, no Magrebe, o Islã não era mais aquele das cidades e dos comerciantes. Tratava-se de um Islã rural e feudal, das confrarias, marabutos e guerreiros feudais. (Suret-Canale, 1980:42).

Foi assim que o sultão do Marrocos, Al Mansur, enviou tropas que tomaram as cidades de Tombucutu, Gao, Jené e destruíram o império de Songhai em 1591.

Mas, já a partir do século XV, a atuação dos portugueses ao longo da costa atlântica, como na costa índica, contribuiu, por sua vez, no estrangulamento das relações comerciais entre as duas margens do Saara, acarretando transformações tanto no plano econômico como no plano social. Em consequência, o Islã no Sudão não foi mais o mesmo.

Dominando o litoral marroquino, os portugueses se substituem aos caravaneiros¹⁵ como intermediários entre a África do Norte e a África negra, indo vender nas ilhas do Cabo-Verde, e mais além, por via marítima, as mercadorias antes importadas do Magrebe. Este desvio do circuito comercial tradicional verifica-se também no sentido inverso: a fundação do forte de Mina (Costa do Ouro) desvia do mundo árabe senão todo o ouro do Sudão, pelo menos aquele das jazidas meridionais. (Suret-Canale, 1980:42)

Em 1509, os portugueses destruíram a frota egípcia e bloquearam o acesso do mar Vermelho e do golfo Pérsico. Oito anos mais tarde, o Egito caiu nas mãos do império Otomano e foram os turcos que, daí

para frente, asseguraram a defesa do Islã face às ameaças cristãs, inclusive no Magrebe.

O comércio magrebino e egípcio se degradaram, os centros urbanos na faixa Sudanesa, como Tombuctu, se esvaneceram e desapareceram os grandes reinos antigos associados aos mercados urbanos e apoiados no Islã.

Mas, apesar das dificuldades de ordem política e militar, o comércio transsaariano continuou sendo a principal atividade econômica de vastas regiões do Magrebe e do Sael. O que mudou a partir do fim do século XV não foi o volume das trocas, mas o significado econômico deste comércio quanto às perspectivas de desenvolvimento dos países implicados. (B.A.OGOT, 1998:232).

Com efeito, paralelamente ao recuo da influência das cidades, assistiu-se, no Sudão, a uma regressão do Islã e ao surgimento de Estados de um tipo novo, essencialmente de camponeses, muitas vezes não islâmicos e apoiados em forças armadas permanentes.

Um dos muitos exemplos são os reinos rivais de Segu e Kaarta, constituídos por camponeses bambara¹⁶ que se revoltaram por volta de 1660.

Um outro exemplo é o reino de Bornu, Estado antigo, que se adaptou às novas condições. Seu rei Idris III (1571-1603) criou um batalhão de escravos munidos de armas de fogo, o que lhe permitiu dar ao Estado a maior extensão da sua história.

Estes reinos tiravam seus recursos principalmente das razias, da caça aos escravos e da imposição de tributos, muitas vezes recolhidos *manu militari*. A importação das mercadorias européias aumentou e elas passaram tanto pelas feitorias dos próprios europeus, como pelo intermédio do Império Otomano.

Esse processo resultou no aprofundamento e na extensão da diferenciação social, na regressão das forças produtivas e no empobrecimento paulatino das grandes massas na região sudanesa.

Os Estados teocráticos muçulmanos (século XVIII)

O papel relevante desempenhado na vida política da África Ocidental, acompanhado pelo proselitismo religioso, sobretudo a partir do século XVIII, conferiram aos peuls¹⁷ um lugar central na difusão do Islã nesta região.

Esse povo sofreu uma extraordinária mutação à medida em que parte deles se converteu ao Islã e se tornou sedentária. A conversão ao Islã forneceu aos peuls uma ideologia e, ao mesmo tempo, regras de uma nova vida social, perfeitamente adaptadas a esta transformação. Este processo das conversões e transformações se efetuaram, simultânea ou sucessivamente, em regiões diversas.

A partir desse momento, os peuls e outros povos aliados, passaram a intervir na história da África Ocidental como uma aristocracia guerreira e ardente propagandista da fé islâmica, que comandaram poderosos Estados, dominaram populações autóctones, em geral agricultores, que eram reduzidos à servidão.

A primeira experiência do gênero consistiu na fundação, em 1727-28, no Futa-Jalom, um Estado peul teocrático e militar, ao qual se associaram outros grupos, que rapidamente foram assimilados, como os saracolés, os tucolores e os malinquês do alto Senegal.

À antiga estrutura de povo nômade, substituiu-se uma organização territorial. Nove províncias foram reunidas numa confederação dirigida por um almani (*Al Iman*), chefe religioso e político muçulmano. Desta forma foram criados reinos peuls como o de Sokoto, de Macina, de Adamaua, entre outros.

Em 1776, estabeleceu-se no Futa-Toro¹⁸ um Estado também teocrático, sob a forma de monarquia eletiva, também dirigidos por um almani. Na origem, estava um grupo de tucolores muçulmanos¹⁹ que, revoltados, derrubaram a antiga dinastia peul dos Denianquês²⁰.

Pouco tempo depois, no Bondu, uma revolução foi acompanhada pela criação de outro Estado teocrático peul, igualmente dirigido por um almani. Estes Estados teocráticos não devem ser assimilados à idéia de tirania. Tratava-se de monarquias eletivas, onde o povo não

era desprovido de poder. No Futa-Jalom, por exemplo, os conselhos de anciãos eram controlados desde a base por assembléias gerais dos homens livres e desempenhavam um papel decisivo.

A vida política era intensa e tanto na Confederação como ao nível local, a prática era *disondirde* - consultar uns aos outros -, palavra que aparece a todo momento nos relatos da época.

Fonte de fraqueza, na medida em que elas favorecem as dissensões, estas sobrevivências de instituições herdadas de tempos ancestrais [...] foram certamente um elemento de superioridade dos Estados peuls, assegurando-lhes uma coesão que faltava aos seus rivais. (Suret-Canale, 1980:60)

Os legados islâmicos na região

O islã não encontrou no resto da África as condições históricas favoráveis que explicaram o seu sucesso no Oriente, no norte do continente africano e na Espanha.

Se obteve resultados religiosos importantes ao sul do Saara, no Sudão ocidental e central, deixou o poder nas mãos de chefes e soberanos locais, impregnados das tradições africanas. Até o século XVI, ainda não tinha encontrado a solução de síntese que lhe permitisse integrar e absorver, sem problemas, as sociedades africanas e as suas culturas.

Abre-se depois um período onde o diálogo foi interrompido, marcado pelas conseqüências da desintegração do Império Songhai pelo Marrocos, no final do século XVI.

Finalmente, a integração produziu-se no curso dos acontecimentos revolucionários do século XVIII e início do século XIX, baseados em Estados teocráticos e guerreiros. Eles fizeram do Islã, em certas regiões, um fenômeno que exprimiu a vida social e cultural do povo. Os legados dessa integração, entretanto, são controversos.

O Islã trouxe às sociedades ao sul do Saara a escrita e a utilização de certas técnicas, como a da pesagem. Mas a literatura em língua ára-

be ignorou a cultura e as tradições africanas autóctones. E os eruditos locais também, na medida em que desconheciam igualmente a existência de culturas ancestrais. Os letrados peul, malinke, soninqué ou berber pensavam em árabe, escreviam em árabe e comentavam livros de tradição islâmica. Tratava-se de um mundo fechado, minoritário face à grande massa que praticava as religiões tradicionais.

Estava-se de fato diante de um islamo-centrismo, cujos protagonistas não estavam interessados em se tornar historiadores do passado africano nem serem testemunhas simpatizantes das religiões tradicionais.

A esse processo de islamização somou-se o de “arabização”, que consistiu em atribuir um título de nobreza e de superioridade a tudo o que provinha do Oriente. Ter ascendência árabe passou a ser um mérito e a literatura genealógica floresceu na África oriental após o século XIV. A prática chegou à África ocidental e, pouco a pouco, todo grupo islamizado de certa envergadura tratava logo de encontrar um ancestral vindo da Arábia.

O que se encontra assim consideravelmente reforçado é um esquema de origem bíblica que considera o povoamento da África oriundo do Oriente-Médio com todas as conseqüências expansionistas desta visão; e também o hábito de descobrir origens “brancas”- no caso, árabes e persas- para tudo o que se reveste de algum valor na África, mesmo ao preço da total desvalorização das culturas africanas, cujas existências são comprovadas há muito mais tempo. A eclipse da história africana começou aí; ela foi consideravelmente agravada, em seguida, pelos Europeus.(UNESCO, vol. III:108-9)

A islamização da África Oriental: Núbia e Sudão nilótico

Desde a conquista árabe do Egito no século VII, a Núbia²¹ entrou em contacto com o Islã. Mas este encontrou resistência de Estados cristãos e o apego do povo núbio à fé cristã. Após várias tentativas fracassadas, os árabes concluíram com os chefes núbios um tratado que assegurou a independência do Estado cristão durante séculos.

As boas relações mantidas com o Egito favoreceram a penetração de comerciantes muçulmanos no território da Núbia. Não foram bons propagandistas, mas disseminaram os rudimentos da nova fé, até então ausente no país, que era inteiramente cristianizado.

A partir do século VIII, começam a chegar na Núbia grupos de nômades árabes, que escolhem principalmente a região situada entre o vale do Nilo e o litoral do mar Vermelho. No século X, já estavam implantados no extremo norte da Núbia e, nesta mesma época, Núbios instalados ao norte da segunda catarata já estavam convertidos ao Islã. Outros grupos árabes emigraram e, pelo casamento, aliaram-se às famílias dirigentes. Seus filhos tornaram-se chefes locais, dando origem a poderosas famílias muçulmanas. Assim sucedeu também com os Bedja, que viviam ainda mais ao norte.

A partir do início do século XIII, a imigração árabe, que continuou a progredir lentamente, conseguiu penetrar nas querelas internas da família real núbia. Foram os mamelucos que conseguiram reduzir a vassalos os reis da Núbia. Em 1315, escolheram como rei um príncipe já convertido ao Islã. Foi o fim da dinastia cristã e do cristianismo como religião de Estado, o que favoreceu a conversão ao Islã das populações sedentárias do vale do Nilo. No Estado meridional de Alwa, o cristianismo resistiu ainda até o século XVI.

No rastro do nômades árabes, chegaram os pregadores muçulmanos, trazendo as noções da Lei canônica, a *sharia*. Nos séculos seguintes, missionários das ordens sufi começaram a se instalar no Sudão e contribuíram para a propagação do Islã. Conseguiram converter os Fundj, povo originário do Alto Nilo Azul. Sob o reinado dos Fundj, o Islã foi incentivado e numerosos eruditos e religiosos muçulmanos vieram se instalar no reino.

A partir do século XVI, a fronteira meridional do Islã nesta região do continente africano estabilizou-se ao longo do 13º paralelo Norte²².

O Chifre da África

O Chifre da África²³ é a região banhada pelo mar Vermelho, o

golfo de Aden e oceano Indico, situada face à península arábica. O Islã penetrou na Etiópia através de dois grandes eixos comerciais ligando as ilhas de Dahlak e o importante porto de Zeila ao interior do continente. A primeira, no mar Vermelho, e o segundo, mais ao sul, no golfo de Aden.

Desde o século VIII, muçulmanos estrangeiros ao continente, de origem árabe ou outra, começaram a instalar-se ao longo do litoral. Foi a partir desses centros que o Islã se difundiu no seio da população local, mas sem exercer grandes influências até o século X.

O principal obstáculo à penetração do Islã nos altos planaltos da Etiópia foi a sólida implantação do cristianismo no norte do país, entre os povos de idioma amárico²⁴ e tigre. Os chefes locais proibiram aos comerciantes de propagar a fé islâmica, o que não impediu o surgimento, desde o século IX, de núcleos muçulmanos nos principais centros e nos grandes eixos comerciais.

No sul do país as condições foram diferentes. O movimento partiu do importante porto de Zeila no golfo de Aden. E, no interior das terras, muçulmanos e cristãos encontraram-se face a face na disputa pela imensa população autóctone ligada à religião tradicional.

As primeiras cidades comerciais e principados muçulmanos do golfo de Aden começaram a se estabelecer ao longo do planalto de Harar, no fim do século X. Um século depois, a expansão do Islã havia se traduzido pela fundação de sultanatos muçulmanos entre as populações de língua semítica e cuxita²⁵ da região.

Vários reinos muçulmanos foram criados, e um dos mais importantes foi o de Ifate, cujos reis se diziam descender do profeta Maomé. O seu mais influente sultão anexou em 1285 o sultanato de Xoa. Um outro reino, o de Hadia, ficou famoso a partir do século XIII pelo seu mercado de escravos.

Uma grande ofensiva cristã enfraqueceu a influência e o número de adeptos do Islã. No século XVI, uma contra-ofensiva (*jihad*) reuniu um número considerável de fiéis muçulmanos para lutar contra a Etiópia cristã. Mas, a tentativa de fundar um império etíope muçul-

mano fracassou. Só as franjas orientais e meridionais da Etiópia permaneceram fiéis ao Islã.

Desde o início do Islã, as migrações muçulmanas no continente africano tiveram algumas vezes de enfrentar um monoteísmo rival, o cristianismo.

No Magrebe, os cristãos representavam uma minoria vinda essencialmente do exterior. O Islã não teve nenhum problema em tornar-se hegemônico e o cristianismo praticamente desapareceu no século XI.

Quanto ao Egito, esse processo foi mais lento. E, mesmo tendo sido desde o século VII ocupado pelos muçulmanos, foi só sob os fatímidas que o processo de islamização se acelerou. Mas o cristianismo nunca desapareceu completamente do país, onde representa hoje 10% da população, da Igreja Copta.

Na Núbia cristã, o Islã permaneceu muito minoritário até o século XIII. Foi só ao longo dos dois séculos posteriores que o cristianismo foi sendo progressivamente suplantado pelo Islã.

E, finalmente a Etiópia, onde um número maior de pessoas permaneceu fiel à fé cristã. Atualmente, as religiões dominantes no país são o cristianismo ortodoxo e o islamismo, reunindo cada uma 34% da população.

Os somalis que vivem na costa do Índico, conheceram o Islã através das cidades do litoral, Mogadiscio, Brava e Marka, onde se estabeleceram comerciantes árabes e outros, desde o século X. A assimilação dessas comunidades deu origem a uma sociedade mestiça, onde o principal denominador comum era o Islã. Estas cidades, na verdade entrepostos comerciais, estavam em contacto permanente com o interior africano, com os somalis desses territórios. Mas não se sabe ao certo qual o papel desempenhado por essas populações autóctones no processo de difusão do Islã pelo país.

A costa oriental da África

Do ponto de vista da expansão do Islã, a costa índica apresenta um quadro bem diferente daquele observado no resto da África.

O Islã aí se desenvolveu de fato, mas somente como religião de imigrantes vindos de além-mar e vivendo em círculos fechados em estabelecimentos costeiros ou insulares. A arqueologia, apoiada por fontes árabes, fornece provas suficientes sobre o caráter islâmico de numerosas cidades litorâneas, se estendendo de Lamu a Moçambique; mas ela confirma ao mesmo tempo que o Islã não penetrou no interior do país e que nem os bantu, nem nenhum outro grupo étnico foram tocados por esta religião antes do século XIX. O Islã só teve sucesso junto às populações do litoral que estavam em contacto direto com os imigrantes árabes e/ou persas instalados nas cidades. (UNESCO, vol. III:91),

Durante muito tempo, os muçulmanos na África oriental se reduziram a uma pequena minoria, cujo centro de interesse estava muito mais no oceano do que propriamente na África.

Uma única exceção a este quadro: a penetração de mercadores muçulmanos, na maioria suaíli ou autóctones, no interior das terras que correspondem ao atual Moçambique e ao Zimbábue. A suas presenças no Império Monomotapa²⁶ não foi indiferente aos Portugueses presentes na região.

Mas, os muçulmanos que penetraram na África do sudeste não deixaram marcas junto aos povos da região. Na costa índica, o Islã não conseguiu impor-se como religião aos africanos do interior, apesar de séculos de convivência e de vizinhança.

A distribuição espacial do islã e do cristianismo no continente africano

Em 1935, antes da Segunda Guerra mundial, e em pleno período colonial, cerca de 80% da população total do continente africano se dividia de maneira mais ou menos igual entre muçulmanos e cristãos. Desde então, ambas as religiões declaram haver progredido em detrimento das religiões tradicionais. No entanto, certos países da África

central e austral, cujas estatísticas mostravam habitualmente uma adesão quase total ao cristianismo, constatam no final dos anos 1990 uma sobrevivência e uma renovação consideráveis das crenças tradicionais.

Em relação ao Islã, é preciso lembrar que a sua difusão e enraizamento na África se deram maciçamente na metade norte do continente e numa estreita faixa ao longo de sua fachada sobre o oceano Índico. Dentre os países de maioria muçulmana, alguns proclamaram o Islã religião de Estado (Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia, Somália, Mauritània, Ilhas Comores), mesmo se a *charia*²⁷ não seja em todos aplicada.

O Egito e o Senegal, embora tenham uma população majoritariamente muçulmana, contam com uma importante minoria cristã. Em vários outros países, a repartição entre muçulmanos e cristãos constitui mesmo um problema político relevante, como no Sudão, na Etiópia, no Chade, na Nigéria, nos Camarões e na Tanzânia. O Sudão em particular atravessou duas décadas de conflito entre o norte, majoritariamente muçulmano, e o sul, parcialmente cristão, quando mais de dois milhões de habitantes perderam a vida. A pedido da região sul, no dia 9 de janeiro de 2011 iniciou-se um referendo para uma eventual independência deste território. O resultado do pleito foi amplamente favorável à formação de um novo Estado ao sul. Em dezembro de 2010, 55.000 pessoas já haviam regressado a esta região em previsão do pleito em perspectiva. Os dirigentes do norte, por seu lado, já haviam anunciado a decisão de aplicar em toda esta região a *charia*, em caso de divisão do país. O conflito que opôs há décadas o norte de maioria muçulmana e o sul do país não era meramente religioso, ele englobava grandes interesses econômicos: cerca de 80% das reservas de petróleo encontram-se na região sul. Esta é hoje independente, constituiu o Sudão do Sul, mas sacudida por grandes conflitos internos.

Alguns dos países que não são majoritariamente islâmicos declararam em suas constituições que o Estado é “laico” ou “neutro” em matéria de religião. Embora a grande maioria das lideranças africanas tenham sido formadas em escolas ou instituições religiosas, cristãs ou islâmicas, todas se declaram favoráveis à manutenção e ex-

pansão dos princípios e valores tradicionais africanos, sempre evitando um choque frontal com as suscetibilidades religiosas de cristãos e muçulmanos.²⁸

4- O Islã contemporâneo

Os antecedentes políticos do islã contemporâneo: a desconstrução do Império Otomano

As potências vitoriosas da I Guerra Mundial dividiram o Império Otomano, cuja capital era Istambul, em dois territórios: o Norte turco e o Sul árabe.

Para chamar os Árabes para a luta contra a Turquia, foi-lhes prometido, durante a guerra, um único e vasto império árabe. Porém, essa promessa foi imediatamente quebrada por um acordo secreto estabelecido em 1916 entre Inglaterra e França, o Acordo Sykes-Picot,[...]. Concentrados em seus próprios interesses, os Ingleses e os Franceses dividiram o território árabe em diferentes Estados, zonas de influência e zonas autônomas:em grande parte foram apenas construções artificiais do imperialismo. Desta forma, apagaram o Império Otomano do mapa, o qual havia representado a estrutura política para os povos do Médio Oriente (e norte da África) durante 400 anos. (KÜNG Hans, 2010: 501-502).

No entanto, no final do século XVIII, início do XIX, o Império Otomano havia conhecido uma série de reformas visando transformá-lo num Estado moderno, orientado pelos mesmos princípios liberais dos países ocidentais. Intelectuais otomanos de várias procedências - turcos, árabes, muçulmanos e cristãos - empenham-se neste sentido. Encontram, no entanto, uma forte oposição interna vinda dos meios

tradicionalistas que, em 1877, derrotam aquela tentativa, sob a autoridade do sultão Abdulhamid II.

Em 1869, ocorrera a abertura do estreito de Suez, e o Egito volta a dominar o ponto de passagem entre o Mediterrâneo e o oceano Índico. Mas, o período de prosperidade que se abriu, beneficiou particularmente as potências européias. Em 1882, os britânicos ocupam o Egito, o que o separa do governo de Istambul. Em 1881, a França ocupou a Tunísia, já tendo iniciado, em 1830, a ocupação da Argélia. Rapidamente se organizou uma oposição a este domínio tanto político como econômico. Jovens nacionalistas se insurgiram no Egito, no Sudão, na Argélia bem como na Índia. Embora tenham sido derrotados, representaram o fermento de um nacionalismo árabe. Estes reformistas abriram espaço político na Turquia, onde o movimento Jovem-Turco visava renovar o Império Otomano apoiando-se no panislamismo. Após a cisão entre este movimento e os árabes, o movimento passou a apoiar-se no pan-turquismo. Esta renovação também expressou-se no plano intelectual e religioso, gerando um brilhante renascimento das letras árabes.

Mas, os governos ocidentais aumentam a pressão política e econômica sobre o governo otomano. Quanto mais pressão, mais o arabismo e o islamismo tendiam a se aproximarem e a confundirem-se a fim de lutar contra os inimigos internos e externos do mundo árabe-muçulmano. No final da primeira guerra mundial, assiste-se à queda definitiva do Império Otomano. Embora o islã permaneça vivo no seio das populações, tanto na África como no Oriente Médio e na Ásia, somente em dois lugares os muçulmanos conservaram a independência: na Arábia de Ibn Seoud que proclamado rei em 1926, constituiu a Arábia Saudita, governada por ele próprio e na Turquia de Mustafá-Kemal Ataturk, mal vista pelos demais muçulmanos pelo caráter laico do seu Estado.²⁹O Estado Turco foi reconhecido pelas potências aliadas no dia 24 de abril de 1922.³⁰

Enquanto isto, no conjunto do continente africano estende-se a noite do período colonial. “*Apesar da efervescência das idéias que*

*contribuíram a minar o sistema imperialista, a situação colonial tornou-se uma situação de fato, a tal ponto que, para certos autores, o período entre as duas guerras foi na África a “idade de ouro” do colonialismo.”*³¹ Mas, ao mesmo tempo, assiste-se nos anos 1920-30, a um dinamismo reformador, no plano político e religioso, tanto no Marrocos, como na Argélia e na Tunísia (nesta já emerge a liderança de Burguíba, o pai da independência), mesmo diante de uma situação bem menos agitada do que a vivida no Egito britânico na mesma época, quando surgiram os primeiros movimentos islamistas.

A emergência dos radicalismos

Antes de tratarmos esta questão tão atual e global, cabe refletir na afirmação de Mohammed Arkoun (professor na Universidade Paris III, Sorbonne Nouvelle):

[...] o cristianismo tenta apagar as conseqüências de sua solidariedade ativa com os responsáveis de uma “ordem” social e internacional fundada nas desigualdades. Seus adeptos reconhecem ter fornecido a caução “espiritual” a estruturas de dominação. O islã, ao contrário, se glorifica de ter contribuído, pelo seu ensinamento, à libertação dos povos oprimidos. De fato, com exceção da América Latina, a repartição espacial das duas religiões coincide com a oposição Norte-Sul.

Mas, a principal advertência consiste em não confundir o islã em geral com os radicalismos. Nem colocar no mesmo patamar todo tipo de radicalismo. A confusão é grande quando se fala hoje da religião muçulmana, como dos países onde ela é majoritária, sejam eles africanos, asiáticos ou do Oriente Médio. Esta confusão estende-se também às comunidades oriundas desses países e que foram levadas, por razões econômicas, a emigrarem, sobretudo para a Europa: turcos, magrebinos³², cidadãos africanos oriundos dos países ao sul do Saara. Várias distinções tornam-se assim necessárias.

Segundo Olivier Roy,³³ “*só se pode falar de radicalismo islâmico quando a violência é explicitamente colocada a serviço da construção de um Estado ou de uma sociedade islâmica*”. Deve-se assim excluir desta categoria a violência envolvendo populações muçulmanas, mas dentro de um contexto de ideologias e estratégias que nada têm a ver com o islã, como é o caso dos movimentos nacionalistas na Palestina, na Bósnia, no Kosovo ou na Chechenia. E, pode-se acrescentar, como foi na guerra da Argélia pela independência. Neste espaço, como em outros, vão surgir exceções, sem contudo mudarem o caráter do fenômeno histórico.³⁴

Um outro esclarecimento necessário diz respeito ao Corão. Não é pertinente querer achar no livro sagrado dos muçulmanos a justificativa ao radicalismo islâmico. Nele não se vai encontrar a pregação da violência, nem do *jihad*³⁵, que não constitui tampouco, um dos pilares do proselitismo religioso. Mas, o Corão é manipulado e utilizado politicamente e pode, como a Bíblia, alimentar tanto uma posição moderada como uma mais radical.

As divergências internas ao islã, que nos primeiros tempos situavam-se sobretudo no plano político da sucessão do Profeta, manifestaram-se também no plano doutrinário gerando grandes correntes e seitas, algumas das quais chegaram até os nossos dias e permeiam o noticiário internacional, como o sunismo e o xiismo. Um outro erro frequente consiste em identificar todas as formas modernas de radicalismo islâmico ou outro, com o xiismo (o Estado Islâmico é de orientação sunita, por exemplo). No entanto, é preciso lembrar que esta cisão político-doutrinária ocorreu há mais de um milênio, por ocasião da luta pela sucessão entre o terceiro e o quarto califa, no século VIII. Luta entre os partidários de Mutawia, de um lado, e os de Ali, genro do Profeta, do outro. Os partidários de Ali foram chamados xiitas pelas línguas ocidentais europeias. Várias tendências se formaram ao longo dos séculos no seio da corrente xiita. Mas a que desempenhou um papel histórico foi a que constituiu o grupo dos “Duodécimos”, que reconhece o duodécimo descendente de Ali, desa-

parecido no ano de 880. O bastião desta tendência é hoje o Irã, onde esta versão do xiismo tornou-se religião de Estado desde o século XVI. Encontram-se grupos importantes de xiitas também no Iraque, na Síria, no Líbano e na Índia. O xiismo está longe de ser monolítico e o Irã não fala em nome de todos os seus adeptos.

Nesta luta interna, terminou majoritária a tendência sunita que representa hoje cerca de 90% da população muçulmana mundial³⁶. Trata-se da afirmação da ortodoxia, daqueles que aderem à *sunna*, a via do Profeta. As leis sunitas buscam suas fontes no Corão, nos *hadith*³⁷ do Profeta, no consenso da comunidade e na analogia. Enquanto que para os xiitas, além do Corão e dos *hadith* do Profeta, os outros fundamentos da lei são: os imãs, o consenso dos imãs e a razão.

E muitas outras transformações ocorreram no seio da religião muçulmana ao longo dos séculos. Mas, é preciso considerar que a maior parte das formas contemporâneas do radicalismo islâmico não encontram equivalentes na história do mundo muçulmano e devem ser apreendidas como profundamente novas. Podemos citar, por exemplo, a revolução iraniana, e os atentados da Al Qaeda. Para compreendê-las é preciso referir-se ao contexto político e estratégico contemporâneo.

Para contextualizar os radicalismos atuais, é necessário retornar aos anos 1980 e ao Afeganistão. Foi nesta década que o governo americano e aliados se reuniram a redes e movimentos islâmicos de orientações e origens diversas que foram financiados e armados para combater o exército soviético então presente naquele país. Em 1989, as forças soviéticas são obrigadas a partir. A vitória foi vista como um triunfo militar do islã: as condições estavam reunidas para a emergência da Al Qaeda.

Os soviéticos partiram do Afeganistão, e os americanos logo em seguida, em 1991, desencadeiam a guerra do Golfo bombardeando em 17/01/91 o território do Iraque, um dos berços da religião e da cultura muçulmanas. Nunca mais o país conheceu a paz e a sua unidade. As tropas americanas permaneceram também no Afega-

nistão, onde pretendem ainda ficar até pelo menos o início de 2017. Da mesma forma que o ocidente internacionalizou a violência em nome da guerra ao terrorismo, sobretudo após o 11 de setembro de 2001, os combatentes muçulmanos multiplicaram suas redes através do mundo.

Na guerra do Afeganistão contra as tropas soviéticas participaram também combatentes muçulmanos de outros países, como a Argélia, os quais, em seguida, engrossaram as fileiras de movimentos radicais no seu país de origem. A Al Qaeda se expandiu na África, onde, em 2007, foi criada a AQMI: Al Qaeda no Magrebe Islâmico. Para só falarmos do continente africano.

No que e refere aos conflitos contemporâneos (guerras do Golfo, ocupação americana do Iraque e do Afeganistão, revoltas populares no norte da África e no Oriente Médio, expansão do Estado Islâmico), torna-se necessário relembrar os interesses econômicos envolvidos, como o acesso às fontes energéticas, sobretudo o petróleo, cujas maiores reservas encontram-se exatamente em torno do golfo Pérsico. Não é por acaso que a V frota americana encontra-se estacionada no reino do Barhein. Referindo-se ao bloqueio no plano político e ao déficit de democracia nos países árabes que antecederam durante décadas as revoltas populares que eclodiram em fevereiro de 2011 (conhecidas como “Primavera Árabe”), Alain Gresh comenta: *“É o petróleo (além do conflito israelo-árabe) que estrutura toda a política ocidental para esta região, desde os anos 1930[...]*Para garantir o acesso ao ouro negro, o Ocidente estava pronto a justificar todos os regimes susceptíveis de assegurar-lhe este acesso: o poder na Arábia Saudita é o melhor exemplo”. E acrescenta que depois da guerra fria, o Ocidente exerceu pressão em todos os continentes para aberturas democráticas, salvo junto às monarquias do Golfo.³⁸

Os sauditas financiam generosamente as variantes as mais extremistas do islamismo radical – o wahhabismo – , que vão das mandrasas do Paquistão aos grupos salafistas do

Egito. Os Estados Unidos não vêem nenhum problema e não fazem nada para impedi-los.

A tese segundo a qual os Estados Unidos opõem-se ao islamismo radical é ridícula. O Estado islamista o mais fundamentalista do mundo é a Arábia Saudita, um favorito de Washington. O Reino Unido também apoiou o islamismo de forma permanente. Este apoio decorre da necessidade de combater o nacionalismo secular. A relação de proximidade que existe hoje entre os Estados Unidos e Israel estabeleceu-se em 1967, quando o Estado hebreu esmagou profundamente o nacionalismo secular, ao mesmo tempo que defendia o islã radical. (CHOMSKY, 2015 :106).

Os principais tipos de radicalismos islâmicos contemporâneos

É possível distinguir dois tipos de radicalismos islâmicos contemporâneos: o dos islamistas e o dos fundamentalistas. Os primeiros visam antes de tudo a criação de um Estado islâmico, numa nação determinada e os últimos, a instauração ampla da *charia*, ou seja, a aplicação do direito canônico ao conjunto da sociedade, seja ela qual for. Destes objetivos e do contexto histórico no qual se inserem, vão decorrer seus métodos de ação.

A queda do império Otomano em 1918, e o desaparecimento do sistema político do califado em 1924, significaram uma perda irreparável para o mundo muçulmano. Significaram particularmente uma perda de identidade, na medida em que deixavam de existir, ao mesmo tempo, um centro aglutinador e de referência, assim como a garantia (mesmo se relativa), da sua unidade político-religiosa. Para o Império Otomano, a perda paulatina de seus territórios já vinha ocorrendo ao longo de todo o século XIX, sendo finalizada pela intervenção das potências aliadas na Iª. Guerra Mundial. Estes fatos coincidiram com o surgimento, nos anos 1920, dos primeiros movimentos islamistas. Para os seus fundadores³⁹ e seguidores, o Islã representava ao mesmo tempo uma religião e uma ideologia política e de-

via levar em conta todas as dimensões de uma sociedade moderna. Interessavam-se a tudo, a todos os campos do conhecimento e a todos os setores de atividade. As mulheres podem participar da vida social, tanto no plano político como no profissional. A única exigência era a de cobrir a cabeça (uso do lenço que não se confunde com a cobertura completa do rosto e do corpo ocasionada pela burca). Seus membros eram recrutados entre os jovens instruídos e competiam com os *ulemas*⁴⁰. Adotaram a bandeira do anti-imperialismo e foram muito ativos, por exemplo, nos primeiros anos da revolução islâmica no Irã, nos anos 1980. Visavam e visam restaurar politicamente a comunidade de todos os muçulmanos (*umma*), mas adotam a estratégia de tomada do poder de um Estado que corresponde a uma nação determinada (Egito, Irã, Turquia). Tentam formar-se no contacto direto com a realidade. R. Erdogan⁴¹, por exemplo, foi prefeito de Istambul de 1994 a 1998, quando era membro do Refah⁴².

Depois da vaga revolucionária dos anos 1980, os grandes movimentos islamistas tornaram-se sobretudo nacionalistas. No Irã, defendem unicamente os interesses nacionais do país, assim como o Hamas palestino. Este jamais atacou Arafat no plano religioso, mas unicamente no plano das relações com Israel. É o que sucede igualmente com o AKP⁴³ turco, o Hezbollah libanês, o FIS⁴⁴ argelino e diferentes ramos da Irmandade Muçulmana. Participam de eleições, estabelecem alianças políticas, aceitam a legalidade constitucional. E, mesmo se o Hamas palestino esteja implicado na violência armada, não há movimentos terroristas a eles ligados.

Mas nada é estático e alguns desses movimentos e lideranças se transformaram em fundamentalistas. Da mesma forma que a guerra ao terror abriu um espaço para o surgimento de novos movimentos, agora ultra radicais, que pregam a ação direta⁴⁵ em detrimento de uma ação de longo prazo. Movimentos que condenam toda implicação na vida política de um país, o que para eles se faria em detrimento do conjunto da *umma*⁴⁶. Esta tendência mais tradicional é a dos fundamentalistas.

Até pouco tempo, Al Qaeda e todos os seus ramos, bem como os talibãs no Afeganistão eram os dois movimentos emblemáticos desta tendência. Seus membros saíram em geral das escolas religiosas, particularmente a escola doutrinal deobandi, (do nome do seminário de Deobandi na Índia) por onde passaram os talibãs. Pregam a instauração da *charia* e a volta a uma interpretação “literal” da lei religiosa. Seu objeto é a sociedade em geral e não um Estado em particular. Começam a se opor aos seus próprios governos, à sua própria sociedade da qual querem desalojar tudo quanto não for islâmico. Para os talibãs afegãos, por exemplo, o importante é que todos os membros da sociedade se conformem à *charia*. Pouco lhes importa a construção de um Estado. Na realidade, colocam a comunidade de todos os muçulmanos (a *umma*) acima dos Estados e nações. Lutam contra a ocidentalização da cultura e dos costumes. Eles conseguem aliar a luta armada contra o imperialismo americano (e/ou francês) e o Ocidente (tema herdado dos islamistas que os precederam) às formas mais tradicionais de islamização da sociedade.

Mas, os fundamentalistas cresceram e se aglutinaram e suas ações se revestem cada vez mais de um caráter político. O Estado Islâmico é a representação por excelência dessa orientação. Por isso, nos detemos sobre a sua natureza, antes de tratarmos da presença das tendências radicais atuais no continente africano propriamente dito.

O Estado islâmico

A organização do Estado Islâmico controla, entre a Síria e o Iraque, um território mais vasto do que a Inglaterra. Autoproclamado califado a 27 de julho de 2014, apesar do seu perfil brutal, o Estado Islâmico dispõe de uma organização incrivelmente bem estruturada, rica e solidamente implantada nas regiões por ele controladas, como nos mostra Samuel Laurent, autor do livro “L’Etat Islamique”, publicado na França em 2014. E o que mais surpreende é o fato de nos encontrarmos diante de uma organização que conta com quase todas as características de um verdadeiro Estado. No interior do califado

vive uma população que é administrada com cuidado e competência e que se beneficia de serviços públicos eficientes e gratuitos. Manter a ordem interna é tão importante para os dirigentes do que conquistar um novo território ou destruir uma base militar inimiga. As funções são bem definidas em cada setor da administração, particularmente no seio das forças armadas.

Os próximos objetivos militares do EI situam-se, por enquanto, no Oriente-Médio: Jordânia, Líbano, faixa de Gaza. E a África, aonde se situa nesta estratégia? A absorção deste continente está ocorrendo sobretudo através do enfraquecimento das organizações fundamentalistas que precederam a expansão do EI, tal como Al Qaeda, nas regiões de maioria islâmica. Pouco a pouco, perdem seus adeptos em favor do EI, e jovens *jihadistas* partem massivamente para os territórios em guerra como a Síria. E a Tunísia, que teve um papel tão importante na “Primavera Árabe”, é o país que atualmente fornece o maior número de combatentes *jihadistas*.

Para o EI, as fronteiras não existem e a nacionalidade tampouco, como vimos acima, a propósito dos fundamentalistas. E, com efeito, já assistimos ao desaparecimento de grandes extensões das fronteiras entre a Síria e o Iraque, cujos territórios encontram-se amplamente ocupados pelo EI.

A expansão dos fundamentalistas no território africano: realidade e ambiguidades (Mali, Sahel, Líbia, Argélia)

Mal representados no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), do qual nenhum país africano é membro permanente, o continente negro é, no entanto, aquele onde as intervenções da ONU são as mais numerosas.

O Sahel chega ao final de 2015 como uma espécie de “zona de tempestades”, onde agem bandos armados, djihadistas e traficantes, sobre fundo de crise social.

Ao “gendarme Frances” somam-se agora as Uniões africa-

na e europeia e, às vezes, a Aliança Atlântica (OTAN). (Manière de Voir N° 143, out.-nov. 2015 – Le Monde Diplomatique :92)

Neste mesmo número da revista acima referida, encontra-se um mapa de toda a região norte da África (do Atlântico ao Indico), onde podemos identificar, entre outros:

- 14 bases militares francesas (sem falar nas ações militares em curso)
- 2 bases americanas
- duas bases de apoio logístico da OTAN (Somália e seu litoral)
- 10 zonas de conflito aberto.

Em meados de outubro de 2015, o presidente Obama anunciou o envio de 300 militares à região do Sahel.

Já em janeiro de 2013, sob a cobertura de resoluções da ONU, a França lança a operação Serval. É o início do que se chama hoje a guerra do Mali. Ela deverá durar o tempo necessário, declarou na época o presidente François Hollande. Cerca de 4000 soldados franceses são engajados na operação. No dia 13 do mesmo mês, a Argélia autoriza os aviões franceses a sobrevoarem o seu território. No dia 23, fica-se sabendo que as forças especiais francesas vão reforçar a segurança das minas de urânio de empresa AREVA, situadas no Níger. Neste mesmo dia, a Federação Internacional dos direitos Humanos (FIDH) acusa os soldados do Mali de praticarem brutalidades contra as populações árabes e tuaregues. Em março, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos faz o mesmo tipo de denúncia. Essas brutalidades ocorrem a partir da intervenção militar francesa na região. No dia 1º de fevereiro, foi a vez da Anistia Internacional denunciar que os ataques aéreos franceses, efetuados na cidade de Konna, na noite de 5ª. para 6ª.f. do dia 11 de janeiro, teriam feito pelo menos cinco vítimas na população civil. Em março do mesmo ano, a ONU anunciou o envio ao Mali de uma missão de manutenção da paz (MINUSMA), constituída de 11 200 homens, e acompanhada de uma “força paralela” para combater os *djihadistas*.

Esses são apenas alguns exemplos da militarização crescente das relações entre os países ocidentais e os do Sul, particularmente na África. A lógica da guerra substituiu a diplomacia e o diálogo. A paz preventiva foi substituída pela guerra preventiva. Trata-se da banalização da intervenção invasiva em território estrangeiro, quando este tem muito pouco espaço, ou mesmo nenhum, para opinar e agir.

Mas, o caso emblemático desse processo é a Líbia. Como relata Jean Ping, ex-presidente da Comissão da União africana, no dia 19 de março de 2011, uma reunião de chefes de Estado mandatários exatamente da União africana foi interrompida por uma chamada telefônica do secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Este encontrava-se também numa reunião de cúpula em Paris, na qual as potências ocidentais discutiam a aplicação da resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, relativa à Líbia. Ban Ki-moon estava encarregado de dissuadir os representantes da União africana de porem em prática suas propostas de paz e de negociação para este país porque, disse ele, *“as operações militares da OTAN vão começar hoje”*. A história acabou tragicamente como viemos todos a saber. E a Líbia tornou-se um caos: gigantesco mercado aberto de armamentos, tráficos de toda ordem, ponto de partida das rotas dos emigrantes para a Europa, com passes comprados e destinos desconhecidos. Vacância de poder onde dois governos disputam o espaço vazio.

Além de todos esses tristes resultados, tratou-se também de um processo de humilhação para as organizações regionais como a União africana. Sentimento amplamente compartilhado no continente.

Nós pensávamos ter definitivamente posto um ponto final a quinhentos anos de escravidão, de colonialismo e neocolonialismo. (...) Ora, as potências ocidentais se atribuíram de maneira unilateral e vergonhosa o direito de decidir sobre o futuro da Líbia. (Thabo Mbecki, in *Manière de Voir*: 89).

Não é possível falar sobre os fundamentalismos no continente africano, sem falar no caso da Argélia.

Segundo François Gèze, diretor das *Editions La Découverte* (Paris), o golpe de Estado de janeiro de 1992 na Argélia tinha por objetivo imediato anular as eleições legislativas de 1991 que dariam maioria no Parlamento ao FIS: Frente islâmica da salvação. Tratava-se assim de preservar os privilégios do poder militar de fachada civil. Este grupo de generais iria conduzir nos anos 1990 uma implacável guerra “contra-insurrecional”, como era divulgada, contra seus opositores islamistas e o conjunto da população, e que deixou cerca de 200 mil mortos.

Segundo F. Gèze, após a grande repressão ao FIS, o governo argelino aproveitou-se da política americana contra o terrorismo que se seguiu ao atentado às torres gêmeas, para se declarar também parte desta política. As pesquisas de Gèze e de outros autores levam à conclusão de que os fatos divulgados, na maioria das vezes não passaram de ações ligadas ao serviço secreto da Argélia, assim como os líderes citados eram quase todos infiltrações ou agentes diretos do serviço de inteligência deste país. Essa é uma das leituras que se pode fazer dos dados fornecidos, sobretudo pela imprensa francesa, globalmente mal informada na época.

Segundo essa imprensa,

Um dos braços da Al Qaeda, a AQMI (Al Qaeda do Magrebe Islâmico), criado em 2007 no Magrebe, procura afirmar-se perante a “casa mãe” e ao ramo arábico. Um de seus dirigentes mais temidos é o emir Abou Zeid que, embora não seja o chefe do conjunto do Saara, é visto como o futuro comandante supremo da região. Ao seu lado, um outro emir igualmente argelino, Mokhtar Belmokhtar, da mesma geração, tendo combatido no Afeganistão. Ambos casados com mulheres de tradicionais famílias tuaregues e participam de ações comuns. A zona por eles ocupada e percorrida situa-se no Mali, região de Kidal e do maciço dos Ifoghas. Trata-se de um extenso território entre o Níger, a Argélia e a

Mauritânia cujas fronteiras são permanentemente ultrapassadas. Cercados de homens fortemente armados, circulam em veículos 4x4. Ambos figuram na lista das Nações Unidas dos terroristas mais procurados no mundo. Os dois chefes foram formados durante mais de vinte anos de luta armada nas montanhas argelinas. Pertenciam anteriormente ao GSPC (Grupo Salafista para a Predicação e o Combate), que se transformou no ramo magrebino da Al Qaeda (AQMI), dela importando os métodos.

Ora, para vários autores, como François Gèze e Jeremy Keenan, ambos os líderes citados são uma criação dos serviços secretos argelinos, e não passavam de grandes contrabandistas e traficantes de droga na região do Sahel, prontos a tudo. O próprio GSPC seria uma criação da DRS (*Département de Renseignement et Sécurité*), bem como naturalmente a AQMI. Como já anunciamos acima, após a “*sale guerre*” (guerra suja) dos anos 1990, era necessário manter um grupo “terrorista” residual capaz de justificar a repressão, as restrições das liberdades e a continuidade de um “estado de emergência” no país. O GSPC significou essa saída, modelo bem sucedido exportado depois para o Saara. As autoridades saem ganhando assim em notoriedade face aos Estados Unidos e a União Europeia. Já em 2005, o governo americano lançou a operação “*Trans-Saharan Counter - Terrorism initiative*”, incluindo Argélia, Marrocos, Tunísia, Senegal, Nigéria.

Sem camuflar responsabilidades, no caso da Argélia e do Mali, no período retratado, a maior vítima, além da população civil, foi a organização islamista que venceu as eleições parlamentares na Argélia, em 1991. Tudo o mais gira em torno de interesses pessoais, locais e internacionais.

Nigéria, Camarões, Egito e Sudão

Na Nigéria e no Egito assistiu-se, no final de 2010, a uma investida por parte de seitas fundamentalistas contra os lugares de culto cris-

tãos. No norte da Nigéria, na véspera do Natal de 2010, a seita fundamentalista Boko-Haram atacou na cidade de Maidiguri (um feudo talibã) uma igreja batista, fazendo seis mortos, entre os quais um pastor. Nesta mesma cidade mais de cinquenta pessoas morreram, entre policiais, soldados, chefes locais, políticos. A seita declarou querer instaurar um Estado islamista “puro” e se diz ligada aos talibãs do Afeganistão. Na língua haussá, o nome da seita quer dizer: “a educação ocidental é um pecado”.

No centro do país, também na véspera do Natal de 2010, trinta e duas pessoas foram mortas e setenta e quatro feridas numa série de explosões em Jos, região onde as tensões entre cristãos e muçulmanos são fortes.

As autoridades preferiram não estabelecer uma relação entre os fatos ocorridos no norte e no centro do país por ocasião das festas natalinas.

Em 2009, a mesma seita, que conta com milhares de adeptos, no mês de julho daquele ano levou a cabo uma ofensiva coordenada contra várias delegacias de polícia de estados situados na região norte do país. Em poucos dias, oitocentas pessoas morreram nos enfrentamentos com as forças de ordem. Estes foram particularmente intensos na cidade de Maidiguri, onde a sede da seita foi destruída.

Chegamos a 2015 sem que o governo tenha conseguido eliminar ou diminuir os impactos dos ataques recorrentes de Boko-Haram, sobretudo ao norte do país. A Nigéria, maior potência econômica do continente africano, com 174 milhões de habitantes, enfrenta assim há já vários anos os ataques da organização extremista. Esta, após ter reconhecido a organização do Estado Islâmico, autodenominou-se Estado Islâmico na África Ocidental.

A partir, sobretudo de 2014, sua ação estendeu-se ao país vizinho dos Camarões, que passou a viver também sob os ataques frequentes e mortíferos desse mesmo grupo. No dia 13/09/2015, dois camicases, de mais ou menos 15 anos, explodiram perto de um mercado na cidade de Kolofata, a 50 km da fronteira com a Nigéria. Resultado, nove

mortos e vinte e um feridos graves. Desde o início de suas atividades nos Camarões, Boko-Haram já provocou a morte de 400 pessoas e incendiou centenas de casas (Relatório da Anistia Internacional de 17/09/2015). Anistia Internacional denunciou, por outro lado, a brutalidade da reação por parte do exército dos Camarões.

Apesar da mobilização das forças armadas de cada um dos países atingidos, e da organização de forças regionais, estas se deparam com uma organização poderosa e militarmente bem equipada, que visa os espaços desguarnecidos ou ocupados por contingentes mal armados e mal treinados. As populações locais tornam-se reféns desses novos e temíveis invasores. Processo que vem criando grandes vagas de refugiados que erram de um país a outro, quando não são enviados de volta ao país de origem.

Como diz Rodrigue Nana Ngassam da Universidade de Douala (Camarões),

A longo prazo a resposta não pode ser de cunho repressivo. É preciso sair da idéia segundo a qual Boko-Haram é um movimento fanático e voltar-se para os fatores políticos, socioeconômicos e religiosos que se encontram na origem de sua ascensão.

No Egito, no dia 31 de dezembro de 2010, um carro-bomba explodiu em frente a uma igreja copta⁴⁷ na cidade de Alexandria fazendo vários mortos. Al Qaeda e organizações iraquianas estariam vinculadas a vários outros ataques praticados contra os cristãos do país segundo a imprensa europeia. Os coptas representam 10% da população do Egito e não sofriam perseguição por parte do regime que foi derrubado pelo levante popular de fevereiro de 2011, embora certos altos postos lhes tenham sido vedados. Ao mesmo tempo, a “Irmandade Muçulmana”, de orientação islamista, esteve proibida durante décadas no Egito, até poder expressar-se como tal na revolta que levou à queda do regime de Moubarak, em fevereiro de 2011.

Referindo-se a essa revolta, “*Nenhum incidente a deplorar entre cristãos e muçulmanos*” declarou Kamel Nashed, pai de um adolescente copta assassinado em 2010 na região de Nagaa Hamadi.

Os habitantes organizaram-se formando comitês populares encarregados de vigiar as idas e vindas nos bairros. Isto prova bem que nossos inimigos não são os muçulmanos, mas os policiais que, sob o pretexto de patrulhar nossas igrejas, só estavam lá para impedir a construção e restauração das mesmas.

E prossegue: “*Estes jovens egípcios derrubaram o regime guiados pela mão de Deus. Eu não tenho mais medo dos muçulmanos*”.⁴⁸

No âmbito desses mesmos acontecimentos de fevereiro de 2011, assistiu-se a uma manifestação de algumas centenas de pessoas que partindo do bairro plurirreligioso do Cairo, Shoubra, dirigiu-se ao edifício da televisão nacional em nome da “Revolução da cruz e do crescente”, reclamando um Estado laico no Egito.⁴⁹

No Sudão, como já vimos anteriormente (P. 37), o conflito que opôs durante décadas o norte de maioria muçulmana e o sul, com uma presença mais importante de cristãos, não era fundamentalmente religioso. Ele ocultava grandes interesses econômicos: cerca de 80% das reservas de petróleo encontram-se na região sul, onde hoje foi formado o país chamado Sudão do Sul.

A “Primavera Árabe”: alguns aspectos pouco divulgados - (Egito, Tunísia)

As revoltas populares conhecidas como a “Primavera Árabe”, que eclodiram no ano de 2011 no norte da África e em alguns países do Oriente Médio, trouxeram à tona não somente as contradições internas a esses países como também as verdadeiras intenções dos países da OTAN nesta região, como foi particularmente o caso da Líbia. A região foi e continua sendo também o palco de atuação das diferentes tendências islâmicas que se manifestaram no rastro dos acontecimentos de 2011.

Neste contexto, vale ressaltar um fato novo e raramente mostrado na mídia: o peso e a participação do mundo do trabalho, particularmente no Egito e na Tunísia, influenciando inclusive as repercussões político-sociais das revoltas urbanas nestes dois países.

Uma das vitórias concretas da Primavera árabe terá sido a redução, e mesmo a eliminação, das limitações impostas ao sindicalismo. Os trabalhadores puderam organizar sindicatos independentes, o que era impossível anteriormente. (Chomsky, 2015: 108).

E Chomsky acrescenta:

Entre as conquistas da Primavera árabe, tanto no Egito quanto na Tunísia, é preciso destacar a redução considerável das limitações impostas à liberdade de expressão.

Trata-se de uma evolução considerável. As forças armadas estão sempre presentes (mais no Egito do que na Tunísia), mas eu tenho, apesar de tudo, a impressão que este novo fermento vai abrir novas vias. Estamos apenas no começo. (idem).

Ainda segundo Chomsky, era exatamente nesses países que existiam fortes movimentos operários, que há muito tempo lutavam pelos direitos dos trabalhadores. No Egito, as manifestações da praça Tahrir que constituíram o palco principal dos acontecimentos, foram organizadas pelo Movimento 6 de Abril de jovens profissionais. Movimento este que era o prolongamento das manifestações operárias ocorridas em abril de 2008 e que haviam sido esmagadas pela ditadura de Mubarak. Esta foi derrubada na Primavera Árabe e seu chefe preso. Mas, os caminhos para a verdadeira superação de um regime ditatorial são tortuosos.

Nas primeiras eleições após os eventos, em junho de 2012, saiu vitoriosa das urnas a Irmandade Muçulmana, movimento islamista

há décadas perseguido no país. Com uma visão liberal de governo, não pode ser confundido com os movimentos extremistas e sanguinários. Morsi, candidato da Irmandade Muçulmana, foi o primeiro presidente eleito democraticamente no país. Mas, mesmo assim, não ficaram mais de um ano no poder. Foram praticamente destituídos. Após um referendo com aparência eleitoral, Morsi foi substituído por um marechal na reserva, Abdel Fatah al- Sissi, ex-chefe da inteligência militar. Era o retorno ao tipo de regime que parecia ter sido varrido em 2011. O golpe veio para ficar e garantir a perpetuidade dos enormes ganhos concentrados nas mãos dos militares, cujo império econômico representa 40% do PIB nacional.

O governo de al-Sissi, além de incompetente, virou um banho de sangue. Em agosto de 2013, dois grandes massacres foram perpetrados em duas mesquitas e cerca de mil adeptos da Irmandade Muçulmana foram assassinados. Este se tornaram o alvo de uma enorme campanha de tipo fascista e sobre eles se abateu uma repressão maior em volume e intensidade do que as que sofreram durante os regimes anteriores dos três últimos presidentes. Jornalistas são perseguidos e presos, a mídia é cerceada, o movimento pró-democracia 6 de abril é perseguido, reivindicações e protestos populares são assimilados a ameaças à segurança nacional.

Mas, apesar de tudo, um dos grandes legados da “Primavera Árabe” no Egito, é que a população perdeu o medo. (Ver artigo de José Antonio Lima, Carta Capital.com.br, de 29/05/2014).

Na Tunísia, país que encabeçou o movimento da Primavera Árabe, após a queda do ditador Bem Ali não faltaram episódios sangrentos envolvendo os movimentos fundamentalistas ao longo dos anos, até os dias atuais. A queda de Bem Ali abriu o caminho para a democratização do país, incluindo a volta dos exilados e a legalização do partido islamista Ennahda. Este obteve um número importante de assentos na Assembleia Constituinte de outubro de 2011 e decidiu unir-se aos partidos laicos e renunciar à *charia*. Em 2013, abre-se uma nova crise no país provocada sobretudo pelas ações sangrentas dos grupos radicais

islâmicos, o que levou também, sob a pressão das ruas, à retirada do governo do partido Ennahda. Mas, com a promessa dos grupos seculares garantirem um maior papel da religião na vida pública do país. Em 2014, a nova Constituição foi aprovada, seguida de eleições parlamentares e da primeira eleição presidencial livre.

Em outubro de 2015, o prêmio Nobel da Paz foi atribuído ao Quarteto de Diálogo Nacional da Tunísia, composto pela União Geral Tunisiana do Trabalho, UGTT, central nacional sindical; a União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato, UTICA, órgão patronal; a Liga Tunisiana dos Direitos Humanos, LTDH, e a Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia, ONAT. Estas organizações mediarão o diálogo nacional durante a crise econômica e política que abalou o país em 2013. Sem entrar no mérito da questão relativa às escolhas feitas, ao longo dos anos, pela instituição do Prêmio Nobel, esta atribuição deixa vislumbrar que foi na Tunísia que a Primavera Árabe (Revolução do Jasmim) obteve o maior sucesso.

Colocando face a face o processo da Primavera Árabe e a evolução recente da maioria dos países da América Latina, Chomsky afirma: “*Caso a Primavera Árabe caminhasse na mesma direção (integração e independência), o que ainda é possível, a ordem mundial seria radicalmente transformada. Eis porque o Ocidente faz tudo para impedi-lo.*” (2015): 110.

Referências bibliográficas

- ALI, Tariq (2002). *Confronto de fundamentalismos – cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record.
- ATLAS (2008). *África I e II – National Geographic*. São Paulo: Abril.
- BELLUCCI, B. [Coord.] (2003). *Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAA/UCAM – CCBB-RJ.
- CLOT, André (2004). *L'Espagne musulmane – VIIIè-XVè siècle*. Paris: Editions Perrin.

- CHOMSKY, Noam VLTCHEC, Andre (2015) *L'Occident Terroriste – D'Hiroshima à la guerre des drones*. Montreal : Les éditions Ecosociété.
- COCKBURN, Patrick (2015) *A origem do Estado Islâmico (O fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista)*. São Paulo : Autonomia Literária
- GALY, MICHEL (sob a direção de) (2013) *La guerre au Mali*-Paris Editions La Découverte.
- GEZE, François (2013) *Le jeu trouble du régime algérien au Sahara in :La guerre au Mali* : 148 – 168. Editions La Découverte, Paris.
- GRESH, Alain- RAMADAN, Tariq (2002). *L'islam en questions*.Arles : Actes Sud.
- HOURANI, Albert (2006). *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- ILIFFE, John (1999). *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar.
- KEENAN, Jeremy (2009) *Dark Sahara. America's War on Terror in Africa*. Londres: Pluto Press.
- KÜNG, Hans (2010). *ISLÃO passado, presente e futuro*. Lisboa: Edições 70.
- MANIERE DE VOIR – *Afrique, enfer et eldorado* - n° 143, Out.Nov. 2015. Paris : Le Monde Diplomatique.
- MUNANGA Kabengele (2009). *Origens africanas do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Global.
- NGASSAN, Rodrigue Nana (2015) *Boko Haram étend son emprise au Cameroun*. in: Manière de Voir, op.c.
- PING, Jean (2015) *En Lybie, le choix de la guerre*.in : Manière de Voir, op.c.
- PRUNIER, Gérard (2015) *Nairobi aux prises avec les Chabab*. In : Manière de Voir. Op.c.
- SILVA, Alberto da Costa e (2002). *A manilha e o libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SILVA, Alberto da Costa e (2006). *A enxada e a lança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- SURET-CANALE, Jean (1980). *Essais d'Histoire Africaine*. Paris: Editions Sociales.
- M. EL FASI, Diretor da publicação, (1998). *Histoire Générale de l'Afrique*. vol. III (Edição abreviada). Paris: UNESCO/Présence Africaine/Edicef.
- B.A. OGOT, Diretor da publicação, (1997). *Histoire Générale de l'Afrique* vol.V(Edição abreviada). Paris: UNESCO/Présence Africaine/ Edicef.
- A.A. MAZRUI, C. WONDJI, Diretores da publicação, (1998). *Histoire Générale de l'Afrique* vol VIII (Edição abreviada) Paris: UNESCO/ Présence Africaine, Edicef .
- A. ADU BOAHEN, Diretor da publicação, (2000). *Histoire Générale de l'Afrique* vol.VII. Paris: UNESCO/Présence Africaine/Edicef.

Notas

¹ Região do norte da África formada pela Tunísia, Argélia e Marrocos. O grande Magrebe inclui também a Líbia e o Chade.

² Cidade da península arábica onde Maomé e seus seguidores refugiaram-se das hostilidade sofridas na Meca. O ano da emigração passou a contar como o ano I do calendário muçulmano.

³ Cristãos do Egito, cuja pregação chegou até a Etiópia. Hoje, há coptas separados da Igreja Católica e, outros, minoritários e só no Egito, unidos à Santa Sé.

⁴ Religião monoteísta fundada na Pérsia antiga pelo profeta Zaratustra no século VI a.C.

⁵ Província do Império Romano que corresponde à França atual.

⁶ Ifríquia corresponde ao território atual da Tunísia e da Argélia oriental. A denominação teria dado origem ao nome do continente: África.

⁷ A dinastia otomana é originária da tribo pertencente ao ramo *oghuz* dos Turcos

⁸ ALI, 2002: 67

⁹ Idem : 70

¹⁰ O Sudão aqui tratado não se refere ao atual país, mas à região situada logo ao sul do Saara, faixa de terra assim conhecida, que se estendia do Atlântico ao centro do continente.

¹¹ Um dos ramos do karijismo, que representou as aspirações dos berberes e pregava uma versão democrática do Islã.

¹² Historiador e geógrafo cordobês (Andaluzia)- 1014-1094.

¹³ Atual Gana.

¹⁴ Queda do reino de Granada, em 1492, último bastião da presença muçulmana e da cultura multiétnica na península Ibérica. Uma vitória dos reis católicos, Fernando e Isabel.

¹⁵ Aqueles que conduziam as caravanas transportando mercadorias através das rotas transsaarianas que ligavam a África do Norte ao Sudão ocidental, central e oriental.

¹⁶ Ramo do povo malinque que constituiu as bases do Império do Mali.

¹⁷ Peul, chamados também *fula ou fulani*, povo nômade dedicado ao pastoreio de bovinos, das regiões ocidentais do Sael. Hoje, são mais de 12 milhões vivendo nas mesmas condições de há muitos séculos, espalhados por vários países da África. Mas, através da História, uma grande parte dos seus descendentes se sedentarizaram e suas elites estiveram à frente de poderosos reinos.

¹⁸ Antigo Teccur, no atual Senegal.

¹⁰ Constituíram, no início do século XIX, uma confederação teocrática, destruída pela colonização francesa.

²⁰ Dinastia estabelecida desde o século XVI.

²¹ Região situada no vale do rio Nilo, compartilhada atualmente pelo Egito e o Sudão. Berço de uma das mais antigas civilizações da África.

²² Nas proximidades de onde hoje ficam as cidades de Al-AUbayyid e de Kosti no Sudão atual.

²³ Região que corresponde aos atuais países Etiópia, Eritreia, Djibuti e Somália.

²⁴ O idioma oficial e o mais falado na Etiópia atualmente.

²⁵ Ramos da família lingüística camito-semítica, que compreende várias línguas faladas hoje na África oriental.

²⁶ O Império de Monomotapa, estendeu-se entre os rios Zambeze e Limpopo num território hoje dividido entre Moçambique, África do Sul, Zimbábue e Malauí. Foi fundado provavelmente no século XI e a ofensiva

colonial do século XIX o aniquilou. Seus antigos territórios voltaram a ser divididos em diversos reinos.

²⁷ Leis e regulamentos elaborados pelos juristas a partir do Corão e dos ensinamentos de Alá, visando enquadrar a vida dos muçulmanos.

²⁸ A.A. Mazrui, C. Wondji (Dir. Publ.) 1998: 326-327.

²⁹ Robert Mantran – História do Islã, de Maomé ao Império Otomano- in: “Encyclopédie Universalis”- web, novembro 2010.

³⁰ Tratado de Paz de Lausanne: 24/04/1922.

³¹ Olatunji Olotuntiméhin, in: *Histoire Générale de l’Afrique*, Tomo VII cap. 22, p. 609-Paris 2000.

³² Oriundos do Magrebe: Marrocos, Argélia, Tunísia.

³³ Diretor de pesquisa no CNRS (*Centre National de La Recherche Scientifique*), Paris

³⁴ O movimento palestino Hamas islamisa o discurso nacionalista e certos ulemas sauditas apoiam os talibãs e, mesmo, Bin Laden.

³⁵ Literalmente “esforço” em árabe, que depois passou a designar a guerra contra os adversários do Islã, primeiro entre os deveres coletivos do Estado islâmico.

³⁶ População mundial estimada em 1,5 bilhão de fiéis muçulmanos.

³⁷ *Hadith* são as palavras, feitos e gestos do Profeta. Estes curtos relatos foram feitos pelos primeiros companheiros de Maomé e, depois de sua morte em 632 de nossa era, foram primeiro transmitidos oralmente e, depois, recolhidos e redigidos ao longo do século VIII.

³⁸ Alain Gresh, 2002:136

³⁹ Hassan alBanna fundou no Egito o movimento da “Irmandade Muçulmana”, Madudi foi o líder islamista no Paquistão e o Iman Komeini, o líder no Irã.

⁴⁰ Sábios, especialistas das ciências religiosas

⁴¹ Atual primeiro ministro da Turquia

⁴² Partido político islâmico (Partido do Bem Estar) fundado por Tekdal Ahmet em 1983, em Ancara, e dissolvido em 1998.

⁴³ Partido da Justiça e do Desenvolvimento, criado em 2001, com disidentes do movimento islamista tradicional. Declaram-se democratas

conservadores e comparam-se aos partidos democrata-cristãos europeus. Ganharam as eleições de 2002, obtendo maioria absoluta na Assembléia Nacional.

⁴⁴ “Frente Islâmica de Salvação”, movimento banido da vida política argelina após sua vitória nas eleições de 1991. Estas foram anuladas pelo governo da época, abrindo quase uma década de guerra civil no país.

⁴⁵ Al Qaeda.

⁴⁶ Conjunto da comunidade muçulmana.

⁴⁷ Coptas: cristãos ortodoxos do Egito que se tornaram independentes no ano de 451. O seu papa é o patriarca de Alexandria.

⁴⁸ Le Monde.fr- 21/02/2011, 11h52.

⁴⁹ Idem

O tráfico transatlântico de escravos e o desenvolvimento do capitalismo mercantil

Luiz Carlos Fabbri

(*In memoriam*)

1. O trabalho escravo

1.1. *Origens*

A escravidão existiu desde tempos imemoriais em todos os quadrantes do globo, tanto no Ocidente como no Oriente. Desde a Antiguidade Clássica, todas as grandes religiões monoteístas contribuíram, cada uma a seu modo, para justificar a escravidão, legitimando a captura e a comercialização de escravos. Com o passar do tempo contudo o foco da justificação foi-se estreitando aos infiéis, ao mesmo tempo em que crescia a preocupação com a situação dos cativos. Factualmente, nem a Bíblia nem o Corão condenam a escravidão como tal e muito menos preconizam a sua abolição.

A civilização ocidental e cristã, em que muitos vão buscar os fundamentos da democracia, do direito e do amor ao próximo, praticou a escravidão como algo natural. O próprio cristianismo, em seus albores, condescendia frente à existência do trabalho escravo. São Paulo exortava candidamente os escravos a obedecerem aos seus “senhores” e a estes, que tratassem bem os seus escravos, associando a escravidão ao pecado. Com base nisso, Santo Agostinho elaborou a doutrina justificatória de que a escravidão seria uma punição de Deus pelos pecados dos homens. Com a transformação do cristianismo em religião oficial do Império Romano por Constantino em 313, a própria Igreja, como instituição, foi-se transformando rapidamente em grande proprietária de terras e escravos, opondo-se à sua alforria, mesmo quando o movimento abolicionista viria a ganhar força.

Isso não impediu a Igreja Católica, sob Leão 13, no final do século XIX, quando a escravidão já havia sido abolida em todas as partes, de defender uma “cruzada negra”, felizmente nunca concretizada, cujo objetivo seria o de extirpar a África do flagelo da escravidão, apresentada como obra dos muçulmanos. Na verdade, embora a escravidão seja considerada hoje, universalmente, como um atentado intolerável aos direitos mais elementares do ser humano, foi praticada em toda a cristandade por dois mil anos, sob a legitimação da religião e da filosofia que lhe serviam de fundamento.

Filósofos da Antiguidade, como Platão e Aristóteles, apesar de sua grandeza, não escaparam aos limites humanos e intelectuais que a existência do trabalho escravo colocava sobre seu pensamento. Marx, no capítulo primeiro d’O Capital referendava o gênio de Aristóteles, que desvendara a condição de igualdade na troca de mercadorias, porém sem lograr entender o conteúdo de trabalho no valor dessas mercadorias trocadas, uma vez que a sociedade grega repousava sobre o trabalho escravo. Para o direito romano, a escravização era considerada uma condição legal, quando de prisioneiros de guerra se tratasse.

Assim, quando os colonizadores ibéricos chegaram às Américas, traziam em sua bagagem um capital de crenças, saberes e práticas acerca da escravização de seres humanos, que haviam sido acumuladas pelos europeus desde a Antiguidade, prolongando-se pela Idade Média e chegando até o século XV, fundado em particular no comércio de escravos que, ainda que em escala reduzida, tinham praticado entre as costas da África e do Mediterrâneo. Foi assim inteiramente “natural” que se pusessem a escravizar os indígenas do Novo Mundo, logo à sua chegada.

1.2. Caracterização do trabalho escravo

O conceito de “escravo” precisa ser compreendido de maneira concreta. Sua existência emana da relação complexa e perversa entre a sua condição simultaneamente de ser humano e de propriedade particular. Trata-se propriamente de uma dialética, porque o valor do

escravo reside no fato de ser uma pessoa, embora seu valor como pessoa dependa do fato de ser propriedade. Ou seja, seu valor, como propriedade de alguém, não pode ser dissociado do fato de sua condição de ser humano, portador de consciência, inteligência e todos os atributos que possam qualificá-lo como tal, e, portanto, radicalmente distinto da propriedade da terra ou de qualquer outro bem e o valor material que possa possuir.

É o que diz Claude Meillassoux:

Nos termos do direito, o escravo é descrito como um objeto de propriedade [...]. Mas do ponto de vista da exploração, a assimilação de um ser humano a um objeto ou mesmo a um animal é uma ficção contraditória e insustentável. Se na prática o escravo fosse tratado como tal, a escravidão não teria nenhuma superioridade sobre o uso de instrumentos materiais ou a criação de animais. Na prática, os escravos não são utilizados como objetos ou animais [...]. Em todas as tarefas – mesmo no transporte de carga – e por menos que seja, apela-se para a razão do escravo, e sua produtividade ou utilidade aumenta na proporção do recurso que se faz da sua inteligência. (Meillassoux, *apud* Pétré-Grenouilleau, 2009, página 37)

No plano do direito internacional, o artigo 1º da Convenção relativa à escravidão, assinada em Genebra em 1926, define esta, em seu Artigo 1º, como “o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade”.¹

Trata-se de uma definição bastante genérica, na medida em que abstrai o contexto sócio-histórico de dominação do outro que subjaz ao processo de escravização. Com efeito, a escravidão sempre se impõe àquele que não faz parte de uma dada sociedade ou que não é reconhecido como tal, resultando historicamente de processos de exploração ou de conquista que incidem sobre pessoas estranhas a um deter-

minado referencial sócio-cultural. Além disso, o direito à propriedade de escravos teve frequentemente um caráter consuetudinário, não sendo objeto do direito, e o seu reconhecimento social estava associado à possibilidade histórica de comprar e vender seres humanos.

Uma Convenção suplementar sobre a abolição da escravidão de 1956², em vigor desde 1966, tornou ainda mais imprecisa a definição de escravo ao incluir “instituições e práticas análogas à escravidão”, estendendo a escravidão a “pessoa em condição servil”. Com isso, agregavam-se à norma, a servidão por dívidas, a servidão propriamente dita, o casamento forçado mediante remuneração aos pais ou tutores, a cessão de mulheres e crianças a terceiros. Embora todas essas práticas sejam opressivas e cruéis, são substancialmente distintas da escravidão mercantil que marcou a colonização das Américas, embora apontem para formas mais contemporâneas de escravismo.

Para o nosso propósito, qual seja o do tráfico transatlântico de africanos e a sua utilização como escravos nas Américas, a escravidão pode ser caracterizada como um regime, o escravismo ou escravatura, resultante de processos históricos de dominação política e exploração econômica, pelo qual se submetiam seres humanos de outras origens à propriedade real de “senhores”, que podiam negociá-los no mercado, com o beneplácito de um poder soberano, tendo como objeto utilizá-los produtivamente como mão de obra.

1.3. As trocas pré-coloniais e os primórdios da escravidão na África

Como em outras partes do mundo, a escravidão existia na África desde tempos remotos, principalmente nas sociedades que tinham alcançado certo nível de estratificação social, com o aparecimento de aristocracias tribais e formas de dominação baseadas no pagamento de tributos e na criação de entidades supracomunitárias. Essa evolução das formas tradicionais de organização social teve no comércio com o exterior seu ponto de inflexão, na medida em que alguns grupos sociais dominantes assumiam o controle do comércio saariano de

longa distância, feito por meio de caravanas de camelos em direção ao Mediterrâneo ou, então, com destino a pontos da costa do Atlântico e do Índico, neste último caso percorrendo muitas vezes longas distâncias a pé.

Ao referir-se a este período histórico, que vai até meados do século XV, alguns autores tipificam um modo de produção africano, que combinaria uma economia familiar, de caráter comunitário ou patriarcal, com a ação específica de um grupo social diferenciado no controle dos intercâmbios a longa distância. As formas de escravidão surgidas neste contexto não tinham ainda um caráter totalmente mercantil e nem eram generalizadas, além de jamais terem alcançado o volume e os níveis de exploração do trabalho escravo que viriam a ocorrer nas Américas. Nesses primórdios, os escravos eram empregados em atividades domésticas ou trabalhos públicos e não existiam ainda diferenças significativas nas suas condições de vida material com respeito ao restante da população, além de que, em alguns casos, era-lhes possível libertar-se pelo trabalho e mesmo casar-se com membros da comunidade.

Os primeiros encontros de navegadores europeus com o continente africano foram relativamente casuais, quando estes partiam no século XV em busca do caminho para as Índias e das apreciadas especiarias, além do ouro e dos metais preciosos. Nesse período, a prática da escravidão de africanos por europeus ocorria tão somente em áreas circunscritas, nos poucos centros urbanos da costa da África ou em ilhas próximas, ou ainda nas ilhas colonizadas por árabes no Índico, ficando os escravos em geral integrados às famílias, embora tal condição pudesse ocultar um nível dissimulado de parentesco para melhor assentar a condição de dominação.

No caso da Península Ibérica, a chegada dos primeiros escravos africanos tinha sido o fruto desse comércio de longa distância, inicialmente vinculado à ocupação moura, porém prosseguindo após sua expulsão em 1249, muitas vezes sob a justificativa de procurar convertê-los ao cristianismo. Com a expansão do cultivo da cana de

açúcar, inicialmente nas ilhas atlânticas e estendendo-se depois até o Cabo Verde, iniciava-se, no entanto, uma nova forma de exploração que vai prosseguir em direção às Américas a partir do século XVI. Este foi o ponto de partida da rapina do continente pela metrópole colonial que, ao mesmo tempo em que rompia com o monopólio de mercadores árabes e persas, viria a tragar tudo à sua volta, inclusive grandes contingentes de seres humanos.

2. A escravidão mercantil e seu impacto na África

2.1. Características da escravidão mercantil

A inserção da África no sistema capitalista em formação se deu essencialmente com o tráfico de escravos através do Oceano Atlântico, visando suprir com mão de obra barata a ocupação colonial das Américas. De meados do século XV até os anos 80 do século XIX, esse tráfico transatlântico ganhou uma escala inédita, dando origem a um novo regime internacional, a escravidão mercantil. Com ele, se submetia o continente, de maneira direta ou indireta, a interesses alheios às sociedades africanas, cooptando suas elites, mas ao mesmo tempo moldando sua evolução social e econômica ulterior.

O tráfico de escravos africanos para as Américas se servia nesse contexto da participação ativa de elites africanas, que atuam como sócios menores à empresa de colonização do Novo Mundo, porém trata-se de uma dinâmica de acumulação mundial comandada por interesses europeus, que tem na mercantilização de escravos um de seus motores essenciais. Embora a presença física de europeus na África fosse reduzida ao longo desse período, a exploração de rivalidades étnicas entre africanos e as novas dinâmicas geradas pelo tráfico em aristocracias tribais acentuaram os níveis de conflitos internos, ao mesmo tempo em que se agregavam sucessivamente ao tráfico de escravos vários pontos de costa, dando origem a uma nova estrutura econômica e a grandes migrações no próprio continente.

O comércio de escravos se transformou assim na mola propulsora das relações da África com o mundo exterior, levando à construção de fortificações ao longo da costa e introdução de mercadorias estrangeiras, particularmente a aguardente, bens de consumo de pouco valor agregado e, cada vez mais, armas. Grande parte do continente africano se transformou num viveiro imenso de povos e convulsionou várias regiões em áreas de conflito, submissão e resistência, muitas vezes impotente frente às armas de fogo dos negreiros europeus. Do ponto de vista demográfico, o impacto é contudo diversificado, devido às orientações dos fluxos do tráfico no interior do continente, resultando em regiões de forte punção e outras, atingidas mais indiretamente, pelo circuito de comercialização. Estimativas recentes situam o número de escravos embarcados para as Américas em cerca de 15 milhões de seres humanos, o que permite aquilatar a magnitude do processo.

A preponderância portuguesa sobre o tráfico se estende até meados do século XVI, sendo daí por diante, substituída por holandeses até a primeira metade do século XVII, que vão perdendo sucessivamente a supremacia para a França na parte final do século, caindo na seqüência sob o domínio dos ingleses até a abolição da escravatura decretada pela Inglaterra em 1831.

Segundo Eltis et alli (2000), de um total de 27.251 “viagens negreiras” entre 1527 e 1867, para as quais há registro, cerca de 42,7% portavam bandeira inglesa e 26,8% portuguesa (incluindo o Brasil), o restante se distribuindo entre a França (14,8%), EUA (6,3%), Holanda (4,5%), Espanha (4,1%) e Escandinávia (0,8%). Isso significa que o tráfico transatlântico foi realizado majoritariamente por ingleses e portugueses, com cerca de 7 de cada 10 viagens de navios negreiros. Segundo esses autores, em termos de africanos desembarcados, negreiros portugueses seriam responsáveis por 4,4 de um total de 9,6 milhões que aportaram às Américas.

O debate acadêmico sobre o impacto do tráfico transatlântico na África e o potencial de desenvolvimento no continente carrega um elevado conteúdo ideológico. Desde a publicação da obra clássica

Como a Europa subdesenvolveu a África, de Walter Rodney em 1972, uma plêiade de pesquisadores têm cerrado fileiras, procurando subestimar ou simplificar a amplitude dos cálculos baseados em registros disponíveis e igualmente reduzindo o impacto do tráfico à sua incidência quantitativa no comércio mundial ou na população total do continente. Com isso, passam batido sobre os obstáculos estruturais gerados pelo tráfico no que diz respeito às condições predominantes da agricultura de subsistência e à sua incapacidade de gerar excedentes econômicos que pudessem favorecer o desenvolvimento africano no médio e longo prazo.

Resumindo o processo da escravidão mercantil, Davidson (1978) distingue três etapas do tráfico de escravos africanos com destino às Américas:

- No início, os europeus desembarcavam em pontos da costa africana, penetrando um pouco no interior e capturando africanos.
- Na sequência, estabeleciam alianças com chefes da costa e os apoiavam materialmente em suas guerras contra outros chefes inimigos, insuflando assim relações de poder e hierarquia entre povos africanos.
- A partir do século XVII, o crescimento do comércio triangular Europa-África-Américas impôs a regularização e a pacificação do sistema de tráfico. Os chefes tribais aliados e seus agentes passavam a controlar o comércio em terras africanas, enquanto que os europeus detinham o monopólio da compra de escravos na costa e, com isso, passavam a controlar o conjunto do tráfico transatlântico.

Os principais instrumentos do tráfico de escravos foram companhias monopolistas organizadas pelas potências européias, cujos privilégios comerciais e territoriais eram assegurados pelas metrópoles de origem, e que possuíam entre seus acionistas, nobres, governantes e membros das elites dominantes, inclusive filósofos e pensadores. Tratava-se de um próspero negócio, com lucros polpidos tanto ao nível da atividade propriamente, como da compra e venda especulativa de direitos ou quotas entre particulares e mesmo entre países.

O tráfico era realizado por meio de navios ditos negreiros, daí a designação de tráfico negreiro, que transportavam escravos avaliados em toneladas ou peças. Eram recolhidos em armazéns ou entrepostos costeiros e levados pelo Atlântico até seu ponto de destino. Por exemplo, a Companhia Portuguesa da Guiné assumiu contratualmente em 1696 o fornecimento de “dez mil toneladas de negros”. Outras vezes, os escravos eram avaliados em peças, sendo o padrão de uma peça determinado pelas características dos melhores entre eles. Assim, por exemplo, dois meninos de 3 a 7 anos poderiam valer uma peça. Cálculos eram feitos sobre as vantagens econômicas entre comprar ou criar escravos, analisando um conjunto de variáveis, como o seu custo de manutenção e sua vida útil. A nomenclatura das contas do tráfico era macabra: direitos de tráfico, imposto real por negro vendido, prioridade de aquisição de lotes para príncipes, porcentagem para mediadores... As naves, por sua vez, levavam nomes sublimes como Jesus, Concórdia, Justiça, ou mais específicas, como Flor de Moçambique ou Flor de Angola, embora fossem equipadas com grotescas ferragens e correntes, destinadas a aprisionar sua carga humana.

Além de escravos, os navios negreiros transportavam peles, marfim, ouro, e desembarcavam na África, tecidos, roupas e quinquilharias, e, com o passar do tempo, escopetas e fuzis usados. As várias etnias recebiam classificações do tipo robusto, dócil, revoltoso, inclinado ao suicídio, bom agricultor... Nos entrepostos comerciais da costa, que eram verdadeiros prostíbulos, os escravos capturados ao longo da costa ou no interior eram empilhados em armazéns infectos chamados “barracões”.

Como essa tragédia humana foi possível? Dois notáveis historiadores, Basil Davidson e Joseph Ki-Zerbo colocam questões de fundo sobre esse verdadeiro holocausto africano. Segundo esses autores, quando se produziram os primeiros contatos entre europeus e africanos nos séculos XV e XVI, havia uma relativa igualdade de condições à partida entre os dois continentes, no plano histórico. Na África havia “impérios” bastante prósperos, como os de Gana, Mali, Songhay,

Bornu, bem como reinos como o Benin, Mossi e Congo, ou seja, estava em curso um processo de estruturação política, que poderia, em sua evolução, ter reservado um outro papel ao continente. Na Europa, por sua vez, a partir do século XIV, o sistema feudal encontrava-se em crise, assomado por epidemias e fomes, e principalmente pela Peste Negra, que havia assolado o continente em meados deste século, causando uma queda acentuada na demografia e grande escassez de mão de obra. Ao mesmo tempo, estavam surgindo as monarquias e começava a ascender uma nova classe, a burguesia, provocando o crescimento das cidades e seu papel.

Como foi então possível passar de um plano de relativa igualdade do ponto de vista histórico a um processo de subjugação e exploração desenfreada do continente africano, ao mesmo tempo em que se gerava o mito da inferioridade natural do africano? Como se explica que a Europa tenha conseguido expandir seu poder e sua riqueza entre os séculos XV e XIX, enquanto que a África não tenha podido fazer nada semelhante? Para esses autores, a resposta está na mudança da natureza do comércio de escravos, com o desenvolvimento da escravidão mercantil e o papel crucial que esta viria a assumir no desenvolvimento do capitalismo. Frente à crise e aos conflitos internos na Europa, portugueses e espanhóis, seguidos depois por holandeses, franceses e ingleses, lançaram-se à colonização das Américas, fundando-a no tráfico de escravos africanos, uma imposição pela força da Europa à África e gerando assim um dos alicerces de uma nova economia-mundo.

Segundo Davidson, a África ficou estancada pela escravidão mercantil. A situação teria sido outra caso tivesse havido um intercâmbio mais variado e intenso, porque poderia ter-lhe aberto a possibilidade de uma relação mais igualitária com a Europa e o mundo exterior. Mesmo a colonização, caso tivesse ocorrido no período, poderia ter gerado reações contrárias dos povos africanos à submissão, conduzindo a lutas por mudanças políticas e pelo desenvolvimento. Porém, com o tráfico negreiro, a economia africana ficou reduzida à mono-

exportação de escravos, principalmente a partir de 1650. Com isso, a África passava e exportar seu capital mais importante, a mão de obra. Em troca, as elites africanas recebiam bens de consumo de valor duvidoso, o que lhes impedia sequer de acumular, desenvolvendo, por exemplo, uma indústria artesanal. Pelo contrário, aguardente e, sem dúvida, as armas tornavam-se meios poderosos para prosseguir na captura de escravos no interior do continente, em favor de seus sócios europeus. As chefias africanas eram assim fortalecidas e incentivadas, mesmo lá onde não existiam ou eram fracas, subvertendo quando necessário as raízes de sua representatividade e promovendo formas autocráticas de poder.

Em suma, o emergente capitalismo mercantil fez do tráfico negreiro um sistema de comércio pujante e regular, à escala do continente, dividindo a costa em zonas de influência europeia e convertendo os escravos na única mercadoria africana de valor, muito embora a presença europeia permanecesse reduzida aos limites de seus entrepostos e fortificações. O desenvolvimento do capitalismo na Europa e no mundo, o crescimento da indústria, o enriquecimento de investidores e o bem estar dos colonos europeus traduziram-se numa catástrofe histórica de grandes proporções para a África e os africanos.

2.2. O tráfico negreiro e a acumulação

primitiva: a primeira globalização

O comércio triangular Europa-África-Américas possibilitou uma enorme acumulação de capital. Neste processo, o tráfico transatlântico e o trabalho escravo em grande escala representaram uma condição fundadora, necessária à viabilidade do capitalismo mercantil. Foi sem dúvida a generalização do escravo-mercadoria e a sua incorporação, como força produtiva à expansão econômica europeia que propiciou a elevada rentabilidade do negócio colonial nas Américas.

A Europa tornou-se receptora de ouro, prata, mercadorias a baixo custo e outros recursos em proveniência principalmente das Américas. Ademais, milhões de europeus migraram ao Novo Mundo como

colonizadores, desafogando o continente europeu no plano demográfico e fundando a presença humana sobre a qual assentaria sua dominação colonial e a apropriação das riquezas do continente americano. O tráfico negreiro esteve assim no nascedouro da pujança européia, tendo possibilitado a ampliação do comércio e o crescimento do sistema financeiro, dos transportes marítimos e, sucessivamente, do desenvolvimento da indústria e da agricultura no continente.

A África, ao contrário, ficou estagnada. Uma grande parte de sua população foi assassinada ou deportada, suas sociedades tradicionais foram em grande medida desestruturadas, os conflitos internos a levaram a uma situação de permanente conflagração, ao mesmo tempo em que o trabalho de africanos assegurava a produção de mercadorias a baixo custo e a exploração colonial das riquezas do continente americano.

O tráfico transatlântico de escravos africanos esteve assim na base do que Marx denominou acumulação primitiva do capital e a concentração de enormes massas de capital mercantil que seriam investidos posteriormente na indústria manufatureira, principalmente na Grã Bretanha e na França. A esta primeira internacionalização da atividade econômica do capital, convencionou-se chamar “primeira globalização”.³

De certa forma, esse processo, que se estende até o final do século XIX, prepara o caminho para a ocupação colonial da África a partir de meados deste século e marca o destino do continente africano e da história humana por quase meio milênio. A matriz de desenvolvimento desigual daí resultante colocou, por um lado, as metrópoles coloniais e neocoloniais e, por outro, o capitalismo periférico e subdesenvolvido africano, com reflexos até os nossos dias, tanto ao nível da divisão internacional do trabalho, como de muitas situações de conflito e de exclusão social que perduram no continente.

2.3. A desestruturação das sociedades tradicionais africanas

O continente africano foi o grande perdedor com o tráfico de escravos, na medida em que a troca em termos puramente mercantis foi

extremamente desigual e não gerou as condições para um crescimento econômico das regiões mais afetadas, pela via, por exemplo, do enriquecimento dos chefes africanos que se haviam aliado aos negreiros e de investimentos na economia local. Estima-se atualmente que, para cada escravo desembarcado nas Américas, pelo menos três tenham sido mortos em conflitos gerados pelo tráfico na África ou durante o transporte, o que perfaz a impressionante cifra pelo menos 30 milhões de perdas em vidas humanas.

Nas sociedades africanas, o tráfico não somente induzia à guerra e à rapina entre as tribos como atingia principalmente os mais jovens, os mais fortes e os mais saudáveis. Com frequência, os recém nascidos eram separados de suas mães, aumentando a mortalidade infantil. Os negreiros preferiam “os meninos imberbes e as meninas de seios eretos”. Esta preferência por homens e mulheres jovens afetou a própria divisão do trabalho, mantendo na agricultura africana um padrão de atividade preponderantemente de subsistência, realizada por mulheres adultas e crianças.

A proliferação das guerras com o propósito de submeter outros povos e capturar escravos, a partir de zonas próximas à costa, fazia crescer os conflitos entre litoral e interior. Os reinos existentes se desintegravam, causando o declínio das técnicas e da atividade produtiva. Estados do interior, como os reinos do Monomotapa e do Congo, tornavam-se particularmente fragilizados. Populações segmentárias, com pouca divisão interna do trabalho, eram arrasadas e vastas zonas do interior esvaziadas. Com isso, deterioravam-se as relações entre os povos africanos, alteravam-se as formas de mobilidade humana e faziam crescer as migrações em busca de zonas de difícil acesso e longe do tráfico e das guerras, alterando-se assim a distribuição geográfica e espacial da população e o panorama étnico dos assentamentos humanos.

Segundo Curto & Gervais, o caso de Luanda, bem documentado, é particularmente expressivo acerca das grandes mudanças demográficas causadas pelo tráfico, com maior intensidade em cidades portu-

árias. De 1770 até 1840, período coberto por censos realizados no período, Luanda permanecia o mais importante centro exportador da África Ocidental para as Américas, mantendo-se nesta condição nos embarques com destino ao Brasil, mesmo após a abolição do tráfico em 1831. O fluxo de escravos do interior variava segundo a demanda, provocando defasagens, com a retenção de escravos quando decrescia ou provocando atrasos quando crescia, obrigando neste caso a servir-se da população local de cativos quando havia necessidade de provimento rápido de escravos para o tráfico.

Ao longo deste período, a população de Luanda não só declinou globalmente como sofreu perdas significativas entre a mão de obra escrava empregada localmente, particularmente mulheres escravas. A causa principal destas perdas foi a crescente procura brasileira por novos escravos, em especial mulheres escravas com experiência, necessárias para o trabalho doméstico no Rio de Janeiro. Os dados censitários de Luanda no período considerado ilustram este duplo caráter do tráfico, por um lado alimentado a sociedade escravocrata brasileira e, por outro, causando mudanças estruturais nas sociedades de onde provinham os escravos.

Este processo, no entanto, jamais ocorreu sem resistências, como o demonstra Ferreira (1998) no caso de Angola, ao descrever as fugas e revoltas de escravos em Luanda, em que estes logravam libertar-se por meio de múltiplas estratégias, fugindo para o interior e mesmo formando em meados do século XIX “quilombos” ou “motolos”, armando-se e ameaçando diretamente a segurança da cidade.

Pouco mais de três séculos de tráfico mercantil trouxeram uma enorme perda de recursos no continente africano, tanto em matéria de seres humanos como de possibilidades de progresso material, além de conflitos étnicos e sociais persistentes que deixaram marcas profundas e um verdadeiro trauma moral, ao ponto de reduzir o potencial de desenvolvimento e o ethos civilizatório de que a África era portadora.

3. O tráfico atlântico e os movimentos abolicionistas

3.1. O espaço econômico do Atlântico Sul e o Brasil colonial

Em *O trato dos viventes*, o historiador Alencastro (2000) defende que a colonização portuguesa, baseada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Surgiu então um espaço não territorial, um arquipélago lusófono composto pelos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. O autor mostra como o Brasil se construiu a partir de um estreito vínculo com a África, unindo enclaves coloniais nas Américas com as feitorias de Angola num só sistema de exploração colonial, cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo. *O trato dos viventes* incorpora assim os eventos transcorridos em Angola à narrativa dos eventos brasileiros, procurando revelar a metade oculta da história do Brasil, já decantada pelo padre Antônio Vieira quando escrevia: “Angola... de cujo triste sangue, negras e infelizes almas se nutre, anima, sustenta, serve e conserva o Brasil”.⁴

Com efeito, a escravatura no Brasil teve seus fundamentos no modo de inserção da América portuguesa na expansão do capitalismo mercantil. A produção monocultora escravista portuguesa do continente sul-americano conectou-se, durante cerca de três séculos, à área ocidental africana, tornando-se um modelo para o tráfico negreiro. Porém, segundo Raminelli (2001), o modelo do tráfico angolano só tem validade para as regiões mais integradas ao capitalismo mercantil onde a lavoura da cana de açúcar foi predominante, especialmente Pernambuco e Bahia. Além de Angola, houve um intenso tráfico negreiro com a Costa do Ouro (atual Gana), Senegal, Guiné e povos ao norte do Rio Zaire (atual República Democrática do Congo).

Ademais, esse estreito vínculo com a África só se tornou realmente predominante a partir da segunda metade do século XVII. Até então, o volume de escravos índios no Brasil, embora decrescente, ain-

da tinha um volume igual ao do tráfico negreiro, o que levou, por exemplo, à completa extinção dos tupis nas áreas de plantação da cana de açúcar. A escravidão ameríndia e as disputas entre colonos e jesuítas prosseguiram em algumas regiões com maior população indígena, como São Paulo, até meados do século XIX, caracterizando uma situação bastante diferenciada ao longo do país. O movimento contra a escravização dos indígenas enfrentou a contínua resistência dos colonos, manifesta nos assaltos a reduções jesuíticas que entradas e bandeiras promoviam sem cessar, opondo-se à evangelização, sob a tutela dos jesuítas.

Contudo, a razão de fundo da utilização crescente do escravo africano talvez tenha sido a necessidade de assegurar o controle da metrópole sobre a economia colonial, reduzindo o poder dos colonos. Ademais, o preço dos escravos africanos tornava o negócio extremamente rentável. Assim, depois de 1660 aproximadamente, as necessidades de mão de obra para as monoculturas de exportação levaram ao crescimento acelerado do tráfico negreiro, atingindo seu ápice em 1850 e decrescendo na sequência até desaparecer completamente no final do século.

Os escravos africanos tiveram assim um papel fundamental no desenvolvimento da economia colonial brasileira, trabalhando em grupo nas plantações, desprovidos de laços familiares e tribais, privados de seus nomes. A maior estabilidade das mulheres e mães permitiu-lhes manter o único elo de continuidade, possibilitando preservar a herança cultural, as histórias, as danças. A resistência nunca deixou de existir, ainda que se manifestasse muitas vezes pelo suicídio, a automutilação, a sabotagem dos bens do senhor, as tentativas de envenená-lo e matá-lo, indo até às fugas, ao refúgio em zonas de difícil acesso e à formação de centros de ajuntamento, muitas vezes clandestinos, que receberam a designação de quilombos, bem como diversas formas de guerrilha.

3.2. Abolição das escravaturas e seus efeitos na África

A escravidão mercantil havia de certa forma moldado a presença europeia no continente africano e determinaria as condições e os ritmos da ocupação colonial. Na costa, onde o impacto foi maior, a situação era bastante distinta das zonas mais ao interior. As sociedades africanas estavam em geral bastante fragilizadas, seja pela relação privilegiada que os chefes tribais haviam desenvolvido com os europeus, ou pelo afastamento e dispersão de grandes contingentes africanos com respeito às suas zonas de origem no interior do continente. Muitos africanos da costa foram-se tornando empregados domésticos, trabalhadores agrícolas ou operários, o que criava condições mais favoráveis de convivência e redução dos conflitos.

Porém, no interior, embora o contato fosse menos direto, as sociedades africanas também tiveram que reorganizar-se frente às exigências do tráfico, criando novas formas de defesa e adaptando-se, principalmente no que diz respeito ao exercício do poder político. Os conflitos entre povos africanos, à medida que se avançava para o interior eram sempre mais frequentes, gerando em alguns casos a formação de novas confederações territoriais de cunho defensivo, sendo os casos mais expressivos, o dos achantis, no Gana atual, e o dos zulus da África do Sul, possibilitando assim uma melhor capacidade de enfrentamento dos colonialistas europeus.

Do lado europeu, crescia o movimento no sentido da ocupação colonial do continente africano, além dos enclaves comerciais do litoral e da colônia do Cabo, que havia passado a mãos inglesas, com a subsequente emigração de colonos ingleses já a partir de 1825. Organizavam-se missões para estudar os recursos naturais do continente e, ao mesmo tempo, levar a civilização aos selvagens africanos, buscando convertê-los ao cristianismo e preparando a exploração colonial. A esses preparativos se acrescentava o objetivo de eliminar completamente o tráfico negreiro, sujeito, cada vez mais a restrições legais.

A abolição da escravatura, decretada pela Inglaterra em 1807 em seu próprio território e em 1833 em todo o Império Britânico, teve motivações principalmente econômicas, embora aparecesse sob o véu

de uma ideologia humanitarista. O protecionismo praticado em relação às suas colônias, das chamadas Índias Ocidentais, seria revogado, na medida em que países como Brasil e Cuba, que continuavam a empregar escravos africanos, poderiam produzir o açúcar a preços mais baixos. O movimento em favor do livre comércio ganhava corpo na Inglaterra e na Europa e se impunha, embora os abolicionistas soubessem que a sua implantação levaria a um aumento da produção agro-exportadora em Cuba e no Brasil e, conjugadamente, do tráfico e do trabalho de escravos africanos.

Agregava-se a esta mudança de perspectiva o fortalecimento do setor industrial, principalmente na Inglaterra, mas também na França e na Alemanha, a partir do início do século XIX, e seus reflexos na composição de forças sociais em cada país, com o poderio político crescente da burguesia, cuja acumulação não dependia do tráfico.

A ação da Inglaterra contra o tráfico se limitou à captura de barcos e à intervenção nas feitorias costeiras, obrigando os circuitos a se expandirem para o interior, tornando-se clandestinos e mais cruentos. O abolicionismo dos ingleses, e também dos franceses, servia assim para justificar o processo expansionista e a implantação das novas colônias. Ademais, os escravos libertos no continente eram empregados nas grandes plantações coloniais, em condições de trabalho forçado ou de semi-escravidão

Em suma, é possível concluir que embora houvesse certamente razões éticas e filosóficas para a abolição da escravatura, o tráfico tinha deixado de ser rentável na segunda metade do século XIX, tornando-se um obstáculo às necessidades da expansão imperialista europeia e à sua necessidade de novos mercados.

4. À guisa de conclusão: o impacto do tráfico negroiro

Foi necessário muito tempo para que a própria idéia de escravidão começasse a ser banida da história e do pensamento ocidental. Visto

retrospectivamente, é impressionante como visões tão destrutivas e opressivas, como a escravidão, o colonialismo, o fascismo e, mais recentemente, o neoliberalismo, puderam surgir e prosperar no dito mundo civilizado e arrastar multidões à sua volta.

Arrancados das sociedades a que pertenciam, os escravos africanos eram rebaixados à condição de mercadorias, aquelas que o continente africano ofereceu em grande escala para a expansão do capitalismo em seus primórdios, fazendo de sua humanidade a propriedade de um senhor, a quem deveriam servir de maneira proveitosa. A atualidade do tráfico negreiro, mais além das chagas sociais que deixou, é o desafio que nos coloca sobre a necessidade de ampliar continuamente nossos horizontes e de construir sociedades que respeitem dignidade humana.

A discriminação e o racismo contra o negro têm na escravatura sua matriz principal e fundadora. O tráfico abjeto necessita uma justificativa no plano ideológico, que reduza o “homem de cor” a um ser inferior, degradado, próprio a ser tratado como uma coisa, uma mercadoria. O racismo cresce à medida que se expande o tráfico negreiro. A escravidão é depois abolida, porém o racismo prossegue, como parte de uma cultura dominante, tornando possível e aceitável o saque colonial, o imperialismo e, nos dias atuais, o neocolonialismo. Além disso, incrustando-se em sociedades formadas em grande medida por descendentes de escravos, como é o caso do Brasil.

Às vésperas da conquista colonial, o sentimento de superioridade racial dos europeus estava tão arraigado que, com o apoio das igrejas, criou-se o mito de que a escravatura só havia sido possível devido à indiferença dos africanos frente ao sofrimento humano, o que revelava o seu estágio de selvageria e a necessidade de levar-lhes a civilização. Foi então que começaram a chegar ao continente africano os enviados europeus, para mostrar as vantagens do comércio e da civilização, mas que eram rapidamente colocados sob o comando das companhias monopolistas européias.

Na Conferência de Berlim, em 1884/5, as potências européias da época proclamavam a “liberdade de comércio e a missão civilizadora”

de que haviam sido acometidas, assegurando a sua consciência com a justificativa de proteger povos primitivos que se matavam uns aos outros em intermináveis guerras tribais. Na verdade, davam a ordem para o saque de grupos humanos empobrecidos e culturas destruídas pelo tráfico negreiro durante séculos.

O tráfico de escravos africanos significou um desastre humano de enormes proporções, desde a sua captura no continente até o seu desembarque no continente americano. Segundo vários autores, do século XV em diante chegaram às Américas entre 10 a 15 milhões de escravos, sendo o contingente de escravos embarcados da África para o Brasil teria representado quase metade do total de deportados para as Américas.

Frente aos maus tratos e às condições infra-humanas em que os escravos eram transportados, muitos morriam ou mesmo se suicidavam, recusando-se, por exemplo, a comer. O número de mortos antes do desembarque, portanto antes do seu emprego como mão de obra escrava, superior talvez a 30 milhões de seres humanos, significou um verdadeiro genocídio, o maior da história da civilização ocidental, tanto em termos de vidas humanas como pela sua abrangência continental. Sua escala é várias vezes superior ao dos mortos no holocausto provocado pela Segunda Guerra Mundial.

Como é conhecido, o Brasil foi o último país das Américas a liberar seus escravos. Após a firma de acordo com a Grã Bretanha em 1826, em troca do reconhecimento da independência do Brasil e da aprovação de uma lei, que viria a ser aprovada em 1831, com o propósito de abolir o tráfico e criminalizar a escravização de africanos desembarcados, 710.000 africanos foram trazidos ao país por negreiros brasileiros, que prosseguiram o tráfico servindo-se de uma rede de agentes em toda a costa ocidental da África (Alencastro, 2000). Como após a independência dos Estados Unidos em 1808, a escravatura havia sido praticamente abolida, o Brasil aproveitou para aumentar o fluxo de escravos africanos, que se manteve elevado até a abolição definitiva em 1888.

Em 1845, uma lei britânica (*Bill Aberdeen*) proibia o comércio de escravos entre a África e a América, criando uma obrigação internacional, dado o poderio da Inglaterra à época. Com isso, Portugal passou a assumir posições abolicionistas, pondo-se a combater o tráfico em troca do reconhecimento da soberania sobre os seus territórios na África, e procurando, ao mesmo tempo, reduzir os laços que os traficantes brasileiros mantinham com Angola.

Os traficantes brasileiros eram porém considerados empresários e possuíam um status social elevado, mesmo após a Independência, armando embarcações com destino à África, servindo-se de uma rede de fornecedores e agentes comerciais em vários países e empregando muitas pessoas. Até 1831 estavam entre os homens mais ricos do Império, com ligações estreitas com a Corte e representantes na Câmara de Deputados, além de contar com a conivência da polícia e das autoridades locais. Somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que proibia pela segunda vez o tráfico, eles começaram a ser considerados piratas, embora não houvesse punição para os senhores de terra que comprassem escravos contrabandeados. Traficantes que haviam sido perseguidos neste novo contexto, tendo que migrar ao exterior, foram autorizados a voltar a viver no país nos anos 1860 e incentivados a aplicar suas fortunas em outros negócios, como a agricultura.

A origem desta proeminência dos traficantes brasileiros, na verdade antecedeu de muito a independência do Brasil, remontando pelo menos a meados do século XVIII, com a formação de uma camada de traficantes nascidos no Brasil, ou baseados no Brasil, identificando-se como brasileiros e distintos dos portugueses. O caso das relações comerciais com Angola, como o revela Ferreira (1998), é expressivo a este respeito, revelando esses brasileiros tinham adquirido uma certa autonomia em relação à metrópole, forjando uma rede com laços múltiplos entre Luanda e Benguela e o Rio de Janeiro. De certa forma, a participação de traficantes brasileiros no tráfico negreiro e as benesses que receberam fazem parte de um processo que ajudou a plasmar as elites brasileiras nas entranhas da colônia e que, posteriormente, assumiram um caráter dominante durante o Império.

Muito se tem dito a respeito da dívida histórica do Brasil com respeito ao continente africano, porém essa afirmação, sem dúvida verdadeira, merece uma precisão. A escravatura no Brasil foi simultaneamente uma empresa européia e brasileira, no sentido de que o Brasil participou diretamente da pilhagem da África, com elevado grau de protagonismo, durante quase meio século. Os negreiros eram, em sua maioria, grandes empresários associados a proprietários fundiários, que conformaram a matriz da elite agrária brasileira, que se prolonga até o presente, algumas vezes tendo em sua composição, mesmo na atualidade, descendentes de negreiros. Nesses tempos, em que se discute o direito à verdade, apesar do longo tempo decorrido, cabe desvendar o quanto esse processo determinou o desenvolvimento ulterior do Brasil e, em particular, porque o Brasil permanece como o único país com grande produção agrícola que não realizou uma reforma agrária.

O ocultamento da verdade com respeito ao papel de brasileiros no tráfico negreiro durante o Império contribui também à perpetuação do trabalho escravo no Brasil até o presente e à leniência dos poderes públicos com respeito a esse crime de lesa-humanidade, considerado imprescritível pela Constituição de 1988. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, de 1995 até agosto de 2010, foram resgatados quase 38 mil escravos. Por sua vez, a Comissão Pastoral da Terra estima que anualmente 25 mil pessoas se tornem escravos, vivendo em barracões de chão batido, separados de suas famílias e subjogados por dívida impagáveis e crescentes. Segundo Maurício Monteiro Filho da ONG Repórter Brasil, que se especializou no trabalho escravo contemporâneo, “os empregadores que utilizam mão de obra escrava são, na maioria das vezes, grandes latifundiários [...] quando não são congressistas, membros dos Legislativos estaduais ou do Poder Judiciário”. Em artigo para a revista História Viva, mencionada na bibliografia, diz o autor que “a maioria dos casos de utilização de mão de obra escrava é registrada... nas fazendas de gado”. O Brasil, como maior produtor e exportador de carne bovina do mundo, e gran-

de produtor agrícola, tem no poderoso agronegócio a marca do trabalho escravo contemporâneo.

Assumir a responsabilidade histórica pela enorme dívida que temos com a África não é portanto uma atitude passadista, porém tem um rebatimento claro em elementos estruturais de nossa realidade e em alguns de nossos principais desafios atuais.

Referências bibliográficas

- Alencastro, L., *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- Alencastro, L., L'Áfrique nous est plus proche que certains pays d'Amérique Latine, in *Le Monde*, Hors Série, Brésil, un géant s'impose, 2010.
- Álvarez, M., *África Subsahariana: subdesarrollo, conflictos y migraciones*. CLACSO, B.Aires, 2006
- Bittar, E. e Almeida, G., *Mini Código de Direitos Humanos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010, Brasília, 2010.
- Curto, J. e Gervais, R., *A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844*, Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 85-138HuH
- Davidson, B. *Mãe Negra. África: Os Anos de Provação*. Sá da Costa, Lisboa, 1978
- David Eltis, D. , Behrendt, S. e Richardson, D. A Participação dos Países da Europa e das Américas no Tráfico Transatlântico de Escravos: Novas evidências, *Afro-Ásia*, 24 (2000), pp. 9-50
- Entralgo, A. *África*. Editorial Pueblo y Educación, Cuba, 1974.
- Ferreira. R., *Escravidão e Revoltas de Escravos em Angola (1830-1860)*, *Afro-Ásia*, 21-2 (1998-1999), pp. 9-44
- Hugon, P., *L'Economie de l'Afrique*. La Découverte, Paris, 1993.
- Inikori, J., Ideology versus the Tyranny of Paradigm: Historians and the Impact of the Atlantic Slave Trade on African Societies, *African Economic History*, No. 22. (1994), pp. 37-58.

- Rodrigues, J., *Cultura Marítima: Marinheiros e Escravos no Tráfico Negro Para o Brasil (Séculos XVIII e XIX)*, *Revista Brasileira de História*, volume 19, nº 038 (1999), Associação Nacional de História, São Paulo, pp. 15-53
- Ki-Zerbo, J., *História da África Negra*. Europa-América, Lisboa, 1972.
- Lovejoy, P., The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis, *The Journal of African History*, Vol. 23, No. 4. (1982), pp. 473-501.
- Lovejoy, P., Identidade e a Miragem da Etnicidade. A Jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas, *Afro-Ásia*, 27 (2002), pp. 9-39
- Mbaye, S. *El Ethos esclavista y la economía africana*. 2010, www.project-syndicate.org
- Nkrumah, K., *A África deve unir-se*. Ulmeiro, Lisboa, 1977.
- Patllallán, Z., *Un aporte forzoso del continente africano al desarrollo de la sociedad burguesa occidental*. Observatorio de Conflictos <http://ar.oocities.com/obserflictos/>, Argentina, 2006.
- Pétré-Grenouilleau, O. *A história da escravidão*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2009.
- Raminelli, R. *A história sob o monotrilho*, 2001, Teoria e Debate nº 46, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.
- Revista História Viva*, Dossiê Escravidão, ano VIII, nº 88, 2011, pp. 26-49, Ediouro Duetto Editorial Ltda.
- Revista de História da Biblioteca Nacional*, A abolição em revista, ano 3, nº 32, 2008, pp. 14-27, Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional.

Notas

¹ Bittar e Almeida, 2010.

² Bittar e Almeida, 2010.

³ Os neoliberais, que desprezam e ignoram a história, além de idéias requentadas, apresentam a globalização como uma grande novidade, quando na verdade se trata de um fenômeno cujas origens remontam aos albores do capitalismo.

⁴ *Apud* Alencastro, 2000, citado na contracapa.

Escravidão e tráfico de escravizados

Keila Grinberg

Hebe Mattos

1. Escravidão, redes comerciais e o tráfico atlântico

1.1. Escravidão e comércio de escravizados nas sociedades africanas

Na Europa do início da idade moderna, a escravidão era uma instituição de difusão restrita, mas ainda existente. As guerras entre cristãos e mouros na Península Ibérica e no norte da África produziam cativos dos dois lados em luta. Através dos árabes, escravos negros chegavam ao Mediterrâneo ainda no final da Idade Média. Por isso, quando os portugueses chegaram à costa atlântica da África no século XV em busca de ouro, não ficaram surpresos quando se depararam com a existência de escravos nas várias sociedades africanas. Não tiveram dificuldades também em participar do mercado já estabelecido de cativos, vendendo-os entre as diferentes sociedades africanas da costa e levando outros tantos para Portugal.

Cristãos, mouros e as diferentes sociedades da África subsaariana, consideradas pagãs pelas duas grandes religiões monoteístas, conheciam e toleravam a escravidão e o comércio de cativos antes das dramáticas transformações determinadas pelo desenvolvimento da economia de *plantation* nas Américas.

Apesar disso, a presença da escravidão nas sociedades da África negra antes do tráfico atlântico é tema pouco conhecido de um público mais amplo, mesmo com o número crescente de estudos sobre o assunto. Na África, como em todas as sociedades que conheceram a

instituição da escravidão, o escravo era uma propriedade, sujeito a tratamento violento e à exploração produtiva e sexual, considerado como um estrangeiro na sociedade onde era cativo.

As formas de escravidão existentes até então na África, seja nas sociedades muçulmanas seja nas sociedades tradicionais, eram, entretanto, diferentes do regime de trabalho escravo criado pelos europeus, após o estabelecimento das primeiras *plantations* de açúcar pelos portugueses nas ilhas do Atlântico e depois nas Américas.

O estabelecimento do tráfico atlântico de escravos, responsável pela migração forçada de no mínimo 11 milhões de africanos para o continente americano, provocou uma modificação radical na organização da escravidão africana. Ao mesmo tempo, possibilitou a criação da escravidão moderna nas Américas.

1.2. Parentesco e escravidão

Uma das principais características das sociedades africanas ao sul do Saara era a configuração de estruturas sociais fundamentadas na etnia e nos laços de dependência, entre os quais figuravam o parentesco e a escravidão. A comunidade era o principal elemento de garantia da coesão social: elementos que ameaçassem a harmonia ou rompessem com a lealdade ao seu grupo de parentesco podiam ser expulsos e, conseqüentemente, escravizados.

Os escravos eram obtidos de várias maneiras: através do aprisionamento de “estrangeiros”, em guerras, seqüestros ou compra, tanto de indivíduos expulsos de suas comunidades – acusados de praticar feitiçaria, por exemplo – quanto de membros de comunidades cuja sobrevivência estava ameaçada pela fome; ou através de sanções aplicadas a membros da própria comunidade de origem por crimes cometidos, como adultério e assassinato, e pelo não pagamento de dívidas.

De qualquer forma, não importando qual fosse a forma de escravização, os cativos sempre eram transformados em estrangeiros, sendo excluídos de seus grupos de parentesco originais e sendo incorporados à sua nova condição de dependentes. Embora os escravos não

tivessem estabilidade nas comunidades que os aprisionaram, podiam tornar-se parte das comunidades nas quais eram inseridos, podendo participar da estrutura familiar e exercer funções econômicas.

1.3. A escravidão de linhagem

Pelo fato de os escravos poderem tornar-se parte das comunidades, tanta importância era dada às mulheres cativas. As escravas se inseriam na vida doméstica com mais facilidade do que os homens – por isso, valiam mais, em caso de comercialização – e ainda produziam novos escravos para a comunidade. Em muitos casos, os filhos das escravas eram libertados e a mãe recebia a liberdade quando seu senhor morria. As crianças também eram valorizadas pela mesma razão: como eram adquiridas ainda novas, adaptavam-se facilmente às estruturas de parentesco da linhagem de seus senhores.

Ao ser inserido em uma linhagem, o escravo “adotado” era tido como “filho” do senhor, embora não fosse considerado filho de verdade. Dependendo do tipo de relação que estabelecesse com seu senhor, o escravo podia ser bem tratado, chegando mesmo a ter alguma possibilidade de mobilidade social.

De fato, esta era a principal característica da escravidão na maioria das sociedades da África pré-colonial, a escravidão *doméstica* ou *de linhagem*: ela era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo era basicamente um dependente do senhor; podia servir como mercadoria, ser trocado ou vendido, exercer funções produtivas – trabalhar como agricultor, mineiro, carregador, artesão –, mas, em essência, era uma fonte de prestígio social e poder político para seu senhor.

1.4. O comércio de escravos africanos e a expansão islâmica na África

O comércio de escravos não era essencial ao funcionamento das sociedades africanas até o século VIII; foi aos poucos ganhando im-

portância com a expansão islâmica no norte da África, na Península Ibérica e na costa do Índico. A partir de então, escravos africanos passaram a ser incorporados às comunidades muçulmanas, onde eram usados em serviços militares e administrativos, além das funções domésticas descritas anteriormente.

Nas sociedades islâmicas, a escravidão era concebida como uma forma legítima de converter os não-muçulmanos; como, neste período, praticamente não havia muçulmanos ao sul do Saara, a África negra se tornou fonte importante de escravos para o mundo islâmico. A conversão ao islamismo, a partir do século XIII, de povos e reinos africanos na região do Sael e da Savana, em geral ligados às grandes rotas do comércio transaariano, acentuaria este processo.

A demanda dos mercados escravistas do Mediterrâneo e o estabelecimento de rotas comerciais internacionais por mercadores árabes, que, além de comercializarem escravos, os utilizavam como carregadores de outros produtos, como ouro e marfim, contribuíram para animar a produção de escravos na África: foi nestas circunstâncias que algumas sociedades começaram a se especializar na captura de cativos para negociá-los, formando reinos centralizados.

1.5. Escravidão africana e centralização política

Alguns historiadores argumentam que, já que as sociedades africanas não conheciam a propriedade privada da terra, foi justamente a escravidão que teria propiciado a acumulação de bens materiais e de prestígio por parte das elites destes reinos, provendo os recursos materiais e demográficos necessários para a centralização política. Para a formação destes reinos, também teria sido fundamental a autoridade do rei, que precisava fazer com que as pessoas abandonassem a lealdade a seus grupos de origem para se incorporar às suas cortes, atuando como domésticos, artífices ou mercenários.

O emprego de cativos africanos nas redes de comércio internacional aumentou o seu uso militar e administrativo, bem como o seu uso produtivo pelas aristocracias que se formavam nos reinos centraliza-

dos que controlavam as grandes rotas do comércio transaariano. Na maior parte dos casos, porém, mesmo na África muçulmana, a escravidão doméstica, especialmente de mulheres, continuou a ser preponderante; embora os escravos fossem comercializados em escala antes inexistente, na maioria dos casos suas funções nas sociedades onde passaram a ser inseridos pouco se alteraram.

1.6. A transformação da escravidão africana: o tráfico atlântico

Esta situação, no entanto, não perduraria por muito tempo. Tudo começou a mudar em 1483, quando o navegador português Diogo Cão aportou na foz do rio Zaire, reino do Congo. A partir de então, com o crescimento e a expansão do tráfico atlântico, as formas de utilização da escravidão até então praticadas sofreriam uma lenta mas radical transformação: de uma forma de dependência pessoal, a escravidão passaria a ser, nas Américas, um sistema no qual o trabalho escravo ocupava o centro da atividade produtiva.

Na África, as disputas pelo controle do novo mercado de escravos acentuariam as tendências à dispersão política e à diferenciação social no continente. Até 1600, cerca de 409.000 escravos saíam das costas africanas em direção às ilhas do Atlântico e às Américas. Embora holandeses, franceses, ingleses e espanhóis tenham estabelecido relações comerciais com sociedades africanas, do século XV a meados do XVII quem efetivamente dominou o comércio com a costa ocidental africana foram os portugueses. Eles foram os responsáveis pelo estabelecimento de um padrão de relação entre os europeus e os africanos que orientaria os contatos entre ambos até o fim do tráfico atlântico de escravos.

1.7. A chegada dos portugueses ao Reino do Congo

Quando os portugueses chegaram ao Reino do Congo e ali começaram a estabelecer relações diplomáticas, políticas e comerciais, já encontraram grandes mercados regionais, onde era feita troca de pro-

dutos como sal, metais, tecidos e derivados de animais, e onde havia um sistema monetário, cuja unidade básica eram conchas (*nzimbu*), coletadas na ilha de Luanda. Nesta época, a escravidão já era uma instituição importante na região: com a busca por metais preciosos – o grande interesse dos portugueses no século XVI, para além dos escravos – e com o aumento do comércio de exportação, o interesse por escravos também sofreu grande incremento, já que era possível usar mão de obra escrava na mineração e na própria produção em maior escala de sal, mercadorias agrícolas e manufaturadas.

O estreitamento das relações entre os congolezes e os portugueses teve como efeito inicial, na África, a intensificação das trocas comerciais regionais e internacionais, provocando o aumento da importância do comércio no próprio reino do Congo. Embora, no início, muitos dos comerciantes envolvidos nas novas redes comerciais fossem congolezes, com o tempo o comércio passou a ser controlado tanto por holandeses quanto por portugueses que habitavam a região de São Tomé.

Ao mesmo tempo, a aliança com os portugueses acentuou a capacidade do reino do Congo em adquirir escravos, vendidos para os portugueses ou utilizados para suplementar a produção interna. Os portugueses utilizavam os escravos africanos inicialmente em serviços domésticos; em menor escala, eles eram usados nos trabalhos agrícolas. Com a expansão da produção agrícola nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, no entanto, a partir da segunda metade do século XV, a utilização do trabalho de escravos africanos tornou-se indispensável, já que havia carência de qualquer outro tipo de mão-de-obra.

1.8. Os negócios entre portugueses e africanos no século XVI

Os negócios entre portugueses e africanos eram regulados por monopólios reais, exercidos por meio de concessões e privilégios obtidos por determinados comerciantes. No lado africano, especificamente, o sucesso da empreitada comercial dependia da capacidade

dos líderes locais em produzir dependentes – portanto, em produzir escravos. Como, no início, a demanda por cativos era pequena (se comparada com o período posterior, evidentemente), reis e chefes tribais supriam as necessidades apenas com a venda dos criminosos de seus grupos, que representavam perda demográfica insignificante.

O comércio, no entanto, floresceu ao longo do século XVI. O aumento nas demandas por escravos provocou o aprofundamento dos interesses portugueses na África ocidental; além de passarem a importar escravos também da região do Benin, a Coroa portuguesa começou a se interessar pela região ao sul do Congo, na época habitada por vários reinos independentes, dos quais o mais importante era o Ndongo (seus habitantes, em especial o rei, eram conhecidos como *ngola*, de onde vem, mais tarde, a denominação Angola para a região).

O estabelecimento de relações comerciais com os portugueses, que traziam mercadorias desconhecidas naquela região da África, trouxe poder e prestígio aos líderes locais envolvidos nas atividades do tráfico. Assim, e também por meio de guerras, eles conseguiram expandir seus territórios e aldeias, deixando, inclusive, de depender tanto do reino do Congo, a quem antes pagavam tributos. Embora os principais portos portugueses na África no século XVI fossem os de Mpinda (na foz do rio Zaire) e Loango (um pouco ao norte), dominados por comerciantes de São Tomé, a região de Ndongo despontava como mercado promissor.

De fato, o novo processo de produção de escravos na região do Ndongo tomou proporções tais que, logo, ele passaria a concorrer com o tráfico mantido pelos portugueses com o Congo.

Não foi por outro motivo que, ao longo do século XVI, os portugueses tentaram de várias formas estabelecer relações diplomáticas com os povos da região de Luanda. Além de procurar minas de ouro e prata – depois de terem recebido colares de prata de um embaixador de Luanda no início do século, ficaram convencidos da existência de metais preciosos no interior –, os portugueses estavam interessados em garantir a continuidade do trabalho escravo africano na produção

do açúcar que se desenvolvia nas ilhas atlânticas e também em sua colônia na América.

2. Atlântico, açúcar e escravos

2.1. A origem das plantações de cana-de-açúcar: São Tomé

As plantações de cana-de-açúcar se deslocaram durante o século XVI das ilhas do Atlântico para o arquipélago de São Tomé, e dali foram para a costa brasileira e depois para as Antilhas, no século XVII, dando origem ao sistema responsável pelo deslocamento forçado de milhões de africanos para as Américas.

No século XVI, a produção açucareira portuguesa em São Tomé desenvolveu-se em propriedades que reuniam por vezes mais de cem escravos. Estes escravos, além de trabalharem nos campos de cana-de-açúcar, também produziam suas próprias provisões; embora muitas vezes vivessem em cabanas com suas famílias, acabaram, mais tarde, sendo acomodados em barracões, prefigurando o sistema que, ao final, se consolidou nas Américas.

2.2. De São Tomé ao Brasil

Por que, de São Tomé, as plantações de cana-de-açúcar não se deslocaram para a Costa da África, mas, em vez disso, dirigiram-se para o Brasil, na outra margem do Atlântico? É preciso destacar que, por todo o período de vigência do tráfico atlântico, o abastecimento de escravos para os mercadores europeus foi basicamente dependente de estruturas comerciais e políticas controladas por elites africanas.

As tentativas de evangelização e penetração política no continente, com a exceção parcial do estabelecimento de uma colônia portuguesa no litoral da atual Angola no século XVII, nunca conseguiram se afastar do modelo de feitorias fortificadas no litoral, tributárias de comerciantes e autoridades africanas. Mesmo os chamados “lançados”, em geral portugueses, que se fixavam em diversos pontos do

litoral africano e formaram a maioria dos habitantes das ilhas de Cabo Verde e São Tomé no século XVI, casavam-se com filhas das aristocracias locais e estabeleciam fortes relações com as autoridades africanas que controlavam os portos vizinhos, formando comunidades luso-africanas que tenderam a uma ação comercial independente das diretrizes das metrópoles europeias.

Até pelo menos meados do século XVII a África não apresentava desvantagens tecnológicas evidentes em relação aos países europeus com os quais mantinha contatos comerciais regulares. Do mesmo modo, o conhecido choque bacteriológico desfavorável aos nativos americanos, que provocou uma verdadeira catástrofe demográfica naquele continente, se invertia na África. Ali, eram os europeus que morriam.

A impossibilidade da evangelização em massa dos africanos na África foi um dos argumentos defendidos pelos jesuítas portugueses para justificar a continuidade da venda de escravos africanos para as Américas durante o século XVII; como escravos, eles seriam evangelizados na América cristã e, ao mesmo tempo, serviriam para proteger os nativos americanos, que se convertiam ao cristianismo, de destino semelhante.

Por fim, a importação de africanos criou um fluxo atlântico de capitais, passível de ser monopolizado pela Coroa, enquanto as atividades de apresamento indígena se configuravam como um negócio interno ao espaço colonial, dependente de guerras de apresamento que se realizavam cada vez mais longe das regiões exportadoras. Não foi à toa que, em finais do século XVII, Portugal proibiu legalmente a escravização indígena, a não ser por guerra justa, enquanto intensificava sua participação no tráfico atlântico, com a consolidação de sua presença colonial em Angola.

Dentro deste quadro, para bem entender a escravidão americana é preciso conhecer também as estruturas internas às sociedades africanas que foram capazes de fornecer, de forma regular e ininterrupta, um número crescente, e de proporções até então desconhecidas na

história, de braços escravos para as economias escravistas montadas no outro lado do Atlântico.

2.3. A oferta de escravos africanos

À época da abertura do tráfico atlântico de escravos, a África ao sul do Saara fornecia em média 5.000 escravos por ano para as rotas do comércio transaariano para a África do Norte, nas quais se comerciava ouro, sal e escravos, entre outros produtos, o que resultou em um total de cerca de 550.000 escravos exportados ao longo do século XVI.

O primeiro século e meio de comércio de escravos europeu na costa da África, entre 1450 e 1600, envolveria um volume um pouco menor, porém comparável, de cativos, num total de 409.000 escravos adquiridos pelos mercadores europeus. A partir de então, o tráfico europeu cresceria em progressão geométrica até o século XVIII, com profundo impacto nas estruturas econômicas e políticas que garantiam a oferta de escravos no interior do continente africano.

O tráfico era um negócio, uma grande empresa comercial que envolvia agentes comerciais europeus e africanos; dependia, porém, da violência política que sancionava a possibilidade da produção de cativos na África e a legalidade da escravidão nas Américas. Nas sociedades européias do início da época moderna ou nas sociedades africanas do mesmo período não é tarefa fácil separar analiticamente os fatores econômicos dos políticos e religiosos com eles imbricados.

O aumento da capacidade de produção de cativos na África dependeu basicamente da guerra e, portanto, de razões de Estado. Cada vez mais, porém, o poderio dos Estados africanos da costa se baseava em sua capacidade de controlar as rotas do tráfico em seu território e na proteção dos seus habitantes das expedições de apresamento de comerciantes e reinos vizinhos, fazendo recuar para o interior do continente a fronteira das razias e apresamentos.

Por outro lado, as disputas pelo controle dos portos e feiras de venda de escravos criava rivalidades crescentes e levava os Estados africanos à guerra. De todo modo, disputas sucessórias, rivalidades entre linha-

gens e grupos étnicos ou conflitos religiosos possuíam lógica própria que também levavam à guerra, e esta sempre produzia escravos. Nestes casos, a guerra teria que se fazer de modo a não comprometer o funcionamento dos portos negreiros e a estrutura de comércio que transportava os cativos no interior do continente africano.

2.4. Guerras na África centro-ocidental: o Congo

A África centro-ocidental, que englobava a costa africana desde Cabinda e Loango até Angola, foi a responsável por cerca de 3/4 dos escravos exportados para a América até finais do século XVII. Já acompanhamos a importância do reino do Congo como principal fornecedor de escravos para São Tomé e o Atlântico no século XVI. No século seguinte, foram três os principais fatores que fizeram a região continuar como a maior fornecedora de escravos para as Américas.

Desde o século XVI, repetidos conflitos sucessórios levaram à guerra civil no reino do Congo, convertido ao cristianismo no século anterior e que até então monopolizava o comércio de escravos na região. O aumento da procura europeia, e não apenas portuguesa, pela aquisição de escravos a serem levados diretamente para a América comprometeu o complexo Mpinda–São Tomé antes prevalecente. A nobreza congoleza, mergulhada em conflitos sucessórios, mostrava-se mais preocupada em incorporar escravos às suas propriedades agrícolas, na capital São Salvador e no distrito de Mbanza Sônio, do que em garantir o comércio estatal.

Apesar do reino do Congo continuar a participar do comércio de escravos, do qual fora o principal fornecedor no século XVI, a partir do século XVII a insegurança interna devida aos constantes conflitos sucessórios e à quebra das relações de vassalagem com os reinos tributários ao *manicongo* (rei do Congo) acabou por resultar na desagregação do reino e na guerra civil aberta na segunda metade do século XVII.

2.5. Guerras na África centro-ocidental: Angola

Paralelamente, a intensificação da demanda de escravos na América e a busca de minas de prata nas terras do Ndongo levaram os portugueses à criação da colônia de São Paulo de Luanda, a partir da qual começaram a enviar expedições ao interior, ainda em busca de minas de prata e, na falta destas, da captura de escravos, passando a se envolver diretamente nos conflitos políticos da região.

A política portuguesa no Ndongo procurava aproveitar-se dos conflitos sucessórios e entre linhagens para converter e tutelar o Ngola (Angola), esvaziando-lhe o poder e enraizando a presença portuguesa em Angola. A ocupação portuguesa do litoral do Ndongo, com a fundação de São Paulo de Luanda em 1576, envolveu portugueses, luso-africanos, luso-brasileiros e diversos aliados das linhagens africanas em luta, por todo o século XVII, em uma série de guerras conhecidas como guerras angolanas.

A política portuguesa alimentou as rivalidades étnicas e sucessórias entre os antigos vassallos do reino do Congo, derrotado na batalha de Ambuíla, em 1665. Apesar disto, os portugueses permaneceram confinados no litoral em torno de Luanda e no corredor comercial ao longo do rio Cuanza, dependendo de alianças políticas com os reinos africanos do interior para o controle do tráfico de escravos.

Estes reinos do interior, a leste de Luanda, formaram-se a partir da expansão dos grupos de guerra imbangala na área onde tradicionalmente viviam os ambundos. A origem dos imbangala, chamados jagas pelos portugueses, é controversa, mas sabe-se que eram grupos originalmente compostos por homens, que viviam em acampamentos militarizados, chamados quilombos, formados a partir da aliança entre jovens guerreiros que negavam as estruturas tradicionais de parentesco e a supremacia dos anciãos, prevalecentes entre as comunidades ambundo. Recrutavam seus membros a partir da escravização e da iniciação como soldados de meninos não-circuncidados. Em sua expansão, as mulheres que não tomavam como esposas e os homens adultos capturados eram vendidos aos portugueses e holandeses.

Reza a lenda que matavam os filhos das mulheres que tomavam como esposas, que eram antropófagos e que utilizavam no corpo um unguento de gordura humana, formado a partir do massacre de crianças, que os tornava invencíveis em batalha.

Alguns autores consideram que as referências à prática do assassinato das crianças nascidas nas comunidades imbangala relatam, de fato, práticas rituais, que sinalizavam o rompimento com os laços de parentesco e com a linhagem, que caracterizava o grupo. De fato, os imbangala conseguiram se sobrepor às regiões abundos; boa parte dos reinos sob seu controle foram transformados em ambundo-imbangala, como o reino de Matamba, da famosa rainha Njinga ou Jinga, nascida ambundo, irmã do Ngola do Ndongo.

2.6. O caso da rainha Njinga

A rainha Njinga havia sido regente de seu sobrinho, o qual assassinou para assumir o poder. Governou Matamba e o que restava do Ndongo fora do controle português adotando costumes de ambos os grupos, mas sob formas de governo imbangalas (prevalência do conselho militar sobre as linhagens).

Boa parte dos autores considera que Njinga tornou-se imbangala devido a acusações de ilegitimidade de sua pretensão ao trono do Ndongo por parte das linhagens e facções oponentes. Mesmo que não houvesse nenhuma tradição nos dois grupos que justificasse a ascensão de uma mulher ao poder, o sistema de eleição por pares militares dos imbangala era mais aberto e foi essencial para a legitimação de Njinga, que participava diretamente das batalhas, vestia-se de homem e vestia de mulher seus vários concubinos.

Em seu longo reinado, Njinga opôs-se a maior parte do tempo à hegemonia portuguesa em Luanda, aliando-se aos holandeses, de quem se tornou fornecedora preferencial de escravos. Depois dela, o reino de Matamba, chamado do “Ndongo e Matamba” até meados do século XVIII, teve várias rainhas. Depois de seu reinado, Njinga passou a ser associada à luta contra a dominação portuguesa, tornando-se símbolo de resistência.

Sob os senhores de guerra congolezes, portugueses, ambundos ou imbangalas foi produzida a maioria dos escravos africanos exportados para as Américas até o século XVII. No final do período, os imbangalas de Matamba e Cassanje controlavam de fato as rotas do tráfico que vinham do interior e mantinham o controle dos negócios de importação e exportação, revendendo em suas feiras aos portugueses e holandeses.

2.7. A concorrência europeia com os portugueses

Os portugueses insistiam para que os chefes africanos não comerciassem com os outros europeus, a quem consideravam piratas. Mas seus apelos não eram ouvidos nem mesmo pelas comunidades luso-africanas espalhadas pelo longo litoral. A concorrência de holandeses, ingleses e franceses, desde cedo presente, se intensificou com a montagem de seus sistemas de engenhos de açúcar nas Antilhas, dependentes do trabalho escravo africano, ao longo do século XVII. Nesta época, os fortes e feitorias europeus, de diferentes bandeiras, se multiplicaram pelo litoral africano.

2.8. Conflitos entre holandeses e portugueses

Os conflitos entre holandeses e portugueses se desdobraram dos dois lados do Atlântico, na disputa pelos engenhos e suas fontes de trabalho. Os flamengos tomaram dos portugueses, em 1637, o forte de São Jorge da Mina, com tropas trazidas de Pernambuco, que antes haviam tomado aos mesmos portugueses. Também barcos e tropas vindos do Recife expulsaram temporariamente os portugueses de Luanda, Benguela e São Tomé, em 1641.

Na costa da África, os holandeses aliaram-se a líderes africanos inimigos dos portugueses, entre eles a conhecida rainha Njinga, para tirar-lhes posições no tráfico e garantir suas posições em São Tomé e Luanda. Também a posterior recuperação de Angola pelos portugueses foi feita por tropas vindas do Brasil, que incluíam veteranos da libertação de Pernambuco, lideradas pelo novo governador portu-

ês em Luanda, Salvador Correia de Sá e Benevides, antes governador no Rio de Janeiro.

A consolidação da presença portuguesa em Angola e no Brasil não diminuiu a presença das embarcações holandesas em Cabinda e Loango, ao norte, e, de resto, em toda a costa africana. Também franceses e ingleses se fizeram presentes e disputaram espaço no promissor comércio de escravos da costa africana.

Apesar da dependência dos europeus de mercadores e autoridades locais, algumas áreas de influência que então se estabeleceram acabaram por se tornar a ponte para a penetração europeia no continente quando da partilha colonial da África, no final do século XIX. No final do século XVII, o tráfico francês se fazia mais presente na foz do Senegal, os portugueses mantinham-se firmes em Cacheu e Bissau, além de Angola, e os ingleses expulsaram os portugueses da embocadura do Gâmbia.

2.9. O tráfico na África centro-ocidental

No século XVIII, a maior parte do tráfico português continuou a se concentrar ao sul da África centro-ocidental, em geral português apenas no nome, pois a ligação bilateral Rio de Janeiro-Luanda tendeu a predominar. Na mesma época, o comércio triangular de navios franceses, ingleses e holandeses tornou-se predominante na parte norte da região, onde se concentravam os portos em torno da foz do rio Zaire, na Baía de Loango, Malemba e Cabinda, controlados por elites comerciais africanas que tenderam a substituir os antigos Estados centralizados no controle dos portos negreiros.

Se política e negócios são dificilmente separáveis na lógica – europeia ou africana – que gerou o tráfico atlântico de escravos, o século XVIII fez cada vez mais predominante o caráter mercantil do sistema que a partir dele se montou. Também na costa ocidental, primeira fornecedora de escravos para os europeus, o comércio de cativos transformou as relações políticas e acentuou as desigualdades sociais nos antigos Estados da área.

O comércio de longa distância na África era antigo e envolvia outros produtos além de escravos, como o ouro – que atraiu os europeus para a costa africana –, o sal e a noz-de-cola, entre outros. De todo modo, a intensificação sem precedentes do comércio de escravos, no século XVIII, potencializou a integração comercial entre as várias regiões africanas, quase na mesma medida em que se multiplicaram os conflitos políticos.

2.10. O papel das elites africanas

Em troca dos escravos capturados, as elites africanas que monopolizavam os circuitos de venda dos cativos recebiam dos europeus diversos itens de valor monetário nos mercados africanos (como a concha de caurin, alguns têxteis da Índia – os guinéus –, moedas de prata, fios de cobre); armas e cavalos para seus exércitos (as espingardas e mosquetes fornecidos por comerciantes ingleses eram um dos principais itens do comércio na costa ocidental africana na primeira metade do século XVIII) e bens suntuários para o consumo das elites africanas, como tecidos europeus, assim como o tabaco e a cachaça (conhecida como giribita) produzidos no Brasil.

A oferta de escravos continuava, entretanto, a depender largamente de fatores extra-econômicos, relativamente independentes do desejo de produzir cativos. A guerra entre Estados continuaria a ser uma das principais fontes do tráfico. Do mesmo modo, a intensificação da punição com escravização de feiticeiros, criminosos e outros acusados de comportamentos desviantes ou nocivos às comunidades manter-se-ia como fonte privilegiada da oferta de cativos.

A intensificação do comércio tornaria, entretanto, cada vez mais disseminados os seqüestros e razias em pequena escala, conduzidos por pequenos grupos com o fim exclusivo de produzir cativos e vendê-los. Além disso, e principalmente, faria surgir Estados centralizados especializados em guerras de razia e escravização em larga escala das populações vizinhas. A ação desses Estados produziria, em alguns casos, um impacto demográfico significativo nas regiões sob ataque.

A tendência ao longo do século XVIII, entretanto, foi de estender cada vez mais para o interior as áreas afetadas pelas atividades predatórias dos predadores de escravos, estabilizando a situação de anarquia em algumas regiões, mas fazendo as fronteiras das atividades negreiras se expandir por quase toda a África Ocidental e Central, até o Oceano Índico.

2.11. Os mercados de escravos na África centro-ocidental

No final do século XVII, duas diferentes redes de mercados de escravos tinham se estabelecido na África centro-ocidental. A primeira tinha centro nos portos em torno da foz do rio Zaire e a outra era dominada pelo tráfico português-brasileiro, em Luanda e Benguela.

Ao longo do século XVIII, ambas as redes aumentaram a intensidade das atividades negreiras e expandiram o tamanho das áreas envolvidas. As redes tinham seu centro nos portos da costa onde os escravos eram vendidos para os comerciantes europeus. Os portos estavam ligados por estradas a feiras no interior, em geral controladas por Estados especializados na produção de cativos, que eram comprados por representantes dos comerciantes dos portos para serem levados ao litoral.

Ao longo das estradas, caravanas de mercadores atuavam comprando produtos locais e escravos – entre condenados nos tribunais locais, escravizados por dívida ou simplesmente seqüestrados por grupos de salteadores – enquanto vendiam mercadorias trazidas de longa distância, da Europa, da África do Norte ou de regiões no interior da África subsaariana. Ao fim das rotas de comércio, abria-se a fronteira da escravização, uma área mergulhada na guerra e na anarquia na qual atuavam os agentes de Estados especializados na produção em massa de cativos.

2.12. Fronteiras da escravização na África centro-ocidental

Nos séculos XVII e XVIII, Matamba e Caçanje foram os principais Estados do interior a desempenhar o papel de produtores de cativos e a

controlar as feiras de revenda dos mesmos. Os holandeses dependiam de Matamba, da rainha Njinga, quando ocuparam Luanda. Com a volta dos portugueses a Luanda, Caçanje se tornou o principal fornecedor. Sua feira era monopólio do Estado e procurava controlar a ação dos representantes dos comerciantes portugueses, os pombeiros. Havia, entretanto, outros centros. O planalto Ovibundo, ao sul de Luanda, tornou-se também um importante fornecedor, com feiras próprias, no século XVIII.

Neste mesmo século, enquanto os reinos imbangalas consolidavam seu controle das feiras do interior e sua capacidade de cobrar tributos em escravos dos povos sob seu domínio, também diminuía sua capacidade de oferta de cativos. As fronteiras da escravização caminhavam, entretanto, mais para o interior, dando origem a novos Estados produtores de cativos.

Desde o final do século XVII, uma série de guerras na África Central deu origem à consolidação de novos Estados, sendo os mais importantes, Luba, Lunda, Cazembe e Lozi. A formação desses Estados atendeu a dinâmicas políticas internas aos grupos envolvidos e não se produziu em função da expansão das necessidades do tráfico. Apesar disso, eles atenderam à demanda crescente de escravos e se especializaram no seu fornecimento.

O centro comercial de Lunda era o distrito real, chamado Mussumba, onde a exportação de escravos era organizada pelo rei. Lunda funcionava como uma espécie de confederação de Estados e os escravos e demais mercadorias eram fornecidos pelos reinos associados. O movimento de mercadorias era organizado por funcionários reais que se consideravam parentes, a partir de um sistema de trocas de presentes.

2.13. O impacto do aumento da demanda de escravos

De forma geral, o impacto do incremento da demanda de escravos determinada pela presença europeia na costa centro-ocidental africana provocou importantes mudanças socioeconômicas na área. O cul-

tivo de produtos agrícolas trazidos da América, como o milho e a mandioca, ao longo das estradas e em torno das cidades se generalizou, muitas vezes utilizando força de trabalho escrava. A divisão de trabalho entre regiões e grupos étnicos se aperfeiçoou, gerando maior eficiência produtiva na região como um todo.

Por outro lado, a desigualdade social se acentuou em quase todas as áreas. Além dos escravos tradicionalmente incorporados às estruturas produtiva, administrativa, militar e doméstica das sociedades tradicionais, formava-se uma massa de cativos, amontoados nos barcos das feiras e portos de embarque, à espera de ser vendidos para além-mar.

Apesar dos milhões de africanos transportados para as Américas, as mulheres em idade produtiva tendiam a ser incorporadas às estruturas de linhagem, de forma que a população da região manteve um relativo crescimento no período. Apesar disso, aquelas regiões mais afetadas pelas atividades próprias da chamada fronteira da escravidão conheceram verdadeiros desastres demográficos.

2.14. A expansão portuguesa na África ocidental

Toda a costa da África Ocidental era genericamente designada Guiné nos séculos XV e XVI. Após a tomada de Ceuta aos mouros, em 1515, navios portugueses começaram a explorar a Senegâmbia e a Alta Guiné, em busca do “ouro da guiné”, que antes chegava à Europa através do Mediterrâneo, atravessando o Saara.

Desde logo, o comércio de escravos tornou-se uma importante fonte de financiamento para as expedições. Ao chegarem à costa da Senegâmbia e às ilhas de Cabo Verde, os mercadores portugueses estabeleceram contatos e alianças políticas com as populações locais, enquanto as primeiras comunidades de “lançados” se enraizavam na região.

Em 1470, os portugueses chegaram à chamada Costa da Mina, onde ergueram a fortaleza ou Castelo de São Jorge da Mina, estabelecendo um padrão de presença europeia na costa, depois seguido

pelos demais países europeus que estabeleceriam feitorias fortificadas na região. Como visto, os holandeses tomariam São Jorge da Mina aos portugueses, em 1637. No século XV, o Castelo de São Jorge da Mina foi importante entreposto de fornecimento de escravos para as plantações de açúcar portuguesas nas ilhas da Madeira.

Com a chegada dos portugueses ao Congo e a conversão do manicongo ao catolicismo, em finais do século XV, as principais correntes do tráfico se deslocariam para a região Congo-Angola, mas o tráfico na costa ocidental continuaria a ser praticado, intensificando-se a partir do século XVII. No século XVIII, as várias regiões da costa ocidental em seu conjunto ultrapassaram a região Congo-Angola no fornecimento de escravos para o tráfico atlântico, respondendo por 62, 2% do total das exportações no período.

2.15. O tráfico de escravos na África ocidental

A Senegâmbia e a Alta Guiné foram as primeiras áreas da costa ocidental a serem incorporadas ao tráfico atlântico de cativos. Manteram-se como importantes regiões de fornecimento de escravos para o mercado atlântico nos séculos XVI e XVII, quando portugueses, franceses e ingleses ali disputaram posições e estabeleceram feitorias fortificadas; comunidades de “lançados” portugueses, franceses e ingleses se fixaram na região e se africanizaram.

Ao final do período, o tráfico francês tendeu a predominar na foz do Senegal, com o controle da ilha de Saint Louis e o estabelecimento de comunidades afro-francesas. A presença inglesa se fazia predominante na Gâmbia e também na região de Serra Leoa na segunda metade do século XVIII, deslocando as comunidades luso-africanas ali inicialmente estabelecidas. Na Alta Guiné, o tráfico português foi predominante em Cabo Verde e Cacheu até o século XVII, e as comunidades luso-africanas continuaram ali atuando por todo o século XVIII.

A região como um todo declinou em importância para o tráfico atlântico ao longo do século XVIII e a presença dos navios europeus nos portos da área sempre se manteve estritamente dependente de

alianças com grupos e mercadores locais. Após o século XVII, comerciantes muçulmanos monopolizaram boa parte do fornecimento de escravos na área.

2.16. O comércio muçulmano de escravos na África ocidental

O comércio muçulmano foi responsável por 40% dos escravos exportados da África sul-saariana entre 1500 e 1800. A maioria desses escravos foi exportada através do Saara, do Mar Vermelho e do Oceano Índico, e apenas 10% deles se dirigiram para o comércio atlântico. As guerras de fragmentação política predominaram na África sul-saariana muçulmana nos séculos XVII e XVIII e responderam pela maior parte do tráfico da Senegâmbia e da Alta Guiné no século XVIII.

Guerras entre Estados muçulmanos e não muçulmanos, guerras entre governos nominalmente muçulmanos e guerras santas islâmicas contra governos estabelecidos considerados infiéis foram responsáveis pela maioria dos escravos exportados por estas áreas desde o século XVII. As guerras santas ligadas ao estabelecimento e expansão das novas teocracias islâmicas de Futa Bondu, Futa Toro e Futa Jalom responderam pela maioria dos escravos exportados dessas regiões no século XVIII.

Fatores religiosos também determinariam a produção de escravos na baía de Biafra. Ali, as condenações judiciais, o não pagamento de penhores e as condenações religiosas eram as principais fontes de escravização. Apesar da existência de importantes centros comerciais, não se formaram Estados centralizados na região. As rotas comerciais eram controladas pelas redes comerciais dos aros, povo que se expandiu na região desde meados do século XVII e controlava o oráculo de Ibnukpabi, em Arochukwu (Arochuku ou Aro-Okigbo), que administrava justiça e arbitrava os conflitos das diversas aldeias e dos vários grupos de parentesco da área. As condenações do oráculo foram responsáveis pela transferência de milhares de escravos para os navios, em geral ingleses, que esperavam nos portos do litoral.

2.17. Guerras por escravos na África ocidental

Apesar disso, a maioria dos escravos produzidos na costa ocidental, no século XVIII, foi capturada em guerras levadas a cabo pelos Estados centralizados em expansão na região. A partir da segunda metade do século XVII, estas guerras transformaram o Golfo do Benin na “Costa dos Escravos”. Este mesmo padrão determinou também um vigoroso incremento do tráfico negreiro na região vizinha, chamada Costa da Mina, a partir das disputas entre os vários Estados açãs pelo controle das rotas de suprimento do ouro, da noz-de-cola e de escravos. Quatro grandes Estados atuariam em ambas as regiões no século XVIII, mas nem todos se envolveram no comércio de escravos.

O primeiro e mais antigo deles, o reino do Benin, a oeste do delta do Níger, conheceu o auge do seu poder no século XVI, quando também mantinha contatos regulares com navios e missionários europeus. Desde 1516, entretanto, as autoridades locais passaram a restringir, até proibir completamente, o tráfico de escravos homens para o Atlântico, proibição que se manteve até finais do século XVII. O reino manteve um comércio ativo com os europeus – de pimenta, marfim e panos da costa, entre outros produtos – mas ficou fora do comércio de escravos.

No século XVIII, os obás do Benin suspenderam a proibição, mas o comércio negreiro permaneceu pequeno na região, pois os preços dos escravos eram mais altos nos portos sob controle do reino e os europeus tinham outras fontes mais promissoras de fornecimento. O reino do Benin manteve-se como Estado independente até a expansão colonial européia em finais do século XIX, tornando-se o melhor exemplo da dependência dos europeus das decisões dos fornecedores africanos para o desenvolvimento do tráfico na região.

Por outro lado, o reino do Daomé (atual República do Benin) fez do comércio de escravos o principal suporte de sua expansão. A formação de Estados centralizados entre os povos aja foi relativamente tardia e quase sempre ligada ao controle dos portos de embarque de escravos. O reino de Alada (onde ficava o porto de Ajudá ou Uidá) foi

fundado em 1575 e logo se tornou o principal exportador de escravos da baía do Benin. O reino do Daomé se desenvolveu no interior da mesma região, como intermediário no tráfico e fornecedor de escravos para a costa e, dali, se propôs a controlar também a região costeira em proveito do Estado, conquistando Alada. O reino do Daomé se manteria como fornecedor de escravos para o comércio atlântico até as primeiras décadas do século XIX. Os traficantes de Salvador, na Bahia, tinham nos portos do Daomé sua principal base de comércio na costa da África.

No mesmo período, ao norte do país Ioruba, baseado em poderosa cavalaria, o reino de Oió começou sua expansão para o sul, formando o Império Oió, a partir da conquista de uma série de outros reinos de língua iorubá. As guerras provenientes da expansão de Oió forneceram milhares de escravos ao tráfico. A expansão de Oió chegou até o litoral, obrigando o Daomé a pagar tributos, porém mantendo sua integridade.

A partir da metade do século XVIII, Oió se envolveria diretamente no fornecimento de escravos para o tráfico atlântico, escoando sua produção preferencialmente por Porto Novo e Lagos. Este envolvimento foi um dos principais fatores a atuar na crise e posterior desagregação do império no século XIX, quando sucumbiu à expansão da guerra santa (*jihad*) de Usuman dan Fodio, vindo do país Haussa, ao norte.

Por fim, já na Costa da Mina, os conflitos entre Estados acãs acabariam dando origem ao Estado Axante, que unificou os povos acãs em um único reino e passou a controlar em proveito próprio o comércio do ouro, da noz-de-cola e também de escravos pelo porto de Acra. A contínua expansão de Axante em direção ao norte devastou a região e produziu centenas de milhares de escravos exportados pela Costa da Mina entre 1700 e 1750. As exportações de Axante dependiam diretamente de suas campanhas militares, que se mantiveram por todo o século XVIII. O pico dessas exportações se fez em 1780 e 1790, quando da tentativa de ocupar a costa Fante, contígua ao reino.

2.18. As consequências das guerras por escravos na África ocidental

As guerras continuadas entre Estados da região forneceram milhares de escravos para as plantações da América sem fazer recuar inteiramente as fronteiras da escravização. Mesmo assim, não chegou a haver um despovoamento na região, por um lado porque a progressiva centralização de Axante e do império Oió resguardava parte da população; por outro, em razão da retenção da maioria das mulheres na região e, por fim, pelo constante acréscimo de escravos aos reinos do litoral, trazidos do interior.

A intensificação do tráfico de escravos não desestruturara as características das sociedades tradicionais. Agravara, é fato, as desigualdades sociais entre elites militares e aristocráticas e os camponeses em geral, porém estas não eram inexistentes antes do tráfico atlântico. Até o século XVIII, os usos militar, ritual ou reprodutivo dos escravos continuaram predominantes nas sociedades africanas, apesar da importância deles em algumas atividades produtivas, como a mineração e a produção de alimentos nos centros comerciais, religiosos ou administrativos.

3. Relações Brasil-África e o fim da escravidão

3.1. A face africana da história brasileira

As condições de uso do trabalho escravo nas Américas seriam muito diferentes daquelas existentes na África. Na América se construiriam sociedades totalmente dependentes da exploração do trabalho escravo. Mesmo assim, é preciso ter em mente que estas sociedades foram em grande parte construídas por escravos africanos e que, de algum modo, suas crenças, modos de vida, hábitos e costumes marcaram a história das novas sociedades coloniais.

Não se trata simplesmente de enfatizar as heranças culturais africanas, em geral bastante conhecidas, sejam religiosas ou artísticas,

mas de destacar a face africana da história do Brasil colonial e oitocentista.

Muito se tem escrito sobre a violência do tráfico e sua capacidade de desenraizamento e desestruturação cultural das populações escravizadas. Algumas fontes coloniais dão conta de que os senhores preferiam reunir escravos de origem diferenciada para evitar revolta e rebeliões. Apesar disso, a oferta de escravos era em grande parte decidida na África e frequentemente reunia pessoas de línguas e costumes semelhantes.

No Brasil, em especial, a escravidão foi por quase todo o tempo literalmente africana, ou seja, a maioria dos escravos na colônia portuguesa havia nascido na África. A desigualdade entre os sexos, em grande parte uma determinação da oferta africana que retinha a maioria das cativas na própria África, bem como um maior acesso à alforria de mulheres e escravos nascidos no Brasil tornavam as plantações dependentes da contínua chegada de novos escravos vindos dos mercados de cativos da África.

3.2. Agentes da escravização na África e no Brasil

Durante todo o período do tráfico, muitos dos agentes que atuavam nas costas brasileiras também agiam no lado africano. No século XVII, Salvador Correa de Sá foi governador no Rio de Janeiro e em Angola. André Vidal de Negreiros lutou contra os holandeses em Pernambuco e depois contra os congolese nas chamadas guerras angolanas. Alguns de seus soldados índios devem ter sobrevivido e deixado descendência na África centro-ocidental.

A recíproca é verdadeira. Alguns dos nobres cristãos de reinos africanos, feitos prisioneiros nessas guerras, foram degredados para o Brasil, como homens livres, não há mais notícias de suas trajetórias. Outros tantos para lá foram enviados como escravos.

3.3. Ki-lombo, quilombo

E não parece coincidência que o termo quilombo, nome dos

acampamentos militarizados dos imbangala que produziam com suas guerras a maioria dos escravos remetidos ao Brasil, tenha aparecido pela primeira vez nas fontes coloniais exatamente neste período, para designar mocambos ou acampamentos de escravos fugidos, mas especialmente o quilombo de Palmares.

Afinal, a estrutura imbangala fornecia um modelo de organização social entre “escravos”, que rejeitava a necessidade da linhagem e do parentesco como fonte de organização social. Segundo Stuart Schwartz, “a criação de uma organização social baseada em associação gerava riscos. Os habitantes do *Ki-lombo* [imbangala] incorriam em especial perigo espiritual, uma vez que lhes faltava a linhagem normal de ancestrais que pudessem interceder por eles junto aos deuses. Assim, uma figura fundamental no *Ki-lombo* era o *nganga a zumba*, um sacerdote cuja especialidade era lidar com o espírito dos mortos”.

O Ganga Zumba de Palmares, o rei que teria feito um acordo com os portugueses, depois rompido por estes, e que por isso teria sofrido uma revolta no quilombo, sendo deposto por seu sobrinho Zumbi, “era provavelmente o detentor desse cargo, que não era de fato um nome próprio, mas um título”. (Schwartz, 2001: 252-253)

Isto não fazia de Palmares uma reinvenção de estruturas africanas. Escravos nascidos no Brasil, populações indígenas e africanos de diferentes origens se misturavam no quilombo. Mas a presença de lideranças imbangala entre os quilombolas não pode ser descartada.

3.4. As trocas culturais entre os escravizados

No mundo africano, as guerras, migrações e trocas comerciais estavam presentes no dia a dia de muitos dos escravizados, de forma que o aprendizado do outro e as trocas culturais entre diferentes grupos étnicos iniciaram-se na própria África. Na região Congo-Angola, o catolicismo se fazia presente como elemento cultural desde o século XV. O catolicismo africano marcou as trajetórias de conversão dos escravos africanos no Brasil. As conhecidas festas de coroação do rei Congo ritualizariam aspectos da história africana no dia a dia das populações coloniais.

Por outro lado, as referências aos portos de origem dos traficados se transformariam em marcas de identificação que seriam incorporadas pelos africanos escravizados. As denominações “minas” e “angolas”, numa referência ampla às duas grandes áreas de fornecimento do tráfico, determinariam, também, sociabilidades distintas nas irmandades religiosas dos homens pretos, nas quais os provenientes das duas áreas estariam quase sempre separados, bem como escolhas matrimoniais e outros aspectos da vida associativa de escravos e libertos no mundo colonial.

Obviamente, nessas grandes áreas, eram imensas as diferenças e enormes os ódios e rivalidades entre os escravizados. No século XVIII, o reino do Daomé era escravizador contumaz dos povos makis, mas também daomeanos foram escravizados. Na condição de escravidão, as proximidades oriundas das intensas trocas comerciais, bem como das próprias guerras que produziam os escravos em cada uma das áreas, não eliminavam rivalidades, mas faziam os escravizados descobrirem alianças impossíveis e impensáveis na própria África.

3.5. O caso da revolta malê na Bahia

É novamente Stuart Schwartz que chama atenção para o caráter africano do ciclo de insurreições escravas que eclodiu na Bahia de finais do século XVIII até o chamado “levante dos malês” [escravos muçulmanos], em Salvador, em 1835. Nele, os escravos nascidos no Brasil quase não participaram. A aquisição em massa de escravos pelos comerciantes baianos na costa ocidental da África, capturados entre soldados dos exércitos em luta na região, muitos deles muçulmanos e alfabetizados, se mostraram realmente explosiva.

Não é a toa que, após a revolta, muitos africanos libertos foram deportados da Bahia. Outros fretaram navios e decidiram voltar por conta própria. Estabeleceram-se em Lagos, e também no antigo reino do Daomé, atual República do Benin, onde até hoje são conhecidos como “brasileiros”, com seus sobrenomes portugueses, celebrações do carnaval e do bumba-meu-boi. Misturaram-se com as comunida-

des de luso-africanos e de descendentes de comerciantes baianos ali radicadas. Transformaram a experiência de seus antepassados no Brasil em um novo referencial étnico na volta à África.

O tronco lingüístico comum entre as diversas línguas faladas na África centro-ocidental, as chamadas línguas bantas, começou a ser descoberto pelos lingüistas europeus a partir de observações de Rugendas, no século XIX, sobre os escravos africanos de diversos povos daquela região que encontrou no Brasil. Após a extinção do tráfico, todos se tornaram, finalmente, “africanos”. A África, de certa forma, foi inventada na América.

3.6. A pressão pelo fim do tráfico de escravos

No início do século XIX, o tráfico de seres humanos na África tinha assumido proporções gigantescas: era a maior migração humana de que se tinha notícia até então. Além das regiões da costa ocidental e centro-ocidental, o tráfico também afetava consideravelmente a África Oriental. Por conta da crescente procura por cativos empreendida por traficantes brasileiros e cubanos, mas também por causa das grandes secas e das guerras internas, que impeliam um grande contingente populacional a se estabelecer na costa, a oferta de escravos era cada vez maior em regiões como o Zambeze, controlada por portugueses.

Um novo fator, no entanto, alterou a dinâmica do tráfico de escravos e da escravidão tanto na África quanto nas Américas: o movimento em prol da abolição do tráfico. Embora reformadores ingleses tenham começado a atacar a existência do comércio de seres humanos ainda em fins do século XVIII, foi só no século XIX que as primeiras leis começaram a transformar tais idéias em realidade. Na Inglaterra, o tráfico foi abolido em 1807; os Estados Unidos, depois de tentativas de proibi-lo em 1791 e 1794, finalmente o fizeram em 1808.

Embora desde a década de 1810 navios ingleses tenham aportado nas praias africanas na tentativa de coibir o tráfico para as Américas, a Inglaterra só passou a pressionar efetivamente pelo fim do tráfico negreiro em 1840, quando começou a tomar medidas de repressão

aos países que continuassem permitindo a entrada de africanos escravizados em seus territórios ou fomentassem seu comércio. Ao invés de coibir a saída de escravos da África, no entanto, o efeito imediato da posição inglesa foi o incentivo às exportações; de fato, só na primeira metade do século XIX saíram de todas as regiões do continente cerca de 5,6 milhões de escravos.

No Brasil, o reconhecimento da independência por parte da Inglaterra foi condicionado ao cumprimento de antigos tratados de restrição ao tráfico firmados ainda entre este país e Portugal. Os acordos entre o Brasil e a Inglaterra, firmados em 1826, acabaram resultando na lei de 7 de novembro de 1831, que proibia a entrada de africanos no país e instituiu penas para quem vendesse, transportasse ou comprasse africanos recém-chegados.

Embora tenha causado uma queda momentânea nas importações de africanos, a lei de 1831 acabou provocando uma corrida à compra de escravos durante toda a década de 1830, já que sinalizava para o fim efetivo do tráfico atlântico de cativos. Mas, como ela não se fez acompanhar de um esforço real para conter o contrabando no Brasil – que era, inclusive, apoiado pela população livre, comprometida com a continuidade da escravidão –, a lei não foi colocada em prática, acabando conhecida como “lei para inglês ver” pela sua ineficácia.

Os carregamentos apreendidos foram poucos e os traficantes acusados de burlar a lei, absolvidos. Os africanos apresados, que em princípio deviam ser mandados de volta para a África pelo governo brasileiro – depois de 1834 passaram a ser formalmente considerados *africanos livres*, devendo, no entanto, servir o Estado ou particulares –, acabavam reescravizados.

Em Angola, a entrada em vigor do tratado anglo-brasileiro sobre o tráfico também criou a ilusão de que o comércio negreiro seria extinto rapidamente; após três anos de depressão econômica, no entanto, a exportação voltou a aumentar. O interesse de Portugal no tráfico de escravos, contudo, é que se alterou: se, antes da independência do Brasil, o governo daquele país estava atento para a oferta

de escravos para a agricultura brasileira, agora empenhava-se em assegurar trabalhadores para as possessões portuguesas na África.

Embora a Inglaterra continuasse pressionando Portugal para que abolisse o tráfico, navios negreiros não só utilizavam os portos de Angola e Moçambique para embarque e como ponto de apoio, como ainda recorriam à bandeira portuguesa para protegerem-se da repressão inglesa. Em 1836, finalmente, Portugal emitiu um decreto proibindo exportação de escravos das possessões portuguesas e, em 1842, foi assinado o tratado de abolição total do comércio negreiro.

Enquanto o tráfico não foi abolido no Brasil, no entanto, essas leis foram letra-morta: o tráfico ilegal continuava a existir e a impulsionar a economia das possessões portuguesas, que também dependiam da demanda por urzela (planta utilizada para fabricar tintas azuis, principalmente em Angola), cera, goma copal e marfim. Até fins da década de 1860, estas mercadorias desciam até Luanda, Benguela ou Moçâmedes através de caravanas organizadas por agentes que representavam firmas estabelecidas na costa. Assim, as estruturas econômicas com base no crédito, desenvolvidas ao longo de séculos de tráfico, foram transpostas para o comércio colonial.

Na África Ocidental como um todo, a maior utilização de escravos na produção agrícola também foi ajudada pela queda no preço dos escravos, ainda como resultado dos esforços ingleses para acabar definitivamente com o tráfico atlântico. A queda temporária do preço de cativos na costa, somada ao preço já normalmente baixo dos escravos no interior, sugerem que o trabalho escravo efetivamente tornara-se um investimento atraente: a África centro-ocidental, os golfos do Benin e do Biafra e o sudeste da África foram particularmente afetados pela explosão das exportações de escravos durante a primeira metade do século XIX.

3.7. A reorientação das atividades produtivas na África

Nestes locais, além de trabalharem na própria produção agrícola, os escravos também eram utilizados na exportação de nozes-de-cola

para a região da Savana, na produção de gêneros alimentícios para consumo local e distribuição regional e na mineração do ouro; trabalhavam, ainda, como carregadores nas caravanas, como tripulantes dos barcos fluviais e como soldados, tanto no controle do setor agrícola quanto na escravização de inimigos estrangeiros.

Nesta época, além de viverem em suas próprias aldeias, também eram encontrados em fazendas, localizadas principalmente perto da costa ocidental e ao longo dos rios de Serra Leoa, em Axante, Daomé e nos Estados iorubas, onde moravam em barracões, repetindo padrão de moradia adotado nas *plantations* americanas. Embora as pequenas propriedades ainda fossem encontradas por toda parte, agora sobressaía a presença de grandes fazendas, concentradas cada vez mais nas mãos de proprietários de origem europeia. Se até 1850 ainda havia fazendeiros africanos e europeus dedicando-se ao plantio de café e árvores, em 1880 grande parte da terra fértil já era controlada por colonos de origem europeia.

Foi neste movimento que os arquipélagos de São Tomé e Príncipe foram revitalizados no início da década de 1850, justamente quando o comércio exportador da África centro-ocidental começou a entrar em declínio. Ao invés de atravessarem o Atlântico, os escravos eram enviados para estas localidades, onde cultivavam cana-de-açúcar, café e, mais tarde, cacau. Em meados dos anos 1860, em particular, as principais correntes do tráfico mudaram das Américas para estas regiões, e grandes famílias descendentes de portugueses transferiram-se da costa angolana para as ilhas, levando consigo todos os seus escravos.

O surgimento dessas *plantations*, além de provocar a escravização de um contingente enorme de pessoas, ainda envolveu no processo de captura grupos antes marginalmente envolvidos no tráfico, como os *quiocos*, fazendeiros e caçadores que viviam no interior de Angola e que, quando a demanda pelas mercadorias legais aumentou, estavam em posição estratégica para desenvolver as redes comerciais necessárias à exportação de bens agrícolas.

O novo interesse pelas mercadorias legais não significou o fim do tráfico transatlântico, portanto. Clandestinamente, escravos continuavam sendo fornecidos ao Brasil e a Cuba. Só depois do fechamento dos portos no Brasil, em 1850, é que as atividades do comércio de escravos – que continuavam a ser operadas em grande parte por comerciantes do Rio de Janeiro, com agentes em Luanda e Lisboa – foram sendo paulatinamente abandonadas.

Mesmo assim, com a manutenção do tráfico para Cuba, que só seria extinto em 1863, a exportação clandestina da região do Congo-Angola e Benguela aumentou muito, atingindo o pico entre 1857 e 1860, justamente quando já circulavam rumores sobre a necessidade de proibir o “infame comércio” no Caribe. Mais de 70% dos escravos que desembarcaram em Cuba após 1850 haviam partido dos portos de Ambriz, Malemba, Cabinda e Loango.

De qualquer forma, é importante marcar que, embora as atividades fossem distintas, havia forte imbricação entre os interesses econômicos legais e os clandestinos ao longo do século XIX. Daí ser impossível separar indivíduos e capitais envolvidos nas duas atividades.

Embora Luanda tenha sido o principal porto de saída de escravos para o Rio de Janeiro durante a ocorrência do tráfico ilegal, as relações de Angola com o Brasil sofreram grandes modificações após o fechamento do comércio ilícito. Comerciantes angolanos passaram a dedicar mais atenção a Portugal do que ao Brasil, onde era, inclusive, mais fácil chegar, vindo de Angola; não por acaso, a partir de 1857, a inauguração de uma rede de vapores entre Luanda e Lisboa facilitou a comunicação direta entre as duas regiões.

3.8. O fim do tráfico para as Américas

Em 1845, o parlamento inglês votou o *Bill Aberdeen*, legalizando o apresamento de qualquer navio brasileiro envolvido no tráfico negro, em qualquer circunstância (inclusive em águas do Império brasileiro). Cinco anos depois, num quadro de tensão internacional crescente, já que a medida provocou forte sentimento antibritânico, o

governo brasileiro, liderado por Euzébio de Queiroz, conseguiu aprovar a lei nº 581 de 1850, que extinguiu o tráfico atlântico de escravos para o Brasil e autorizava a apreensão no país de escravos *boçais* (recém-chegados, que ainda não dominavam o idioma português).

Com isso, além de extinguir definitivamente o comércio de africanos e reprimir as tentativas de burlar a proibição – há registros de que embarcações continuaram entrando ilegalmente até 1856 –, a lei Euzébio de Queiroz também pretendia legitimar a entrada de todos os africanos trazidos após 1831, estimados em mais de um milhão de pessoas, que haviam chegado depois da proibição de manter o tráfico atlântico.

A extinção do tráfico desencadeou profundas mudanças nas estruturas demográficas, políticas, sociais e econômicas brasileiras, com efeitos diretos no processo de abolição da escravidão no Brasil. A principal delas foi o incremento do tráfico interno (ou tráfico interprovincial), com a venda em massa de escravos das províncias do nordeste, em decadência econômica, para a região do centro-sul, em plena expansão cafeeira, que, inclusive, provocou desequilíbrio entre as províncias no que se refere ao próprio apoio à ordem escravista.

O fim do tráfico externo também teve como efeito a grande concentração social da propriedade escrava, já que, com a escassez de novos braços, os preços dos escravos subiram rapidamente; se, até 1850, a propriedade escrava era acessível ao conjunto da população livre, incluindo até libertos e lavradores pobres, a partir daí o acesso à posse de escravos ficou restrito aos grandes proprietários, que se dedicavam à agricultura de exportação.

O fim do tráfico atlântico e a alta concentração da propriedade escrava significaram, assim, um golpe de morte no comprometimento da população livre com o trabalho escravo no Brasil. Embora 38 anos ainda separaram o fim do tráfico da abolição da escravidão no Brasil, é possível afirmar que a legitimidade do regime de trabalho escravo tenha sido fortemente abalada em 1850.

Em 1871, quando a Lei do Ventre Livre estabeleceu que, a partir de então, ninguém mais nascia escravo no país, a legitimidade da

escravidão caiu definitivamente por terra. A esta altura, com o fim da guerra civil norte-americana e com a aprovação da lei do ventre livre e de libertação dos escravos sexagenários em Cuba, o Brasil já estava isolado como a única nação escravista das Américas. Deixaria de sê-lo em 1888, quando o reconhecimento da igualdade civil de todos os brasileiros foi acompanhado da composição de um novo quadro de desigualdades raciais, comum a todas as sociedades americanas que vivenciaram a experiência da escravidão.

3.9. A manutenção da escravidão na África

Se o movimento pelo fim do comércio de escravos da África para a América teve, como efeito último, a própria extinção da escravidão neste continente, o que aconteceu na África foi bem diferente: ali, o efeito imediato do fim do tráfico atlântico foi o aumento da procura pelo “comércio legítimo” – termo usado na época e por estudiosos desde então para distinguir escravos de mercadorias legalmente comercializadas como marfim, amendoim, azeite-de-dendê, louro, borracha, cravo, couro, peles, penas de avestruz, cera de abelhas, goma arábica etc. –, como ocorreu em Angola.

Como muitas destas mercadorias eram cultivadas e transportadas por escravos, o crescimento da demanda mundial provocou o aumento do número de escravos empregados em atividades produtivas na África. Em suma: o fim do tráfico externo de escravos não significou o colapso do tráfico interno de escravos na África; também não significou o fim da escravidão no continente. Muito pelo contrário, a transição da exportação de escravos para a exportação de outras mercadorias resultou na generalização da utilização de escravos na economia africana.

Parece até ironia: enquanto a escravidão minguava nas Américas, ela se renovava na África, onde muito tempo ainda se passaria até que ela fosse completamente extinta.

Referências bibliográficas

- COSTA e SILVA, Alberto (2002). *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FLORENTINO, Manolo Garcia (1995). *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- LOVEJOY, Paul (2002). *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MEILLASSOUX, Claude (1995). *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MELLO E SOUZA, Marina (2002). *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: UFMG.
- REIS, João José dos (2003). *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)*. Companhia das Letras, Rio de Janeiro.
- THORNTON, John (2004). *África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus.

África no século XIX.

O fim do tráfico e o início do colonialismo

Philippe Lamy

1. Incorporação da África ao sistema-mundo capitalista

A partilha da África, cujo processo se inicia no final do século XIX, não foi a causa mas a consequência da incorporação do continente africano ao sistema econômico mundial ou economia-mundo capitalista. Pode-se considerar que esta incorporação começou no meio do século XVIII, quando se deu a intensificação do tráfico de escravos, e marcou uma mudança fundamental na economia africana. (Wallerstein, 2010:27)

Antes de 1750, as relações comerciais da África com o resto do mundo tinham um perfil bem definido. As redes mercantis estendiam-se além do continente, atravessando o Mediterrâneo, o oceano Índico e o oceano Atlântico. Porém, esse comércio de longa distância lidava principalmente com produtos de luxo, trazendo grande retorno por pouco volume. Esses produtos eram uma porção mínima do conjunto produzido pela região e sua produção mobilizava apenas uma parte reduzida da população. Tratava-se de um comércio de luxo e podia ser interrompido por qualquer motivo, sem modificar nada de fundamental nos processos de produção da África.

A estrutura das trocas através do Oceano Índico praticamente não mudou entre 1500 e 1800. A chegada dos portugueses e outros europeus na região não modificou sensivelmente nem o volume nem a natureza deste comércio. Apenas o tráfico de escravizados conheceu certo incremento em direção às ilhas Mascarenhas (atuais ilhas Maurício e da Reunião) para a plantação de cana de açúcar.

A diferença tradicional entre o comércio de produtos de luxo com países longínquos e uma produção agrícola não comercializada continuou da mesma forma. Na África ocidental e central, desenvolveu-se o tráfico de escravizados de longa distância, como resultado da economia-mundo capitalista.

Nas Américas, a região do Caribe fazia parte das zonas periféricas dessa economia-mundo. Lá tinha sido implementada a economia de plantação - *plantation*¹. A mão de obra empregada nessas unidades era formada por gente escravizada, originária da África ocidental e central.

O número de escravizados transportados para o Caribe aumentou progressivamente entre 1450 e 1650 e, de maneira mais acentuada, após 1650 até 1750. A partir dessa data, o tráfico triplicou de volume. O modo de produção e os sistemas políticos da África ocidental e central começaram a ser modificados para responder às demandas do tráfico. O abastecimento de escravizados passou a ser organizado sistematicamente, o que repercutiu sobre as relações sociais e as estruturas políticas africanas.

Não se sabe com precisão a partir de que momento o tráfico deixou de ser um comércio de luxo para tornar-se um comércio estratégico. Provavelmente, não foi anterior a 1750, época a partir da qual o tráfico cresceu em um ritmo nunca visto anteriormente. Entre 1600 e 1750, o mundo capitalista progredia com cautela, procurando consolidar-se nas zonas já incorporadas durante o século XVI. A expansão e a conquista de novas zonas se deram após 1750.

1.1. A expansão capitalista

A África integrou-se à economia-mundo capitalista entre 1750 e 1850, ao mesmo tempo em que a Rússia, o Império Otomano, a Índia e o restante das Américas². Nesse período, a África não constituía (como não constitui hoje) uma entidade econômica única. Seu processo de incorporação gerou mudanças em certos setores importantes da produção e nas estruturas políticas das regiões incorporadas. As

instituições existentes enfraqueceram e lentamente apareceram novos sistemas de poder dominante. A integração não se realizou da noite para o dia. Foi uma transformação lenta que deixou subsistir, durante ainda muito tempo, modalidades de produção agrícola anteriores e ideias e valores antigos que lhes eram associados.

A mudança ocorrida foi a implantação de uma economia para a produção de mercadorias visando o mercado mundial, o que exigiu a reestruturação das relações de produção e a capacitação da mão de obra, tendo propiciado lucros substanciais. Ou seja, iniciou-se a passagem da economia de subsistência da sociedade doméstica, para uma economia de produção mercantil de exportação, produzindo-se bens agrícolas necessários ao mercado europeu, que vivia uma revolução industrial. As formas desta integração foram brutais para os povos africanos e deixaram marcas profundas em suas evoluções.

A África não escolheu ser incorporada à economia-mundo, mas foi ultrapassada pelos acontecimentos, apesar da sua resistência. Por volta dos anos 1850, já tinha sido tragada pelo sistema mundial. Não foi o fim do tráfico e a passagem para o comércio legal que marcaram o início da integração. Esta precedeu a mutação do comércio e aconteceu mesmo nas regiões, como a África do Sul, onde o tráfico internacional não era praticado.

O fim do comércio de escravizados, agora ilegal, aconteceu porque a incorporação da África à economia-mundo acabou mostrando que o tráfico tinha deixado de ser lucrativo para o sistema no seu conjunto. O cálculo de rentabilidade, dali em diante, teria que incluir não só o custo de produção e de abastecimento de escravizados, como também o custo em arrancá-los da África, de onde podiam produzir matérias-primas para a economia-mundo.

Os brasílicos controlavam o essencial do tráfico de escravizados e, conseqüentemente, a maior parte do comércio de produtos manufaturados, inclusive com a África atlântica. Entre 1806 e 1814, a Inglaterra teve de se defrontar com o fechamento do mercado europeu pelo Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte. Daí, sua

sede pela abertura dos portos brasileiros e do comércio com a África para ter acesso a outras mercadorias que os escravizados, e para vender produtos manufaturados aos africanos, além dos fretes de transporte marítimo.

1.2. O modelo da África ocidental

Na África ocidental, o novo comércio trouxe mudanças não só nos produtos trocados, mas também na maneira como as populações se organizavam para produzir. Isso resultou na modificação das estruturas políticas, e a transformação das modalidades de produção foi acelerada pela abolição do tráfico, embora o processo tivesse começado muito antes.

Entre os novos produtos comerciais, foi o azeite de dendê³ que conheceu o maior sucesso, com elevada taxa de crescimento da produção no delta do Níger. O comércio do óleo de palma começou coexistindo com o tráfico de escravizados e acabou por substituí-lo. No final do século XIX, entretanto, a produção começou a decair pela concorrência com outros óleos.

A Costa do Ouro (atual Gana) e o Daomé (atual Benin) também atuaram no rápido crescimento do comércio de óleo de palma. Daomé, em particular, por sua forte participação no tráfico, já havia sido incorporado ao sistema econômico mundial muito antes da introdução do comércio legal do óleo.

Entre os produtos novos do comércio da África ocidental com o resto do mundo estavam o amendoim, que consolidou as pretensões francesas sobre o Senegal, cultivado na costa da Alta Guiné e no Senegâmbia, e a borracha⁴.

Nem todas as tentativas de iniciar novas culturas foram bem-sucedidas. Neste período aconteceu, porém, um fato importante: os europeus, do interior e da costa, suplantaram os comerciantes africanos no papel de atravessadores. Assim, foram introduzidas novas importações para a África. A principal foi a de tecidos de algodão. A sua introdução maciça na região prejudicou as manufaturas locais. Al-

guns deles reagiram especializando-se na criação de pintura em tecido, visando nichos de mercado mais restritos.

1.3. Na África do Sul

A modalidade de incorporação da África do Sul na economia-mundo capitalista foi diferente do resto da África, devido à ausência do tráfico de escravizados e à presença de uma forte população de colonos brancos.

“Embora os bôeres estabelecidos no Cabo no século XVIII fossem europeus vivendo em uma colônia europeia, devemos considerar que poucos fizeram parte integrante da economia - mundo capitalista” (Wallerstein, 2010: 38).

A integração começou pela reestruturação dos processos de produção, com a hegemonia que seguiu as guerras napoleônicas, quando os britânicos aumentaram consideravelmente o tráfico marítimo e enviaram novos colonos da Grã-Bretanha. (Wallerstein, 2010: 38).

As pressões devidas às transformações da economia e culturais induziram os bôeres⁵ a migrar para o interior, no deslocamento coletivo conhecido como a Grande Marcha⁶. Fato que gerou uma luta severa entre os ingleses e os bôeres pelo controle das terras e da mão de obra africana, para produção destinada ao mercado mundial.

Na Colônia do Cabo, camponeses africanos continuaram praticando a agricultura tradicional ao lado das plantações de exportação dos colonos brancos.

1.4. O mapa cor de rosa

Em Angola, Portugal não atava nem desatava. Angola era o grande fornecedor de mão de obra escrava para o Império Português do Atlântico, e esse império desapareceu com a independência do Brasil, seguida da proibição do tráfico trinta anos depois, pese a continuidade do tráfico ilegal ainda mais algumas décadas. Nesse ínterim, só comercializava de maneira insipiente óleo de palma e produtos extrativistas, como o marfim, a cera de abelha, a borracha de cipó, etc.

Como Portugal não tinha demanda para novas e potenciais produções agrícolas tropicais de Angola, não investiu na colônia; optou por deixar sua presença encolher, embora se envolvendo em esporádicas “guerras cinzentas”⁷. Portugal estava à margem do processo de industrialização europeu e “ajudou” a sua “colônia” a desatrelar-se quase totalmente do sistema-mundo capitalista. Assim, Angola, sem novos produtos, e Portugal sem indústrias, juntos estagnaram.

Durante o período de transição que separa o fim do tráfico atlântico do processo de partilha da África, o colonialismo português foi se retraindo e perdeu a chance de realizar o sonho do “mapa cor-de-rosa”: unir os territórios de Angola a Moçambique, para reconstituir fortalecido o seu império, voltando a ser uma grande potência colonial.

1.5. A integração tardia da África Oriental

A África oriental foi incorporada tardiamente à economia-mundo capitalista. Suas primeiras relações com o mundo exterior foram as do tráfico de escravizados através do oceano Índico. Zanzibar tornou-se um importante fornecedor de cravo da Índia para o mercado mundial. Com isso, levou a África oriental ao círculo da economia-mundo em meados do século XIX. Madagascar produzia arroz e bovinos exportados para as ilhas Mascarenhas⁸, que eram conhecidas também por suas plantações de cana-de-açúcar.

A incorporação efetiva da região se deu somente nos finais do século 19, no momento da corrida europeia para a conquista colonial da África. As mudanças que então ocorreram nas relações de produção desencadearam transformações nas estruturas políticas dos grupos africanos envolvidos.

1.6. A integração na economia-mundo capitalista

Não se deve superestimar o peso do fator externo, como a presença e o comércio europeus, na formação dos Estados africanos. É certo que alguns Estados, como o Rozwi⁹, constituíram-se na ausência de qualquer participação europeia. Por outro lado, algumas comuni-

dades do delta do rio Níger, ativas parceiras comerciais dos europeus, não chegaram a formar Estados centralizados.

Com o fim do tráfico, os reis e outros detentores de poder deixaram de ter o monopólio do comércio e dos benefícios que este trazia. As guerras e pilhagens para a escravização pararam. Houve uma redistribuição de renda que resultou na aparição de novas classes de ricos no campo e em algumas zonas urbanas. Porém, a passagem para a agricultura de exportação não foi acompanhada de mudanças tecnológicas nos meios de produção nem na transformação industrial dos produtos antes da exportação. A África continuou como fonte de abastecimento para a economia capitalista industrial da Europa.

Diferentes partes da África, até então sem comunicação, ficaram interligadas no decorrer do século XIX sob o efeito das transações comerciais. Ligações comerciais entre a África oriental, a África central e a África do Norte foram estabelecidas por comerciantes árabes, suaíli, yao, kamba e nyamwezi na África oriental, por comerciantes ovimbundu, tio e chokwe na África central, por comerciantes árabes do Egito, e outros comerciantes sudaneses que organizavam as trocas transaarianas. Esse movimento abriu progressivamente o interior da África à influência europeia e árabe-suaíli.

1.7. A abolição do tráfico de escravos

Cerca de setenta anos se passaram entre a primeira proibição do tráfico de escravos pela Dinamarca, em 1792, e o término da exportação de escravos da África Ocidental para Cuba, no fim dos anos 1860.

Mesmo com a proibição do tráfico, o mercado de escravizados nas Américas continuou existindo e os africanos não deixaram de ser exportados. Os lucros particulares aumentavam para compensar o declínio numérico e os riscos crescentes envolvidos na participação ilícita no tráfico.

O governo da França, depois de 1830, e o dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, realizavam esporádicas patrulhas

navais antiescravistas em águas africanas, mas apenas os ingleses possuíam, no século XIX, uma armada suficientemente grande para combater o tráfico na escala requerida e com a continuidade necessária, a ponto de impedir a exportação de escravizados da África.

Estima-se que um quarto dos navios engajados no tráfico foram interceptados pelas patrulhas marítimas européias e julgados pelos tribunais instalados para este fim. Ao todo, cerca de 160.000 africanos teriam sido devolvidos à liberdade. Entretanto, nenhuma regra precisa foi estabelecida pelas nações contrárias ao tráfico quanto ao destino a dar aos escravizados encontrados nos navios traficantes.

Após uma primeira tentativa em 1788, a Companhia Britânica Comercial, fundada por filantropos, conseguiu instalar em 1792 na península de Serra Leoa um núcleo de escravos libertos, batizado de Freetown. Foi lá, que as patrulhas britânicas passaram a desembarcar os africanos encontrados nos tumbeiros interceptados.

Com a mesma finalidade de devolver os africanos aprisionados à terra africana, a iniciativa filantrópica privada norte-americana criou núcleos de povoamento, a partir de 1821, na Costa da Pimenta, que se tornou a República da Libéria.

Os franceses, com o mesmo intuito, criaram a colônia de Libreville, no Gabão, em 1839-40, mas com resultados menores.

O processo de encerramento do tráfico negreiro atlântico, embora gradual, gerou uma importante crise de confiança nas antigas relações comerciais entre a África Ocidental e a Europa. O tráfico do principal produto do comércio exterior da África Ocidental, os escravizados, foi o propulsor da formação de novos governos monárquicos e de novas sociedades na África. Do ponto de vista comercial, era um monopólio dos poderes africanos. No novo contexto internacional abolicionista ele se tornara incômodo, de maneira idêntica às companhias comerciais monopolistas européias do século XVII, que não conseguiram modificar rapidamente a natureza das suas atividades.

Essa crise de confiança se deveu a que o principal interesse comercial dos europeus - a substituição dos escravizados como artigo

de exportação, por outras mercadorias – não era do interesse dos governantes e dirigentes das sociedades africanas, que se beneficiavam com o tráfico.

O objetivo dos dirigentes africanos era conservar e aumentar o poder político. O tráfico de escravos para esses governantes era visto como um “subproduto” da sua força e manifestação do seu poder. Embora julgassem o tráfico um “subproduto” em relação às atividades da sua sociedade, tinham se tornado cada vez mais dependentes dele para manter e desenvolver o poder e de modo algum queriam abandonar esse comércio lucrativo. Estes sistemas sociais organizados mais para fins políticos do que comerciais, não tinham, por isso mesmo, capacidade para produzir artigos alternativos para exportação, e se tornaram cada vez mais obstrutivos aos novos comércios.

Os novos artigos para exportação que surgiram no século XIX, como o óleo de dendê, o amendoim e, finalmente, o cacau e o café, não eram produzidos e comercializados por organismos estatais africanos importantes, mas por grupos de pequenos empresários, que podiam corresponder rápida e livremente, aos vários estímulos do mercado mundial.

Foram com esses pequenos produtores, coletores e comerciantes africanos que os negociantes europeus estabeleceram alianças no século XIX. As autoridades tradicionais africanas esforçavam-se para controlar a nova situação, mas acabaram suplantadas pela nova classe produtora e comerciante que emergia.

Nas sociedades da África Ocidental, surgiram tensões econômicas e políticas que levaram os europeus a concluir que seus interesses podiam ser melhor atendidos se rompessem as alianças que tinham até então com os dirigentes africanos tradicionais, e eles próprios, europeus, se apoderassem do domínio político. O caminho para o colonialismo moderno estava aberto.

2. Conjuntos políticos supratribais

2.1. *África austral: o dificane*

*Dificane*¹⁰ quer dizer esmagamento na língua nguni¹¹, e as variantes desta palavra, nas demais línguas bantas meridionais, têm o mesmo sentido de “amassar”. No caso, *dificane* designa um amplo movimento de migrações-invasões promovido pelos povos ngunis (ou angunes), originários da fachada índica da África austral, que provocou o “esmagamento” das estruturas políticas tradicionais de boa parte da África austral de línguas bantas.

Partiu da região formada pelo atual Natal, na África do Sul, indo até o sul de Moçambique, na Baía de Maputo – então Baía Delagoa, terras originárias dos ngunis –, e se expandiu para a Tanzânia meridional atual, na África oriental, passando pelo atual Zimbábue.

Os ngunis formavam uma confederação de clãs patrilineares criadores de gado e agricultores, que completavam as suas atividades agropastoris com o artesanato e o comércio. Viviam em pequenas chefias cujas linhagens principais dependiam do tamanho de suas manadas, ou seja, do número de cabeças disponíveis para transações comerciais, particularmente com o mercado internacional via navios europeus que paravam na Baía Delagoa.

Os vários períodos de secas que se sucederam ao longo da década de 1790 tornaram impossível o tradicional movimento das manadas entre os pastos macios, e aumentou a disputa por terras melhor irrigadas.

No início do século XIX, o aumento da atividade guerreira dentro das próprias chefias ngunis acabaria por ter consequências explosivas. Enquanto a seca deixava suas marcas na economia tradicional, os europeus que chegavam à Baía Delagoa exigiam gado e marfim em troca dos produtos manufaturados que constituíam a base de toda atividade comercial.

Sob este conjunto de pressões, os chefes ngunis optaram por roubar o gado pertencente a povos próximos no intuito de reabastecer as

suas próprias manadas. Dessas atividades predatórias sistematizadas surgiriam inovações em matéria de tática e de organização militar e social, sob o impulso de grandes chefes como Zwide, rei dos ndwandwe, Dingiswayo, rei dos mthethewa e, sobretudo, Shaka (Tchaka ou Chaka), fundador do império zulu.

Dingiswayo, desde o início do seu reinado, por volta de 1810, preocupou-se em transformar as tribos que estavam desordenadas, vivendo de roubo de gado, em um forte exército. Exigiu que os homens prestassem serviço militar e os agrupou por idades, sob o comando de um capitão. Regimentos foram formados dessa maneira, cada um com seu nome, seu canto, seu grito de guerra e seu emblema. Dingiswayo impunha aos seus guerreiros numerosos exercícios, períodos de manobras e os ensinava movimentações de ataque e defesa.

A consciência de ter adquirido uma superioridade guerreira decisiva sobre as populações vizinhas levou Dingiswayo a lançar suas tropas contra elas com instrução de exterminar qualquer resistência. A superioridade militar do *difícane* estava no exercício, logo nas primeiras campanhas, da depredação e do massacre sistemático das populações. O extermínio permitia se apoderar, sem risco de represálias, dos rebanhos, das reservas de grãos e dos adolescentes dos dois sexos. Esta eliminação sistemática dos vencidos, inaugurada por Dingiswayo¹² e adotada por Shaka¹³ e seus êmulos, provocou o terror e o êxodo das populações ameaçadas.

Algumas destas populações, como de Mzilikazi¹⁴ ou de Mantatisi¹⁵, vítimas de campanhas anteriores, quando foram obrigadas a abandonar as suas terras, organizaram-se também militarmente para se defender e, começaram a realizar pilhagem em outras populações como forma de sobrevivência. Assim, foi se propagando o sistema *difícane*, pela expansão em cadeia das áreas de depredação.

Os Estados militares de Shaka e de Mzilikazi não eram constituídos a partir de bandos de assassinos autorrecrutados, pares e companheiros. Eles provinham da substituição, no seio da sociedade pastoril doméstica, da autoridade dos mais velhos pela dos jovens guerreiros.

ros. Essa usurpação se deu pela perda de controle do poder tradicional sobre uma atividade preexistente no seio da sociedade doméstica pastoril: o roubo de gado.

2.2. *África ocidental: os movimentos de jihad*

A difusão do Islã, no Bilad-es-Sudão¹⁶, começou na virada do século VII para o século VIII, e foi um processo relativamente pacífico até o século XVIII, excetuando-se os processos de escravização, aos quais serviu de respaldo ideológico. O Islã foi por séculos um fator de integração política, mas poucas foram as regiões que tiveram a religiosidade dos povos modificada em profundidade. *O Islã acabou sendo mais manipulado do que manipulador*. (Triand, J.L., *apud* Coquery-Vidrovich, 1985)

De maneira geral, o Islã era uma religião de letrados e de príncipes. Estes o ostentavam, frequentemente, como cenário de prestígio para uso externo. As religiões tradicionais eram a verdadeira devoção dos chefes africanos, em particular dos sultões hauçás.

Os muçulmanos, particularmente os comerciantes diulas¹⁷, que viviam nesses reinos e eram dirigidos por “pagãos” ou pseudo-muçulmanos, encontravam-se na contradição entre a fé religiosa e as obrigações de súditos, tanto fiscais como militares¹⁸. Muitos deles foram atraídos para participar dos *jihads*¹⁹, isto é, do “esforço” para restabelecer a integralidade do Islã, na região.

No decorrer do século XIX, na região das savanas do Sudão ocidental, houve três *jihads* de ampla envergadura e outros de menor importância. Uma das crenças de origem xiita, relativa à chegada do Mahadi ou Messias, atingiu o Islã sunita, principalmente na África, sob a forma de crença popular na qual o Mahadi voltaria à Terra para vencer o mal e restabelecer a justiça entre os homens.

Para reforçar a sua legitimidade os reformadores dos três primeiros grandes *jihads* declaravam ter sido investidos da missão divina de conduzi-los, recebida por uma visão do Profeta e com o apoio dos chefes das suas respectivas irmandades, as confrarias torobês²⁰. Elas

eram compostas de letrados muçulmanos originários de vários grupos étnicos do Sudão ocidental e central, tais como os fulanis, os jalofos²¹, os mandes, os hauçás e os berberes, homens livres, escravos ou pertencentes a castas. A cultura fulani (ou fula) era dominante, já que todos utilizavam a língua fulfulde, dos fulanis, e os torobês compunham os intelectuais do povo fulani. Procuraram fundar uma sociedade da qual os membros seriam unidos não pelos laços familiares, mas por uma fé comum, o Islã, e uma cultura comum, a dos fulanis.

Nos séculos XVII e XVIII, vários *jihads* torobês foram bem-sucedidas. Eles levaram à formação dos imamados²² torobês do Bundu, do Futa Toro e do Futa-Jalom. Os torobês produziram também famílias de eruditos como os toronkauas de Usman Dan Fodio, os baris de Seku Amadu e a própria família de Al-Hadj Umar.

Essa herança torobê foi a grande base de inspiração dos reformadores jihadistas do século XIX, que a utilizaram para canalizar as ações em favor dos seus *jihads*. Eles se inspiraram no reformismo não violento do chefe espiritual da confraria da Kadiriya, xeque Al-Kunti, no Bilad al-Sudão e na revolução wahabita, no Oriente Médio, do início do século XIX, que levou a uma vigorosa renovação das confrarias religiosas.

Os fulanis formavam o maior grupo étnico nos três primeiros *jihads*. Eram pastores que nomadizavam no Sael, e os mais motivados para aderir às pregações jihadistas dos reformadores. Viviam em conflitos endêmicos com as comunidades de agricultores sedentários nas margens sul do seu território de pastoreio por causa de impostos a pagar por direitos de passagem e multas pela destruição das plantações pelos seus rebanhos.

Ao norte, os tuaregues roubavam os animais dos rebanhos fulanis. Os *jihads* eram a chance de escapar dos impostos e das multas, e de poder se defender dos tuaregues. Os fulanis do Macina²³ eram, desde meados do século XVIII, submetidos à opressão dos bambaras tradicionalistas, que faziam razias nos seus rebanhos, extorquindo pesados tributos quando não os escravizavam.

Além dos fulanis, os reformadores encontravam apoio entre as populações de escravos e grupos de castas do Sudão ocidental. Razias de escravização, cada vez mais frequentes, incitavam aqueles que se sentiam ameaçados por elas a se juntarem ao *jihad*, se fossem muçulmanos. As tropas dos reformadores tinham as mais diversas origens étnicas e sociais: fulbe, hauçás, mandes, jalofos, tuaregues, pastores nômades, agricultores sedentários, letrados e seus talibãs, iletrados, pessoas de castas e escravos. Todos tinham os seus motivos e partilhavam a mesma aspiração de mudança para melhorar a vida.

O primeiro *jihad* fulbe ou fulani, sob a liderança de Usman dan Fodio, investiu sobre os velhos reinados hauçás, juntando à confrontação militar e política uma dimensão ideológica decisiva, que ficou como referência para os seguintes *jihads*. Não se tratava apenas da tomada de poder e de um novo recorte geográfico das hierarquias, mas de uma concepção diferente de identidade política, definida pelo Islã, e da implantação territorial do Estado.

O *jihad* teve efeitos sobre a concepção e a gestão do poder centralizado e foi reforçado por uma administração que nomeava representantes locais e não mais reconhecia vassalagens autóctones. Com isso, definiu um novo tipo de soberania. A ruptura social era considerável entre as sociedades domésticas tradicionais e as novas sociedades militares teocráticas. Estas pretendiam, em particular, acabar com a organização familiar daquelas, que já não representavam mais o fundamento do sistema.

2.3. O jihad no território hauçá, iniciado em 1804

Usman dan Fodio²⁴ (1754–1817), tucolor de tradição torobê, era um xeque, ou seja, um sábio e um homem santo, no rito malekite e na confraria karigiya, no território hauçá²⁵. Suas pregações religiosas a favor da prática do Islã e em defesa dos muçulmanos contra os abusos do rei (sarkin) do Gobir²⁶ provocaram repressão contra ele, que o obrigou a se retirar com sua comunidade, e a se preparar para o confronto armado.

A guerra santa começou oficialmente em 1804. Usman dan Fodio foi proclamado “Comendador dos Crentes” (Amir al Muminin). Em 1809, os principais Estados hauçás já tinham sido conquistados pelas forças do *jihad* e os seus soberanos tomados o caminho do exílio. O Bornu, na margem oeste do lago Chade, foi o único Estado cujo soberano, o *Mai*²⁷, com a ação eficaz do seu condestável²⁸, o xeque Al-Kanemi, foi suficientemente forte para resistir à perda da sua capital Birni Gazargamu.

Métodos militares originais foram utilizados em proveito de um vasto empreendimento de anexação territorial que incluiu a destituição das aristocracias locais. Estas não tiveram tempo de elaborar respostas adequadas frente a um invasor que não respeitava mais as regras do jogo das guerras tradicionais e que agredia os fundamentos do seu poder. Pois, até então, os vencedores submetiam os perdedores à pilhagem e ao tributo, mas não os substituíam no grupo dirigente. Esta ruptura com a lógica guerreira das formações políticas preexistentes permitiu que um novo processo de formação do Estado começasse a emergir.

Usman construiu uma nova capital, Sokoto, e iniciou a reconstrução do reino Hauça na observação estrita da lei islâmica, encontrando imensas dificuldades, pois grande número dos letrados e estudantes desapareceram nos combates. Com a morte de Usman dan Fodio em 1817, o califado foi dividido entre seu filho Muhamad Bello e o tio deste, Abdulah, mas tiveram breve duração. Bello morreu em 1837.

A segunda metade do século XIX foi sacudida por revoltas e tentativas permanentes de recuperação do poder pelos grupos da ex-classe dominante. O fervor islâmico não teve papel unificador durante muito tempo, e uma vez a hegemonia fulani institucionalizada, seu peso sobre os povos submetidos não foi diferente das antigas aristocracias hauçás.

Um viajante europeu relatou que, em 1860, Sokoto²⁹, cujos habitantes contavam em mais de 20 mil, parecia uma cidade abandonada. O bairro onde residiu o sultão Bello, inclusive a residência real, encontrava-se em estado de desolação.

As amplas regiões devastadas pela guerra se tornaram presas da Europa colonizadora. Embora a política da região estivesse em grande desordem, os conquistadores europeus souberam desfazer a confusão e identificar perfeitamente as forças sobre as quais poderiam se apoiar. Eles salvaram os fulanis da decadência política e contribuíram, em território Mawari³⁰, por exemplo, para a eliminação progressiva de três entre quatro das linhagens dinásticas de poder, favorecendo a primazia de uma única família.

2.4. O jihad em território Macina, iniciado em 1818

Nascido em 1773, no Macina, Seku Amadu era notável por sua religiosidade, sua honestidade e humildade. Estudou com um grande místico de Jenê³¹ e proclamou a necessidade de voltar à prática de um Islã puro. Atraiu um grande número de discípulos (talibãs³²) e se relacionou com Usman dan Fodio que, em Sokoto, lhe concedeu o título de xeque e lhe mandou um estandarte do *jihad*. O movimento iniciou-se em 1818 com uma revolta contra a dinastia local e seus aliados de Segu.

Os bambaras, de religião tradicional, recusavam-se a reconhecer Macina como Estado muçulmano independente instalado nas suas fronteiras. Outra resistência a Seku Amadu, veio dos fulanis do Fittuga³³ que queriam lançar um *jihad* próprio em sua região, mas foram vencidos em 1823.

Seku Amadu, em 1830, apoderou-se de Tombuctu e, assim, o novo Estado teocrático islâmico do Macina, chamado *Dina*, estendeu-se de Jenê a Tombuctu, de sul a norte, e da região de Nampala ao país Dogon, de oeste a leste. Administrativamente, o território conquistado por Seku Amadu era dividido em cinco províncias militares, cada uma entregue ao governo de um parente ou discípulo fiel do conquistador.

Em 1820, a capital Hamdallahi foi fundada. A vida na cidade era pautada por forte austeridade, com polícia eficiente e serviços de limpeza notável. O comportamento das classes sociais era rigorosamente regulamentado.

Quando morreu Seku Amadu, em 1848, foi sucedido por seu filho Amadu Seku, cujo reinado, embora breve, após as dificuldades iniciais na sucessão, foi considerado o mais calmo e próspero do século. Com a sua morte em 1853, o reinado seguinte foi marcado por brigas internas e conflitos de interesses, até que Al-Hadj Umar o atacou em 1862.

2.5. O jihad no território bambara, iniciado em 1852

O tucolor Umar Saidu Tall (Al-Hadj Umar) nasceu em 1796, no Futa-Toro³⁴, em uma família de muçulmanos fervorosos, ligados à casta clerical torobê, no território bambara³⁵. Al-Hadj começou a viajar cedo, tendo feito viagens à Meca e ao Egito. Afastou-se da rigorosa seita Karijiya. Foi iniciado na confraria Tijaniya pelo próprio califa Tijani do Hedjaz, e designado por este como o delegado da seita para o Sudão ocidental com a missão de finalizar a islamização do Bilad al-Sudão.

A seita Tijaniya, ao contrário da Karijiya, se pautava pela ausência de penitências rigorosas, pela diminuição do número de rezas, por seu liberalismo e caráter democrático, permitindo a cada um se aproximar do marabu³⁶ e da sua baraka³⁷. Assim, ela se constituía em um tipo de fraternidade político-religiosa superior, pela qual os povos do Sudão estavam à espera naquela época, de forma mais ou menos conscientes.

Al-Hadj Umar viajou durante vinte anos pela África ocidental e do Norte e no Oriente Médio (1826–1847). Parou no Califado de Sokoto, onde escreveu um livro, casou e estudou o *jihad* com Muhamad Bello (1830–1838). Finalmente, voltou para se instalar em Jegunko, no Futa-Jalom³⁸, onde foi bem recebido pelo almami³⁹, que o autorizou a fundar uma zauia⁴⁰, e em pouco tempo atraiu uma multidão de talibãs vindos principalmente do Futa Toro, onde havia pregado em 1847. Em 1850, transferiu sua base para Dinguiraya, onde construiu uma fortaleza e passou a comprar armas dos ingleses de Serra Leoa. Esses preparativos preocupavam os seus vizinhos, inclusive os muçulmanos.

Em 1852, Al-Hadj Umar saiu da sua fortaleza para atacar primeiro as regiões com população majoritariamente de religiões tradicionalistas ou com soberanos “pagãos”. Depois, dirigiu-se para Futa Toro, a noroeste, mas encontrou ali os franceses. Faidherbe⁴¹, nomeado governador do Senegal por Napoleão III, já havia fortificado o rio Senegal até Medina. Al-Hadj Umar, assinou com o invasor europeu um tratado de renúncia ao Senegal e se voltou para o leste. Conquistou a curva do rio Níger, a montante e a jusante, ocupou Niamina, Sansanding e Segu, onde mandou executar o último rei bambara em 1861.

Com o pretexto de que o rei fulani do Macina, neto de Seku Amadu, muçulmano como ele, não o tinha ajudado durante o sítio à Medina⁴² e havia hospedado o rei de Segu, que era um convertido de aparência, Al-Hadj Umar invadiu Macina, destruiu Hamdallahi, e chegou em Tombuctu em 1862.

Mas as contradições continuavam intensas neste conjunto territorial de rápida formação. Os talibãs se soltaram e saquearam os países conquistados. A guerrilha de resistência tornou-se permanente, alimentada pelo patriotismo tradicionalista bambara, paradoxalmente aliado às convicções kadiriyas dos fulanis, do Macina, e dos kunta de Kebbi.

Al-Hadj Umar considerava-se, então, o instrumento da voz divina, que lhe teria ordenado: “Varre o país!”. Com a sua morte em 1864, em condições misteriosas, encerrou-se o ciclo de violências e depredações, bem como um dos últimos grandes projetos políticos pré-coloniais do oeste africano.

2.6. Os Impérios de Samori Turé – anos 1870-90

Samori Turé nasceu por volta de 1830, em um meio social tradicionalista materno, porém islamita pelo lado paterno. Em 1848 tornou-se guerreiro para ajudar a libertar sua mãe, capturada durante uma guerra local. Demonstrou habilidades nessa nova atividade e foi levado a servir sob vários chefes de clãs, acumulando amizades e inimizades, até que decidiu montar a sua própria tropa e seguir carreira de senhor da guerra, a partir de 1861.

Os malinques⁴³ do sul, povo do qual se originava Samori pelo lado materno, ocupavam a região do alto rio Níger, desde os confins do Futa-Jalom até o Rio Bandama. No início do século XIX, eles tinham estabelecido uma rede comercial de longa distância, que levava para o Níger noz-de-cola das florestas do Sul.

Eram organizados em uma sociedade tradicionalista, dominada por uma aristocracia guerreira, onde o Islã era praticado apenas por uma minoria ligada à rede comercial de longa distância, mas esta não chegava até o mar. A região dos malinques era o ponto final sul das estradas que serviam à bacia do rio Níger e o Sudão. No extremo Oeste dessa região encontrava-se a cidade de Cancan, que durante o século XVIII tinha se tornado um centro comercial importante, início do caminho de saída do Futa-Jalom em direção ao mar. Cancan era a base dos malinques muçulmanos que emprestavam a sua cultura aos diulas.

A multiplicação de novos caminhos, ao longo do século XVIII, aumentou o número e o papel dos comerciantes muçulmanos, que foram se sensibilizando às notícias dos *jihads* e das teocracias islâmicas do Norte. Chegou o momento em que esses comerciantes deixaram de aceitar a posição de inferioridade a que estavam reduzidos pela classe dominante tradicionalista e incapaz de se atualizar.

A partir de 1835, começou a eclodir uma série de conflitos localizados, todos ligados ao Islã e ao mundo do comércio, mas nunca alcançaram o objetivo comum de emancipação dos diulas. Essa agitação mostrava a insatisfação com a situação tradicional e se encontravam em condições de impor modificações à ordem antiga dos malinques do sul. Era esse o contexto quando, em meados dos anos 1860, Samori entrou em cena.

Conseguiu, primeiro, a adesão dos tradicionalistas do Baixo Torão, seus parentes maternos, e depois, iniciou a conquista de outros territórios. Entre 1871 e 1881, ele tomou o controle da vasta região ocupada pelos malinques. Seu estilo de mando e as transformações que impôs à sociedade malinque acabaram com os conflitos internos, reabrindo as estradas que tinham sido bloqueadas na ocasião das revol-

tas anteriores e a emancipação dos diulas muçulmanos. Fez isso sem escravizar os tradicionalistas que trouxeram para ele numerosos partidários de todas as origens.

O primeiro Império de Samori era assente numa hegemonia militar e transformou a sociedade malinque sem destruí-la. Os comerciantes muçulmanos ganharam um lugar mais importante, mas os tradicionalistas mantiveram a sua liberdade.

Embora dirigido por uma classe militar islamizada, o Império de Samori não pode ser considerado um Estado muçulmano. Pois Samori não era um xeque instruído na língua árabe, nem mesmo um muçulmano muito culto. Ele se inspirava, frequentemente, no exemplo dos fulanis e dos tucolores, mas sem dar primazia à religião na administração do Estado. Tratou com pragmatismo a questão malinques. Em vinte anos, conseguiu dar a esta sociedade um equilíbrio mais favorável aos diulas, encontrando, assim, uma solução para a crise que durava mais de meio século.

Porém, o apetite de Samori por territórios não se limitou à região malinque. A sua potência militar acabou assustando ou incomodando os Estados vizinhos, muçulmanos e tradicionalistas.

O imperador acabou cometendo um erro estratégico fatal: querer aniquilar e anexar o reino próspero do Kenedugu, pólo de expansão de outro povo malinque, os samogo, e a sua capital Sikasso, em vez de aliar-se a ele contra o avanço francês. Após a destruição dos melhores elementos de seu próprio exército sob as muralhas de Sikasso, Samori teve ainda de enfrentar uma insurreição popular, que a reprimiu de maneira sangrenta. Empurrado pela progressão francesa, que tinha lhe cortado a rota do mar por Serra Leoa, e com a recusa dos ingleses em ajudá-lo, Samori, deslocou-se para o leste, em terra estrangeira, e fez então o seu segundo império, revelando a base formal do seu poder. Neste segundo império, errático, “destruirá para sobreviver” (Ki-Zerbo, 1991). Terminou preso e degredado para o Gabão, onde faleceu em 1900.

2.7. O denominador comum nos movimentos *jihads*

É bastante obvio que as sociedades militares que surgiram na África a partir do século XVII, e alcançaram o apogeu no século XIX, foram fruto de acontecimentos internacionais, em particular do tráfico atlântico, escravista e mercantil. O tráfico de escravizados favoreceu a formação de bandos de predadores e de Estados guerreiros ao mesmo tempo em que desenvolveu o comércio continental.

Duas classes sociais de comerciantes e de guerreiros desenvolveram-se, em articulação com a dos escravos, em torno da captura, da venda e da exploração destes últimos, assim como da produção de mercadorias para o tráfico externo e interno. Essas classes eram formadas por africanos, europeus e mestiços. A origem racial podia influenciar o recrutamento, mas não os opunham, pois os negócios se faziam entre uns e outros. Chefes guerreiros africanos massacravam camponeses e procuravam a amizade dos “fregueses” europeus.

Na África ocidental, o fervor islâmico não teve papel unificador por muito tempo. A reprodução ou perpetuação do Estado islâmico se fazia por transmissão hereditária do poder central, sempre sujeita a contestação. Todos os impérios nascidos dos *jihads* entraram em decadência na terceira geração de seus governantes.

Uma vez a hegemonia fulani institucionalizada, seu peso sobre os povos submetidos não foi diferente das antigas aristocracias hauçás. Tais como os guerreiros líderes do *dificane* da África austral, os conquistadores islâmicos fulanis ou diulas destruíam a reserva cultural das aldeias quando matavam os velhos – guardiões da memória da civilização tradicional, que, apesar de não servir mais como escravos nem como soldados, eram a alma da resistência à penetração do Islã.

Os *jihads* eram financiados no início pela contribuição dos crentes, depois pela pilhagem dos celeiros e, finalmente, pela venda de prisioneiros como escravos. Não eram inspirados na ideia de nação africana, mas justificados pelo fanatismo de converter as populações do *Bilad es Sudão* ao Islã, ou com o pretexto de emancipar a classe comerciante diula, que não escondeu por muito tempo a ambição de criar um império pessoal, como no caso de Samori Turé.

Em vários casos, os líderes dessas guerras de conquistas aliaram-se a potências europeias para atacar adversários africanos, ou se defender deles.

2.8. *Às vésperas da ocupação*

Segundo versões afrocentristas, a revolução no sistema de administração, nos novos Estados, trazia novidades em relação aos reinos tradicionais, mas em relação aos sistemas europeus, representava um arcaísmo, pouco acrescentando ao que já havia feito o Império Árabe – o Califado de Bagdá, mil anos antes. Como comprova, a título de exemplo, o não uso das técnicas da impressão, surgidas em meados do século XV na Europa, na criação e transmissão de regulamentos administrativos, trabalhando apenas com documentos manuscritos.

Os dirigentes dessas revoluções fulanis e diulas tinham pouca noção do “sistema-mundo”, e não imaginavam que os europeus, com os quais comerciaram durante três séculos nas praias do continente, tivessem a pretensão e os meios de invadir e conquistar seus territórios.

Na África austral, o “nacionalismo” zulu de Shaka embasava-se sobre princípios autodestrutivos, que impunha a transformação em império conquistador em nome de um ideal político e social utópico e suicida. O sistema, apoiado sobre a ordem e a disciplina militar, a mobilização permanente dos homens – proibidos de procriar antes dos 40 anos, idade para se tornar avô na África tradicional – e o massacre⁴⁴, revelou-se demograficamente catastrófico.

Inegavelmente, o *difricane* abriu o caminho, com suas depredações, aos colonialistas na conquista da África austral, do Cabo aos Grandes Lagos, aspirados pelo vazio demográfico deixado.

Os Estados predadores não conseguiram um modo de dominação política das populações civis, totalmente excluídas pela guerra, nem a integração social na sociedade exploradora, das vítimas dos sequestros. Sem dúvida, os exércitos dos Estados militares lutaram bravamente, mas sem bases sociais, e após violentas batalhas contra as metralhadoras europeias, não conseguiram manter a resistência.

Tal como não existem guerras “refrescantes e alegres”⁴⁵, não há “guerra santa”, sobretudo para obter a conversão religiosa de outro povo. A guerra é sempre uma abominação. Porém, se a existência dos Estados militares, *ihadistas* ou *mfecanistas*, facilitou a entrada das potências europeias no continente africano, não a justificou. O argumento dos europeus de que a ocupação se dava para trazer a civilização não cabe, como demonstra a história que se seguiu.

As tentativas de construção pela violência de novos grandes conjuntos políticos supratribais, embora equivocadas nos motivos e nos meios, correspondiam à necessidade de ajustamento interno do continente ao processo de sua incorporação à economia-mundo. Essas tentativas eram um caminho de saída para novos equilíbrios, que se encontrariam sem necessidade de invasão estrangeira.

Esses novos e genuínos equilíbrios teriam, certamente, sido mais estáveis e saudáveis, a médio e longo prazo, do que a “paz” colonial que se seguiu. O continente não precisava de intervenção estrangeira para seguir o seu curso, mas de intercâmbio comercial, tecnológico e cultural.

3. Uma outra colonização

3.1. A criação da Serra Leoa

A experiência realizada em Serra Leoa foi uma solução encontrada para assentar no continente africano os escravos libertados pela frota britânica de repressão ao tráfico. O estabelecimento em caráter filantrópico em Serra Leoa, pela Companhia Comercial Britânica, ocorreu em 1788, e junto com o assentamento, propunham, com o objetivo de ajudar os escravos libertados a se readaptarem, a conversão ao cristianismo e o contato com a civilização ocidental. Além disso, oferecia formação sobre comércio. Os assentados eram os aprisionados libertos provenientes de distintas regiões e etnias.

De início, o estabelecimento encontrou dificuldades variadas, como a adaptação ao clima, às qualidades diferentes das terras, à falta de

infraestrutura e, também, à hostilidade dos vizinhos africanos livres, temerosos em ver as suas terras invadidas e suas tradições contestadas.

A companhia encarregada de administrar o estabelecimento mostrou-se incapaz de alcançar os objetivos e, em 1802, os britânicos socorreram o empreendimento transformando-o em colônia da Coroa Britânica. A partir dessa data, o povoamento deixou de depender do voluntariado e o país passou a ter o papel de depósito dos africanos escravizados libertados pela patrulha marítima inglesa.

De 1.400 pessoas em 1802, a colônia passou a contar, em 1838, com 21.000 africanos resgatados e instalados em Freetown e aldeias vizinhas. Em 1850, esse número havia sido triplicado.

Freetown era a sede da administração colonial e do vice-almirantado, o centro de liberação oficial de escravos, em que as comissões mistas que julgavam os negreiros (traficantes de escravos) detidos em alto mar. Em 1831, a colônia foi aberta ao comércio estrangeiro. O governo britânico deixou então de subsidiá-la, considerando que seus habitantes eram capazes de se autossustentar.

Durante esta fase inicial, o papel dos missionários cristãos na sobrevivência e no desenvolvimento da colônia foi essencial. Apoiados pela alta sociedade e pelas classes dirigentes britânicas, esses missionários empreenderam a propagação do cristianismo⁴⁶ e da civilização ocidental, e a luta para a abolição do tráfico. Colaboraram também com a administração civil da colônia na instalação de aldeias de agricultores em torno de Freetown, para a readaptação dos escravos resgatados, assegurando a sua gestão.

Várias escolas foram abertas e o inglês tornou-se a língua de uso corrente. Os missionários fizeram de Serra Leoa um laboratório para estudo e análise comparada das línguas africanas. Freetown lhes serviu de base para entrarem em outras regiões da África Ocidental.

No início da segunda metade do século XIX, as diversas culturas africanas dos colonos tinham se fundido em uma sociedade crioula “civilizada” graças à própria dinâmica interna. Em 1853, os serra-leoneses da colônia tornaram-se súditos britânicos. As populações

interioranas autóctones, temê e mandes, continuaram com o estatuto de indígenas, como protetorado.

3.2. A criação da Libéria

A Libéria foi criada como um estabelecimento da Sociedade Americana de Colonização⁴⁷. O governo federal dos Estados Unidos facilitou o seu povoamento mandando para lá os escravos libertos pela sua patrulha marítima.

O primeiro problema encontrado foi a hostilidade dos chefes africanos da região, que não aceitavam a instalação de estrangeiros nas suas terras, e pela ameaça que representavam ao tráfico, sua principal atividade comercial.

Em 1824, o empreendimento recebeu o nome de Libéria, com capital instalada em Monróvia. A administração pertencia à *American Colonization Society*.

O comércio foi incentivado e a população foi aumentando ao longo dos anos. A população não era formada somente de africanos resgatados, mas também de antigos escravos do Sul dos Estados Unidos, alforriados com a condição de emigrar, e de negros norte-americanos nascidos livres e que optavam por voltar para a África.

A declaração oficial de independência se deu em julho de 1847, após tentativa dos britânicos em impedi-la ou limitá-la. Com a independência, a nacionalidade liberiana passou a ser acordada apenas aos habitantes negros. A França e a Grã-Bretanha contestaram e amputaram da Libéria territórios interioranos, povoados por populações tradicionais autóctones, fronteiriços da Serra Leoa, da Guiné e da Costa do Marfim. Esses conflitos continuaram ameaçando a independência do país até a assinatura de tratados de fronteiras, em 1908, com a França e, em 1915, com o Reino Unido.

3.3. O retorno dos “brasileiros”

Ao longo do século XIX, milhares de africanos e crioulos retornaram à África, estabelecendo-se em pontos da costa de Lagos a

Lomé, atuais capitais da Nigéria e do Togo, ambas situadas no atual Golfo da Guiné, anteriormente denominado Golfo do Benin. Eram ex-escravos, africanos ou afrodescendentes, que se identificavam como “brasileiros”

A presença “brasileira” na região do Golfo do Benin remonta contudo ao século XVIII, sendo particularmente conhecido o caso de João de Oliveira, que chegou à Costa da Mina, situada no atual Gana, em 1733, participou no tráfico de escravos para a Bahia e foi um dos fundadores de Porto Novo.

O fluxo mais intenso ocorreu entre a Bahia de Todos os Santos e o Golfo do Benin, estimando-se o número de retornados entre três mil, segundo Verger (2002) a oito mil pessoas, segundo Guran (2000), durante a primeira metade do século XIX, porém prosseguindo até o início do século XX (Costa e Silva, 1989). Em sua maior parte, pertenciam às etnias nagô, jeje, hauçá e malê, esta última islamizada.

Os retornados do Brasil receberam a designação do Porto de Ajuda, no atual Benin, onde muitos desembarcaram, ou seja são conhecidos como “agudás”, uma corruptela de Ajuda ou também Uidá, em sua forma africana. Segundo Verger (2000), um Forte-feitoria havia sido construído em Uidá por negociantes baianos, sendo mantido por uma taxa aplicada a cada escravo desembarcado em Salvador.

Diferentemente dos retornados da América do Norte e das Antilhas, o retorno desses ex-escravos não se deu por uma ação de caráter civilizatório, organizada com o intuito de levar à África o cristianismo ou um modo de vida mais evoluído. Resultou, ao contrário, do excedente de mão de obra escrava resultante do aumento do tráfico até 1851, mesmo após sua proibição, após a Independência em 1822, em tratados e sucessivas leis aprovadas no Brasil, assim como à concorrência de imigrantes brancos vindos da Europa.

A isso se somaram os sucessivos levantes, com particular destaque para a revolta dos Malês em 1835, seguida da deportação de centenas deles, acentuando a partida voluntária de muitos outros africanos, com passaportes fornecidos pelo governo da Bahia.

A integração dos retornados

Como resposta à demanda por escravos, se havia formado, desde o século XVI, o reino do Daomé, com capital em Abomé (atual Benin), por meio de um processo de guerras e saques que culminou com a conquista do planalto costeiro e a unificação dos povos que nele habitavam. Concluído este processo, no início do século XVIII, os daomeanos prosseguiram a sua expansão com o propósito de aposar-se de portos da costa e participar diretamente do tráfico. Conquistaram Uidá em 1732, porém o rei do Daomé viu-se obrigado a estabelecer um acordo de boa vizinhança com o rei de Oió, compartilhando de certa forma o domínio sobre Porto Novo, no atual Benin.

A partir da segunda metade do século XVIII, o tráfico de escravos e todo o comércio com o Brasil, inclusive o contrabando de ouro, era praticado diretamente por comerciantes baianos, que detinham uma situação de monopólio. Este comércio, fosse permitido ou de contrabando, abrangia vasta área do Golfo do Benin, de Cape Coast, no atual Gana, passando por Uidá e Porto Novo, no Benin, e indo até Lagos, atual capital da Nigéria.

É a esta área que aportam os retornados, contando com o apoio de Francisco Félix de Souza, um “brasileiro”, filho de pai português e mãe índia, que administrava o Forte-feitoria de Uidá. Sua dominação sobre o tráfico era de tal ordem, que lhe permitiu aliar-se ao rei do Daomé em 1818 e ser entronizado como vice-rei, com o título de xaxá (ou chachá), exercendo seu poder e acumulando enorme fortuna até 1849, quando faleceu aos 95 anos.

Os retornados do Brasil puderam assim ser acolhidos no reino do Daomé, pelo seu vice-rei, que os aconselhava e ajudava a se instalarem, o que também contribuía a reforçar o seu poder. Os muçulmanos, ao contrário, que poderiam ser assimilados a iorubas e considerados inimigos, se dirigiam a Lagos, possivelmente a conselho do próprio xaxá. As autoridades britânicas na Nigéria, por sua vez, encorajavam a sua instalação, considerando-os “semi-civilizados” (Verger, 2000) e bons agricultores, reservando-lhes terras.

Os “brasileiros” no Benin

O abasileiramento dos retornados os impossibilitava de reincorporar-se às sociedades tradicionais africanas, mesmo no caso daqueles que nascidos na África, retornavam às suas etnias de origem. Acabaram por identificar-se com os países a que chegaram, contribuindo porém com o seu modo de vida, os seus conhecimentos técnicos e as suas tradições reelaboradas do outro lado do Atlântico.

Formaram-se assim comunidades brasileiras em Uidá, Lagos e Porto Novo, tornando-se comerciantes, participando do tráfico, prestando serviços nos negreiros, e cultivando as terras que lhes haviam sido cedidas. Unia-os a religião católica e uma identidade comum, que lhes permitia envolver-se em disputas políticas e estabelecer alianças. Com a colonização, no entanto, seu status foi-se reduzindo paulatinamente.

O resultado histórico que se prolonga até os dias atuais é o da formação de um grupo humano com características próprias, que pode ser assimilado a uma etnia, designada como *agudás* no caso do Benin. Em Porto Novo são hoje uma casta de comerciantes “como se a Terra, tendo-os traído outrora, não pudessem a ela retornar que como judeus errantes e filhos pródigos”. (Caffé, 1993)

3.3. *As missões cristãs na África*

Concomitantemente à difusão das ideias antiescravistas na Inglaterra e na França no final do século XVIII, observou-se o impulso da atividade missionária cristã, principalmente a reformada.

A onda de atividades das missões cristãs na África no século XIX foi tão forte que teve conseqüências mais revolucionárias que as do *jihad*s, embora com grandes diferenças de princípios e das condições de atuação.

Os reformadores islâmicos eram africanos e seu militantismo manifestava-se pela espada, mas suas inovações administrativas já tinham sido aplicadas por volta de mil anos antes pelo império árabe de Bagdá. Por sua vez, os missionários cristãos eram estrangeiros,

frequentemente negros da diáspora norte-americana, que propagavam “pacificamente” as virtudes da Bíblia e o uso do arado com tração animal e, com isso, acabaram abrindo caminho, embora nem sempre conscientemente, aos colonizadores.

Em 1840, mais de uma quinzena de sociedades missionárias exerciam suas atividades na África. Essas atividades eram variadas. Além de construir igrejas, pregar o evangelho, traduzir a Bíblia nas línguas africanas e fazer conversões ao cristianismo, esforçavam-se em desenvolver a agricultura entre as populações autóctones. Para isso criaram explorações e plantações experimentais. Em paralelo ensinavam ofícios como os de pedreiro, carpinteiro, tipógrafo e alfaiate.

Porém, a obra considerada mais importante dos missionários cristãos foi o trabalho de alfabetização e a introdução do ensino ao modo ocidental. Fundaram escolas de ensino fundamental, colégios técnicos e estabelecimentos de ensino médio. Nesta ocasião, criaram gráficas para imprimir as Bíblias e os manuais escolares, mas que acabaram servindo de apoio ao florescimento de uma imprensa africana.

3.4. O pensamento africano sul-saariano

O texto de Devés-Valdés (2008:21) resume o pensamento africano que se gestava nesse período:

Durante a segunda metade do século XIX, surge na África Sul-Saariana a intelectualidade que vai dar origem ao pensamento africano, no sentido literal da palavra. Trata-se de uma intelectualidade que assume a disjuntiva periférica: **ser como os brancos ou ser eles mesmos**.

Essa intelectualidade se expressa em idiomas ocidentais, é herdeira de algumas trajetórias culturais e de pensamentos diferentes das dos povos originários, admite ao menos parcialmente, a existência do sistema mundo, pensa em termos de “África” e não apenas de comunidades ancestrais e insere-se em uma institucionalidade e em formas de comunicação modernas.

Ou seja, vai se constituindo como intelectualidade profissional e como intelectualidade periférica. É no marco da disjuntiva periférica que elabora uma reflexão sobre a civilização, a defesa da raça e da cultura, a exploração, a imigração, a educação e muitos outros temas.

Essa intelectualidade e esse pensamento são gerados principalmente na costa ocidental do continente, na faixa onde se localizam Saint-Louis, Freetown, Monróvia, Acra e Lagos. Trata-se de uma faixa com certa densidade de população “eurofalante”, com maiores possibilidades de comunicação e transporte, com cidades e assentamentos bem próximos, com maior frequência de viajantes e migrantes: retornados, missionários, burocratas, comerciantes, militares.

Existem outros focos, ainda que menores, apenas incipientes, nessa época: a região sul-africana e a circulação entre Angola, Cabo Verde e Portugal. Figuras como Pierre-David Boilat, Samuel Crowther, James Johnson, James Africanus Horton, Edward Wilmor Blyden, que foi o maior pensador africano por muitas décadas, Alexander Crummel e outras da África Ocidental; Olive Schreiner, Tiyo Soga, Walter Rubusana, John T. Jabavu, Stephanus Jacobus Du Toit, da África do Sul; José F. Pereira, Paulo A. Braga, entre outros, em Angola, constituem um tipo de produção intelectual na África que em sua estrutura é muito similar ao que está sendo produzido na América Latina, na Ásia Oriental, no Império Otomano, no mundo eslavo e no ibérico.

Em todos esses lugares, a intelectualidade, interpelada pelo centro, está se perguntando o que fazer e como responder a uma espécie de dilema hamletiano: “ser ou não ser como os do centro”, “ser ou não ser nós mesmos”.

Com certeza, essa discussão se fez no marco da recepção de ideias e formas da existência do centro. Essa disjuntiva, que é a essência do pensamento periférico, se modulou através

das circunstâncias de forma diferente, recorrendo paralelamente a um conjunto de motivos que reiteram, uma e outra vez, inclusive sem conexões entre os autores.

Referências bibliográficas

- AJAYI, J. F. Ade (dir.) (1997). *Histoire générale de l'Afrique. VI: L'Afrique au XIXème siècle jusque vers les années 1880*. Paris: Présence Africaine/Edicef/Unesco.
- BARBEITOS, Arlindo (1997). « Une perspective angolaise sur le lusotropicalisme ». In *Lusotopie*, 1997. *Lusotropicalisme: Idéologie coloniale et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: Karthala, pp.309-326.
- BITTENCOURT, Marcelo (2003). “Partilha, resistência e colonialismo”. In BELLUCCI, B. [Coord.]. *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: CEAA-Ucam e CCBB.
- BOAHEN, A. Adu [coord.] (1991). *História geral da África. Vol. VII: A África sob dominação colonial 1880 – 1935*. São Paulo: Ática/Unesco.
- BOUCHE, Denise (1991). *Histoire de la colonisation française*, Tomo 2: Flux et reflux (1815 – 1962). Paris: Fayard.
- BRUNSCHWIG, Henri (1993). *A partilha da África negra*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CAFFE, Jean e TIDJANI-SERPOS, Nouréini, (1993). *Porto-Novo. Un rêve brésilien*, Paris: Kartalla.
- COSTA E SILVA, Alberto (1989). *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa.
- CROWDER, Michael (1987). *La première guerre mondiale et ses conséquences*. In *Histoire générale de l'Afrique. Tomo VII: L'Afrique sous domination coloniale, 1880 – 1935*. Paris: Unesco/NEA. pp.: 307- 337.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo (2008). *O pensamento africano sul-saariano, conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema)*. Rio de Janeiro: Educam/Clasco.

- FERRO, Marc (1996). *História das colonizações. Das conquistas às independências. Séculos XIII a XX*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GURAN, Milton (2000). *Agudás: os “brasileiros” do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HOBBSAWM, Eric (1998). *Era dos extremos, o breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOCHSCHILD, Adam (1999). *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REIS, João José dos (2003). *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KI-ZERBO, Joseph (1991). *História da África negra. Vol. II*. Viseu: Publicações Europa-América.
- MACKENZIE, J. M (1994). *A partilha da África 1880-1900. E o imperialismo europeu no século XIX*. São Paulo: Ática.
- MICHEL, Marc (2003). *Les africains et la grande guerre – l’appel à l’Afrique (1914 -1918)*. Paris: Karthala.
- NEVES, Joel das. (1998). “A American Board Mission e os desafios do protestantismo em Manica Sofala (Moçambique), ca. 1900-1950.” In *Lusotopie 1998: Des protestantismes en lusophonie catholique*. Paris: Karthala. pp. 335-343.
- NZIEM, Isidore Ndaywel è (1998). *Histoire générale du Congo, de l’héritage ancien à la République Démocratique*. Paris, Bruxelles: De Boeck et Larcier.
- OLIVER, Roland (1994). *A experiência africana: da Pré-História aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PAPAGNO, Giuseppe (1980). *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique no fim do século XIX*. Lisboa: A regra do jogo/História.
- PELLISSIER, R. (1978). *Les guerres grises*. Orgeval, France.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (2004). *Les traites négrières*. Paris: Gallimard.
- RALSTON, Richard David e MOURÃO, Fernando Augusto (1987). “L’Afrique et le nouveau monde.” In: *Histoire générale de l’Afrique*,

- tomo VII: *L'Afrique sous domination coloniale, 1880 – 1935*. Paris: Unesco/NEA. Págs. 797- 835.
- SURET-CANALE, Jean (1962). *Afrique noire, l'ère coloniale, 1900-1945*. Paris: Editions Sociales.
- VERGER, Pierre (2002). *Flux e reflux do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. SALVADOR: Corrupio (4ª ed. rev.).
- VIDEGLA, Michel (2010). «Dominants et dominés ou des difficultés de la construction d'une histoire nationale au Benin.» In GOEH-AKUE, N. A. e GAYIBOR, N.L. (Eds.). *Histoires nationales et/ou identités ethniques – um dilemme pour les historiens africains?* Paris: L'Harmattan.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2010). “A África e a economia-mundo.” In AJAYI, J. F. Ade (dir.). *História geral da África, VI. África do século XIX à década de 1880*. Brasília. Unesco. Págs. 26 – 46.
- WESSELING, Henri L (1998). *Dividir para dominar. A partilha da África 1880 – 1914*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan.

Notas

¹ Unidades produtivas agrícolas centradas em grandes extensão de terra, geralmente destinadas a produtos de exportação.

² Por exemplo, o oeste além Missouri-Mississippi-Ohio dos Estados Unidos atuais; o Brasil se integrou à economia-mundo a partir de 1808, com a Lei de Abertura dos Portos; e, da mesma maneira, os demais países da América Latina quando romperam os laços com a Espanha e se soltaram do “exclusivo colonial”.

³ Conhecido também como óleo de palma. Do fruto do dendezeiro se obtêm dois óleos: o óleo de palma, extraído da polpa, e o óleo de palmiste, extraído da amêndoa. Ambos, embora com propriedades diferentes, têm uso para alimentação e fabricação de sabão e derivados, e, hoje, como biocombustível.

⁴ Essa borracha é extraída de um cipó (*landolphia ovariensis*), que deve ser cortado, ou de uma árvore (*funtumia elástica*), que é abatida e não sangrada. O esgotamento das reservas é rápido e os coletores vão se deslocando atrás de novas ocorrências dessas espécies no meio das matas.

⁵ Camponês em holandês.

⁶ Em inglês The great track, e em holandês Voortrek. Movimento migratório que começou por volta de 1835 e durou cerca de uma década. Aproximadamente 12.000 bôeres deixaram a Colônia do Cabo em direção ao interior, onde constituíram o Estados de Natal e de Orange, que foram anexados pela Inglaterra na Segunda Guerra Bôer na virada para o século 20.

⁷ Nas “guerras cinzentas”, tropas formadas de soldados europeus, mestiços e africanos, sob comando português, participavam de combates endêmicos contra levantes de povos africanos, com resultados nem sempre favoráveis e decisivos para o colonizador. Diferenciar das “guerras pretas”, conduzidas em nome da Coroa portuguesa com tropas recrutadas entre os africanos e que praticavam razias contra as populações. (Pelissier, 1978).

⁸ Ilhas da Reunião (França) e Maurício (Inglaterra) à leste de Madagascar.

⁹ O Estado Rozwi ou Rózui, sucedeu ao reino do Monomotapa (no atual Zimbábue) no final do século XVI e permaneceu até 1830, quando foi invadido e destruído pelos invasores Nguni, vindos do Natal, na costa leste da África do Sul.

¹⁰ Ou *mfecane*.

¹¹ Falada pelos povos ngunis que viviam inicialmente ao sul do rio Limpopo até o Natal, entre as montanhas do Drakensberg e o oceano Índico, na costa leste da atual África do Sul.

¹² Dingiswayo morreu em 1818 ou 1819 decapitado a mando do seu inimigo Zwide.

¹³ Assassinado, possivelmente por disputas internas, em 1828.

¹⁴ Ex-guerreiro das tropas de Shaka, contra o qual se revoltou e fugiu em 1822. A história do reinado de Mzilikazi, que perdurou até sua morte em 1868, foi a mais representativa das sociedades depredadoras do dificane. Sua progressão o levou do sul da Zululândia, no Natal, até as margens do

rio Zambéze. Ele ocupou a região da Matebelelândia, correspondente ao Zimbábue e parte do centro do Moçambique atuais, de 1840 a 1868.

¹⁵ Mantatisi foi uma guerreira que chefiava os batlokoa, perto dos montes Drakensberg.

¹⁶ *Bilad-es-Sudão*, o país dos negros, em árabe. Envolveva principalmente a África ocidental e central sul-saariana.

¹⁷ Comerciantes muçulmanos de longa distância, tradicionais propagadores do Islã.

¹⁸ Nos países de domínio muçulmano, dar al-Islã, os islamitas pagavam um tributo reduzido e não podiam participar de guerras contra outros muçulmanos.

¹⁹ O significado inicial da palavra jihad é “esforço” e não “guerra santa”. Era um esforço para estabelecer o *dar al-Islã*, a dominação do Islã. Segundo as circunstâncias, o esforço podia ser pacífico ou violento.

²⁰ De torodo, em fulani, aquele que reza com outros.

²¹ Ou wolof, povo instalado ao sul do rio Senegal.

²² De *Al-imam*, isto é, o “comandante dos crentes”.

²³ No curso médio do rio Níger, entre Segu e Tombuctu, no Mali atual. É no Macina que se encontra o chamado delta interno do Níger, uma região semelhante ao Pantanal brasileiro.

²⁴ De fuda ou fodiê em fulani, n’o letrado”.

²⁵ Nos atuais norte da Nigéria e sul do Níger.

²⁶ Sul do Níger atual.

²⁷ Título do sultão do Bornu.

²⁸ Chefe de guerra de um reino.

²⁹ Capital do império fundado por Usman dan Fodio, no norte da atual Nigéria.

³⁰ No atual Níger, junto às fronteiras com a Nigéria e o Benin.

³¹ Cidade importante no delta interno do rio Níger.

³² Estudantes do Corão e da doutrina islâmica.

³³ Região no delta interno do rio Níger.

³⁴ Região do norte do Senegal, na margem esquerda do rio Senegal, entre Dagana e Bakel.

³⁵ Os bambara pertencem ao grupo mandê, ou mandé, que formam a base da população do atual Mali. É, dentre as sociedades do grupo mandê, a que mais resistiu ao Islã: bambara, “os infiéis” – assim os nomeiam ainda seus vizinhos muçulmanos. Seu habitat vai do curso superior do Senegal ao do Níger; do norte ao sul, vai do Sael à Costa do Marfim.

³⁶ Ou marabuto, guia espiritual muçulmano, do magrebe e África setentrional.

³⁷ Influência benéfica, segundo os crentes, emitida por pessoas reverenciadas do Islã.

³⁸ Planalto, de 1.000m de altitude média, situado na atual Guiné (Conacri), apelidado de reservatório de água da África ocidental, pois nele nascem os principais rios da região: o rio Senegal, o rio Níger e o rio Gâmbia.

³⁹ Ou imã, ou imame, corruptela do árabe: *al-imam*, isto é, “o comandante dos crentes”.

⁴⁰ Comunidade liderada por um marabu.

⁴¹ General francês nomeado para o Senegal de 1854 a 1861 e de 1863 a 1865.

⁴² Cidade no rio Senegal onde se encontrava o forte mais oriental, construído pelo general Faidherbe, com consentimento do chefe africano local.

⁴³ Ou malincas.

⁴⁴ Crianças e velhos eram exterminados; jovens dos dois sexos eram incorporados ao exército. Os ritos de iniciação, em particular a circuncisão e as relações sexuais, foram proibidos.

A ocupação colonial da África. Da Conferência de Berlim à Primeira Guerra Mundial

Philippe Lamy

1. A Conferência de Berlim

1.1. As justificativas europeias

As justificativas europeias da corrida para a África foram levar a civilização, a religião cristã, a liberdade de comércio, por termo à escravidão e permitir a pacificação no continente. O argumento de base era de que o ingresso africano no mercado internacional se traduziria numa evolução do continente, capaz de pôr fim às hostilidades entre os diferentes povos africanos.

Essa perspectiva europeia no final de século XIX implicava no desprezo do período imediatamente anterior, quando, durante longo tempo, se estabeleceram relações comerciais e políticas entre Estados europeus e os poderes locais africanos.

A primeira releitura sobre tais fatos passou a encarar a partilha como consequência da expansão do capitalismo europeu, fruto da revolução industrial, ansioso por novos mercados produtores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. Esta tese assumidamente econômica, tem como característica o desprezo da ação realizada pelos africanos, pois a partilha aparece, quase sempre, como via de mão única.

O quadro mais nítido de tal análise se consolida na imagem na maioria dos livros sobre a Conferência de Berlim, ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Esta geralmente é apresentada como o momento em que as potências europeias teriam traçado o mapa da África unicamente de acordo com seus interesses. Do ponto

de vista historiográfico, essa interpretação vem fazer frente a uma história ainda presa aos grandes personagens – militares e diplomatas – que teriam efetuado a partilha.

As alterações no modo de fazer história, no decorrer do século XX, foram responsáveis por algumas mudanças, principalmente de perspectiva, em relação à análise acentuadamente econômica. A procura por uma nova interpretação dos documentos e a constante busca de fontes alternativas, que proporcionassem indícios complexificados, mas que ao mesmo tempo auxiliassem na explicação de pontos ainda questionáveis, abririam as portas para novas pesquisas e também para novos argumentos sobre o tema.

1.2. Novas perspectivas

Os novos trabalhos, em especial a produção dos historiadores africanos, passaram a demonstrar que a relação entre a África e a Europa tinha uma historicidade e que a partilha não poderia ser estudada sem a incorporação desse passado. Passou a ser enfatizado o fato de que os africanos não entraram na História com a chegada dos europeus e muito menos no século XIX.

A proposta era ainda solucionar algumas questões que permaneceram sem resposta:

- Por que, após tanto tempo de relações comerciais, só no final do século XIX foi proposta uma dominação de tipo colonial formal?
- Por que houve penetração colonial anterior na América e na Ásia e não na África?
- Por que os europeus nunca conseguiram chegar às fontes africanas produtoras de ouro?

Geralmente se respondia a essas questões apelando para o clima, para as doenças e para o desconhecimento do terreno. Mas tais problemas logísticos também foram encontrados em outros continentes.

Até meados do século XIX, a Europa não tinha condições de investir em uma guerra de grandes proporções contra as estruturas políticas africanas, algumas solidamente estabelecidas e mesmo muito

bem armadas. Por outro lado, até aquele momento, a África fornecia ouro e escravos ao mercado internacional através do comércio.

As novas considerações nesse campo de estudo não pretendem argumentar que a África não tivesse interesse econômico para a Europa, ou melhor, que o objetivo europeu não fosse primordialmente econômico. As perspectivas que se anunciam buscam discutir as influências da conjuntura internacional no momento da corrida para a África.

Não obstante a parceria comercial assinalada entre africanos e europeus, tornava-se cada vez mais evidente a importância estratégica da África. O continente poderia fornecer aos europeus, diretamente e sem os encargos dos Estados americanos, bens preciosos para o crescimento europeu, tais como alimentos e matérias-primas, e irá se concretizar na dominação colonial formal.

1.3. Mudança de agente econômico

Até os finais do século XVIII e início do XIX, o interesse privado europeu na relação com o continente africano prevaleceu sobre o estatal. Os pontos de soberania europeus eram raros. No início do século XIX, aumentou o número de possessões europeias, mas na sua quase totalidade estavam concentradas ainda na costa. Esse quadro diz respeito sobretudo à região sul-saariana, à exceção do extremo sul do continente, onde desde o século XVII se estabeleceu um crescente número de europeus, embora naquele momento não vinculados a nenhuma potência europeia.

No extremo oposto, na região norte da África, os interesses europeus, em especial franceses, se infiltraram prematuramente. A França invadiu a Argélia em 1830 e passou boa parte do século XIX para consolidar seu controle na região, principalmente em relação aos grupos islâmicos do leste e do sul do território. No entanto, ao longo do século XIX, à exceção dessa parte norte do continente, a disputa dos diferentes interesses europeus para interligar as posições no terreno manteve certa autonomia em relação aos governos centrais.¹

Os agentes locais, militares e exploradores, até o fim do século XIX², detinham o poder de realizar tratados em nome das suas potências, com os chefes tradicionais, e assim assegurar o controle sobre determinada região. Importante destacar que a África, para boa parte dos governos europeus, não era da alçada da diplomacia, mas sim dos militares, quase sempre da marinha. (Brunschwig, 1993)

1.4. Os exploradores e as descobertas minerais

As expedições de europeus pelo continente africano, que vinham ocorrendo desde o século XVIII, tiveram a função de mapear as riquezas e as formas de acesso ao território. Nomes como os de Livingstone, Stanley, Burton e Speke deixaram as páginas exclusivas dos boletins das sociedades de geografia e passaram a povoar as manchetes dos periódicos da época.

Suas viagens através do continente africano eram acompanhadas pelos jornais europeus e até mesmo norte-americanos. Alguns deixaram para trás a fama de cientistas e escritores aventureiros e assumiram a posição de homens de negócio, passando a cuidar da exploração dos produtos comercializados na África.

Nas últimas décadas do século XIX, novos fatos se sucederam e o ritmo desse intercâmbio mudou drasticamente. Em 1867, deu-se a descoberta de diamantes no Transvaal, África do Sul, e, em 1881, de ouro no Rand, também África do Sul, e de cobre na Rodésia do Norte, atual Zâmbia. Logo se iniciou um período conturbado de disputas acirradas entre aventureiros pela fortuna fácil. Acima de tudo, a repercussão dessas descobertas promoveu alterações nas posturas desenvolvidas pelos poderes centrais europeus até aquele momento.

Após a solução dos impasses provocados pela guerra franco-prussiana, em 1871, na qual a França perdera Alsácia e Lorena – parte do processo histórico de unificação da Alemanha –, as potências europeias procuraram evitar gastos na partilha africana. Passaram a delimitar áreas de influência nos territórios, com perspectiva de no futuro mobilizar investimento privado para a empreitada que se anunciava de grande envergadura.

Não se produziu uma disputa imediata. A primeira ação foi reforçar a diplomacia através dos agentes locais, que se multiplicaram à procura de estabelecer o maior número possível de tratados com os chefes africanos. Para se ter ideia dessa etapa de corrida diplomática, entre 1819 e 1890, a França fez 344 tratados com chefes africanos e 118 antes de 1880.

O princípio de ocupação efetiva definido na ata final da Conferência de Berlim³ foi substituído na prática pelo conceito de zonas de influência, do inglês: *spheres of influence* (aparece no acordo anglo-alemão de 29/04/1885), próximo do *hinterland* alemão. O conceito foi operacionalizado pela prática de assinatura de tratados ou acordos de protetorado com os chefes de territórios africanos. Esses tratados deveriam ser notificados às demais potências e permitiam proteger “por prazos bastante longos, 25 a 30 anos”, a ocupação efetiva do território do *estado africano protegido*. Sem ocupação efetiva neste período, o tratado se tornaria coisa nula. (Brunschwig, 1993)

Vale realçar que a própria ideia de protetorado não era traduzida com exatidão para os chefes africanos. Estes, em troca de alguns tecidos, pólvora e álcool, deveriam ceder o controle de extensas faixas de terra a governantes europeus. Para completar o quadro, muitos desses europeus, responsáveis pela celebração dos acordos, apresentavam-se de forma humilde, sem assessores, e pedindo em troca pelos produtos oferecidos a concordância em um documento escrito em língua desconhecida dos africanos. O curioso é que as próprias chancelarias europeias eram enganadas com tratados falsos. Chefias africanas e pontos geográficos eram muitas vezes inventados pelos exploradores.

1.5. A volta dos comerciantes

Se num primeiro momento os comerciantes europeus não estavam interessados na partilha formal, isto é, no colonialismo – já que esta poderia significar direitos alfandegários e outras limitações –, a crescente concorrência acabou por alterar o cenário. Os mesmos comerciantes, com o aumento do interesse europeu sobre o continente, passaram a pedir a interferência do Estado.

O alargamento das fronteiras coloniais proporcionaria impostos capazes de manter a jurisdição, enfrentaria interesses privados das outras nações e controlaria minimamente as guerras com e entre os africanos, que dificultavam o comércio e a arrecadação. Vale acrescentar que alguns comerciantes eram investidos de autoridade para representar as potências europeias. Assim sendo, o interesse em buscar anexações era acrescido da cobiça pessoal para alcançar objetivos comerciais. (Mackenzie, 1994)

Os aspectos que fizeram acelerar a disputa se sucederam. Os militares franceses⁴ passaram a buscar uma recuperação de sua imagem junto à opinião pública francesa após a derrota para a Alemanha, e iniciaram, em meio a certa indiferença governamental, a montagem de um vasto território sob a sua guarda.

Na parte central da África, a disputa pelo rio Congo se intensificou. O rio passou a ser considerado fator fundamental para a exploração de parte significativa do interior do continente. Na parte nortoriental, o complicado jogo de interesses e investimentos em torno do canal de Suez (e do controle do vale do Nilo) ameaçaram as relações entre ingleses e franceses.

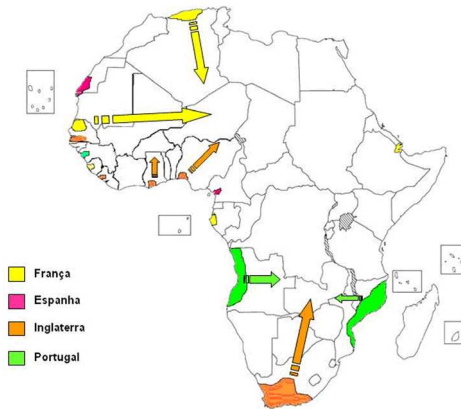
1.6. A Conferência de Berlim

Quando da Conferência de Berlim (1884-1885), a corrida para a África já havia começado. Inglaterra, França e o rei Leopoldo da Bélgica, principalmente, já dominavam espaços e realizavam tratados de comércio e soberania com os povos africanos. O encontro pretendia, entre outros objetivos, freá-la e regular os interesses para impedir o desentendimento entre as nações europeias. O chanceler alemão Otto Von Bismarck, receoso do avanço da situação e de suas consequências para a perenização do Império Germânico – que havia conseguido unificar, em 1871, e desejoso de que a França esquecesse a perda da Alsácia e da Lorena, sugeriu a Jules Ferry, primeiro-ministro francês, convocar em conjunto a Conferência. A reunião estava, assim, inserida nesse contexto de investimentos privados e pouca

intervenção militar, em que a busca principal seria o comércio. Daí que o ponto de destaque tenha sido a discussão a respeito da livre navegação nos rios Congo e Niger.

Os resultados da conferência ainda falaram de livre comércio, mesmo em caso de guerra, e da regulação das disputas. Não se pretendia uma divisão imediata, que pelas regras acordadas poderia ser onerosa e, finalmente, definiu-se pela ocupação do interior para a demarcação do território.

Mapa colonial em 1887



A imagem imortalizada da Conferência, em que os diferentes representantes europeus rodeiam uma mesa, onde está aberto um grande mapa da África, auxilia na manutenção da ideia recorrentemente apresentada de que a conferência teria sido responsável pela partilha definitiva dos territórios africanos entre as nações europeias. Ela foi um aspecto importante de um processo extremamente complexo.

Mantendo a perspectiva de contenção dos gastos, os participantes da conferência decidiram pelo princípio da notificação. Isto é, as nações deveriam comunicar entre si o seu interesse sobre determinada região e demonstrar sua atuação nele. Essa estratégia fortaleceu o papel das companhias concessionárias, que retiravam encargos do Estado.

Para confirmar a preocupação financeira existente na época, os poucos orçamentos da Inglaterra para seus governantes coloniais na África, na última década do século XIX, eram capazes de arcar com o custo de menos de uma dezena de quadros europeus.

1.7. O equilíbrio europeu

Se estudos recentes buscam realçar o papel dos africanos nesse cenário, uma análise equilibrada não pode deixar de levar em conta as disputas na própria Europa e seus novos reordenamentos nacionais. Bismarck, por exemplo, estava mais preocupado com a França e a Rússia, e as relações com a Inglaterra.

Com possibilidades e estratégias diferentes, Portugal e Leopoldo II da Bélgica também conseguiram, através de um delicado jogo diplomático europeu, salvaguardar extensas áreas coloniais na África, apesar de suas diminutas proporções territoriais, militares e políticas, quando comparados às demais potências europeias. No caso do rei belga, seus domínios na África eram pessoais e foram construídos sob a fachada de associações internacionais filantrópicas, que só em 1908 passou ao controle do Estado belga.

Outro fator europeu a influenciar nesse xadrez político e diplomático foram os grupos de pressão. Homens de negócio, intelectuais e militares, todos próximos de políticos europeus, inclusive por vezes com relações familiares entre si, articulavam e aceitavam a ideia de que seria uma perda estratégica nacional não partir para a África.

A capacidade de persuasão aumentava na medida que chegavam na Europa notícias de lucros e da celebração de novos tratados entre potências coloniais e as autoridades locais africanas. O desenvolvimento tecnológico da época, capaz de proporcionar a industrialização de uma série de produtos africanos, como a borracha, só viria a selar de vez a ambição reinante.

Somente alguns anos após a Conferência de Berlim, a partir de 1890, é que se acelerou a corrida para a África por parte das nações europeias. Exatamente quando se substituiu a ideia de notificação e

de ocupação, que vingou na Conferência, pela ideia de área (ou zona) de influência.

1.8. As causas da partilha

A Conferência deve ser encarada como uma etapa de um longo processo de conquista do controle colonial da África pelas potências europeias, que conheceu diferentes fases de intensidade e que assumiu o seu momento culminante nas duas últimas décadas do século XIX, e só alcançou maior solidez ao longo da segunda década do século XX.

Alguns autores amenizam a tese de cunho econômico afirmando que, em seu conjunto, o continente africano foi o que menos recebeu investimento estrangeiro até a Primeira Guerra. Para J. Mackenzie (199: 63), um desses historiadores, “a partilha da África parece ter emergido de uma combinação de esperanças exageradas com preocupações excessivas”.

Para o avanço da partilha, a elite europeia teve um papel importante, bem como a passagem da primeira revolução industrial – carvão e ferro – para a segunda – energia elétrica e aço, propiciando ambições e condições econômicas novas, além do contexto político das disputas entre africanos e entre europeus.

De forma menos ousada, Olivier (1994: 200) afirma que a “soberania colonial oferecia o meio através do qual as potências coloniais se assegurariam contra o protecionismo comercial que seria praticado pelos rivais da Europa, na medida em que a concorrência por mercados se tornasse mais acirrada”.

Cabe ainda realçar o avanço tecnológico conquistado pelos europeus. Se este avanço não pode ser considerado como o motor do processo de colonização, deve ser visto como instrumento que possibilitou tal ação. Podem ser lembrados os avanços da medicina (o quinino, no combate à malária), da indústria bélica (a metralhadora), das comunicações (o telégrafo), dos transportes (a ferrovia e o navio a vapor), entre outros.

1.9. Um novo mapa

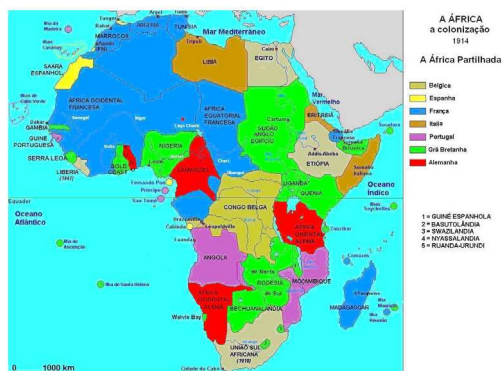
O desenho do mapa político da África que se conhece hoje é fruto desse período, das ações e reações européias e também africanas. Ainda que o colonialismo, posteriormente, tenha sido superado pelos povos africanos, as fronteiras estabelecidas pelos interesses europeus, desrespeitando tradições e conexões locais e regionais, permanecem em vigor até os dias de hoje, o que realça a importância do processo de partilha.

Mais de 10.000 entidades políticas – tribos, reinos, etc. - finalizaram por ser condensadas nos 54 estados atuais, no processo de colonização da África, concluído na Grande Guerra, com a incorporação do Marrocos pela França, em 1911, e a ocupação definitiva do Egito pela Inglaterra, em 1914.

As fronteiras, ao serem mantidas em função da recusa política de uma nova arquitetura no momento da descolonização, demarcaram os novos Estados nacionais e ganharam, por vezes, uma dimensão formal, em muitos casos inexistente nos períodos colonial e pré-colonial.

Apesar de todas essas circunstâncias, a Conferência de Berlim foi a primeira conferência internacional sobre a África. Foi uma conferência entre europeus tomando consciência da importância deste continente, antes mesmo que os próprios africanos.

1.10. Mapa colonial da África em 1914



Note bene: África do Sul, independente desde 1910, Etiópia, não colonizada, e Egito, ainda independente, não figuram nas cores da legenda acima, que apontam apenas os países colonizados.

A África Ocidental Francesa, AOF, era o domínio colonial que incluía os atuais Mauritânia, Senegal, Guiné Conacri, Costa do Marfim, Benin, Mali, Burquina Faso e Níger.

A África Equatorial Francesa, AEF, compreendia os atuais Congo (Brazaville), Gabão, República Centro-Africana (ex-Ubangui-Chari) e Chade.

2. Ocupação e resistência

2.1. Modalidades da ocupação

Acertadas as regras de ocupação de territórios na África e as modalidades do seu reconhecimento pelas potências colonizadoras europeias, a partilha da África, iniciada antes da Conferência de Berlim pela França e pela Inglaterra, se acelerou.

Os objetivos da colonização visaram o monopólio do comércio internacional dos países africanos. Esse processo, entretanto, não se deu pacificamente. A resistência partiu, geralmente, dos povos do interior, mais que dos povos do litoral. Estes, comprometidos com o tráfico, estavam em transição para outras atividades.

O procedimento para controlar os territórios africanos através da assinatura de tratados de protetorados, que pretendia dar tranquilidade ao processo de ocupação entre os colonizados, provocou uma corrida às aldeias para “chegar primeiro” e “vender proteção e exclusividade de comércio” aos reis locais, e assim, “comprovar” no âmbito internacional europeu a extensão do seu domínio. Isso provocou muitas vezes conflitos entre os colonizadores. Na África oriental entre alemães e ingleses, e na ocidental entre franceses e ingleses.

Esses conflitos, porém, nunca resultaram em choques militares, sendo sempre resolvidos, na Europa, pela via política, pois existia

um “acordo de cavalheiros” entre colonizadores para não dar aos africanos mostra de contradição entre eles.

A ocupação dos territórios africanos de Angola e Moçambique por Portugal era mais teórica do que real. Os comerciantes agiam mais do que os militares ou a administração colonial. As regras para ocupação da África forçaram os políticos portugueses a formar uma bancada parlamentar colonialista, de vários partidos, que votavam em comum em prol da questão colonial, visando conseguir recursos para efetivar a ocupação lusa.

Movimento semelhante foi notado também na França, na Inglaterra, na Alemanha e na Itália (para a conquista da Somália e da Líbia), onde setores da sociedade votavam pela obtenção de recursos orçamentários para a colonização.

Surgiram então, as companhias concessionárias⁵. Eram empresas internacionais privadas, com direito de cobrar taxas em dinheiro ou em trabalho dos africanos, importar e exportar, realizar comércio, de criar e gerir grandes plantações, de construir infraestruturas, garantir a ordem e os serviços de comunicação. Em contrapartida, pagavam uma taxa ao governo.

Em Moçambique, para dar continuidade à ocupação, o governo português, carente de recursos financeiros, entregou nesse período a maior parte do país a companhias majestáticas de capital estrangeiro. Atuaram a Companhia do Niassa, Companhia de Moçambique e a Companhia do Zambeze⁶.

Na África Equatorial, a França confiou a exploração de vastas expansões territoriais às companhias *à chartes*, empresas privadas de capital francês: *Compagnie Française d’Afrique Equatoriale* e a *Compagnie du Sénégal et de la Côte Occidentale de l’Afrique*.

A Inglaterra concedeu carta a diversas companhias, como a *British South Africa Company (BSAC)*, de Cecil Rhodes, que desempenhou papel importante na colonização na região austral, e a *Imperial British East Africa Company (IBEAC)*, na África Oriental.

Os resultados econômicos foram diversos nas diferentes colônias e entre as companhias, mas as consequências sociais onde atuaram foram sempre perversas para as populações locais.

Com o tempo, os atos de resistência – que se manifestavam de várias formas, brandas ou não – viraram habituais. Entre 1920 e 1935, a situação se acomodou, até que a crise mundial levou, de novo, os europeus a intensificarem a exploração e a extorsão das suas colônias, desta feita para se defenderem eles mesmos da nova conjuntura. Com isso voltaram as manifestações populares e a repressão.

2.2. O comportamento das classes dominantes africanas

Para as classes dominantes africanas, que viviam da arrecadação de tributos e do comércio de escravos e de novos produtos, a ocupação colonial se traduziu em perda do poder e de receitas. Em compensação, como regra geral, essas classes foram cooptadas pelas potências colonizadoras para ajudar na coleta dos novos impostos, em particular o imposto *per capita*, que substituiu o imposto de palhota⁷, e no recrutamento obrigatório de homens para o transporte de cargas.

O recrutamento era feito, também, para a construção de infraestruturas, em particular de ferrovias e rodovias. Os camponeses, além dos impostos a serem pagos, eram compelidos a sair da sua aldeia para o trabalho obrigatório.

Nos territórios sob o controle de companhias privadas, como em Moçambique, na África Equatorial Francesa ou no Congo do rei Leopoldo da Bélgica, a situação era ainda pior, na medida em que essas companhias não se preocupavam, por princípio administrativo, em aproveitar as hierarquias políticas e étnicas, e preferiam, em geral, recorrer diretamente a ameaças e repressões pela ação de milícias privadas que exerciam ação violenta. Mas, mesmo assim, muitos africanos resistiam e preferiam morrer queimados em suas casas a se deixarem recrutar para o trabalho forçado, considerado uma escravidão moderna.

Essas situações aconteceram em várias regiões africanas, fomentando novas revoltas e atos de resistência individual ou coletiva. Es-

sas revoltas conseguiram, como nunca antes, juntar vários grupos linhageiros, e mesmo étnicos, contra os colonizadores. Como exemplo, a revolta Magi Magi⁸ na África oriental, e a aliança das etnias Macua-Swaili, que resistiram aos portugueses até depois de 1920, no norte de Moçambique.

Atos de resistência das classes dominantes africanas vieram de reinos e potentados da costa atlântica ou do interior, que estavam constituídos em impérios territoriais, a partir da captura e do tráfico de escravos. Esse foi o caso do reino Achanti, no interior da Costa do Ouro, atual Gana, que entrou em conflito com os ingleses instalados na costa.

As divergências surgiram quando os ingleses proibiram o tráfico de escravos e a prática da escravidão, e depois, quando tiveram a pretensão de monopolizar o comércio transoceânico, a exportação dos produtos africanos e a importação dos bens manufaturados europeus, até então controladas pelos achantis.

O rei de Daomé, Behanzin, não aceitou os poderes estrangeiros em seu território e, estrategicamente, ganhou dois ou três anos, tempo suficiente para comprar armas modernas, inclusive canhões, e treinou tão bem os seus artilheiros, que o exército francês, preconceituoso, pensou que fossem alemães⁹. No exército de Behanzin havia ainda, um destacamento de amazonas aguerridas que lutavam até a morte.

Essa resistência se travou primeiro por guerra aberta e, depois da perda da capital, através da guerra de guerrilha. O comandante francês Dobbs venceu Behanzin e libertou os escravos iorubás, inimigos do povo daomeano, que se beneficiava da economia escravista. Os iorubás queimaram, então, as plantações da região, o que causou fome e contribuiu para a derrota da resistência.

Se por um lado, a invasão colonial “dividiu” a África entre as potências europeias, por outro, ela “uniu” mais de dez mil reinos e etnias em não mais do que uma quarentena de unidades administrativas, apesar dos conflitos interétnicos, que eram explorados pelos colonizadores.

Como as fronteiras entre as unidades repartidas eram desenhadas na Europa, nem sempre respeitando os territórios tradicionais africanos, e as administrações coloniais ocupassem progressivamente os espaços das cidades capitais até os limites de cada domínio colonial, os africanos utilizaram livremente durante muito tempo os caminhos pré-coloniais.

Na maioria dos casos, a ocupação do território africano tomou o aspecto de um lento processo de infiltração, embora nem sempre com derramamento de sangue. O comércio local e a mão de obra migratória fluíam com bastante facilidade através das fronteiras coloniais.

Somente quando a cobrança de impostos e o recrutamento para o trabalho forçado foram introduzidos para os africanos, é que a percepção das fronteiras começou a acontecer, pois então tornou-se necessário diferenciar a qual poder estrangeiro se obedeceria.

2.3. Os instrumentos da conquista

Para adentrar e ocupar efetivamente os territórios que tinham conseguido na partilha, as potências europeias recorreram à constituição de forças militares formadas por soldados africanos, enquadrados por oficiais e suboficiais europeus.

Esse sistema apresentava duas grandes vantagens aos europeus:

- reduzia o custo do recrutamento, transporte e manutenção de tropas europeias para a África;
- dispunha de combatentes conhecedores da região, adaptados a ela e pouco propensos às doenças tropicais, portanto com uma disponibilidade para o combate equivalente aos exércitos dos reinos e impérios africanos.

O recrutamento dessas tropas regulares, com soldo, armas e fardas, foi feito inicialmente entre escravos libertos, em seguida entre soldados e civis feitos prisioneiros de guerra, depois entre voluntários e, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, por convocação obrigatória.

Infantaria ligeira, artilharia e metralhadoras faziam parte das unidades. A formação de colunas para ofensiva à longa distância incluía,

além das tropas, auxiliares e três carregadores por cada combatente. Essas tropas, cuja remuneração era a permissão de pilhagens ao longo das aldeias, infligiam terror às populações, roubando, matando e violentando os conquistados. Ao regressarem dessas barbáries, os oficiais europeus contavam com promoções e medalhas, enquanto os parlamentos de seus países nem mesmo tomavam conhecimento dos fatos ou simplesmente silenciavam.

A primeira unidade desse tipo, a dos *tirailleurs* (fuzileiros) senegaleses, foi criada em 1857 a pedido do general Faidherbe, governador-geral do Senegal, e oficializada por decreto de Napoleão III. Na prática, os seus integrantes não eram apenas senegaleses, mas vinham de todas as partes da África sul-saariana, sob controle francês.

Os ingleses recorreram, na guerra de ocupação de 1873-74, à Polícia Militar Hauçá da Nigéria do Sul, a HCSN¹⁰, contra os achantis e sua capital Kumasi. No Estado Livre do Congo, as milícias africanas, recrutadas desde 1883, foram transformadas oficialmente pelo rei Leopoldo, dos belgas, em *Force Publique*, em 1888. Na África Oriental, os soldados africanos eram designados pelo termo *askari*, que significa soldado em suaíli. O exército colonial alemão utilizava *askaris* comandados por oficiais e suboficiais germânicos na formação das suas unidades. Por outro lado, em 1888 foi oficializada a Companhia Alemã da África Oriental, a DOG¹¹.

As milícias da Companhia Imperial Britânica da África Oriental, a IBEAC¹², foram organizadas em tropas regulares em 1895. Eram os Fuzileiros Africanos do Leste, mais tarde renomeados Fuzileiros Africanos do Rei, os KAR¹³.

A conquista colonial só não se efetivou em dois países africanos – a Etiópia e a Libéria, que escaparam por se distinguirem dos demais pelo senso de nacionalidade de suas classes dominantes, pelo conhecimento do “sistema mundo” de seus líderes e pelo domínio de tecnologia militar, no caso da Etiópia, e da proteção dos EUA, no caso da Libéria.

2.4. Resistência islâmica na África norte-oriental

No Sudão Nilótico, o movimento mahadista, forma messiânica de islamismo, expandiu-se desde o início da conquista colonial anglo-egípcia, como um movimento popular.

Em 1881, Muhamad Aharad proclamou-se Mahadi. Seus apelos foram para o retorno ao “Islã puro e justo”, contra o “Islã deturpado” da administração turca, para a luta contra a opressão, mobilizando os descontentes. Formou um exército e avançou em direção à capital. O poder egípcio que tinha se tornado anglo-egípcio a partir de 1882, foi expulso militarmente, e em janeiro de 1885, a capital Cartum capitulou. O governador britânico Gordon, ali instalado, foi morto.

Apesar do falecimento inesperado do Mahadi, em junho de 1885, seu sucessor conseguiu instalar um Estado Islâmico bem estruturado. Esse novo Estado, porém, rejeitou a oferta de uma aliança com a Etiópia Copta¹⁴ contra o retorno dos anglo-egípcios. A aliança não foi aceita porque o novo Estado pretendia conquistar a Etiópia e convertê-la ao Islã. No entanto, o Estado Islâmico Sudanês, foi esmagado pela campanha de reconquista, conduzida pelo general britânico Kitchener entre os anos de 1896 a 1898. Embora o Estado acabasse, o nacionalismo sudanês sobreviveu porque estava consolidado com o retorno do islamismo.

A tomada de Cartum e a morte de Gordon tiveram enorme repercussão positiva entre os africanos islâmicos. A tal ponto que uma última onda mahadista chegou 20 anos depois, em 1905, às cidades de Buna, no norte, e Bonduku, no centro, na Costa do Marfim.

Nestes dois lugares, foram detidos pelos administradores coloniais franceses marabutos que pregavam, em nome do Mahadi, a renovação islâmica e um novo *jihad* para expulsar os infiéis brancos.

2.5. A resistência na Etiópia

Como forma de afirmação internacional, o Estado italiano, recém criado em 1860, também pretendia participar do processo de partilha da África. Essa pretensão foi apoiada pela Grã Bretanha, que espera-

va, assim, prejudicar os avanços da França na África do Norte e no Chifre da África, sua principal concorrente. Nesse momento, o Egito ocupava a maior parte das costas africanas do Mar Vermelho, em particular o porto de Massawa, no nordeste da Etiópia, a principal saída marítima da região do Tigre.

Em reação aos avanços militares do Mahadi, em 1883, os britânicos decidiram retirar do Sudão e das costas do Mar Vermelho as forças egípcias e inglesas. Para tanto, pediram o apoio do Imperador Yohannes, da Etiópia. Este, em troca, pediu a restituição dos territórios fronteiriços do Sudão e do porto de Massawa, ocupados pelos egípcios. Os ingleses aceitaram a primeira condição, mas não a segunda. Para Massawa, concordaram com o trânsito comercial, inclusive de armas, mas sob a proteção britânica. Seis meses depois, em fevereiro de 1885, os italianos ocuparam Massawa com a anuência dos britânicos, interessados em impedir o avanço francês na costa da Somália, a partir de Obok e Djubuti.

Partindo de Massawa, os italianos avançaram com destacamentos militares em território etíope, iniciando a guerra de conquista da Eritreia, operação completada no final de 1889.

2.6. Menelik II

Enquanto isso, o ras Menelik II¹⁵, da província do Shoa, no centro da Etiópia, embora fosse formalmente vassalo de Yohannes, mantinha relações cordiais com a Itália, que mantinha um representante diplomático na sua corte.

A Itália estava muito interessada nessa aliança, tendo em vista seus projetos de conquista. Dos italianos, Menelik recebeu assistência de médicos e, o mais importante, muitas armas de fogo que lhe permitiram conquistar as ricas regiões vizinhas a sudoeste de Shoa.

Logo após a morte de Yohannes, em combate com os mahadistas do Sudão, em 1889, os italianos propuseram a Menelik um tratado de paz e amizade, que foi assinado em Wuchale (Ucciali, em italiano).

O tratado reconhecia a soberania da Itália sobre a Eritreia e, em troca, a Itália reconheceria Menelik como Imperador da Etiópia e lhe

garantiria a livre passagem de armas e mercadorias, através do território da Eritreia. Porém, o artigo 17 do Tratado de Ucciali tinha significados diferentes nas redações. em amárico¹⁶ e em italiano. Na versão amárica, a Etiópia podia, quando quisesse, pedir à Itália que a representasse junto a outros países. Na versão italiana, era obrigatório que a Etiópia recorresse à Itália para se relacionar com outras nações. Através desse subterfúgio, a Itália pretendia estabelecer um protetorado italiano na Etiópia e anunciou às potências europeias a assinatura do Tratado de Ucciali na versão italiana.

Nesses termos, o tratado foi aceito pelos países europeus, sem discussão. Quando Menelik anunciou a esses países a data da sua coroação como Imperador da Etiópia, recebeu como resposta que a Etiópia era um protetorado italiano, e caberia à Itália informar-lhes dessa solenidade.

Entre 1891 e 1894 a Grã Bretanha assinou com a Itália, três protocolos que fixavam as fronteiras entre a Etiópia e as colônias inglesas do Chifre da África e do Vale do Nilo. Enquanto isso, Menelik comprava fuzis e canhões na França e na Rússia e anexava várias províncias ao sul e sudoeste, formando o atual território da Etiópia. No início de 1893, Menelik informou às potências europeias que estava denunciando o Tratado de Ucciali. Naquele momento, ele já tinha acumulado 82 mil fuzis e 26 canhões. A guerra com a Itália começou no final de 1894.

De início, os italianos ocuparam grande parte do Tigré. Então, Menelik mobilizou seus exércitos e contra atacou, conseguindo empurrar os inimigos para Andowa, a nordeste, onde aconteceu a batalha decisiva. O exército italiano perdeu 40% do seu efetivo, entre mortos e feridos, 11 mil fuzis e seus 56 canhões, um completo desastre. Após essa derrota, a Itália assinou o Tratado de Adisabeba que anulava parcialmente o Tratado de Ucciali. Não totalmente pois não devolvia a Eritreia. Mas reconheceu a total independência da Etiópia, que passou a receber embaixadas das potências europeias e do Império Otomano.

A vitória de Menelik é festejada ainda hoje em toda a África, pois foi a única que fez os colonizadores recuarem no momento da ocupação do continente. A Etiópia conseguiu, por esta vitória, evitar o jugo colonial, mantendo-se assim como o único país africano independente. A Libéria, outro país não colonizado, foi, entretanto, uma invenção americana.

Isso reforçou o etiopismo¹⁷ na convicção de valorizar o negro. Mas, infelizmente, a Etiópia não pode servir de modelo de administração e de governo para o restante da África, na luta contra o colonialismo. O Imperador Menelik II era um autocrata feudal que formou um gabinete ministerial pela primeira vez apenas em 1907, e criou a imprensa oficial em 1911.

Seguindo os passos de Menelik II, o seu sucessor Hailê Selassiê, somente promulgou a libertação dos escravos em 1924 e o fim do comércio escravagista em 1931¹⁸.

Por falta de organização governamental de Menelik, o pensador ganês, J.E. Casely Hayford, em seu livro *Ethiopia Unbound* (Etiópia Livre), publicado em 1911, fez mais referências à experiência japonesa¹⁹, do que citações do exemplo ainda não amadurecido da Etiópia.

É importante observar que a invasão ulterior da Etiópia, em 1936, pela Itália fascista não pode ser confundida com uma conquista colonial, uma vez que a Etiópia era membro da SDN (Sociedade das Nações) e o Imperador Hailê Selassiê instalou-se no exílio, em Londres, com o seu governo. O invasor italiano foi expulso em 1941, com a participação do exército inglês.

A entrada italiana na Segunda Guerra Mundial esteve marcada pelo ataque fascista à Etiópia, assim como o ataque nazista à Polônia em 1939, marcou a entrada da Alemanha.

2.7. Grandes revoltas africanas

Superando os fatores interétnicos de divisão das sociedades tradicionais, várias tribos que exprimiam em bloco a rejeição à domina-

ção colonial se uniram. Insurreições populares, então, eclodiram. Nesse cenário, líderes carismáticos apareceram, oferecendo às populações, saturadas de opressão, uma via de reintegração com a própria história. Dois levantes maiores apresentaram essas características, embora afastados no tempo e no espaço:

- A Revolta Maji-Maji em Tanganica, parte continental da atual Tanzânia, de 1905 a 1907;
- A Guerra do Kongo-Warra, na África Central, atual República Centro Africana, de 1927 a 1932;

2.8. A revolta Maji-Maji (1905 a 1907)

Essa revolta situa-se no período de consolidação da dominação colonial. Expressou a recusa ao trabalho forçado nas plantações de algodão e aos abusos dos mercenários alemães. Uniu mais de 20 grupos étnicos diferentes. Atingiu o sul de Tanganica, superando as divisões tribais, e apoiou-se nos recursos tradicionais, nas técnicas religiosas e em magia. A Revolta Maji-Maji caracterizou-se pela utilização de temas milenaristas.

O profeta Kinjikitile-Ngwele era reconhecido como o mensageiro de Deus que iria salvar o povo da opressão colonial. Teria o dom de imunizar os guerreiros com o *maji* (água mágica), que transformaria as balas alemãs em água. Enquanto isso, anunciava que os ancestrais ressuscitariam em Ngarambe, sua aldeia, para lutar ao lado dos vivos. Nela construiu um grande altar que chamou “A Casa de Deus”.

Apelou para as crenças religiosas, afirmando que a unidade e a liberdade dos africanos constituíam um princípio fundamental e que todos deveriam se unir para combater os alemães e conseguir a sua integridade.

O levante terminou com um massacre, promovido pelos alemães, de cerca de cento e vinte mil africanos. Fato que ficou para sempre gravado na memória coletiva do povo. Menos de dez anos depois, em 1914, a África Oriental Alemã tornou-se o maior palco africano da Primeira Guerra Mundial.

A Revolta Maji-Maji foi uma das primeiras manifestações populares multiétnicas anticoloniais, apoiada nas religiões tradicionais, e é considerada como protonacionalista.

2.9. A Guerra do Kongo-Warra (1927 e 1932)

O ponto de partida do levante Kongo-Warra foi o povo baya, até então disperso em vários clãs. Do território baya se propagou ao coração da Federação da África Equatorial Francesa, no Ubangui-Chari Ocidental, atual República Centro Africana, e nas zonas de fronteira com o Congo e os Camarões.

A população da região era subjugada há muito tempo pela exploração das companhias concessionárias, voltadas à colheita da borracha de cipó e do marfim e conhecidas pelos abusos que cometiam nos processos de exploração. Às exigências dos pesados impostos era adicionado o trabalho obrigatório para a colheita e o transporte da borracha, que continuava sendo explorada, embora estivesse muito desvalorizada. Havia também, o recrutamento forçado para a construção da ferrovia Congo Oceânica, iniciada em 1921.

Barka Ngainumbey, o Karnu, um profeta baya, foi quem deu alma à revolta, e catalisou um movimento que nasceu após um longo período de humilhação e sofrimento. A partir de 1924, começou a pregar, de aldeia em aldeia, a doutrina da não-violência, fundamentada na recusa do contato com o colonizador e na resistência passiva às exigências coloniais.

A administração colonial francesa se deu conta da situação três anos depois, quando os seguidores de Karnu já iniciavam os levantes armados, convencidos de sua invulnerabilidade pelo uso bastão mágico de comando, o Kongo-Warra. Uma população de mais de 350.000 habitantes aderiu ao profeta, organizando 60.000 guerreiros, num movimento solidário que uniu aldeias e clãs numa área até então marcada pela dispersão política e guerras tribais.

Karnu foi morto em dezembro de 1928, mas a insurreição alastrou-se pelas iniciativas de autodefesa das aldeias e se prolongou até

1931. Em 1935, ainda existiam guerreiros escondidos em grutas, nas regiões montanhosas.

Pela sua extensão geográfica, duração, número de insurgentes e de confrontos militares, a Guerra Kongo-Warra foi a maior insurreição na África Sul-saariana entre as duas Guerras Mundiais.

A revolta nasceu em sociedades segmentares, que viviam em tribos. A ação de Karnu apoiava-se, sobretudo, em valores ancestrais, mas incorporava também reivindicações políticas, como a recusa em colaborar com o ocupante e o apelo à unidade de todas as etnias. Estas características situam o movimento na virada dos tempos modernos. A violência da repressão francesa esmagou de tal maneira o levante que a região ficou empobrecida e abandonada, permitindo os abusos de dirigentes contemporâneos como Bokassa, pouco inclinados em reviver a memória desta gesta.

2.10. Compromisso e resistência

A colonização da África pelas potências europeias, como se viu pelos exemplos, não foi como os europeus apresentaram: pacífica e, sobretudo, benéfica para o continente africano. A subjugação africana ao europeu deve ser entendida pelas diferenças tecnológicas e militares entre as sociedades dos dois continentes naquele momento, e as necessidades econômicas do capitalismo europeu, que lhe permitiam uma visão de mundo mais abrangente, que ia além de suas fronteiras nacionais. A colonização significou o estabelecimento de regimes ditatoriais estrangeiros sobre os povos africanos para a sua brutal exploração econômica, em prol dos colonizadores. Os africanos, de uma forma ou de outra, em meio a alianças e compromissos que grupos africanos estabeleceram com os colonizadores, se rebelaram e se revoltaram. Compromissos e resistências efetivas apareceram em diversos momentos, demonstrando a complexidade do processo. O exemplo maior de inconformismo é o da Etiópia que, pela ação militar e diplomática de um grande senhor feudal, conseguiu ficar imune à colonização, preservando o próprio processo de evolução histórica.

3. A Grande Guerra em solo africano

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) começou como uma guerra essencialmente europeia. As alianças de defesa na Europa colocaram de um lado a *Triplíce Entente* agrupando a França, a Grã-Bretanha e o Império Russo e, de outro, a *Triplíce Aliança* ou a Aliança dos Impérios Centrais, formada pelo Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e a Itália. Ao começar a guerra, as peças se moveram. A Itália se manteve neutra, por divergências com o Império austro-húngaro, e no fim acabou se alinhando com a *Entente*.

A Sérvia e a Bélgica foram imediatamente arrastadas para o lado da *Entente*, a primeira devido ao ataque austríaco, que na verdade detonou a guerra, e a segunda devido ao ataque alemão como parte da estratégia de guerra germânica.

O império Otomano e a Bulgária logo se juntaram aos Impérios centrais. Do outro lado, a *Triplíce Entente* se avolumava numa coalizão bastante grande. Após a entrada da Itália, vieram a Grécia, a Romênia, e ainda Portugal e o Brasil, que mandou navios para a luta anti-submarina. Mais objetivo, o Japão entrou quase de imediato, a fim de tomar posições alemãs no Extremo Oriente e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora da sua região. Importante e decisivo foram os EUA que entraram na guerra em 1917, transferindo um milhão de homens para a França.

Essa guerra teve um cunho interimperialista, com as rivalidades políticas expressando a competição econômica entre as potências europeias. Em consequência disso, os seus impérios coloniais foram envolvidos de maneiras distintas no conflito e, particularmente, as suas possessões africanas. Entre os principais beligerantes, quatro possuíam colônias na África: Inglaterra, França e Bélgica, do lado da *Entente*, e do outro lado, a Alemanha.

Com as declarações de guerra na Europa, a primeira medida tomada pelos aliados da *Entente*, na África, foi o bloqueio dos portos e a invasão das colônias alemãs. Mas as intenções dos diferentes protagonistas eram mais amplas do que isso.

Na Alemanha, o partido belicista esperava uma guerra rápida e vitoriosa, como havia sido a guerra franco-prussiana de 1870, e realizar o sonho de uma *Mittelafrika*, ligando os Camarões à África Oriental Alemã (AOA). Na África, os governadores alemães do Togo e da AOA, foram mais realistas e tentaram, em vão, obter da *Entente* a neutralização dos seus territórios.

A vitória dos Aliados na Europa permitiu a divisão das colônias alemãs entre eles, como butim de guerra. A Primeira Guerra Mundial afetou a quase totalidade da África. Diretamente, em combates pela ocupação dos territórios alemães, e indiretamente, como reserva de homens para a guerra no próprio continente ou em operações na Europa e no Oriente Médio.

3.1. Os combates na África Ocidental e Equatorial

Em 1914, os alemães dominavam os seguintes territórios na África:

- Togo, na África Ocidental, configurando um corredor de terra que partia do Golfo da Guiné e subia para o norte, entre a Costa do Ouro (Gana) inglesa, a Oeste, e o Daomé francês, a leste.
- Camarões, na África Equatorial, entre a Nigéria inglesa, a noroeste, e o Gabão francês, ao sul. Após o acordo franco-alemão de 1911 sobre o protetorado do Marrocos, a fronteira do Camarões alemão com o Congo belga passava a ser o rio Congo, na foz do rio Sanga e, mais ao norte, um acesso ao rio Ubangui, na foz do rio Lobaye. Com isso, a África Equatorial Francesa (AEF) foi cortada em três partes que se interligavam pelos dois rios maiores.
- O Sudoeste Africano Alemão, a atual Namíbia, entre Angola e União Sul Africana (atual África do Sul). Esta sob domínio britânico, mas com autonomia da Grã-Bretanha, desde 1910.
- A África Oriental Alemã, que juntava os territórios de Tanganica, parte continental da atual Tanzânia e de Ruanda e Urundi (atual Burundi).

3.2. *A Guerra no Togo*

Para defender a sua autoridade no Togo, a Alemanha possuía apenas uma força de polícia. Não mantinha ali exércitos. A única instalação militar era uma estação de rádio. A colônia foi invadida pelos ingleses a partir da Costa do Ouro (atual Gana) e pelos franceses a partir do Daomé (atual Benin). As hostilidades começaram em 22 de agosto de 1914 e acabaram em cinco dias, quando os alemães destruíram a própria estação de rádio e caíram prisioneiros.

3.3. *A disputa por Camarões*

Nos Camarões, os alemães tinham cerca de mil oficiais e suboficiais germânicos e mais três mil soldados africanos. Foram atacados pelos ingleses a partir da Nigéria, região de floresta, e resistiram vitoriosos. Enquanto isso, tropas francesas atacaram os Camarões pelo extremo norte de deserto, a partir do Chade, e ocuparam Kuseri. Na costa atlântica, uma frota franco-inglesa bombardeou e ocupou Duala, porto e capital colonial alemã dos Camarões.

A resistência alemã foi difícil de ser vencida. Em 1915, uma aliança franco-belga de *tirailleurs* senegaleses, vindos do Congo francês e da *Force Publique*, vinda do Congo belga, juntando 13.000 homens, continuaram a luta por mais um ano, até que as cidades de Limbe e de Yaundê foram conquistadas no final de 1915. A ocupação de Camarões pelos aliados se completou em fevereiro de 1916, com a queda do Forte de Maruá, no norte, que estava sitiado desde setembro de 1914.

Na Nigéria, na AEF, no Congo belga e nos Camarões, tal como em toda África envolvida na guerra, o transporte de cargas militares na cabeça, utilizado pelas quatro potências beligerantes, à razão de 30 quilos por homens, em etapas de dezenas de quilômetros por dia, com descanso reduzido e alimentação insuficiente, levou milhares de africanos à morte.

As tentativas de introduzir carretas de tração humana nas trilhas, na AEF, foi em vão, pois os próprios administradores africanos se encarregaram de abortar as experiências. Segundo consta, era mais

fácil recrutarem carregadores, do que fazê-los construir carretas, embora o uso destas, e talvez este o motivo da recusa, garantisse maior produtividade.

3.4. A Guerra no Sudoeste Africano

No início da campanha contra o Sudoeste Africano Alemão (atual Namíbia), o governo da União Sul Africana, domínio inglês autônomo desde 1910, declarou-se pronto para invadir a colônia alemã vizinha, permitindo assim, a retirada das tropas britânicas presentes no país, para ir combater na Europa.

A Grã Bretanha achava que a perspectiva do governo sul-africano de anexar o sudoeste africano como nova província, asseguraria a sua lealdade para com a Coroa Britânica. Esqueceram, no entanto, de que boa parte dos bôeres, descendentes de holandeses, tinha simpatia pelos alemães do sudoeste africano, porque estes os apoiaram durante a Segunda Guerra Anglo-Bôer, terminada em 1902. Essa simpatia gerou uma revolta bôer, só debelada em fevereiro de 1915, que atrasou a ofensiva anglo-sulafricana contra os alemães.

Em setembro de 1914, tropas britânicas atacaram sozinhas, sem o apoio dos sulafricanos e foram derrotadas pelos alemães. Em março de 1915, o exército sul africano entrou no Sudoeste Africano com 67.000 homens para enfrentar 3 mil militares alemães e 7.000 soldados africanos. A ocupação do Sudoeste Africano Alemão pela União Sul Africana foi concluída em julho de 1915. Nessa campanha, as forças da África do Sul não incorporavam soldados negros, por desconfiança do Estado Maior sulafricano, quanto à lealdade de tropas negras. O apartheid já se anunciava. Tão pouco recorriam a carregadores para a logística militar, mas a animais e a carroças ou veículos automotores, já que a tradição da Grande Marcha dos bôeres, a vegetação, o clima e o relevo, o permitiam.

3.5. A Guerra na África Oriental

Em 1914, na África Oriental Alemã, o exército alemão contava

com 200 oficiais, 1.700 suboficiais e soldados germânicos, e 2.500 *askarise* e era comandada pelo coronel Paul Von Lettow-Vorbeck.

Contrariando as vontades pacifistas do governador alemão de Tanganica e do governador inglês do Quênia, Lettow-Vorbeck começou a guerra atacando aldeias do Congo Belga. O objetivo do exército alemão era reter na África Oriental, o máximo das forças militares aliadas. Através de uma estratégia que alternava batalhas campais com ações de guerrilha, manteve-se invicto até o final da Grande Guerra.

Essas operações militares envolveram além da África Oriental Alemã, Moçambique, Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Quênia, Uganda e o Congo Belga, obrigando a *Entente* a trazer forças da África do Sul (13 mil homens) e da Índia (7 mil homens), e ainda as tropas africanas vindas da Costa do Ouro (Gana) e da Nigéria, num total que teria alcançado 160.000 homens, enquanto que os efetivos de Lettow-Vorbeck não seriam mais que 15.000 homens, principalmente de africanos, já que estava impossibilitado de receber reforços da Europa. A renovação dos armamentos dos alemães era obtida pelas perdas ou abandonos involuntários da *Entente*.

A participação da União Sul Africana se baseava na esperança de que, após a conquista da colônia alemã, haveria uma negociação com a Grã Bretanha e Portugal e uma troca de territórios seria acordada. Uma faixa na margem esquerda do rio Rovuma, ao sul de Tanganica, seria anexada ao norte de Moçambique e, em contrapartida, a ponta sul de Moçambique, incluindo a Baía Delagoa e o porto de Lourenço Marques (atual Maputo), saída marítima do Transvaal, seria anexada ao território da África do Sul. Isso, entretanto, não veio a acontecer.

Na África Oriental, os belgas mobilizaram, ao longo dos quatro anos da guerra, cerca de 260.000 carregadores para o apoio logístico às tropas. Nenhum africano foi mandado do Congo Belga para a Europa, mas o povo do Congo pagou um alto preço à Primeira Guerra Mundial. Os mortos por esgotamento, fome e doença foram incontáveis. Entretanto, as populações africanas mais afetadas pela

guerra vieram a ser as da AOF – África Ocidental Francesa – e da AEF – África Equatorial Francesa.

3.6. As colônias francesas como reservas estratégicas

Desde 1908, no conjunto das políticas de preparação para a guerra entre os Impérios Centrais e a *Entente*, o governo francês considerou a possibilidade de recorrer ao recrutamento de soldados nas colônias e, particularmente, na África sul-saariana.

Um decreto de 1912 tornou possível a criação de um *exército negro*: os homens com idade entre vinte e vinte e oito anos poderiam ser recrutados por via de conscrição, para um serviço de quatro anos de duração. Era a concretização da proposta dos militares coloniais de criar uma *Força Negra* para compensar o déficit de homens da França, devido à baixa taxa de natalidade na época.

Em agosto de 1914, a França já tinha militarizado as suas colônias e mais de 14.000 fuzileiros senegaleses encontravam-se na AOF e 15.600 fora dela, ocupados principalmente na “pacificação” da África do Norte. Em setembro de 1914, seis batalhões de senegaleses, com 800 homens cada um, foram transferidos para o *front* na França. Em 1917, cerca de 120.000 soldados africanos encontravam-se em luta.

No final da Gran de Guerra, dos 211 mil soldados africanos negros recrutados, 164 mil haviam sido engajados em combates na Europa, de onde mais de 30 mil não voltaram, e outros tantos voltaram aleijados ou doentes, principalmente, tuberculosos.

Desde os primeiros meses do conflito, e passados os efeitos da campanha de propaganda patriótico-belicista inicial, a contribuição militar em homens para a guerra na Europa revelou-se uma pesada obrigação para os africanos. “O recrutamento parece, finalmente, com uma tarrafada que se dá a cada ano”, na definição de um oficial francês (Michel:2003), ou seja, estava mais para caça ao homem do que para rotina burocrática.

Os chefes de aldeias eram encarregados de designar os recrutas. Os escolhidos eram os mais pobres, os cativos ou seus descendentes,

os desafetos, etc. Porém, com o avançar da guerra, começaram a se multiplicar os retornados: aleijados e doentes, e os seus testemunhos deixam entrever o que era a guerra na Europa.

As resistências à conscrição foram múltiplas e variadas nas intensidades e gravidades. Desde outubro de 1914, manifestações de descontentamento apareceram abertamente, embora ainda dispersas e localizadas - recusas individuais, deserções, mutilações voluntárias e, sobretudo, fugas para o mato ou para as colônias de outras potências europeias.

3.7. Aumentam o trabalho forçado e as culturas obrigatórias

A política dos franceses de utilização intensiva dos recursos do seu império colonial para a defesa da *Pátria Mãe* era contraditória, pois exigia o aumento do trabalho forçado e da produção das culturas obrigatórias às sociedades africanas, ao mesmo tempo em que retirava dessas mesmas sociedades, para enviar à guerra, o máximo de homens jovens, que estavam no auge das suas capacidades produtivas.

A Grande Guerra foi decisiva para a generalização do trabalho forçado na África ocidental. Essa política retirava à força homens da sociedade tradicional para tarefas requeridas em setores da economia colonial, como as construções de infra-estruturas, mas também em serviços particulares. A isso, somavam-se o estacionamento destas tropas africanas, que passaram a receber instrução militar na própria África, em vastos acampamentos, por exemplo Buaké, para 8.000 homens, criando enormes problemas de transporte – estradas – e de abastecimento.

No início de 1915, no Alto Senegal-Níger, o mal-estar tornara-se tão forte que transformou-se em revolta, cuja repressão militar provocou enorme fúria popular. No entanto, a guerra pedia cada vez mais homens e, em novembro de 1915, a insurgência chegou ao auge. A região do Oeste-Volta (do atual Burkina Faso e fronteira do Mali) se sublevou. Tratou-se de uma revolta supratribal, que juntou um grande número de grupos étnicos: Marka, Bwa, Bobo, Samo, Gurunsi,

entre outros, com traços culturais e história comum. Eles sempre se opuseram à dominação exterior e ao poder centralizado. O levante somente foi dominado em 1916 e as últimas rendições dos chefes tradicionais se deram em setembro.

Em novembro de 1916, novos distúrbios estouraram, desta vez no norte do Daomé, onde os sombas do Atakora e os baribas do Borgu entraram em insurgência até a primavera de 1917. Quando a calma se restabeleceu, a exasperação da população era evidente em toda parte. As fugas se multiplicaram, como exemplificam a petição ao governador inglês da Costa do Ouro, assinada por 18.890 refugiados da Costa de Marfim.

As proporções de desertores dos campos de agrupamento foram significativas em algumas regiões da AOF, variando de 5% no Senegal e Alto Senegal e Níger, para 12,5% na Costa do Marfim, até 17,5% na Guiné, segundo dados oficiais franceses.

No deserto do Saara, o tuareg Kaossen liderou uma revolta que desceu para o sul, e após tomar Djanet, mantendo-a ocupada até 1918, sitiou Agadés em 1916, mas foi empurrado de volta para o norte, por uma força militar conjunta franco-inglesa.

3.8. Cidadania por sangue

No início de 1918, o governo francês, contra a opinião do Governador Geral da AOF, decidiu retomar o recrutamento de africanos, que estava parado desde meados de 1917. Desta vez, uma nova estratégia foi adotada: o deputado à Assembleia Nacional pelas Quatro Comunas do Senegal²⁰, o africano Blaise Diagne foi nomeado comissário da República Francesa no Oeste Africano, com patente de governador geral e com a missão de intensificar o recrutamento.

Essa missão foi coroada de sucesso e 63 mil soldados foram recrutados em 1918, contra apenas 13.800 em 1917. Em agosto de 1914, Diagne, notável maçom do ultramar, havia se eleito deputado e teve um papel que foi muito além da sua base eleitoral nas Quatro Comunas. Sendo o único deputado africano, passou a ser visto como a voz da África na Câmara dos Deputados.

Os oriundos das Quatro Comunas tinham o estatuto de cidadãos, com o privilégio de poder conservar seu estatuto pessoal, mesmo que diferenciado no Código Civil francês, como, por exemplo, podiam ser polígamos. Mas não eram súditos coloniais. Com isso não estavam submetidos ao serviço militar, assim como não estavam incluídos no Código do Indigenato²¹ destinados aos súditos, habitantes das colônias.

Além deles, havia os *letrados* ou *evoluidos*, pertencentes aos meios sociais ocidentalizados, senegaleses ou descendentes agudás das famílias de retornados afro-brasileiros dos velhos estabelecimentos costeiros do Golfo da Guiné.

O problema dessas elites africanas modernas residia na desigualdade jurídica que havia entre os cidadãos e os súditos. Naquela época, essas elites eram profundamente *assimilacionistas*. Não fugiam ao dever patriótico para com a França, mas recusavam-se a ser incorporadas aos fuzileiros senegaleses²², tropa indígena formada de súditos e não de cidadãos. Queriam ir para as mesmas unidades militares que os demais cidadãos franceses da metrópole, da mesma forma que os brancos e negros das Velhas Colônias das Antilhas.

Diagne reivindicou no parlamento francês o reconhecimento político e o direito à cidadania, em troca da aceitação do *imposto de sangue*²³. Assim, conseguiu, com o apoio dos deputados negros das Antilhas, aprovar uma lei que submetia os oriundos das Quatro Comunas à conscrição nas mesmas condições da metrópole. A lei foi aceita pelos africanos e a população aderiu, seguindo os seus líderes. As incorporações se deram por classes de idade, como na França, e nas mesmas unidades, o que lhes garantia não usar a *chechia*, o chapéu vermelho típico dos *tirailleurs*.

Mas a lei, que restabelecia um pouco de igualdade entre cidadãos e súditos, encontrou muita reticência no governo francês. Havia o receio de se criar um precedente e chegar a ter que aceitar, de forma automática, a naturalização dos africanos militares como cidadãos franceses. Por um momento, o general inventor do conceito da *Força*

Negra exprimiu o receio, infundado, de que Diagne se tornasse um novo Toussaint-Louverture, o libertador do Haiti.

Diagne foi escolhido pelo governo francês no início de 1918 para uma missão única na história colonial. Tanto pelos recursos atribuídos, quanto pela habilidade da propaganda psicológica desenvolvida e pela imensa demagogia utilizada. Ele dispunha de um generoso orçamento²⁴ e também distribuiu condecorações: Estrelas Negras do Benin e Legiões de Honra aos maiores entre os chefes africanos, em particular aos grandes dignitários muçulmanos, os quais seriam promovidos a patente de Tenente Temporário, no caso de se alistarem ou aos seus filhos ou sobrinhos, que seriam então engajados em pelotões especiais de instrução, separados da tropa africana. Prêmios de alistamento foram concedidos aos voluntários. Essas ações foram fundamentais para impulsionar as adesões de uma população já exaurida.

Em 1918 os chefes africanos sentiram o perigo que seria para o seu futuro social e político, não enviar para a guerra na Europa alguns de seus filhos e sobrinhos, sobretudo nessa grande e espetacular operação de recrutamento. Caso mandassem apenas os escravos, estes, quando voltassem veteranos de guerra, teriam grande prestígio por terem lutado ao lado dos brancos, e assim, poderiam ameaçar e substituir as velhas famílias tradicionais, constituindo-se numa nova classe dominante ao lado dos colonizadores.

Os arquivos oficiais da França permitem reconhecer, entre os que lutaram, mais de 470 nomes de grandes famílias, principalmente das colônias do Senegal, do Alto Senegal – Níger, da Guiné e da Mauritânia.

Diagne fez promessas, abriu perspectivas de promoção social para os colonizados e empregos na administração colonial para os veteranos de guerra. Aos condecorados em combate, foi prometida a cidadania e o escape ao indigenato. Enfim, vislumbrou a perspectiva de acesso a empregos superiores, com a promessa de abertura em Dakar de uma escola de agricultura, incluindo uma seção de veterinária, e uma escola de medicina.

Além disso, Diagne era apoiado pela “colaboração intercolonial”, obtida pelo governo francês com os seus aliados, via chancelarias. Tratava-se de impedir, ou pelo menos limitar, as fugas dos potenciais recrutas para os territórios das colônias dos aliados ingleses, portugueses e belgas.

A campanha de recrutamento se estendeu a toda a AOF e também à AEF, que até então tinha mandado apenas soldados e carregadores para as operações de conquista dos Camarões alemão. O sucesso foi retumbante e nas vésperas de 11 de Novembro de 1918, dia do cessar fogo na Europa, 50.000 homens senegaleses já tinham sido encaminhados para o Marrocos, a Argélia e a França. Com o armistício, poucos acabaram indo para o *front*.

3.9. *Qual pátria?*

Por que os africanos deveriam ser mandados para a guerra? Qual *Pátria Mãe* deveriam defender? O preço do sangue africano mereceria uma contrapartida, uma dívida a ser paga pelos colonizadores. Entretanto, a maioria dos franceses não entendia assim. No início da guerra, a opinião pública francesa não compartilhava exatamente o pensamento de Diagne, mas achava, sincera e equivocadamente, que “a obra de pacificação e de civilização da França na África”, merecia “um pouco” de sangue africano pela Europa.

Após a guerra, essa opinião pública sentiu uma vaga sensação de dívida, de reconhecimento sentimental e paternalista. As imagens caricaturais que tinham dos africanos evoluíram do *preto selvagem* para o *bom fusileiro de chechia*. Imagem infantilizada, porém, tão forte que permitiu a uma marca de achocolatados francesa se consagrar encima dessa imagem.

As reformas políticas prometidas por Blaise Diagne e tão esperadas pelos *evoluídos* foram extremamente limitadas. O Código do Indigenato, instituído desde os tempos do início da colonização de povoamento na Argélia, foi suspenso em fevereiro de 1919, três meses após o armistício, mas, restabelecido em agosto de 1920.

Para as potências coloniais vitoriosas, a Primeira Guerra Mundial foi apenas um parêntese, fechado rapidamente, na História da colonização da África.

3.10. *A pátria alheia*

Os fatos obrigam a admitir que tanto os soldados negros mandados para Europa quanto os que participaram de combates para a ocupação das colônias alemãs, pelos Aliados, ou para a defesa das mesmas, e também, os milhares de carregadores requisitados para a logística de todas essas operações, foram utilizados como *bucha de canhão* pelos colonizadores.

As sociedades africanas, mobilizadas inclusive por algumas de suas próprias lideranças, foram chamadas a defender uma pátria alheia, com o sangue dos seus soldados, e com o suor do trabalho de seus habitantes nos contratos de trabalho forçado e nos aumentos dos cultivos obrigatórios, com promessas de direitos e melhorias econômicas. Terminada a guerra, tudo voltou como dantes.

4. Consequências da Grande Guerra para a África

Se o capitalismo inglês e o germânico, mais avançados e mais competitivos, estavam interessados na abertura internacional dos mercados africanos, este não era o caso dos franceses, belgas e portugueses, mais propensos ao protecionismo nas suas respectivas colônias.

A ata final da Conferência de Berlim estipulava a igualdade de tratamento comercial na Bacia Convencional do Congo. A convenção franco-inglesa de 1898 aboliu as diferenças tarifárias entre Costa do Marfim, Daomé, Costa do Ouro e Nigéria, e esteve vigente até 1936.

Na África colonizada do final do século XIX e início do século XX, consolidou-se um oligopólio de lojas comerciais européias que, além de travar entre elas uma concorrência inflexível, afastavam, pela solidez das posições adquiridas, a entrada de novos concorrentes.

Das costas do Senegal até o Congo, casas francesas, inglesas e alemãs dividiam o comércio. As casas alemãs compravam a quase totalidade do milho em grãos e o dendê do Daomé, e cerca de 2/5 da madeira exportada proveniente da AEF - África Equatorial Francesa, e vendia para a África principalmente aguardente.

Os comerciantes ingleses e alemães tinham acesso às importantes frotas mercantes dos seus respectivos países, o mesmo não ocorrendo com os franceses, frequentemente obrigados a recorrer a navios de bandeiras estrangeiras, principalmente britânica, para movimentar suas mercadorias entre a Europa e a África. Essa situação piorou com a requisição de navios das companhias comerciais de navegação francesas para transferir a Força Negra para a Europa.

4.1. Mudanças da economia colonial

Com a guerra, os comerciantes franceses e os seus empregados foram mobilizados para o *front*, na França, ao contrário dos ingleses que não foram chamados pela Inglaterra. Os alemães que se encontravam na África fora dos territórios alemães, foram presos ou expulsos e a marinha de guerra inglesa liquidou o transporte marítimo germânico. Para tanto, ocupou ou destruiu os portos marítimos das colônias alemãs e confiscou os navios mercantes alemães que porventura encontrassem em alto mar.

Esses eventos beneficiaram amplamente as grandes lojas comerciais inglesas, e revelaram a dimensão inter-imperialista da guerra.

Na AOF, ao final da guerra, as casas de comércio francesas reduziram em 18% os seus barracões/balcões no interior africano (de 1.714 para 1.403), enquanto as companhias estrangeiras, principalmente inglesas, aumentavam as suas implantações em 15%. (Michel, 2003:218). No Congo Belga, em 1919, a participação da Bélgica no comércio na província mineira de Katanga era de apenas 0,5%, enquanto a participação da zona da libra²⁵ era de 70%, e a dos Estados Unidos de 27%. (Nziem, 1998:444)

Durante os anos de guerra, a intervenção dos Estados coloniais na economia dos seus impérios se tornou mais presente: controle de pre-

ços, requisição da produção de víveres, introdução de culturas agrícolas obrigatórias, trabalho compulsório em canteiros de obras de infraestrutura. Cada Estado favoreceu as empresas de sua bandeira, o que resultou na eliminação das mais fracas, isto é, das lojas comerciais africanas.

A França montou em 1917 um sistema de economia de guerra, com monopólio de compra pelo Estado da produção de cereais, de oleaginosos, de farinha, de carne, etc., com preços garantidos. As lojas comerciais funcionavam como agentes de compra junto ao produtor africano, enquanto a administração colonial garantia o transporte e a armazenagem. O sistema foi um fiasco e acabou agravando a situação dos camponeses africanos. A AOF só conseguiu exportar quantidades irrisórias de produtos, com exceção das oleaginosas.

No conjunto, a guerra teve efeitos contraditórios sobre a economia colonial. De maneira geral, as políticas dirigistas tiveram um efeito paralisante sobre os circuitos econômicos e acabaram consolidando as grandes empresas comerciais europeias, inviabilizando as empresas africanas. Mesmo no interior, os pequenos comerciantes africanos foram substituídos por estrangeiros europeus, médio-orientais e asiáticos. O sistema das culturas agrícolas obrigatórias penetrou nos recantos mais afastados do continente, fato que implicava em maior sacrifício às sociedades tradicionais.

Terminada a duras penas a ocupação efetiva do seu quinhão colonial africano, Portugal generalizou para todas as regiões a exploração da população sob forma de trabalho compulsório, para homens e mulheres, e as culturas obrigatórias. Entretanto, o capital estrangeiro continuou preponderante nas colônias portuguesas, até a reorientação introduzida pelo regime salazarista, de portugalização das colônias, a partir dos anos 1930, quando a obrigação da produção de algodão pelas sociedades linhageiras assumiu grandes proporções.

No plano comercial, a Grã-Bretanha foi a grande beneficiária da expulsão da Alemanha da África no final da Grande Guerra.

4.2. *Consequências políticas*

Para o homem do campo africano, a guerra marcou o fim dos “tempos antigos”. A colonização não podia mais ser considerada como uma metamorfose das tiranias jihadistas ou mfecanianas do passado, mas era esmagadora, impiedosa, opressora e o distanciava das suas origens. Não deixava espaços para acomodações, somente para a submissão.

Também o mito da unidade do mundo branco desmoronou com o espetáculo da guerra inter-europeia dentro da África. O testemunho daqueles que foram participar do conflito fora do continente africano, possibilitou observar que havia europeus ricos que mandavam em europeus pobres, que obedeciam e eram explorados.

Mas essa constatação, ainda não inspirou sentimentos ou idéias de revolta contra o colonialismo. Isso porque a França e a Inglaterra haviam sido as potências vitoriosas e as próprias tropas africanas, engajadas nos combates na Europa, participaram dos desfiles da vitória, no caso da França.

O equilíbrio entre os tradicionalistas e os modernistas era delicado:

Os habitantes do Terceiro Mundo, que mais se ressentiam dos ocidentais, opunham-se igualmente, à justificada convicção das elites de que a modernização era indispensável. A grande tarefa dos movimentos nacionalistas de classe média, nesses países, era conquistar o apoio das massas essencialmente tradicionalistas e anti-modernas sem por em perigo seu próprio projeto modernizante.

(Habsbawm,1995:206)

Em 1914, no início da guerra, as elites africanas, essencialmente costeiras, além de manifestarem pouco interesse pelas populações interioranas, eram animadas pelo pensamento assimilacionista: queriam ser semelhantes ao colonizador e reconhecidas por este como iguais e não como indígenas, súditos ou cidadãos de segunda classe.

A reversão dessa expectativa de igualdade de tratamento entre brancos e negros, em função da participação destes últimos na guerra dos brancos, foi extrema na África francesa, onde o deputado africano Diagne na Assembléia Nacional em Paris prometeu “cidadania em troca do Imposto de Sangue.” Promessa essa que o governo francês tratou de esvaziar logo após o armistício.

Na África Ocidental Inglesa e na África Oriental Inglesa não foram feitas promessas porque todos eram súditos de Sua Majestade e o problema da assimilação não se colocava. Na África do Sul, região de importante assentamento branco, já se havia concedido a autonomia interna, em 1910, criando o domínio da União Sul Africana²⁶.

Na África Belga, reivindicações assimilacionistas apareceram somente após a Segunda Guerra Mundial. Isso se deveu à política colonialista belga, que alardeou ter montado um sistema administrativo indireto²⁷, mas na prática criou um rígido sistema de segregação racial: “Somente para brancos, proibido para negros”²⁸. Esse sistema atrasou por muito tempo a formação de uma classe instruída congolosa.

Com uma economia débil e um Estado pouco influente, Portugal tentou criar condições de fato que legitimassem e dessem consistência à sua condição de negociador no cenário europeu, apostando na manipulação das desavenças entre os grandes. Foi assim que aderiu, embora tardiamente, à Triplice *Entente*, o que lhe garantiu as fronteiras das suas colônias após a Primeira Guerra Mundial, revertendo a situação que existia à véspera da guerra, quando importantes áreas de Angola e de Moçambique ainda escapavam ao controle efetivo de Lisboa. Somente com o final da guerra e o término das atividades coloniais alemãs na África é que o período de intensa atividade diplomática e militar-colonial portuguesa se concluiu.

Em Angola, a região de Ovambo se manteve efetivamente independente até 1914, e revoltas endêmicas continuaram em Ganguela até 1917. As áreas Lunda do Quioco só foram ocupadas em 1920. Na região do Congo, os rebeldes dembo desafiaram a administração colonial até 1918 e a oposição continuou até 1919. Em Moçambique,

vários sultanatos e chefaturas yao desafiaram o poder colonial até 1914. Os planaltos macondes escaparam da dominação até 1921. Quando, em 1918, as forças germano-africanas de Letton-Vorbeck, vindas do Tanganika, entraram e percorreram a região norte, foram acolhidas como libertadoras por várias chefaturas macúas, cansadas da opressão da concessionária Companhia do Niassa.

Terminada a guerra, as colônias alemãs foram redistribuídas entre a França (Camarões Franceses, Togo), a Grã-Bretanha (Camarões Oriental, Togo, Tanganica), a Bélgica (Ruanda-Urundi) e a União Sul Africana, embora sob a “proteção” da Sociedade das Nações.

Camarões passou a integrar o condomínio britânico-alemão de 1914-16, e depois, até 1946, esteve sob mandato das SDN baixo administração fiduciária da França (Camarões franceses) e da Grã-Bretanha (Camarões Orientais). E de 1946 a independência em 1960, sob administração fiduciária das Nações Unidas efetivada pela França e Grã-Bretanha.

4.3. Consequências sociais

Se os veteranos de guerra africanos tivessem obtido a cidadania, como prometido por Diagne e pelos colonizadores, ter-se-ia aberto um caminho de privilégios a um grande número de ex-escravos e descendentes de escravos. Significaria também, o reconhecimento da dignidade humana dos africanos, e para os letrados se teria aberto a possibilidade de conduzir uma luta nacionalista menos perigosa e mais positiva. Mas isso era tudo o que temiam tanto as autoridades coloniais francesas quanto as autoridades tradicionais africanas.

No entusiasmo da vitória, o Código do Indigenato foi suspenso em fevereiro de 1919, mas restabelecido dezoito meses depois, em agosto de 1920. Segundo o decreto de janeiro de 1918, de apoio à campanha de recrutamento de Blaise Diagne, os militares africanos e suas famílias poderiam ser dispensados do Código do Indigenato. Na prática, os administradores coloniais trataram de re-enquadrar, de alguma maneira, os veteranos no dito Código. Para estes administra-

dores, a guerra deveria ser apenas uma suspensão transitória da rotina colonialista.

Somente em 1924, com o governo de centro-esquerda na França, se aprovou um decreto que isentava das punições físicas previstas no Código oito categorias de indígenas da AOF, entre as quais:

- Os veteranos de guerra (confirmando o decreto de 1918);
- Os chefes indígenas;
- Os funcionários coloniais africanos;
- Os titulares de condecoração;
- Os titulares de diploma, equivalente ou superior ao ensino básico completo;
- Os comerciantes registrados e com estabelecimentos fixos.

A Grande Guerra gerou entre os *tirailleurs* um sentimento antes desconhecido, o de pertencer a uma comunidade *aofiana*²⁹. Os veteranos traziam da Europa um saber novo. Eles conheceram os países dos brancos, as suas limitações e os seus conflitos. Com isso, passaram o olhá-los com mais proximidade, com maior igualdade.

Os jovens recrutas, cidadãos das Quatro Comunas do Senegal, encontraram-se durante a guerra na situação de africanos isolados em unidades militares metropolitanas brancas, onde sofriam frequentemente situações de racismo. Dessas experiências, iriam fazer brotar novas atitudes de contestação.

Os veteranos da guerra formavam em todas as regiões das AOF e AEF, comunidades separadas. Eram beneficiários de pensões, sabidamente insuficientes para sustentá-los, que tinham o objetivo de não retirar essa preciosa mão-de-obra da vida ativa, permitindo à Administração Colonial explorar a sua situação marginal e a sua dependência.

Embora revoltados contra os chefes africanos que os mandaram para o *front militar*, e também contra os comandantes coloniais, os veteranos continuaram leais à potência colonizadora e foram aproveitados para funções administrativas subalternas. E, nestes casos, tornaram-se os “homens dos brancos”.

O *tirailleur*, de mercenário do branco, tornou-se alienado. Falava um *francês-tirailleur*, linguagem infantilizadora, inventada pelos militares coloniais, e que o tornaria depois um personagem negativo. Sua “loucura”, no sentido que deu Fanon (1968) a esse termo, transformou-se num dos indicadores da alienação das sociedades africanas em geral devida ao fenômeno colonial.

Os veteranos de guerra formaram, ao lado dos *evoluídos*, uma classe social intermediária, muito mais obstáculo do que ponte, colocando-se entre a massa tradicionalista antimoderna e os *letrados*, da dialética de Hobsbawm. Com isso, não forneceram a base para os futuros protestos.

O embrião de novas atitudes será encontrado entre os *evoluídos*, como mostrarão os movimentos e os propósitos manifestados, em consequência da crise econômica do final da guerra, que encareceu a vida para os assalariados brancos e negros do Senegal.

Em abril de 1919, apenas cinco meses após o armistício, os ferroviários da linha Dakar - Saint Louis apresentaram um caderno de reivindicações às autoridades coloniais, onde pediam vantagens particulares para os trabalhadores brancos e aumento de salários para os trabalhadores negros, embora os estatutos profissionais fossem diferentes entre cidadãos e indígenas. Após três dias de greve e com ocupação das instalações ferroviárias pelo Exército, foi fechado um acordo, sob a pressão dos comerciantes.

Após essa primeira greve “branca”, os trabalhadores negros dos correios de Dakar e Saint Louis organizaram, no mês seguinte, em maio de 1919, uma greve que durou uma semana. Em particular, reivindicavam a incorporação no quadro geral dos funcionários dos Correios e o fim do quadro “indígena” subalterno. Diagne colocou essa reivindicação em seu programa eleitoral, para as eleições de novembro de 1919.

Nesse período de final de guerra, Portugal não mais acertou o ritmo e o calendário das suas atuações com os de seus parceiros colonizadores. Ocupou tardiamente os territórios, levando a adminis-

tração colonial e seus sistemas de enquadramento e controle e também a imigração branca, e, com ela, a segregação e o racismo, sustentados pela ideologia do darwinismo social³⁰.

4.4. A África na Europa pós-Primeira Guerra Mundial

Uma vez terminada a guerra, os franceses se interrogavam, o que fazer com os soldados negros que estavam na França. Mandá-los de volta imediatamente, para a África e devolvê-los as suas famílias? Continuar a empregar, em missões de manutenção da ordem, na França ou na Alemanha vencida, aqueles que não terminaram o tempo de serviço militar? Utilizá-los na França como trabalhadores civis, em substituição ao milhão de mortos e ao milhão de deficientes físicos que a guerra custou à França?

As pressões vinham de vários lados da sociedade francesa. Políticos acusaram os militares de querer instalar um exército pretoriano, mercenário e ameaçador da democracia, em território nacional. Hoteleiros do Sul da França, onde estavam concentrados os *tirailleurs*, porque o clima lhes era mais favorável, preferiam receber turistas de maior poder aquisitivo.

O Estado-Maior das tropas americanas na França temia o “mau exemplo” dos soldados negros africanos sobre suas tropas, já que estes, quando permissionários³¹, podiam circular em qualquer lugar, particularmente nos transportes públicos e nos bares, sem encontrar advertência restritiva do tipo: *whites only*³², como era prática nos Estados Unidos naquela época. Por outro lado, os sindicatos franceses temiam a concorrência da mão-de-obra africana mais barata. Esses interesses somados, levaram à decisão francesa de não mais admitir os fuzileiros africanos na França.

Tudo indica que o objetivo era evitar que veteranos negros fossem atraídos pela Metrópole, evitando assim um possível movimento migratório, embora, naquele momento, os *tirailleurs* aparentassem querer voltar para a sua terra.

Fato importante é que se constituiu durante o pós-guerra, uma incipiente intelectualidade africana, instalada fora da África, parti-

cularmente na França, na Inglaterra, em Portugal, na Bélgica³³ e na costa leste dos Estados Unidos, que estava conectada aos afro-descendentes caribenhos e estadunidenses. Isso possibilitou os encontros pan-africanos, uma vez que essa intelectualidade desempenhava, cada vez mais, um papel protagonista no movimento africano.

Dois eventos estruturantes deram alento a esse movimento: os congressos pan-africanos e a revolução bolchevique na Rússia, que criou o *Komintern*.

Lamine Senghor irá fundar o CDRN - *Comité de Défense de la Race Nègre*, em 1926, do qual participou G. Padmore³⁴, de Trinidad Tobago, que mais tarde será conselheiro de Kwame Nkrumah³⁵. Os Estados coloniais criaram rapidamente seções secretas de polícias, eficientes na infiltração desses movimentos, tanto nas metrópoles quanto nas respectivas colônias, com o objetivo de reprimi-los e desbaratá-los.

De tudo isso, pode-se concluir que se num primeiro momento a Grande Guerra não abalou os impérios coloniais africanos, certamente acendeu o estopim de um anticolonialismo coerente, em contraste com o anticolonialismo resignado das esquerdas do *avant-guerre*, perante a consumada atuação colonial.

Com a guerra, uma parte da intelectualidade africana saiu da África, emancipou-se mentalmente do colonialismo, no sentido da submissão ao poder colonial, mas não necessariamente de outro: o da independência de ideias. Isso, entretanto, permitiu que, no primeiro terço do século XX, de relativa e opaca produção intelectual africana, sucedesse outro, de tanta e tão brilhante produção, o dos anos 1930 aos 1950.

Referências bibliográficas

AJAYI, J. F. Ade (dir.) (1997). *Histoire générale de l'Afrique. VI: L'Afrique au XIX^{ème} siècle jusque vers les années 1880*. Paris: Présence Africaine/Edicef/Unesco.

- BARBEITOS, Arlindo (1997). « Une perspective angolaise sur le lusotropicalisme ». In LUSOTOPIE, 1997. *Lusotropicalisme: Idéologie coloniale et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: Karthala, pp.309-326.
- BITTENCOURT, Marcelo (2003). “Partilha, resistência e colonialismo”. In BELLUCCI, B. [Coord.]. *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: CEAA-Ucam e CCBB.
- BOAHEN, A. Adu [coord.] (1991). *História geral da África*. Vol. VII. *África sob dominação colonial 1880 – 1935*. São Paulo: Ática/Unesco.
- BOUCHE, Denise (1991): *Histoire de la colonisation française*, Tomo 2: *Flux et reflux (1815 – 1962)*. Paris: Fayard.
- BRUNSCHWIG, Henri (1993). *A partilha da África negra*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CROWDER, Michael (1987). *La première guerre mondiale et ses conséquences*. In *Histoire générale de l’Afrique*. Tomo VII: *L’Afrique sous domination coloniale, 1880 – 1935*. Paris: Unesco/NEA. pp.: 307-337.
- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo (2008). *O pensamento africano sul-saariano, conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema)*. Rio de Janeiro: CLACSO/Educam.
- FERRO, Marc (1996). *História das colonizações. Das conquistas às independências. Séculos XIII a XX*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HOBBSAWM, Eric (1998): *Era dos extremos, o breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOCHSCHILD, Adam (1999). *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KI-ZERBO, Joseph (1991). *História da África negra*. Vol. II. Viseu: Publicações Europa-América.
- MACKENZIE, J. M (1994). *A partilha da África 1880 – 1900. E o imperialismo europeu no século XIX*. São Paulo: Ática.
- MICHEL, Marc (2003). *Les africains et la grande guerre – l’appel à l’Afrique (1914 -1918)*. Paris: Karthala.

- NEVES, Joel das. (1998). “A American Board Mission e os desafios do protestantismo em Manica Sofala (Moçambique), ca. 1900-1950.” In LUSOTOPIE 1998: *Des protestantismes en lusophonie catholique*. Paris: Karthala. pp. 335-343.
- NZIEM, Isidore Ndaywel è (1998). *Histoire générale du Congo, de l'héritage ancien à la République Démocratique*. Paris, Bruxelles: De Boeck et Larcier.
- OLIVER, Roland (1994). *A experiência africana: da Pré-História aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PAPAGNO, Giuseppe (1980). *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique no fim do século XIX*. Lisboa: A regra do jogo/História.
- PELLISSIER, R. (1978). *Les guerres grises*. Orgeval, France.
- SURET-CANALE, Jean (1962). *Afrique noire, l'ère coloniale, 1900 – 1945*. Paris: Editions Sociales.
- WESSELING, Henri L (1998). *Dividir para dominar. A partilha da África ca 1880 – 1914*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan.

Notas

¹ Importa esclarecer que essa região esteve sob controle otomano até final da Primeira Guerra, o que dificultava a ação dos agentes econômicos.

² Até o final do século XIX, os militares franceses trataram diretamente com os chefes locais. Faidherbe, Borgnis-Desbordes, Gallieni, Brazza (Bouche, 1991:65/66). Entre os britânicos, vão primeiro os comerciantes, depois a Coroa para socorrer os primeiros (Ki-Zerbo, 1972: 409). Leopold II passou diretivas gerais a Stanley para assinar tratados com os régulos das margens do Congo (Ki-Zerbo, 1972: 407).

³ No Cap. VI, art. 35.

⁴ A classe política republicana francesa considerava que a França precisava de um exército forte e preparado para a “revanche” sobre a Alemanha. Porém, a hierarquia militar era profundamente antirrepublicana, an-

tidemocrática e potencialmente golpista, como o demonstraram vários episódios no decorrer da 3ª República francesa, vide *Affaire Dreyfus*, por exemplo. As atividades de conquistas coloniais na África foram um meio de desviar da metrópole as atenções dos militares.

⁵ Forma que as metrópoles coloniais encontraram para incentivar o processo de exploração. Os governos concediam concessões para grupos de capital investirem nas colônias, através das companhias concessionárias. Estas obtinham amplos poderes para atuar, e, efetivamente, substituíam o Estado nas colônias. Eram chamadas de *compagnies à charte*, na França, e companhias majestáticas em Portugal e na Inglaterra.

⁶ A Companhia do Zambeze não era propriamente uma companhia majestática, mas, através de um conjunto de concessões, controlava uma área de grande dimensão, considerada na prática uma companhia majestática sem carta.

⁷ O imposto de palhota era cobrado por habitação, não sendo um tributo pessoal, como o *mussoco*, cobrado em espécie. O imposto de palhota deveria ser pago em dinheiro. Foi criado para atender às grandes companhias de capital especulativo. O *mussoco*, pela modalidade de pagamento, correspondia mais aos objetivos de desenvolvimento de uma agricultura colonial, mas, para a sua realização completa, exigia que o concessionário efetuasse investimentos, enquanto que o de palhota podia ser considerado como uma soma sempre líquida e solúvel. (Papagno, 1980:151)

⁸ Pregador milenarista que convenceu populações de várias etnias de que os seus ancestrais os protegeriam no levante contra o colonizador alemão.

⁹ Os daomeanos tinham sido treinados por dois brasileiros agudás: Felix Lino de Souza e Círio de Souza descendentes do Xaxá I, instrutores do exército real e antigos artilheiros de Richter Ernst e Peter Buss, agentes das feitorias alemãs de Uidá (Guran, Milton, 2000: Agudás, os brasileiros do Benin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. U. Gama Filho, p.194, nota 166).

¹⁰ *Hausa Constabulary Southern Nigéria*.

¹¹ *Deutsche Ostafrikanische Gesellschaft*.

¹² *Imperial British East African Company.*

¹³ *King's African Rifles.*

¹⁴ Igreja cristã separada de Roma.

¹⁵ Nascido Sahle Mariam, Menelik II era um nobre senhor de terras (ras), e se tornou Imperador da Etiópia de 1889-1907.

¹⁶ Língua oficial do Império Etíope, ainda nos dias de hoje.

¹⁷ De Etiópia, único país africano cristão (Igreja Ortodoxa Copta), que desde o século IV teve um clero negro. O etiopismo se desenvolveu no século XIX, principalmente na África do Sul, como um projeto dos cristãos negros para se tornarem independentes da tutela das igrejas, comandadas por brancos. No início do século XX, ele fez uma interpretação laica que substituiu a evangelização pela educação. Foi o neotiopismo ou pan-negrismo que desembocou no pan-africanismo (Devés-Valdés, 2008:70).

¹⁸ A abolição da escravidão era uma exigência para se ingressar na SDN (Sociedade das Nações). Assim, o ras Tafari Makonnen (futuro imperador Hailê Selassiê) promulgou em julho de 1922, um decreto que renovava a proibição do tráfico e previa penas severas para os traficantes; em 15 de setembro de 1923, um decreto condenando à morte os sequestradores de escravos; e em 23 de setembro a Etiópia ingressou na SDN e assinou a adesão às convenções internacionais para a abolição da escravidão. Em 1931, promulgou uma nova lei declarando que os escravos ficavam automaticamente livres com a morte dos seus senhores. [Akpan, Monday B. et ali (1987). “L’Ethiopie et le Libéria, 1914-1935: deux Etats independants à l’ère coloniale.” In Boahen, A. Abdu [dir.]. *Histoire Générale de l’Afrique VII: L’Afrique sous domination coloniale, 1880-1935.* Paris: Unesco. Chap. 28, págs. 761-796].

¹⁹ Em 1902, a frota japonesa, construída em grande parte em estaleiros do próprio país, esmagou a frota russa, em Tsushima, ocupando o porto Arthur, que era o acesso da Rússia ao oceano Pacífico.

²⁰ Saint Louis, Gorê, Dakar e Rufisque. A população africana nascida nestas comunas tinha a nacionalidade francesa e elegeu um deputado para a Assembleia Nacional em Paris.

²¹ Esse código permitia ao administrador colonial do escalão mais baixo, aplicar a seu bel prazer penas de prisão e multas aos indígenas. As penas corporais eram proibidas apenas oficialmente, uma vez que não existia qualquer controle ou forma de recurso.

²² Foi o caso da juventude instruída de Porto Novo, segundo o relatório oficial do Governador da AOF ao Ministério das Colônias. (Michel, M., 2003)

²³ No Antigo Regime, antes da revolução francesa, os nobres não pagavam impostos ao rei, mas pagavam o imposto de sangue, com obrigação de irem para as guerras que o rei declarasse.

²⁴ O orçamento lhe permitia retribuir os chefes com 6 a 14 francos franceses ouro por cada recruta conseguido.

²⁵ Zona da libra envolvia a Grã-Bretanha, as suas colônias e a África do Sul.

²⁶ O estatuto de domínio existia desde 1907.

²⁷ Criou o corpo dos chefes africanos, nomeados e remunerados pelo poder colonial, praticado por todas as potências coloniais.

²⁸ *Whites only, forbidden for negroes.*

²⁹ De AOF, África Ocidental Francesa.

³⁰ Ideologia pela qual os mais ricos seriam mais aptos a sobreviver que os mais pobres e por isso eram mais evoluídos.

³¹ Militares licenciados temporariamente, em férias.

³² Somente para brancos.

³³ Liderada por Paul Panda Farnana, também veterano da guerra na Europa, fundador da *Union Congolaise*.

³⁴ George Padmore (1903–1959). Militante caribenho do movimento panafricanista, co-organizador do Congresso Panafricanista de Manchester, em 1945.

³⁵ Kwame Nkrumah (1909-972). Primeiro presidente de Gana independente, panafricanista e co-organizador do Congresso de Manchester de 1945.

A exploração colonial na África

Beluce Bellucci

Philippe Lamy

1. A administração dos impérios coloniais

Na época das conquistas coloniais, a Europa vivia a segunda revolução industrial e necessitava de matérias-primas (ferro, cobre, ouro, prata etc.) e gêneros agrícolas para alimentar as suas cidades. A África, por outro lado, possuía esses recursos, terras abundantes e população passível de ser explorada. O continente africano era visto pelos burgueses europeus como uma possibilidade de novos negócios para expansão futura. Ter um “pedaço” da África significava controlar essas “reservas”.

Além disso, a política colonial das potências europeias era desprovida de objetivos claros e definidos. A necessidade de desenvolver ativamente as novas colônias era uma noção muito vaga. Limitar as despesas com os serviços administrativos, técnicos e de transportes ao mínimo necessário para a manutenção do domínio europeu, apareceu como objetivo imediato a ser alcançado.

O liberalismo econômico era a doutrina básica do capitalismo naqueles tempos. Preconizava-se que, sob a proteção das potências coloniais, a iniciativa privada comercial, industrial e financeira iria transferir parte das suas energias para a África, tornando as colônias um empreendimento vantajoso aos europeus.

No processo de partilha, após reuniões em Berlin, Paris, Londres e em outras capitais, quando se definiam as fronteiras entre zonas rivais de influência, houve necessidade de se determinar onde real-

mente se encontravam, no terreno, os limites das colônias africanas, e realizar a ocupação efetiva dos territórios demarcados.

Em termos absolutos as pretensões francesas atingiam cerca de 9,7 milhões de km² e as da Grã-Bretanha mais de 5,2 milhões de km². O Estado Livre do Congo¹ acabou abocanhando 2,3 milhões de km², 78 vezes o território da Bélgica. Os territórios portugueses na África tinham cerca de 3 milhões de km².

Após a conquista, as potências imperialistas cobriram progressivamente o continente por uma rede administrativa colonial, processo que em poucos casos ficou concluído antes de 1914.

Essa rede administrativa era composta por civis e militares, em função do avanço dos processos de “pacificação” das populações. Era regida por algumas idéias e crenças consensuais entre os colonizadores, com condicionantes à instalação das administrações que se impunham a todos:

- O custo enorme para implantar a administração formada por funcionários europeus;
- A dificuldade de alocação de funcionários públicos e colonos europeus na maior parte da zona tropical do continente, por razões climáticas e de saúde;
- A dificuldade em arrecadar impostos dos africanos para sustentar uma administração imposta, que os africanos não tinham pedido;
- Na Europa, a maioria dos europeus não estava interessada em pagar impostos para custear a administração de terras longínquas e desconhecidas na África, passado o período de entusiasmo promovido pela mídia, a favor dos exploradores, militares e demais “heróis” da conquista;
- Os pequenos poupadores europeus, que aplicavam suas economias em ações e obrigações no intuito de assegurar suas aposentadorias, preferiam os empréstimos destinados a investimentos no continente europeu, como a Rússia, do que enfrentar os riscos da “aventura” na África.

No final do século XIX, a solução encontrada pelas potências, para ocupar rapidamente as respectivas zonas de influências, foi con-

ceder amplas porções de territórios a companhias privadas para que as explorassem.

1.1. A privatização da colonização: ingleses e alemães

Na década de 1880, após o encerramento da Conferência de Berlim, os governos britânico e alemão acharam vantajoso atribuir a gestão das colônias a companhias privadas que já operavam na África. Assim, os ingleses criaram ou consagraram a Companhia Real do Níger², a Companhia Imperial Britânica da África Oriental³, a Companhia Britânica da África do Sul⁴, de Cecil Rhodes, e os alemães as companhias do Sudoeste Africano e da África Oriental.

Essas companhias tinham a concessão através de carta de cessão ou outorga de soberania do governo. Por isso passaram a ser conhecidas por companhias concessionárias - ou *chartered*, pelos ingleses, e *à charte*, pelos franceses. Os portugueses as chamaram de companhias majestáticas.

As companhias concessionárias, embora fossem de capital privado, eram consideradas como agências governamentais, já que possuíam delegação de soberania do Estado colonial para regiões delimitadas dentro da zona de influência reivindicada pelo Estado (o que viria a ser a colônia). As suas dimensões, entretanto, podiam abarcar grandes áreas dos territórios coloniais.

A política de ganho rápido dessas companhias fez com que apenas a companhia de Cecil Rhodes sobrevivesse na qualidade de agência governamental até a década de 1920. Essa durabilidade como concessionária se deveu a circunstâncias excepcionais: a riqueza mineral das duas Rodésias⁵; a estreita associação com a África do Sul; a política de encorajamento dos colonos brancos e de partilha do poder político com eles.

1.2. A privatização da colonização: os portugueses

Dez anos mais tarde, na virada dos anos 1890, Portugal também recorreu ao mecanismo das companhias concessionárias. O Estado

português estava praticamente na bancarrota e lhe faltavam recursos públicos e investidores privados para dominar os territórios africanos que reivindicava. O apelo às companhias majestáticas apareceu como solução de compromisso: as potências européias admitiam que os territórios reivindicados fossem de Portugal, desde que administrados por companhias de capitais dessas potências.

Em Moçambique, território de acesso ao mar às Rodésias e à Niassalândia britânicas, duas destas organizações ocuparam grande parte do território: a Companhia do Niassa, ao norte do país; e a Companhia de Moçambique, ao sul do rio Zambéze e ao norte do rio Save, e tiveram grande importância na economia colonial.

A Companhia de Moçambique, de capital predominante britânico, se valorizou produzindo para exportação. Os seus territórios passaram ao controle direto do Estado português somente em 1942 e, mesmo assim, aquela Companhia continuou com suas funções produtivas nas plantações e manteve os enormes interesses econômicos que possuía.

A Companhia do Niassa fracassou, mas continuou como agência governativa até 1929, pois tanto o Estado quanto o capital privado português eram incapazes de substituí-la.

Esse processo tirou de Portugal o esforço político e financeiro da colonização, ao lhe garantir benefícios financeiros pelas taxas e rendas recebidas. Porém, deixou Portugal numa posição secundária para impulsionar a economia moçambicana e tampouco podendo se beneficiar da colônia como mercado ou como fornecedor. Não teve assim, um papel importante como intermediário no comércio exterior moçambicano, já que as companhias controladas pelo capital estrangeiro detinham e dominavam suas próprias redes comerciais e, por outro lado, a União Sul-Africana absorvia grande parte da produção moçambicana.

Na região central do rio Zambéze, estabeleceram-se em substituição aos velhos *prazos*⁶, diferentes companhias concessionárias, sem carta de soberania, mas com grandes poderes fiscais, controladas por capitais belgas, britânicos, franceses e suíços. Das cerca de 140 concessões na região, 110 pertenciam ao mesmo grupo de capital. Eram latifúndios

coloniais, com concessões de 15 a 25 anos, sendo na prática considerados como companhias majestáticas sem carta de soberania.

O Estado português ficou com a administração direta de alguns distritos no centro-norte e no sul do país, controlando diretamente apenas um pouco mais que um terço do território, até os anos 30 com o advento do Estado Novo português, que pôs em prática outro modelo de colonização.

1.3. A privatização da colonização: os franceses

Na virada do século XX, a França concedeu 700 mil, de um total de 900 mil km², do território formado hoje pelo Gabão, Congo e a República Centro Africana (Ubangui-Chari). Quarenta concessões foram adjudicadas a sociedades capitalistas francesas, sem carta de soberania⁷. Duas delas tinham mais de 100 mil km²: a Sociedade do Alto-Ogouê e a Companhia dos Sultanatos do Alto-Ubangui. As convenções assinadas estabeleciam direitos e deveres das sociedades e do Estado e “garantiam direitos” aos “indígenas”. As sociedades recebiam por trinta anos o monopólio da exploração⁸ dos produtos da terra, excluído o subsolo. Em contrapartida, deveriam pagar ao governo colonial uma quantia anual fixa, mais um porcentual sobre os lucros. Na expiração do prazo de concessão, a companhia tornava-se proprietária das terras que efetivamente tivesse colocado em produção.

Aos africanos ficavam destinadas as terras das suas aldeias, o usufruto das florestas, os pastos e as terras reservadas ao cultivo, sem que houvesse a menor garantia, uma vez que eram espaços desconhecidos dos europeus.

As sociedades concessionárias não realizaram nenhum investimento financeiro importante. Os rascos casos de sucesso foram de colonos individuais que, com capital limitado, desenvolveram redes comerciais, seguindo a mesma estratégia dos comerciantes europeus de antes da ocupação colonial.

Em 1929, quando expiraram as concessões trintenárias, existiam seis companhias das quarenta iniciais, das quais somente uma apresentava balanço positivo.

1.4. A privatização da colonização: os belgas

Os belgas foram os pioneiros na administração privada em territórios do continente africano. O rei Leopoldo II, logo após a Conferência de Berlim, delimitou uma enorme dimensão territorial onde criou o ELC - Estado Livre do Congo (1885-1908), empreendimento particular de sua propriedade.

Mas em 1890, o ELC concedeu a companhias privadas, por um período de 99 anos, os direitos de exploração do solo e do subsolo, de quase um quarto da área dos 2,5 milhões de km² do Estado Livre. Seriam as futuras províncias do Katanga e do Kivu, as menos acessíveis para os europeus, mas com melhores perspectivas de exploração mineral⁹.

A administração do resto do território foi algo equivalente a uma companhia concessionária. O rei Leopoldo decretou que toda terra não cultivada seria propriedade do ELC (que era do próprio rei Leopoldo), assim como o monopólio da exploração das suas potencialidades mais proveitosas naquele momento: a borracha e o marfim. As comunidades africanas eram obrigadas a entregar gratuitamente aos agentes estatais uma cota fixa destes produtos.

Tanto no Congo de Leopoldo quanto na África Equatorial Francesa não havia controle ou fiscalização sobre as companhias. E estas espoliavam as riquezas de mais fácil obtenção, através da exploração brutal dos africanos, apesar de terem assumido algumas de suas responsabilidades contratuais com respeito à realização de infra-estruturas.

As atrocidades cometidas, os massacres de populações e o trabalho escravo, foram denunciadas na Grã-Bretanha e na França. O rei Leopoldo entregou o Estado Livre ao governo belga em 1908 e a França modificou o estatuto das companhias concessionárias em 1910-1911.

O sistema das concessões, com ou sem carta de soberania, era um absurdo por princípio. As companhias privadas tinham que realizar investimentos com retorno de longo prazo, assumindo funções que caberiam ao poder público das potências coloniais. Ao mesmo tem-

po, pagavam, no curto prazo, dividendos aos seus acionistas e impostos e taxas ao Estado colonial. Só lhes restava às companhias buscar lucros imediatos e, para obtê-los, tornarem-se predadoras e instituírem uma economia de pilhagem e devastação.

1.5. A administração indireta

As ocupações iniciais das zonas de influência pelas potências européias se fizeram, em grande parte, através do artifício da assinatura de ilusórios tratados de protetorado pelos governantes africanos, que os colocavam sob a “proteção” de uma potência européia.

As populações locais viviam dispersas geograficamente para permitir que uma administração eficaz fosse exercida diretamente por grupos europeus. Assim, o poder colonial foi exercido com a participação dos africanos e das suas instituições.

Dois modelos distintos de administração colonial foram desenvolvidos: a administração direta e a administração indireta – o *indirect rule*.

Os ingleses ficaram conhecidos pela administração indireta, e os franceses pela administração direta, embora, na prática, ambos praticassem as duas formas de administração, dependendo do lugar ou do momento.

Da experiência colonial nas Índias, os ingleses trouxeram o princípio da *administração indireta*, que estabelecia a dominação colonial em colaboração com os dirigentes e as classes dominantes do país a colonizar. Ou seja, manteriam a estrutura de poder existente no país, inclusive os próprios mandantes, quando possível, desde que estes aplicassem as diretrizes gerais e estratégicas da Inglaterra, e sobretudo pagassem as taxas e os impostos.

Assim, para a Inglaterra, a estrutura administrativa seria pequena, suficiente para realizar relatórios frequentes sobre a evolução da situação da colônia e, em contrapartida, o exército ficava de prontidão. Mantinha-se desta forma, a aparência de que o poder continuava com os nativos.

A primeira tentativa de aplicação deste modelo na África foi em Uganda, no reino de Buganda, de regime monárquico, que possuía

uma administração bem estruturada e estava disposta a colaborar, após um período de resistência, considerada suicida pelos grupos dominantes locais.

Em 1900, o cônsul geral de Grã-Bretanha assinou um acordo com o *kabaka* do Buganda, pelo qual se instaurava o regime de propriedade privada, inovação revolucionária que traziam as relações capitalistas. Em contrapartida, o *kabaka* e seu conselho (o *lukiko*) dirigiram o país sob o controle do Conselho Geral da colônia. A experiência foi bem sucedida e por isso alargada aos demais reinos de Uganda.¹⁰

Após 1903, Frederick Lugard¹¹, com meios limitados, instalou o domínio inglês sobre os emirados do norte da Nigéria. Aplicando a experiência acumulada na Índia e em Uganda, montou um sistema de governo indireto na região.

A Grã-Bretanha, logo depois de dominar os emirados *fulanis* e impor reformas importantes, como a modificação do sistema de tributação e a abolição da escravidão, como estatuto social legalmente em vigor, montou uma estrutura onde os africanos continuariam com a função de governar “livremente”, obedecendo as orientações superiores. Enquanto isso, os funcionários locais ingleses deveriam agir como residentes britânicos nas cortes dos emires.

Embora tivessem preferência pela colonização indireta, considerada exemplar, os britânicos não conseguiram generalizá-la nas demais colônias, a começar no sul da Nigéria. As burguesias africanas, comerciantes e agricultoras das regiões costeiras das colônias inglesas da África Ocidental, em contato de negócios com os europeus há vários séculos, consideraram inaceitável devolver o poder às aristocracias escravistas pré-coloniais. Ainda mais, considerando que no sul da Nigéria os ingleses praticavam a administração direta desde 1874.

Finalmente, a administração indireta podia ser localmente um expediente prático para compensar a falta de capacidade para enquadrar as populações, mas se mostrou inapta como princípio dinâmico e geral para a administração colonial.

Os resultados da administração indireta foram limitados, apesar de mostrarem a capacidade de, até certa medida, preservarem o *status quo* aliando-se e respaldando os poderes dominantes. As experiências no norte da Nigéria, em Uganda, na região dos Lozis¹², na Basutolândia (Lesoto), na Suazilândia e na Bechuanalândia (Botsuana) serviram para consolidar e alargar os regimes conservadores dos emires, dos reis bantos e dos ngunis. Na região *ashanti*, no centro da Costa do Ouro (Gana), a administração indireta se revelou útil para recuperar a confiança da população que estava abalada pela derrota militar e pelo exílio de seu rei¹³, e desse modo torná-la submissa ao domínio britânico.

Nas demais colônias, a Grã-Bretanha exerceu a administração direta.

1.6. A administração direta: os franceses

O sistema administrativo praticado pela Grã-Bretanha na maioria das suas colônias, e pelas demais potências coloniais na África, foi de administração direta. Esta consistia numa organização centralizada e piramidal. Os três ou quatro primeiros escalões partiam de um governador geral ou alto-comissário e eram ocupados por funcionários europeus, civis ou militares. Os escalões inferiores eram ocupados por africanos.

O sistema francês é tido como referência da administração direta. Cada uma das duas federações, a África Ocidental Francesa (AOF) e a África Equatorial Francesa (AEF), era administrada por um governador-geral, nomeado pelo ministro das colônias, e era o único depositário da República francesa. Tinha plenos poderes para administrar, dispor da força armada, nomear e revogar. Era assistido por um conselho de altos funcionários.

Para assegurar a continuidade da administração, os governadores gerais eram apoiados por secretarias de finanças, de obras públicas, de educação, de negócios econômicos, de saúde, etc. As colônias, membros da federação (AOF ou AEF) eram comandadas por um te-

nente-governador que prestava contas diretamente ao governador, e assistido por um conselho de administração. As colônias eram subdivididas em círculos, administrados por comandantes de círculo.

O comandante de círculo era a encarnação local do despotismo colonial. Era o chefe político, administrativo, chefe da polícia, promotor geral, presidente do “tribunal indígena” e, para os africanos, o principal representante do poder colonial. Era ele que prescrevia o imposto de capitação, cobrava as taxas, exigia o trabalho forçado, determinava as culturas de exportação, mobilizava a mão de obra para as obras de infra-estrutura com participação obrigatória e impunha o recrutamento para o serviço militar.

Abaixo do círculo, havia ainda uma outra divisão territorial e administrativa, o cantão, que englobava várias aldeias e era chefiada por um agente administrativo africano, o chefe de cantão. Abaixo dele, vinham os chefes de aldeias, em princípio emanados da tradição, ou em caso de recusa do chefe tradicional, ou ainda na ausência desta função social, designados pelo colonizador.

Da chefia tradicional passa-se para a chefia administrativa. Assim, na correia de transmissão entre o comandante de círculo e o “súdito” africano, estavam o chefe de cantão e o de aldeia.

Nas primeiras décadas de colonização, os chefes eram remunerados com um percentual dos impostos que arrecadavam. Depois, foram integrados às administrações coloniais e passaram a receber vencimentos¹⁴. Assim, o chefe local deixou de ser uma “autoridade indígena” para se tornar um funcionário do governo colonial, inclusive nas áreas de administração indireta.

Entre o administrador colonial e os colonizados, existia uma função chave, a de tradutor, sobretudo até os anos 1920, quando então o conhecimento da língua do colonizador passou a ser mais difundido. Além desta, outras funções para auxiliar os comandantes e os chefes ganharam importância e poder, como os encarregados da segurança institucional, destinada a obter a obediência das populações, como os guardas de círculo, milicianos, militares africanos, etc.

Esse efetivo foi progressivamente formando uma nova classe social, que sobreviveu às independências. As instituições colegiadas ou democráticas que controlavam e escolhiam o chefe tradicional foram reduzidas a um papel meramente formal, quando não abolidas. O despotismo dos chefes africanos não foi uma herança do passado, mas uma “inovação” do sistema colonial europeu. (Suret-Canale, 1962)

1.7. A administração direta: os portugueses e os belgas

O sistema administrativo nas colônias portuguesas era semelhante ao das colônias francesas, sobretudo após a reforma colonial introduzida a partir de 1930 por Salazar, quando o Estado português preparou efetivamente um plano de colonização das colônias.

Como no sistema francês, a hierarquia administrativa descia do governador ao chefe de circunscrição. Os administradores tinham poderes semelhantes aos seus homólogos franceses e respondiam ao governo de Lisboa.

No caso do Congo, os belgas implantaram ao longo do tempo uma administração direta, embora pretendessem o contrário. À diferença do sistema francês e português, onde os governadores gerais tinham poderes delegados de decisão e governavam por portarias, o governador geral do Congo e os vices-governadores das províncias mineiras do Katanga e Oriental, tinham que esperar luz verde de Bruxelas. Todos os projetos de atos legislativos deviam passar pelo Conselho Colonial da Bélgica.

No Congo Belga, a chefia, como instituição colonial em bases “tradicionais”, institucionalizou-se no conjunto do território em 1910. Os africanos deveriam residir em territórios divididos em chefias, e eventualmente em subchefias, cujas fronteiras eram definidas pelos comissários de distrito, em “conformidade” com a tradição. Os chefes, ou capitás, eram designados pela administração colonial belga e recebiam um ordenado. Suas funções eram as mesmas que nas demais colônias e podiam aplicar penas de açoite.

Abaixo da hierarquia européia, a hierarquia africana comportava três escalões: o capitá de setor, o capitá de agrupamento e o capitá de aldeia ou chefe consuetudinário¹⁵.

O órgão pivô da administração colonial direta era o 3º. Escalão, o *círculo* nas colônias francesas, o *distrito no Congo Belga* e nas colônias britânicas e a *circunscrição* nas colônias portuguesas, a partir do qual um administrador europeu exercia a autoridade colonial e dirigia as atividades, tanto dos subordinados europeus, quanto das autoridades africanas integradas à administração colonial.

A utilização dos antigos poderes políticos africanos, como intermediários entre o Estado colonial e as populações, não foi totalmente aplicada na administração indireta, nem totalmente esquecida na administração direta, embora a lógica das concepções administrativas apontasse nesse sentido. Isso porque o tripé da exploração colonial era o mesmo em todas as colônias: o cultivo de culturas agrícolas obrigatórias, o trabalho forçado e o pagamento de impostos. E era mais eficiente para o colonialismo que essas políticas fossem “explicadas” ao povo africano por outro africano, se possível com o poder do direito tradicional.

Na África colonizada só havia lugar para chefes “dóceis”. Para garantir o recrutamento na passagem das gerações, as administrações coloniais criaram escolas para os filhos dos chefes e dos régulos, o que se tornou mais um passo em direção à criação de uma nova classe às ordens do colonizador. Pelo menos, estes assim esperavam.

1.8. A administração direta: os ingleses e os conselhos legislativos

Nas colônias britânicas de administração direta, foi criado outro tipo de instituição, que se mostrou aberta para o futuro. Foram os conselhos legislativos, ao lado dos conselhos executivos.

O *conselho executivo* era constituído por altos funcionários designados para assistir ao Governador, tal e qual nos domínios dos demais colonizadores. Porém, além do conselho executivo, e a partir

da experiência colonial na América do Norte, da independência dos Estados-Unidos e do sistema de governo do Canadá, os ingleses concluíram pela necessidade de criar *conselhos legislativos locais*, a fim de auxiliar os governadores com leis adequadas à região (no enfoque colonialista). Estes conselhos incluíam representantes das comunidades locais, porém designados pelo Governador e não eleitos pelos seus pares.

Na década de 1880, as colônias britânicas do Cabo, de Serra Leoa, da Costa do Ouro, de Lagos e de Gâmbia possuíam conselhos legislativos que incluíam africanos nomeados. Eram homens ativos politicamente, que ansiavam dispor de controle sobre a administração. (Fage, 1997: 428)

Nos anos 1920, disposições foram tomadas para eleger alguns membros dos conselhos pelo eleitorado africano. Porém, somente após 1948 o número dos eleitos foi superior ao dos nomeados. Mesmo assim, o Governador tinha direito de veto sobre as decisões do Conselho e era responsável apenas perante o Secretário de Estado para as Colônias, em Londres.

Os conselhos legislativos serviram mais como embriões precoces de autogoverno na África Ocidental Inglesa, do que como parlamento. (Ki-Zerbo, 1972: 444)

2. Os brancos na África: colônias de povoamento

A ocupação permanente por europeus, com funcionários públicos e colonos (brancos), era dada como impraticável na maior parte da zona tropical do continente, por razões climáticas e de saúde. Essa presença seria possível apenas nas regiões temperadas, nas extremidades norte e sul e nas zonas planálticas, que vão da África do Sul à Etiópia. A maior parte dessas áreas estava nos territórios britânicos, do Cabo aos planaltos de Uganda e do Quênia.

No apogeu do período colonial, em meados da década de 1950, viviam na África mais de cinco milhões de colonos europeus ou de

ascendência europeia que, ao contrário da maioria dos funcionários, técnicos, homens de negócios e missionários associados ao processo colonial, consideravam como seu o país africano onde viviam,¹⁶

Estes colonos eram poucos em relação à população do continente, então calculada em cerca de 240 milhões de pessoas, e foram sempre uma minoria pequena em qualquer dos territórios.

A maior concentração de brancos encontrava-se na zona temperada, no extremo sul do continente, na África do Sul, onde cerca de três milhões de europeus constituíam aproximadamente um quinto da população, e na África do Norte, onde cerca de 1,6 milhões de colonos representavam cerca de 7,5% da população.

Situada na zona dos planaltos, a Rodésia do Sul abrigava 225 mil europeus (7% da população total), e 70 mil estavam na Rodésia do Norte (cerca de 3%). Existia ainda uma quantidade apreciável de colonos no leste e sudeste do Congo Belga (75 mil ao todo).

Na África Oriental Inglesa havia 60 mil colonos no Quênia, e nas demais colônias números bem mais reduzidos. Em nenhum desses territórios os europeus constituíam mais de 1% da população total.

No sul de Moçambique formou-se uma comunidade de colonos, muitos dos quais serviam de apoio às economias do Transvaal e da Rodésia do Sul, que dependiam dos portos moçambicanos.

Em Angola viviam europeus desde o século XVI. A partir da década de 1940, o regime de Salazar encorajou a emigração de seus cidadãos para as Províncias Ultramarinas¹⁷ no bojo de um programa de desenvolvimento econômico e visando diminuir a pobreza na metrópole.

Por volta de 1960, época das independências na África e do começo da luta armada nas colônias portuguesas, estavam instalados em Angola cerca de 200 mil portugueses, e 80 mil em Moçambique, onde constituíam 4,5% e 1% das respectivas populações.

Os europeus não foram os únicos colonos imigrantes na África. Ao sul do Saara, havia cerca de um milhão de residentes asiáticos, principalmente do subcontinente indiano, mas incluindo também árabes. Havia meio milhão de asiáticos vivendo na África do Sul e no

Quênia eram mais numerosos do que os colonos europeus, na proporção de três para um.

Embora os colonos europeus na África fossem uma minoria entre as populações, o fato de serem originários dos países colonizadores, lhes permitia grande influência nos governos coloniais locais. (Fage, 1997: 445-447)

Todo colonizador era um privilegiado, comparativamente e em detrimento do colonizado. Mesmo o colonizador explorado defendia o sistema com empenho, pois não deixava de ser um dos seus beneficiários. Os privilégios miúdos do pequeno colonizador, mesmo o menor de todos, eram numerosos e não os teriam se vivessem na metrópole. Na colônia, em condições objetivas iguais às que tinha na metrópole, o colono era sempre um favorecido.

2.1. O povoamento britânico

A experiência colonial inglesa na América do Norte e na Austrália¹⁸ levou a Grã-Bretanha a prever governos autônomos para as colônias de povoamento, como o melhor caminho para garantir que a riqueza continuasse a ser explorada no interesse imperial britânico. Seriam os *domínios* britânicos.

A política de criação de *domínios* levou à autonomia da União Sul-Africana¹⁹ em 1910, possível em função de uma combinação invulgar de condicionalismos históricos. (Fage, 1997: 463). A autonomia levou às últimas conseqüências um comportamento característico em todas as colônias de povoamento, não importando a potência colonizadora: o racismo e a política de segregação dos naturais africanos, considerados súditos e não cidadãos. Na África do Sul²⁰ o comportamento desembocou na *apartheid*, formulado como política em 1948.

O ano de 1923 marcou uma linha divisória na política britânica em relação a suas colônias de povoamento. A Grã-Bretanha concedeu autonomia do governo da Rodésia do Sul aos seus colonos, seguindo antiga doutrina pela qual um grupo considerável de ingleses

numa colônia teria esse direito. Essa decisão trouxe consequências trágicas no processo de independência do futuro Zimbábue.

A mesma pretensão vinda dos colonos ingleses do Quênia obrigou o governo britânico a levar em conta as queixas dos colonos indianos ali instalados. Eles eram remanescentes ou descendentes dos construtores da ferrovia da Uganda (1896-1901). Naquela época eles eram mais numerosos do que os colonos europeus, e eram também súditos britânicos, uma vez que a Índia estava sob domínio inglês. Por isso reclamavam assento no Conselho legislativo da colônia, à semelhança dos europeus.

O ministério britânico das colônias, após ceder a essa reivindicação, completou o texto com uma declaração geral de princípios segundo a qual: “o Quênia é um território africano, e o governo de Sua Majestade pensa ser necessário relembrar a sua respeitada opinião de que os interesses dos nativos africanos devem ter a primazia. Sempre que, e no caso de aqueles interesses e os dos grupos imigrantes entrarem em conflito, os primeiros deverão prevalecer”. (*apud* Fage, 1997: 474)

Em 1930, o governo trabalhista inglês deixou claro que a autonomia concedida à Rodésia do Sul em 1923, não seria atribuída a qualquer outra colônia onde vivessem colonos, até que os habitantes africanos pudessem participar nela em pé de igualdade.

Em todas as colônias inglesas de povoamento, os colonos se aproveitaram da representatividade ou da autonomia que puderam obter do governo metropolitano, para impedir a ascensão política dos africanos. Essa atitude fez abortar as tentativas dos africanos negros visando criar federações entre as três colônias da África Central Inglesa²¹ e entre as três da África Oriental Inglesa²².

Mudanças vieram a verificar-se a partir dos anos 1950, como consequência do rápido avanço da autonomia das colônias britânicas da África Ocidental²³, que não possuíam colonos europeus.

2.2. O povoamento belga no Congo

A opção nacionalista belga para a ocupação colonial do Congo

não encorajou a imigração de europeus para a África. Ela era oposta à presença de belgas “brancos pobres” no Congo. Apenas tolerou a instalação na colônia de um colonato branco não belga. Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, os belgas somavam somente 30% dos colonos e eram dedicados essencialmente a atividades agrícolas.

As altas funções gerenciais das grandes empresas multinacionais no Congo eram exercidas por ex-altos funcionários coloniais belgas, após 15 anos no serviço público no próprio Congo. (Nzien, 1998: 391) Grande parte desse pessoal não fixava raízes no Congo e voltava para a Europa após terminar seus contratos de trabalho.

2.3. O povoamento português

Os portugueses estiveram presentes no litoral de Angola desde o final do século XV, mas o interior do território foi conquistado apenas no século XX.

Uma das maiores forças de sustentação política de Salazar era a classe latifundiária do Alentejo, em Portugal. Porém, a pressão por uma reforma agrária em Portugal tornava-se cada dia mais forte e “as ricas terras coloniais subdesenvolvidas e subpovoadas eram o complemento natural da agricultura da metrópole. Elas receberiam o excedente da população metropolitana, que o Brasil não desejava absorver”. (Salazar, *apud* Ki-Zerbo, 1972: 544).

Em função disso, e sobretudo após a revisão constitucional de 1951, Portugal tomou a contramão dos seus parceiros colonizadores, jogando-se numa política de emigração para as colônias de portugueses sem recursos, principalmente camponeses pobres. Porém, se viesse para a África apenas como assalariada, essa mão de obra nunca poderia competir com a força de trabalho africana, que recebia uma paga reduzida, uma vez que uma parte do seu sustento era assegurada por suas famílias nos moldes tradicionais. Assim, os portugueses somente poderiam transferir-se para as colônias, se fossem amparados por uma política de colonização, entendida como uma reforma agrária, embora executada nas terras de outros povos.

Tal política exigiu grandes investimentos do Estado português. Cada família ao chegar às colônias, recebia uma propriedade com casa, gado e sementes. Graciosas vilas coloniais²⁴, réplicas das aldeias metropolitanas, surgiram rapidamente no meio ambiente africano.

Desta forma foi colonizado o planalto central de Angola, tendo como capital Nova Lisboa, hoje Huambo, e criada a colônia de camponeses portugueses produtores de arroz irrigado em Trigo de Moraes, hoje Chókwe, no sul de Moçambique.

Enquanto isso ocorria, a população africana, desprovida de direitos, era reprimida nos casos de contestação, e a segregação racial²⁵ era instituída por lei, embora nunca tivesse evoluído para um regime de *apartheid*, similar ao da África do Sul.

Em 1950, 44% dos brancos adultos ou em idade escolar, residentes em Angola, eram analfabetos e recebiam o status de “civilizado” apenas pelo critério racial. As etapas a cumprir para trocar o estatuto de indígena pelo de civilizado nunca foram, obviamente, aplicadas às populações brancas, por mais atrasadas que fossem. (Neto, 1997)

2.4. O povoamento francês

Foi somente nas suas colônias do Norte da África que a França levou adiante uma política de imigração de colonos europeus. A instalação de imigrantes nas colônias francesas da África sul-saariana não foi significativa porque a administração colonial desencorajava a imigração de cidadãos sem recursos e o pessoal administrativo qualificado ou os trazidos pelas empresas privadas, não permaneciam na África após cumprirem o tempo de serviço ou contrato de trabalho.

Na AFN, África Francesa do Norte, havia duas situações:

- Os protetorados da Tunísia²⁶ e do Marrocos²⁷, sob o regime de administração indireta, designados como Estados Associados na União Francesa²⁸.

- A Argélia, que era a Regência²⁹ mais ocidental do Império Otomano. Foi invadida pela França em 1830 e, progressivamente, conquistada e ocupada ao final dos anos 1840, indo até as montanhas do Atlas, fronteira natural com o Saara.

Embora, desde os anos 1930, o *bei* da Tunísia e o Sultão do Marrocos não fossem mais do que fantoches manipulados pelos Residentes Gerais³⁰ franceses, o estatuto jurídico dos dois Estados se manteve. Essa situação favoreceu, em 1956, uma rápida restauração das independências, impulsionadas pelo contexto internacional anticolonialista do pós-guerra³¹.

Embora houvesse nos dois países importantes contingentes de colonos europeus - cerca de 300 mil em cada território - estes, após se beneficiarem dos privilégios coloniais durante a ocupação francesa, não conseguiram, embora tentassem, participar nos Estados independentes e muçulmanos.

A Argélia era considerada a peça principal do Império Colonial Francês na África, destinada a receber os excedentes de população que a França acreditava ter nos anos 1830. Nunca foi designada como colônia no sistema administrativo francês³², ficando submetida a um regime de administração direta particular, ainda que sem continuidade política, sobretudo no que diz respeito às populações nativas, formadas por etnias diversas, árabes, cabilas e berbéres, porém professando a religião muçulmana³³.

Em 1847, 110 mil europeus habitavam a Argélia, entre os quais 15 mil colonos rurais. Já o censo de 1901 computou 580.600 europeus, ou seja, 13% da sua população total. (Bouche, 1991: 109)

Esses colonos³⁴, dos quais boa parte era de origem espanhola e italiana, pouco tinham em comum com as populações colonizadas. Eram católicos, se não agnósticos, tinham como língua oficial o francês e eram portadores de uma civilização científica e industrial, inseridos em relações capitalistas em expansão. Os colonizados eram muçulmanos, vivendo em sociedades agrícolas onde primavam relações feudais, falavam árabe ou cabila e eram portadores de uma cultura predominantemente religiosa.

Os usos e costumes, a alimentação, a indumentária, o mobiliário e os pormenores da vida quotidiana eram distintos entre colonos e colonizados. Os interesses eram antagônicos e irreduzíveis.

A proximidade com a metrópole e a circulação, rapidamente liberada, entre as duas margens do Mediterrâneo, tanto para colonizadores quanto para colonizados, em função das políticas assimilacionistas praticadas, levaram ao extremo as contradições congênicas do sistema colonial.

A efêmera II República Francesa (1848-1852) dividiu o território argeliano em três *départements* (departamentos), subdivididos em *arrondissements* (distritos) e estes em *communes* (comunas). Essa estrutura foi confirmada pelas III e IV Repúblicas Francesas. As *comunas*³⁵ elegiam os seus conselheiros e os *departamentos* deputados³⁶ para a Assembléia Nacional em Paris. Votavam apenas os cidadãos franceses e por sufrágio universal³⁷. A aplicação da legislação metropolitana às sociedades tradicionais da Argélia acelerou a sua desestruturação e acobertou o roubo das melhores terras. Em 1954, 23% das terras aráveis, todas situadas nas regiões mais férteis, estavam nas mãos dos europeus (Hrbek, 1998:107)

No início dos anos 1890, o sistema de administração direta a partir da França, à semelhança dos Departamentos Franceses, foi abandonado e transitou-se para um sistema de administração centralizada, com um Governador Geral em Argel. Na virada do século XX, o governo francês atribuiu à Argélia personalidade civil e concedeu autonomia para a gestão do seu orçamento a um Conselho Superior de Governo e a uma assembléia tripartite: “as delegações”. Esta era composta por um terço de colonos rurais, um terço de colonos urbanos e um terço de indígenas muçulmanos, eleitos por sufrágio não universal. Esse sistema se manteve até a Segunda Guerra Mundial, com pequenas reformas em favor dos muçulmanos.

Os franceses da metrópole achavam que com o progresso econômico e a difusão da educação, o problema fundamental dos dois povos distintos acabaria por se resolver. Ledo engano, não havia assimilação possível, não por causa da religião muçulmana dos argelinos, mas porque tudo era “colonial” na colônia. Tudo se definia e se estruturava em função do empreendimento colonizador: trabalho,

administração, burocracia, educação, vida cultural, etc. Ou seja, tudo era afetado pelos desejos da metrópole e dos colonos e disposto de acordo com os seus interesses.

Assim, quando o sistema escolar na Argélia começou a produzir diplomados em número significativo entre os muçulmanos, estes não foram absorvidos nem aproveitados pelos colonizadores. Não conseguiam empregos (a não ser como professores no ensino público) nem na administração pública, nem no setor privado, nem na Argélia e nem na França. A Argélia era tida como um reservatório de mão de obra de baixa qualificação para a Metrópole.³⁸

3. A economia colonial na África

3.1. A sociedade linhageira

A vida dos africanos em grande parte da África sul-saariana, antes dos contatos atlânticos, era marcada pela organização das populações em pequenas comunidades agrícolas. A forma de viver e de produzir dessas sociedades se mantém em boa medida até os dias atuais, apesar das desagregações que sofreram ao longo dos séculos.

São conhecidas como sociedades linhageiras ou tradicionais, ou mesmo pré-coloniais, e suas relações sociais não são capitalistas, nem feudais, mas próprias a elas. Eram relações complexas de um modo de viver, misturando a produção, a cultura e o poder: eram baseadas na produção coletiva; a terra era um patrimônio de uso comum; a família, em sentido alargado, tinha um papel fundamental e incluía parentes distantes e hierarquias complexas; o trabalho era dividido entre os sexos, e a mulher, produtora agrícola e reprodutora das condições de vida, era objeto de controle social. Estas sociedades detinham conhecimentos sobre a natureza que as cercava, extraindo a quantidade de produtos que necessitavam para sobreviver, com os poucos instrumentos que possuíam.

Viviam basicamente da agricultura, mas praticavam também o pastoreio, a caça e a pesca. Não utilizavam a tração animal e o siste-

ma agrícola era baseado no equilíbrio entre o desbaste das florestas, a queima dos restos vegetais e o repouso natural das terras. Neste sistema o terreno era explorado apenas por alguns anos. O trabalho humano era voltado quase todo para as atividades agrícolas. O artesanato, a confecção dos instrumentos – enxadas, lanças, potes, etc. - e a construção de vivendas ocupavam um tempo de trabalho muito inferior ao tempo empregado na produção de alimentos.

As aldeias se fixavam alguns anos num mesmo local, até que a fertilidade do solo baixasse, ou a caça diminuísse, quando então se mudavam, para recomeçar um novo ciclo.

As florestas forneciam as condições para o sistema agrícola, o espaço para a caça e a pesca e ainda o vazio para ser ocupado futuramente, abrigando as novas aldeias, fruto das segmentações ou da expansão populacional. Os instrumentos de trabalho eram simples, de baixo custo e podiam ser facilmente reproduzidos nas novas aldeias. A produção agrícola era pluricultural, propiciando uma alimentação balanceada e nutritiva.

Os fracos excedentes, entretanto, faziam com que pequenas catástrofes naturais provocassem fome, com forte impacto sobre toda a população. Esta mesma causa impedia uma diferença social grande no seu interior. Ao mesmo tempo, enquanto houvesse florestas disponíveis, o sistema poderia se reproduzir de maneira equilibrada. A dependência da floresta para a renovação da fertilidade do solo e a utilização de quase toda a força de trabalho na produção de alimentos, eram as grandes limitações dessas sociedades.

O Estado tampouco era necessário para a organização dessa produção. Os que se desenvolveram foram incentivados, geralmente, por atividades comerciais. Mantinham relações tensas com os vizinhos, fato que exigia o exercício de habilidades nas negociações em busca do equilíbrio e contatos mais ou menos estreitos com povos mais distantes.

No entanto, a evolução dessas sociedades foi bruscamente modificada com a ocupação estrangeira e a implantação, por toda a África, da dominação colonial e da exploração voltada para as metrópoles. As

contradições internas, e a busca de novas formas sociais de produção foram inviabilizadas, diante da violência e da dilapidação colonial.

3.2. Os ciclos coloniais

O período colonial africano efetivamente começou no início do século XIX e terminou com as independências das colônias portuguesas em 1975. Teve início com o envio de aventureiros e exploradores das sociedades geográficas, dos missionários das Igrejas, no intuito de garantir zonas protegidas para a retirada de matérias-primas, com o pretexto de realizar comércio, acabar com o tráfico de escravos e levar a “civilização”.

No final do século XIX, iniciou-se a ocupação efetiva da África. Para tal, realizou-se a Conferência de Berlim em 1884-85, que definiu as regras entre as potências para o processo de partilha do continente. Apesar da Conferência de Berlim, de fato, nada ter dividido, pois a partilha resultou da correlação de forças militar, política e diplomática, desde 1880 até o final da Primeira Guerra Mundial, ela tornou-se um marco entre duas eras para a África.

A partir daí, iniciava-se uma nova fase da colonização, agora efetiva, que objetivava a exportação de matérias-primas necessárias à Segunda Revolução Industrial, que ocorria na Europa, e que se prolongará até após a Segunda Guerra, quando a África passará a ser palco de uma política de modernização, com tímida industrialização, urbanização, implantação de sistemas de educação e o planejamento de grandes projetos. Isso impulsionará as ideologias nacionalistas e culminará com as independências por volta dos anos 1960.

No conjunto do período colonial africano, três ciclos – ascensão, estabilidade e declínio – se sucederam desde o início do século XIX até os anos 70 do século XX.

3.3. O primeiro ciclo colonial africano (século XIX)

O primeiro ciclo colonial africano – de ascensão – correspondeu ao que se convencionou chamar de *Império Informal*. (Fortuna, 1993).

O início desta etapa coincidiu com o período da Primeira Revolução Industrial e a sua decadência correspondeu ao declínio, de fato, da hegemonia britânica, no final do século XIX. Caracterizou-se pelo início da incorporação da generalidade das economias e dos Estados africanos no seio do sistema-mundo capitalista, deixando de serem considerados exteriores ou marginais.

Na fase final do primeiro ciclo colonial, o comércio de escravos foi extinto e substituído, paulatinamente, pela produção local de bens essenciais, matérias-primas e produtos alimentícios. A exploração das minas recém descobertas passou a ter centralidade econômica, o que introduziu inúmeras mudanças no panorama socioeconômico, com o estabelecimento de redes de transporte, principalmente vias férreas.

Para assegurar a eficácia da ação européia, foram utilizados o controle repressivo da força de trabalho africana e a tributação fiscal das comunidades. A política de alianças, consolidada há tempos entre o poder colonial e as chefias locais, se configurava como um elemento importante das colônias africanas recém-criadas e incorporadas à economia-mundo. No caso português, instituiu-se a chefatura³⁹, na qual o poder político-administrativo tinha como intermediário o régulo⁴⁰.

Os governos coloniais dividiram as chefaturas em pequenos territórios, e instalaram chefes nativos que legitimavam assim o poder estrangeiro e tinham por tarefa facilitar a mediação nos conflitos.

3.4. O segundo ciclo colonial africano (1900-1945)

O segundo ciclo colonial africano – de estabilidade – situa-se entre os primeiros anos da década de 1900 e o fim da Segunda Guerra Mundial e coincidiu com o período da Segunda Revolução Industrial.

Apesar da estabilidade, assistiu-se a uma série de transformações profundas que aperfeiçoaram os mecanismos de exploração no continente. Foi o período de grande repressão e de enorme exploração colonial. Até 1914 houve incremento da produção agrícola destinada à exportação, devido aos termos de troca serem favoráveis. Nessa fase, houve crescimento da presença do colono europeu, cuja inser-

ção levou ao aumento de sentimentos racistas e à perda relativa da independência dos povos nativos. As companhias concessionárias multiplicaram-se, particularmente as ligadas às economias como a chá, a copra e a cana de açúcar.

A crise de 1929-32 atingiu duramente a economia africana, com a queda dos preços de seus produtos no mercado internacional, em comparação com os produtos manufaturados, provocando uma retração no comércio. Esse colapso evidenciou, mais uma vez, a distância entre a metrópole e a África, deixando também entrever a fragilidade das relações econômicas que as colônias mantinham entre si.

Esse quadro se modificou no pós-guerra, quando, com a recuperação econômica, os capitais europeus dirigiram-se ao continente africano com investimentos econômicos e sociais, buscando racionalizar o projeto colonial. Isso irá caracterizar o terceiro e último ciclo colonial africano.

3.5. O terceiro ciclo colonial africano (1945-1975)

O terceiro ciclo colonial africano – de declínio – começou nos últimos anos da década de 1940 e terminou em 1975, com o fim do colonialismo português, caracterizando-se por um clima ideológico e político de reconstrução nacional, que se gerou no processo. Os esforços realizados neste terceiro ciclo tiveram um enorme custo econômico e social, com as lutas de independência. Esse momento é conhecido como a “segunda ocupação colonial da África”. (Fortuna 1993)

Foi a época dos planos de desenvolvimento, do investimento em infra-estruturas, do lançamento de novas indústrias, de maquinaria e bens de capital, que deveriam substituir progressivamente a produção de bens de consumo; programou-se a modernização da agricultura, com planos de irrigação, mecanização e desenvolvimento comunitário; houve um intenso crescimento urbano; assim como surgiram as primeiras manifestações de desemprego e “marginalidade”; e, enfim, foi o período da política colonial de “bem-estar” (para os colonizados) e dos programas de educação e saúde, que previam incorporar setores africanos no processo de assimilação.

O período decisivo desse ciclo ocorreu entre 1956 e 1968, quando a maioria das colônias africanas logrou a sua independência. Os Estados Unidos, nesse momento, estavam em plena maturidade hegemônica.

Dois correntes explicam o movimento de descolonização africana. Uma liberal, intimamente ligada à relação de forças no cenário internacional, expressa no clima político-ideológico-liberal do pós-guerra, na confiança nas multinacionais, numa fácil manipulação dos povos africanos e na posição de “liberalismo condicionado” dos Estados Unidos. Outra libertária, caracterizada pela crescente mobilização das massas africanas, envolvendo camponeses, operários e classe média, organizados por dirigentes africanos ocidentalizados em movimentos de libertação.

A ação dessas duas correntes explica que o declínio do ciclo colonial se deveu a uma conquista dos povos africanos, aproveitando-se da retração dos poderes capitalistas centrais. Ou seja, a luta dos nacionalistas foi favorecida por uma conjuntura econômica que exigia mudanças. Entretanto, elas só puderam se efetivar mediante a organização política dos nacionais. Aos olhos do grande capital, uma “terceirização”, como acontece hoje em grandes empresas, seria mais rentável que a administração direta, deixando os riscos com os governos locais. Contudo, sem a luta dos africanos, mais algumas décadas de colonialismo teriam provavelmente prevalecido no cenário internacional.

4. Modos de Produção

4.1. *A economia doméstica*

A economia das sociedades domésticas (ou linhageiras) utiliza tecnologia considerada rudimentar, que pouco se altera de região para região, e as povoações que integram seu espaço produtivo vivem em grupos distantes uns dos outros. Entretanto, essas características estão perfeitamente adaptadas às suas condições de desenvolvimento e retiram o máximo possível do meio físico, estabelecendo uma racio-

nalidade no processo para garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na natureza, ao mesmo tempo em que se adaptam aos seus ciclos.

O sistema econômico-social doméstico é caracterizado por povoamento disperso, com pequenos conglomerados populacionais, formados por grupamentos domésticos familiares, patrilineares e matrilineares.

Os grupos familiares são associados por relações hierarquizadas segundo a idade e o sexo, e a hierarquia que se estabelece é sempre a dos homens mais velhos sobre os mais novos e sobre as mulheres. Cada conglomerado é marcado pela divisão sexual do trabalho: os homens trabalham no exterior da aldeia, na preparação do terreno para o plantio, na criação de gado, na caça, na pesca, além de, em determinadas épocas, tomar parte em guerras. Com a chegada do colonialismo, parte deles se assalariou e foi levada a servir fora das suas aldeias. Já as mulheres trabalham no interior da aldeia, cuidando dos filhos menores, buscando água, lenha, preparando os alimentos, coletando frutos e cuidando da agricultura.

A área da aldeia geralmente é dividida em dois espaços: um interno ocupado pelo conglomerado, e outro próximo ao seu domínio, composto por fontes de água, matas e campos agricultáveis. As aldeias formam povoações de cerca de dez palhotas, com celeiros, currais, locais de lazer, trabalho e alimentação. Situam-se, normalmente, em espaços abertos na floresta ou em áreas de vegetação menos densa.

Os currais de gado, onde existem, outrora no centro do povoado para a proteção dos animais domésticos contra predadores selvagens, passaram a ocupar, ao longo do século XX, a periferia das povoações. As áreas de cultura continuam à volta do povoado, expandindo-se centrifugamente, conforme as terras vão se cansando da exploração, ficando sempre parte considerável em repouso.

Como novas áreas são constantemente desbravadas circularmente em torno das habitações, entremeadas por matas de preservação, o domínio da aldeia amplia-se em forma de manchas irregulares.

Ao longo dos séculos, o aumento da população de uma aldeia exige que o período de repouso das terras agrícolas se reduza, provocando queda da fertilidade e da produtividade da terra. Com isso, parte da população deve migrar para reproduzir o sistema em outras regiões, ou novas técnicas de produção devem ser introduzidas para aumentar a produtividade. Caso contrário, a fome é inevitável.

O modelo apresenta vantagens importantes num contexto de uso de técnicas rudimentares e de terras relativamente abundantes, pois garante a otimização dos recursos e da energia disponíveis, colocando-se próximo às suas fontes.

A aldeia é, assim, um espaço estruturado, com uma área defendida, limpa e organizada culturalmente e, à sua volta, a floresta e o mato ainda selvagem. Na zona intermediária, situam-se os campos cultivados, as fontes de água e lenha e os terrenos de caça.

A divisão do trabalho exige o estabelecimento de relações com outras aldeias, normalmente através do casamento, promovendo uma rede interligada de várias aldeias por laços de parentesco, de solidariedade e de comércio.

A interligação das aldeias, normalmente de uma mesma linhagem, cada uma com seu chefe, forma uma unidade política, social, econômica e religiosa mais vasta, integrando vários clãs, com um único chefe. As distâncias entre um povoado e outro são suficientemente longas para diminuir tensões diante da dispersão e da escassez de recursos e suficientemente próximas de modo a permitir as relações familiares, de solidariedade e de trocas.

4.2. A ocupação colonial

No final do século XIX, a Europa vivia uma revolução industrial e necessitava de matérias-primas - ferro, ouro, prata, etc. - e gêneros agrícolas para alimentar as suas cidades. A África, por outro lado, possuía esses recursos, terras abundantes e população passível de ser explorada. O continente africano era visto pela burguesia europeia como uma possibilidade de expansão futura. A partilha visava con-

trolar essas “reservas”. A exploração e os investimentos vieram como conseqüência. Embora cada potência acabasse desenvolvendo estilos de colonização próprios, os ritmos, à exceção de Portugal, mais retardatário, e os motivos, foram parecidos. Levar Deus a homens não “civilizados” foi a razão apresentada à consciência européia para o que fizeram em seguida no continente.

Até a Segunda Guerra Mundial, os interesses coloniais das potências européias se dedicaram a explorar produtos africanos para serem consumidos nas metrópoles: algodão, açúcar, copra, tabaco, amendoim, sisal, chá, caju etc. Nesse período, a paisagem geográfica começou a ser rasgada por estradas e ferrovias, transportando cargas e pessoas, e a administração colonial foi-se implantando no território, através de postos e chefaturas, modificando a rede social doméstica, a hierarquia e o mando político. Uma vez o território ocupado militarmente pelas forças coloniais, quase sempre apoiadas numa etnia africana para dominar outras, instalaram-se as burocracias para gerenciá-lo.

4.3. A economia colonial de exploração

No caso da economia colonial, a conceituação e a quantificação do excedente econômico e da acumulação devem levar em consideração que parte significativa do excedente era transferida para fora do território, principalmente para a metrópole, isto é, não se acumulava internamente.

Desde o século XIX, os mecanismos de acumulação estiveram vinculados intimamente às relações com o exterior, uma vez que as sociedades domésticas não acumulavam, e estes mecanismos perderam até as independências.

Após a Conferência de Berlim, as potências institucionalizaram o desenvolvimento da monocultura orientada para o exterior e baseada em companhias de capital europeu. Cresceram, dessa maneira, as grandes sociedades para o aprovisionamento de matérias-primas fundamentais, para as indústrias européias. Foi quando surgiram as companhias concessionárias ou majestáticas.

As metrópoles concediam cartas de soberania, com amplos poderes, a grupos de capital. Estes investiam nas colônias com objetivos econômicos, mas contra o pagamento de uma taxa ao Estado, liberando-o dos encargos da administração. Os sucessos econômicos dessas empresas foram diversos, dependendo da região e da colônia. Mas em todas as situações, houve espoliação dos povos africanos.

Como se viu, Portugal teve uma posição secundária no arranque da economia moçambicana e pouco se beneficiou de seu mercado e fornecimentos. Ao mesmo tempo, não teve papel relevante na intermediação do comércio exterior de Moçambique, uma vez que as companhias majestáticas que ali atuavam eram controladas por capital estrangeiro que dispunha de suas próprias redes comerciais.

Coisa semelhante aconteceu com a Bélgica e sua colônia no Congo, onde os capitais anglo-saxônicos, aproveitando-se do “desaparecimento” da metrópole durante as guerras mundiais, conduziram a maioria dos negócios. Assim, em 1919, a participação da Bélgica no comércio do Katanga, província mineira, era de apenas 0,5%, enquanto que a participação da zona da libra⁴¹ era de 70%, e a dos Estados Unidos de 27% (Nziem, 1998: 444).

Deve-se lembrar que até a Segunda Guerra Mundial, o padrão ouro, como referência monetária internacional única, facilitava o liberalismo comercial e a circulação internacional do capital financeiro. Esta referência naufragou com as dívidas impagáveis da Primeira Guerra e a crise de 1929/32.

4.4. O Pacto Colonial

O Pacto Colonial, formalizado ou não, pode ser resumido como a forma específica encontrada pelo capitalismo europeu para transferir renda das sociedades domésticas rumo aos proprietários do setor industrial das metrópoles. Ele se deu por um conjunto de leis e procedimentos jurídicos, *geralmente impostos pela força à população africana*, e pode ser assim sintetizado:

- *A cultura obrigatória.* Obrigação das populações rurais culti-

varem para a exportação produtos indicados pela metrópole: algodão, cacau, etc.;

- *O trabalho forçado.* Recrutamento forçado, e na maioria das vezes com baixíssima remuneração, para as obras de infraestruturas, portos, estradas, ou para empresas privadas coloniais, particularmente fazendas e minas;

- *O pagamento de imposto.* Obrigação dos africanos de pagarem impostos na moeda do colonizador. Para isso deveriam se assalariar e/ou produzir para o comércio. Foi uma política importantíssima para a monetarização das populações africanas.

Estes instrumentos foram os fundamentos econômicos do colonialismo na África. A utilização da força na sua aplicação, não foi um instrumento menor. Não foram poucos os massacres coloniais, nem poucas as resistências africanas a esse método de “civilização”.

Junto a elas, as políticas econômicas coloniais impunham condicionantes às indústrias que poderiam ser implantadas no solo africano, de forma a não concorrerem com as metropolitanas. Era o *condicionalismo industrial*.

Entretanto, esse conjunto de medidas integrou milhões de africanos à economia-mundo, sem os fazer saírem, de imediato, das suas sociedades linhageiras.

Foi este modo de incorporação da África à economia-mundo que levou o continente ao subdesenvolvimento. Esses trabalhadores ficavam amarrados ao sistema de exploração, que os impedia de melhorar suas condições de vida. O que passou a existir para eles foi a visualização de um outro mundo, de novos produtos que, entretanto, nunca lhes seriam acessíveis.

4.5. Articulação de Modos de Produção

Durante a ocupação colonial, a economia baseou-se numa articulação complexa que envolvia dois sistemas produtivos:

- 1) As unidades criadas e geridas no sistema capitalista (empresas agrícolas e mineiras modernas) que serviam aos interesses das metrô-

poles e se valiam de relações capitalistas de produção (trabalho assalariado, etc.); e;

2) A economia da sociedade doméstica, que produzia segundo modos e valores próprios.

A sociedade doméstica, não moderna, chamada pelo colonizador, de “atrasada”, “não-civilizada”, “obscurantista”, era a que, contraditoriamente, continuava alimentando o africano, futuro trabalhador nas minas e nas plantações e o acolhendo quando este deixasse de ser necessário no setor capitalista.

O capitalismo colonialista impôs-se na África sobre sociedades estruturadas, estabelecendo relações de exploração específicas. Porém, ele não retirou das mãos das massas a propriedade do solo, condição primeira para a produção capitalista (Marx). Não generalizou, assim, a organização do trabalho assalariado. Deixou a sociedade doméstica com suas próprias relações sociais, que foram conservadas e ou adaptadas para servir aos interesses coloniais.

Meillassoux (1977) explica a exploração colonial por meio do conceito de articulação entre modos de produção, como o resultado da reprodução da força de trabalho barata e da transferência (punção) da renda da sociedade doméstica para a capitalista.

Sabe-se que, nos países subdesenvolvidos, a agricultura alimentar permanece quase inteiramente fora da esfera de produção do capitalismo, ficando direta ou indiretamente em relação com a economia de mercado pelo fornecimento de mão-de-obra alimentada no setor doméstico, ou por intermédio de produtos de exportação produzidos por cultivadores alimentados com as suas próprias colheitas. Esta economia alimentar pertence, portanto à esfera da circulação do capitalismo, na medida em que o aprovisiona em termos de força de trabalho e de produtos, enquanto permanece fora da esfera de produção capitalista, dado que o capital não investe nela e as relações de produção são de tipo doméstico e não capitalista (Meillassoux, 1977: 156, grifos no original).

As relações entre os setores capitalista e doméstico não podem ser consideradas como vinculações de *per si* suficientes para explicar a troca desigual. A relação se estabelece entre setores em que predominam relações de produção diferentes. É por intermédio das relações orgânicas estabelecidas entre as economias capitalista e a doméstica que entram em cena os meios de reprodução de uma força de trabalho barata em proveito do capital.

A obtenção da força de trabalho barata significa que o capitalismo encontrou, na manutenção da sociedade doméstica, a forma de aumentar a extração do sobretrabalho pagando um salário inferior ao seu valor⁴². Isso pelo fato de que a força de trabalho, quando não está empregada “produtivamente” pelo capital, assume tarefas na sociedade doméstica, que asseguram a sua reprodução.

Os custos de formação da força de trabalho até a idade produtiva, dos cuidados que recebe em caso de incapacidade - doença, períodos de excedente de mão-de-obra etc. - e a velhice, não estão incluídos nos salários. Do tempo de trabalho socialmente necessário, que constitui o valor do salário, são diminuídos os custos produzidos na sociedade doméstica. Para o capitalismo a única “sociedade” é a capitalista e ela só considera “socialmente necessário” o que ela mesma produz.

O impulso da exploração nos países desenvolvidos depende fundamentalmente da produtividade do trabalho para a obtenção de mais lucro. A articulação de modos de produção oferece a possibilidade de se obter um lucro superior àquele que se obteria nas condições *normais* de extração da mais-valia, para um mesmo nível de produtividade.

No período colonial, a renda, que é uma categoria pré-capitalista, foi recuperada pelo capital sob a forma de exploração da comunidade doméstica. O capital serviu-se das estruturas dessa comunidade, recorrendo a imposições extra-econômicas, geralmente violentas, para extrair a renda parcial ou total do trabalho dos camponeses. Dessa forma, a mão-de-obra doméstica que realiza trabalho na agricultura comercial ou nas atividades não-agrícolas, como minas e construção civil, ao ser explorada individualmente, transmite uma exploração

adicional, a exploração da comunidade doméstica. (Nunes, 2000:188) Nesse arranjo, quanto maior for o rendimento do capital, mais a comunidade doméstica é onerada.

Por outro lado, convém assinalar que o trabalho migrante exerce forte influência ideológica, pois contribuiu para a inversão da causa da miséria para o trabalhador. O mineiro moçambicano, por exemplo, considerava as minas sul-africanas um local onde se ganhava dinheiro, se comparado aos fracos rendimentos monetários que poderia obter na sua comunidade. Frequentemente o trabalho assalariado parecia-lhe um modo de fugir da miséria, por lhe permitir adquirir bens que o integravam socialmente, e não como causa dessa sua condição.

O colonialismo não atuou para promover a substituição da produção doméstica pela capitalista. Não se tratou simplesmente da “destruição de um modo de produção por um outro, mas a organização contraditória das relações econômicas entre os dois setores, capitalista e doméstico, um preservando o outro para lhe subtrair a sua subsistência, e, ao fazê-lo, destruindo-o”. (Meillassoux, 1977:159)

Essa noção de organização contraditória das relações econômicas e das visões de mundo diferentes é importante para se compreender o comportamento das populações. Estas não são agentes passivos. A articulação é um jogo de forças e a comunidade doméstica possui, mesmo que subordinada, meios de se defender do capitalismo. Há uma independência relativa do setor doméstico em relação ao setor capitalista, que se torna mais evidente em certas circunstâncias históricas.

A manutenção da sociedade doméstica, não a impedia de que fosse influenciada por valores e técnicas capitalistas, como a introdução de instrumentos agrícolas, de novas formas de acesso à saúde e à educação, que modificavam os seus costumes e regras de conduta. Por isso, se por um lado, essa articulação preservava a economia doméstica para explorá-la, por outro, ela continha os elementos de sua destruição, no longo prazo.

Referências bibliográficas

- BELLUCCI, Beluce (2007). *Economia contemporânea em Moçambique, sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo*. Rio de Janeiro: Educam.
- BETTS, Raymond F. ; ASIJAJU, A. I. (1987). *La domination européenne: méthodes et institutions*. In: *Histoire générale de l'Afrique*. Tomo VII: *L'Afrique sous domination coloniale, 1880 – 1935*. Paris: Unesco/NEA. Págs. 339 – 359.
- BOUCHE, Denise (1991). *Histoire de la colonisation française*. Tome 02. Paris: Fayard.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1985). *Afrique noire, permanences et ruptures*. Paris: Payot.
- FAGE, John D. (1997). *História da África*. Lisboa: Edições 70.
- FORTUNA, Carlos (1993). *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo. (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento.
- HRBEK, I. (1998). *L'Afrique septentrionale et la corne de l'Afrique*. In *Histoire générale de l'Afrique*. Tomo VIII: *L'Afrique depuis 1935*. Paris: Présence Africaine/Edicef/UNESCO.
- KI-ZERBO, Joseph (1972). *Histoire de l'Afrique noire*. Paris: Hatier.
- MEMMI, Albert (1977). *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NETO, Maria da Conceição (1997). *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. In LUSOTOPIE 1997: *Lusotropicalisme: Idéologie coloniale et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: Karthala,. Págs. 327-359
- NZIEM, Isidore Ndaywel è (1998). *Histoire générale du Congo, de l'héritage ancien à la République Démocratique*. Paris, Bruxelles: De Boeck et Larcier.
- SURET-CANALE, Jean (1962). *Afrique noire, l'ère coloniale, 1900 – 1945*. Paris: Editions Sociales.

Notas

¹ Em 1960, ano da independência do Congo belga, este contava com uma população de 15 milhões de habitantes e a Bélgica cerca de 9 milhões. A densidade populacional do Congo era de 6,3 hab/km², contra 295 hab/km², para a Bélgica. A discrepância é marcada também no caso de Portugal.

² *Royal Niger Company*, criada em 1886.

³ *Imperial British East Africa Company*, criada em 1888.

⁴ *British South Africa Company*, de Cecil Rhodes, criada em 1889.

⁵ Rodésia do Sul, atual Zimbábue, e Rodésia do Norte, atual Zâmbia.

⁶ Prazos da Coroa, instituto jurídico do início do século XVII, no baixo vale do Zambeze, assimiláveis às companhias donatárias brasileiras.

⁷ As companhias com soberania praticamente substituíam ou representavam o Estado em seus domínios. As companhias sem soberania se atinham mais às questões econômicas.

⁸ Havia ambiguidade na formulação para contornar a cláusula do Ato de Berlin de 1885, sobre a liberdade comercial na bacia convencional do Congo.

⁹ Essa região dividia com a Rodésia do Norte (Zâmbia), explorada pela Copper Belt, o “cinturão do cobre”, o conjunto das jazidas do estratégico metal na África Central.

¹⁰ Na independência, em 1961, o kabaka Mutesa II assumiu como Presidente. Foi deposto quatro anos mais tarde pelo primeiro ministro Milton Obote.

¹¹ Frederick Lugard (1858-1945), inglês, oficial do exército das Índias. Deu início ao domínio indireto no sul da Uganda. Transferiu-se para a Nigéria, inicialmente como oficial mercenário da *Royal Niger Company*, antes de se tornar Alto Comissário (1900-1907), depois Governador (1912-1914) da Nigéria do Norte e finalmente Governador da Nigéria (1914-1919). Em 1922, formulou teoricamente a prática político-administrativa do *indirect rule*, no livro: *The dual mandate in British Tropical Africa* [O duplo mandato na África tropical britânica].

¹² Etnia da Rodésia do Norte, atual Zâmbia.

¹³ O rei Premphé foi exilado em 1896 e trazido de volta ao poder em 1926.

¹⁴ O que não os inibiram em continuar a “criar dificuldades para vender facilidades” à população.

¹⁵ Era nomeado, reconhecido e remunerado pelo Estado colonial. O verdadeiro chefe tradicional africano geralmente era ignorado pelo colonizador. (Nziem, 1998: 370).

¹⁶ Com exceção dos bôeres da África do Sul (estes sim nacionalistas), tratava-se mais de um sentimento de propriedade do que de patriotismo.

¹⁷ Designação nova das colônias, introduzida na revisão constitucional de 1951, em Lisboa.

¹⁸ A independência dos Estados Unidos da América ocorreu em 1776, a da Austrália em 1901 e a da Nova Zelândia em 1907.

¹⁹ Dos 1,2 milhão km² da União Sul-Africana, 1 milhão foram destinados a 3 milhões de brancos, enquanto os 10 milhões de africanos tiveram que se apinhar em territórios separados, que mal somavam 200 mil km², em 1961. (Fage, 1997: 460)

²⁰ A União Sul-Africana foi um domínio britânico até 1961, quando foi instituída a República da África do Sul.

²¹ Rodésia do Sul, do Norte e Niassalândia, hoje Zimbábue, Zâmbia e Malawi.

²² Uganda, Quênia e Tanganika, esta, hoje, é parte da Tanzânia.

²³ Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro (Gana) e Nigéria.

²⁴ Em Angola, essas vilas e cidades foram destruídas pela guerra que assolou o país de 1975 a 2002.

²⁵ Do ensino diferenciado ao trabalho, à aplicação da justiça, ao serviço militar, aos impostos, tudo era regulamentado por instituições à parte: além da legislação trabalhista específica que prosseguiu as linhas traçadas em 1899. A “caderneta indígena” obrigatória foi instituída em 1926, ano em que o “Estatuto político, social e criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique” (extensivo à Guiné em 1927) foi publicado (Neto, 1997: 345).

²⁶ Província do Império Otomano desde o século XVI até a instalação do protetorado francês, em 1881.

²⁷ Reino independente, desde o século XVI até a instalação do protetorado francês, em 1912.

²⁸ Nome oficial do Império colonial francês na Constituição da IV República Francesa, a partir de 1946.

²⁹ Estatuto dado pelos turcos às suas províncias/colônias.

³⁰ Título do chefe da administração colonial francesa nos Protetorados, equivalente a Governador Geral nas colônias.

³¹ A descolonização era um dos objetivos da ONU, além de uma constante das políticas externas dos USA e da URSS, sem falar da dinâmica do movimento terceiro-mundista, após a independência da Índia em 1947.

³² Apesar da sucessão de regimes políticos: Monarquia Constitucional Liberal; II República, II Império; III e IV Repúblicas.

³³ Exceto 40 mil judeus, quase todos cidadãos, que tinham desde a conquista árabe o estatuto de dhimis (protegidos).

³⁴ Os filhos de imigrantes nascidos na Argélia eram considerados cidadãos franceses.

³⁵ No sistema francês, as *communes* correspondem às prefeituras no Brasil e têm um governo parlamentarista. O *maire* (equivalente ao prefeito), preside um conselho comunal eleito. Os africanos podiam eleger conselheiros em número minoritário e com poderes limitados. Mas esses conselheiros indígenas não podiam eleger o *maire*, nem os seus adjuntos (com responsabilidades de secretários).

³⁶ Desde 1870, elegiam 3 deputados (um por departamento); depois 6 em 1885; 9 em 1927 e 10 em 1936, além de senadores da República.

³⁷ Incluídos os judeus indígenas naturalizados, em 1870, por Decreto do Ministro da Justiça, Crémieux.

³⁸ Em 1957, cerca de 300 mil argelinos trabalhavam na França em atividades de serviços (Hrbek, 1998:107).

³⁹ Os portugueses denominaram genericamente esses chefes tradicionais de régulos e, no processo de incorporação da colônia, absorveram a chefatura do régulo como instância do poder colonial. Essa transforma-

ção/aproveitamento do chefe tradicional africano foi uma prática geral de todas as potências coloniais.

⁴⁰ Régulo, na África portuguesa, *capitá*, no Congo belga, e *chef* na África francesa.

⁴¹ A zona da libra esterlina incluía a Grã-Bretanha, as suas colônias e mais a África do Sul.

⁴² A mais-valia é obtida comprando-se a força de trabalho pelo seu próprio valor, e não abaixo. E o valor da força de trabalho é obtido através da produção capitalista dos meios necessários à sua reprodução.

África do Sul: ocupação e apartheid

Pablo de Rezende Saturnino Braga

1. O processo de dupla colonização

Para que possamos entender o regime de apartheid na África do Sul e sua inserção política e econômica nas relações internacionais, apresentaremos uma breve análise histórica do país, chegando até os grandes marcos e acontecimentos políticos e sociais do apartheid. O ponto de partida será sua fundação colonial para que as origens ideológicas, políticas e culturais do racismo institucionalizado pelos africanôderes sejam apresentadas. A divisão adotada é adaptada do livro de Terreblanche (2002).

1.1. *A era mercantilista (1652-1795)*

A colonização sul-africana iniciou-se como um produto da hegemonia mercantil holandesa no século XVII. A Companhia Holandesa das Índias Orientais criou em 1652 um entreposto no cabo da Boa Esperança - atual Cidade do Cabo - para que os navios com a rota Europa-Ásia pudessem ser abastecidos. Os colonizadores se depararam com grupos nativos africanos fixados em bases sociais rudimentares, fundadas na caça – caso dos bosquímanos – e na atividade agropastoril – como os hotentotes, também conhecidos como *khoi-khois*. Os povos de língua banto, que compõem hoje a maior parte da população sul-africana, haviam migrado para o nordeste na época do estabelecimento do entreposto (Pereira, 1978, p. 27).

A estruturação da vida colonial baseou-se em três processos: A Companhia Holandesa realizou a doação de terras com o status de

free burghers para empregados que, em troca, vendiam seus alimentos, principalmente o trigo, a preço fixo para a Companhia; a Companhia enviou escravos vindos de diversos lugares (Moçambique, Madagascar, Índia) para criar, sob a supervisão de holandeses, a infraestrutura básica do sistema colonial; e os nativos (principalmente os hotentotes), sem alternativas, ou deixavam suas terras ou se tornavam servos dos holandeses (Thompson, 1990, p.33).

A escravidão se estabeleceu com características peculiares: não havia grande quantidade de escravos por *free burghers* (em contraste com o grande número de escravos para o funcionamento do sistema de *plantation*) e o crescimento da população de escravos ocorria mais pela importação do que pela reprodução (Thompson, 1990, p. 36).

Os colonizadores iniciaram a dominação sobre os hotentotes, integrando a atividade agropecuária à lógica comercial da Companhia Holandesa (Pereira, 1978, p. 27). As populações autóctones foram massacradas, seu sistema político entrou em colapso e, apesar de tecnicamente livres, os nativos eram tratados como escravos. Nesse contexto, a expansão da atividade agropecuária gradativamente formalizou o modo de vida *bôer* na região. O racismo era uma prática fundamentada por um movimento econômico e também religioso, por conta da ideologia calvinista puritana e sectária que predominava entre os colonizadores. Os fazendeiros brancos ficaram conhecidos como *trekboers* – fazendeiros semimigrantes (Thompson, 1990, p.46). Eles desenvolveram uma economia de subsistência não capitalista na periferia da economia de mercado estabelecida no Cabo. Os *trekboers* não eram auto-suficientes e utilizavam o trabalho escravo e de nativos subjugados. A expansão dos *trekboers* para o leste foi mais complexa do que para o sudoeste, pois as terras ao leste do Rio *Fish* (ao leste, próximo ao Oceano Índico) eram ocupadas por povos *xhosa*, agricultores. A disputa de terras na zona de fronteira entre a colônia e o território *xhosa* permaneceu indefinida até o domínio inglês.

O êxito da estrutura socioeconômica desta colônia de povoamento era dependente do trabalho dos escravos e das populações indígenas.

Os colonos percebiam-se como uma comunidade distinta, e essa distinção era fundamentada em base essencialmente racial. Os escravos experimentaram uma forma de subjugação do mesmo tipo da escravidão praticada nas Américas (Thompson, 1990, p.52), pois foram extraídos de diversas culturas nativas e dispersos em pequenos lotes entre agricultores boeres. Já os nativos tiveram seu meio de subsistência depredado e foram incorporados a uma sociedade na qual seus mestres adotavam métodos de controle similares aos aplicados contra escravos. O resultado de uma sociedade violenta e estratificada foi uma verdadeira “babel” linguística (Thompson, 1990, p.52). Uma forma simplificada do idioma holandês, com o abandono de certos vocábulos, modificações fonéticas e incorporações de palavras de outras línguas, tornou-se a síntese da comunicação oral entre os agricultores bôeres e os seus escravos e servos. Esse dialeto formou uma língua distinta - denominada africâner (*afrikaans*) - que, com a língua inglesa, tornar-se-ia reconhecida no século XX como uma língua oficial da República da África do Sul.

1.2. O colonialismo britânico e as repúblicas bôeres (1795-1910)

As transformações do sistema capitalista no final do século XVIII e início do século XIX repercutiram diretamente sobre a história sul-africana. O Império britânico, lutando pela hegemonia marítimo-comercial, dedicou-se à conquista do Cabo e, em 1795, tomou o controle da região para protegê-la da França napoleônica, ratificando, em 1814, o domínio formal do Cabo da Boa Esperança. A concepção do capitalismo britânico transformou toda a dinâmica socioeconômica da colônia, defrontando-se com a lógica de produção bôer, muito pouco monetarizada e essencialmente agrícola. Na questão territorial do leste, os ingleses tentaram estabelecer algum grau de lei e ordem na disputada zona de fronteira com o povo *xhosa*. Em 1811 e 1812, as tropas inglesas derrotaram os *xhosa* e tomaram as terras no leste ao redor do Rio *Fish*, mas os conflitos não foram totalmente encerrados.

A ida de imigrantes britânicos para ocupar as terras do leste tornou a sociedade colonial ainda mais complexa. Foi nesse contexto que a nomenclatura “bôer” foi estabelecida pelos ingleses para os colonos holandeses e, em menor parte, franceses e alemães. Posteriormente, os próprios bôeres autodenominaram-se *afrikaners*¹. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, em prefácio do livro de Anthony Sampson (1987, 319 p.), o caráter semiprivado do colonialismo holandês foi determinante para que os bôeres, ao invés de migrarem para outras colônias holandesas, como as Antilhas, decidissem permanecer na terra após o domínio inglês no Cabo, o que, para Hannah Arendt, demonstrou que “os bôeres foram o primeiro grupo europeu a tornar-se completamente alienado do orgulho que o homem ocidental sentia em viver num mundo criado e habitado por ele próprio” (Sampson, 1987, p. 9). Os bôeres optaram por se africanizar, no sentido de reconhecer na África a sua terra, à qual deveria adaptar-se a matriz cultural de origem ocidental de onde provinham. Essa decisão foi elemento determinante para o rumo da história sul-africana.

As mudanças implementadas pelo Reino Unido foram significativas. O tráfico de escravos por navios ingleses foi proibido pelo Parlamento britânico em 1807. Em 1828, os nativos bosquímanos e hotentotes foram reconhecidos como homens livres e com direitos iguais a ingleses e africânderes. E, em 1833, o Parlamento proibiu a escravidão no Império (Thompson, 1990, p.54). A liberdade política não significou, no entanto, liberdade econômica, e os nativos e ex-escravos tinham poucas alternativas a não ser continuar a trabalhar para os brancos. Além disso, apesar da igualdade jurídica, nativos e ex-escravos eram tratados pelos brancos – principalmente pelos bôeres – como comunidades inferiores. A liberdade desses povos não foi bem aceita pelos bôeres e tornou-se o principal motivo de discórdia destes com o governo inglês.

Outras mudanças importantes foram introduzidas pelos britânicos: a prática de doação de terras aos europeus foi substituída pelo controle administrativo, e a cobrança de impostos foi implementada.

A imposição do inglês como língua oficial e a atuação dos anglicanos na catequização dos africanos agravaram a incompatibilidade entre britânicos e africânderes. O sentimento antibritânico tornou-se forte principalmente entre os africânderes do leste. Em 1837, milhares de africânderes - estima-se que um quarto dos que habitavam os distritos do leste (Thompson, 1990, p. 69) - resolveram migrar para o nordeste, no fenômeno que ficou conhecido como “a Grande Viagem”. Eles queriam fundar uma nova sociedade colonial, escapando do controle britânico e da insegurança gerada pelos intermináveis conflitos entre os ingleses e os *xhosa*.

Alheios a esse processo, até o final do século XVIII, as comunidades banto viviam em pequenos clãs, independentes dos colonizadores e não sendo subjugados como os nativos hotentotes e bosquímanos e os escravos. Com a ascensão do Reino Zulu em 1818, liderado por Shaka, estabeleceu-se o controle do território entre o Rio Pongola, no norte até o Rio Tugela no sul, com saída para o Oceano Índico, e formalizou-se um exército expressivo que provocou conflitos devastadores contra outras tribos; essa série de conflitos ficou conhecida na historiografia como *mfecane* ou “esmagamento”. O Reino Zulu era um Estado militarizado, que contava com um exército de 40.000 guerreiros. (Thompson, 1990, p. 84).

Um território antes dividido entre clãs foi consolidado em um reino único, uma nação embrionária. Mas a violenta política militar de Shaka teve efeitos drásticos para o Reino Zulu: refugiados de outras etnias, como *xhosa*, *mfengu*, *basotho* e *batswana* migraram para a colônia do Cabo para obter trabalho com os colonos brancos.

O choque entre os bôeres, que migraram na ‘Grande Viagem’ na década de 1830 para escapar do controle britânico, com os bantos na disputa por posses territoriais foi inevitável. Migrando rumo ao nordeste, os africânderes se defrontaram com os *ngoni* - povo banto do qual se originou o Reino Zulu (Pereira, 1978, p.28). Os *ngoni*, já enfraquecidos pelos conflitos intertribais com povos não zulus, foram derrotados em 1838, quando os bôeres criaram a República do

Natal. A autonomia africânder não durou muito, pois os ingleses anexaram a província em 1842, procurando pulverizar a concorrência bôer em um ponto chave da rota para a Ásia.

Os bôeres, dando continuidade à emigração para o nordeste, fundam duas novas repúblicas: Orange e Transvaal, ambos sistemas políticos monopolizados pelos fazendeiros que tinham o holandês como língua oficial e o calvinismo como religião. A discriminação racial era sistemática nesses arranjos sociais (Pereira, 1978, p.29). Alguns marcos do racismo institucionalizado foram criados nas repúblicas bôeres, como o confinamento de negros e a obrigação do uso de passe, medidas que se transformaram em política oficial de Estado com o apartheid no século XX.

Um novo fenômeno demográfico tornou mais complexa a teia social sul-africana. Imigrantes da Índia começaram a chegar a Natal em 1860 para suprir a carência de mão de obra, e a comunidade indiana tornou-se rapidamente a terceira maior da colônia. Na década de 1870, Natal passou a ser formada por três comunidades distintas. Os mais de 250.000 negros africanos haviam experimentado duas drásticas mudanças em 15 anos: a ascensão do Reino Zulu e a criação da colônia branca. Os 18.000 brancos, recém-chegados a Natal, detinham o controle administrativo e econômico da região. E os 6.000 indianos tentavam aproveitar suas limitadas oportunidades de trabalho.

Apesar do *mfecane* e do expansionismo branco, os povos africanos resistiram e não foram desintegrados, tal como aconteceu com as populações aborígenes na América do Norte, na Austrália ou na maior parte das comunidades indígenas no Brasil. Em 1870, os negros eram, provavelmente, dez vezes mais numerosos do que os brancos na área coberta pela moderna República da África do Sul. Territórios africanos independentes formavam um semicírculo ao redor dos Estados coloniais e republicanos – entidades políticas que eram muito frágeis. Os Estados bôeres eram parte informal do Império Britânico e conflitos mal resolvidos sobre a questão da terra e do trabalho foram acentuados pelas suposições ideológicas de cada comunidade.

Branco dependiam do trabalho negro, mas os queriam longe do sistema político e social. Negros africanos tornavam-se cada vez mais dependentes dos manufaturados e interessados na tecnologia e eram influenciados pelas religiões ocidentais. Mais da metade de população branca era constituída por bôeres. A descoberta dos minerais acentuou essas tensões na região e inaugurou uma nova fase na história sul-africana (Thompson, 1990, p. 109-112).

O auge do imperialismo britânico coincidiu com a descoberta de diamante e ouro no interior da África austral. Kimberley, a cidade do diamante, e Joahnesburgo, a cidade do ouro, tornaram-se os povoados mais habitados do interior sul-africano, atraindo milhares de novos imigrantes - britânicos em sua maioria. As indústrias de mineração inseriam essas cidades na lógica do capitalismo britânico, ao passo que a divisão racial era acentuada. Na medida em que a riqueza mineral da região era descoberta, políticos e homens de negócio britânicos consideravam o controle total da região como uma questão de interesse nacional.

O ano de 1865 foi fundamental para o acirramento da rivalidade anglo-bôer, por conta da descoberta de jazidas diamantíferas. O Reino Unido anexou a região diamantífera bôer de Kimberley, situada em Orange, à colônia do Cabo, e, em 1877, movimentou tropas para a conquista definitiva das repúblicas bôeres. A competição internacional potencializou a política de controle britânico depois de 1890, quando a Alemanha anexou, na partilha da África, entre outros países, a região hoje conhecida como Namíbia, fronteira à África do Sul, ao norte.

A rivalidade entre bôeres e ingleses também foi acentuada pelo desenvolvimento da economia capitalista na região. Com a construção de ferrovias do interior do país até os portos, produtos agrícolas passaram a ser importados dos Estados Unidos, da Argentina e da Austrália. Muitos agricultores bôeres faliram, incapazes de concorrer com esses bens importados. Os magnatas que dominavam a indústria mineradora eram de diversas nacionalidades e cada vez mais

percebiam as repúblicas bôeres como obstáculos aos seus negócios. O Império britânico, preocupado com a ascensão germânica, estava determinado a anexar, ao menos, a república de Transvaal – área com grandes reservas de ouro.

A decadência das atividades agropecuárias tornou os bôeres mais dependentes do capitalismo britânico e da atividade mineradora, tendo que disputar os postos de emprego com africanos destribalizados e urbanizados. Essa disputa, reflexo da consolidação da hegemonia inglesa, catalisou a polarização dos bôeres a respeito da defesa de políticas contra os negros. Nesse sentido, trabalhadores brancos passaram a se organizar em sindicatos para evitar a desvalorização de sua força de trabalho e exigir políticas de segregação da mão de obra negra. Em Kimberley, por exemplo, durante os anos 1870, os negros tinham que portar seus passes e viver em partes segregadas da cidade. Os arranjos sociais de Kimberley anteciparam a segregação urbana e o controle do trabalho, posteriormente estruturados em todo o país com o regime de apartheid.

Em 1899, a indústria mineradora sul-africana era responsável por 27,55% da produção do ouro no mundo (Thompson, 1990, p. 120). A segregação racial e a discriminação eram sistematicamente aplicadas na organização das atividades mineradoras. Dois relevantes processos políticos nas três últimas décadas do século XIX aumentaram exponencialmente o exército-reserva de mão de obra negra: os regimentos britânicos e os comandos bôeres completaram a conquista das populações nativas africanas e o exército britânico conquistou as repúblicas africânderes. Apesar das perdas humanas com as guerras de conquista, os negros continuaram a constituir a vasta maioria da população e, com o aumento da oferta da força de trabalho negra, a espoliação econômica e política exercida pelos brancos ganhou ímpeto.

Em face da ofensiva britânica, o nacionalismo bôer/africânder se fortaleceu como ideologia. A descoberta de ouro de filão em 1886 em Transvaal tornou-se mais um fator de rivalidade, haja vista a incapacidade técnica dos bôeres em explorar o metal. As políticas britânicas

para controle total culminaram na Guerra Sul-africana² – a maior guerra para a Grã-Bretanha desde as guerras napoleônicas, sendo inclusive, o evento militar precursor no uso do campo de concentração para trabalho forçado, realizado pelos britânicos (Thompson, 1990, p.115). O conflito militar eclodiu em 1899 e se prolongou até 1902, quando ocorreu a derrota bôer. Transvaal e Orange se tornaram colônias britânicas e formaram em 1910, juntos com Cabo e Natal, a União Sul-Africana.

A constituição do país continha princípios que iriam afetar profundamente o curso da história sul-africana: o inglês e o holandês foram reconhecidos como línguas oficiais³; foi estabelecido um Estado unitário e o sistema parlamentarista; algumas leis peculiares de cada província foram mantidas, principalmente aquelas concernentes à questão racial. Louis Botha tornou-se o Primeiro-Ministro de um país com 4 milhões de negros, 500.000 mestiços ou *coloureds*, 150.000 indianos e 1.275.000 brancos (Thompson, 1990, p. 153).

1.3. A hegemonia britânica (1910-1948)

A República acrescentou novos marcos racistas na política sul-africana. Podemos destacar: o estabelecimento da reserva dos melhores empregos para os brancos; o *Native Land Act*, lei de 1913 sobre as reservas indígenas, que restringia o direito de propriedade e permanência dos negros às terras reservadas (uma legislação precursora do *Group Areas Act* que instituiu os bantustões no apartheid); e a lei de zonas urbanas de 1923, que restringia a permanência de negros em zonas específicas dos subúrbios de acordo com as necessidades de sua força de trabalho. O processo de urbanização, o avanço da indústria capitalista e a mecanização da atividade agrícola desencadearam um expressivo êxodo rural, e muitos fazendeiros africânderes tiveram que se adaptar a uma nova dinâmica urbana. A pressão política para reserva dos empregos para brancos foi consequência desse processo de urbanização que prejudicou muitos agricultores africânderes. As reservas indígenas ofereciam mão de obra para a indústria

mineradora – a espinha dorsal da economia sul-africana naquele momento – e o governo tentava limitar o fluxo dos negros para as cidades através das leis de passes e restrições geográficas.

Nesse quadro de industrialização e política segregacionista, os projetos nacionais alternativos foram consolidados com o surgimento do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Partido Nacional. O ANC foi criado em 1912, como a primeira organização sul-africana de caráter nacional, claramente inspirado no Congresso Nacional Indiano, partido indiano que desenvolvia a ideologia nacionalista no esforço de tornar a Índia independente do Império Britânico. Os negros se voltavam para a difícil definição de sua situação imediata, isto é, se residiam nas reservas, nas fazendas de brancos, nas cidades, ou se eram trabalhadores migrantes, movendo-se entre as reservas e as áreas brancas. Até 1939, o ANC era liderado por formadores de opinião que tentavam angariar apoio para mudar, por meios constitucionais, o quadro de injustiças contra os negros. Destarte, até a ascensão da Liga da Juventude do ANC na década de 1940, liderada por Nelson Mandela, o partido não logrou vitórias significativas e não conseguiu mobilizar os negros.

Em 1914, os africânderes, liderados por Hertzog, fundaram o Partido Nacional, que objetivava a tomada do poder e um Estado sem ingerência inglesa. O partido ganhou apoio de intelectuais africânderes e dos fazendeiros que se deparavam com grandes dificuldades econômicas.

O alto custo da mão de obra branca nas indústrias mineradoras - estima-se que os brancos recebiam 50 vezes mais do que os negros (Sampson, 1990, p.159) - tornou-se um problema após a queda do preço do ouro com o fim da Primeira Guerra Mundial. O acordo foi quebrado pela Câmara das Minas, o que provocou grandes protestos dos trabalhadores brancos, reprimidos pelos comandos armados contratados pelos patrões. O problema repercutiu nas urnas: o Partido Sul-Africano, que estava no poder desde 1910, foi derrotado nas eleições de 1924. O Partido Trabalhista, compactuado com o Partido Nacional de Hertzog, assumiu o poder e favoreceu os interesses

africânderes. Em 1925, o *afrikaans* foi decretado idioma oficial do país junto com o inglês, substituindo o idioma holandês.

O declínio do poder britânico no sistema internacional criou espaços para que os africânderes pudessem executar o seu projeto nacional. A crise de 1929 fortaleceu o projeto do Partido Nacional, pois, com a queda do comércio de diamantes e de produtos agrícolas, os ingleses sofreram significativas perdas econômicas. A entrada de capitais após a crise, a partir de 1932, propiciou uma política estatal de industrialização para setores chaves, como a eletricidade, o ferro e o aço. A industrialização, por sua vez, estimulou o racismo dos africânderes, temerosos com a concorrência dos negros urbanizados por postos de trabalho. Em 1933, Hertzog se aliou ao Partido Sul-Africano e formou o Partido Unido, que ficaria no poder até 1948. Uma dissidência do Partido Nacional liderada por D.F.Malan fundou o Partido Nacional Purificado, que veio a se firmar posteriormente como o legítimo Partido Nacional para os africânderes.

As maiores transformações do país no primeiro quarto do século XX foram a maciça realocação de africanos para as reservas e o gradual processo de mecanização do campo, que levou uma massa de fazendeiros brancos a procurarem trabalho nas indústrias. As forças econômicas seguiam na contramão das políticas governamentais, que tentavam manter os negros fora das cidades. A favelização foi o reflexo da incapacidade do governo de controlar os fluxos migratórios. Foi nesse contexto que, nas periferias de Joanesburgo, nasceu Soweto, uma comunidade de trabalhadores que viviam em condições precárias e sem assistência social – e que esteve no centro das tensões sociais desencadeadas no apartheid. O processo de urbanização capacitou uma vigorosa cultura proletária entre os negros, notável com a criação de uniões de comércio, que, por sua vez, não foram reconhecidas pelo governo. Entre 1939 e 1948, a divisão racial entre os sul-africanos se acentuou. Os africânderes continuavam dominando o setor agrícola, porém mais da metade da população africânder concentrava-se nos mais baixos postos de trabalho brancos, atuando nas fábricas e indústrias mineradoras.

A nova geração de líderes negros, a partir de 1940, procurou aplicar outros métodos de resistência, inspirados pela filosofia de não violência propagada por Gandhi na África do Sul. Em 1943, o documento oficial da conferência anual do ANC citava a Carta do Atlântico⁴, clamando pela abolição de todas as leis discriminatórias e pela necessidade do sufrágio universal no país. Nelson Mandela e Oliver Tambo se afirmaram como os principais líderes dessa nova geração.

Do lado africânder, Malan conseguiu o controle do Partido Nacional, afastando a influência de Hertzog. Nas eleições de 1948, o Partido Nacional, revigorado, formalizou uma aliança entre as principais classes urbanas e rurais dos africânderes. As plataformas da campanha eram a segregação rigorosa dos negros, mestiços e indianos e o fim das representações de mestiços e indianos no parlamento (Sampson, 1990, p.185). O Partido Nacional venceu as eleições e o Partido Unido nunca mais se recuperaria da derrota de 1948.

2. O apartheid: marcos históricos até a crise dos anos 1980

O ano de 1948 foi emblemático para a composição do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) demonstrou a repulsa das nações às atrocidades cometidas no maior conflito militar da história. Coincidentemente, no mesmo ano o Partido Nacional ganhou as eleições na África do Sul e iniciou a institucionalização do racismo no país através de um regime que ficou conhecido como apartheid. A relação entre uma nova ordem mundial idealizadora dos direitos humanos e a instituição do apartheid sul-africano pincelou uma das mais contraditórias e chocantes realidades da Guerra Fria, simbolizada pelo dilema latente entre dois princípios consagrados e normas imperativas do Direito Internacional: a inviolabilidade da soberania nacional e a garantia dos direitos humanos. Ao passo que o movimento de descolonização se disseminava pelos continentes africano e asiático, a oposi-

ção aos atos segregacionistas do apartheid crescia nos grandes foros de debates internacionais. Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a força da maioria desses novos Estados reformulou a dinâmica institucional nos anos 1960 – com destaque para o movimento dos não-alinhados, o pan-africanismo e o terceiro-mundismo.

A formalização do antirracismo e do anticolonialismo em um ambiente normativo legitimou a crescente oposição mundial ao regime segregacionista sul-africano. Paralelamente, o governo sul-africano aumentou a repressão racial e a violência estatal contra as mobilizações civis lideradas, principalmente, pelo ANC e incrementou uma violenta política externa na África austral, com a ocupação da Namíbia e diversos ataques militares a países da região, como Angola e Moçambique. Nesse cenário de tensões domésticas e internacionais, foram afirmadas as condições para o amadurecimento do ativismo transnacional antiapartheid, visto que, em um estágio ainda prematuro, a luta contra o apartheid já se internacionalizava (Black, 1999a, p.78). Estados - com destaque para países africanos e asiáticos recém-independentes e países do bloco socialista - e atores transnacionais se articulavam com grupos de oposição sul-africanos no país e no exílio para combater, inicialmente por meio de organizações internacionais, o apartheid (Ellis; Sechaba, 1992). Embora importa realçar, em primeiro lugar, as articulações regionais, como a formação da Linha de Frente, da SADCC, que aglutinaram os países da África Austral e que angariaram enorme apoio diplomático. O ativismo do movimento negro da diáspora foi também significativo, bem como o das forças anti-apartheid na Europa, que conseguiram mudar as posições de seus governos, o que jamais foi logrado nos EUA, grande sustentáculo do regime do apartheid, que via como um aliado da Guerra Fria. Não obstante, o movimento negro nos Estados Unidos da América (EUA) e suas diversas organizações civis tiveram papel de destaque na consolidação do ativismo internacional como uma estratégia de combate ao regime segregacionista na África do Sul.

2.1 O Estado a serviço da segregação racial

O governo do Partido Nacional, liderado por Malan, procurou expandir a legislação segregacionista - cujas raízes remetiam ao processo de dupla colonização (holandesa e inglesa) e de escravidão - em uma complexa máquina de engenharia social.

“Malan colocou em prática o ideário ‘purificado’ de seu partido por meio de uma série de leis draconianas, que barravam ou limitavam consideravelmente o acesso dos negros e outras raças ao trabalho, moradia, uso da terra, educação, serviços de saúde e representação política” (Neto, 2010, p.49). Assim nasceu o ‘pequeno apartheid’, relacionado a medidas segregacionistas específicas com efeitos no cotidiano da população negra. A segregação racial representou a abolição de direitos civis básicos, tal como a liberdade de locomoção e de expressão.

A ideologia do apartheid assenta-se no princípio divino, segundo o qual o povo bôer deve guiar os destinos do país. O racismo institucionalizado era considerado por seus ideólogos fundamental à preservação e aperfeiçoamento da raça branca. Os diversos atos do regime africânder, a partir de 1948, tornavam latente a intenção dos brancos africânderes de banir a convivência com os negros, asiáticos e mestiços, proibindo casamentos inter-raciais, delimitando seus espaços de circulação em bantustões⁵, efetuando prisões arbitrárias e detenções sem julgamentos, negando direitos básicos, torturando e promovendo execuções extrajudiciais (Black, 1999a, p.80).

A partir da internacionalização da causa e da indignação da opinião pública mundial diante dessa ideologia de exceção, fomentou-se a articulação do ativismo internacional contra o apartheid. A campanha antiapartheid foi uma das maiores e mais populares mobilizações do século XX. Diversos países tiveram alguma história de ativismo antiapartheid. O regime segregacionista foi a caricatura de grandes problemas da humanidade durante a Guerra Fria, demonstrando o lado imoral e falacioso de uma ordem internacional arquitetada para, supostamente, garantir os direitos básicos e a dignidade do ser huma-

no, independentemente de seu credo, seu sexo, sua cor. O estridente paradoxo entre a ideologia racista e uma ordem mundial que tentava superar as atrocidades do nazismo torna compreensível a reação da opinião pública mundial condenando o apartheid.

Em 1949, o casamento interracial foi proibido, assim como as relações sexuais entre pessoas de raças diferentes. O ato de registro populacional, de 1950, determinou a categorização de todas as pessoas em 3 raças: brancos, mestiços e africanos; e o *Group Areas Act*, também de 1950, dividiu as reservas em oito diferentes territórios. Cada território se tornou um bantustão para uma potencial nação africana, administrada sob tutela branca por autoridades bantos. O objetivo político africânder era de fato criar Estados só para negros. Do ponto de vista demográfico, a ideia era insustentável: os bantustões cobriam 13,7% do território e deveriam abrigar 72% da população negra sul-africana (Thompson, 1987, p.13).

A condição socioeconômica dos negros segregados nos bantustões se deteriorou, como era de se esperar, junto com o descaso governamental, o que incentivou os africanos a deixarem as áreas. O governo africânder intensificou as tentativas de limitar o fluxo laboral campo-cidade e proibiu os negros de permanecerem mais de 72 horas em uma área urbana. Aqueles que não portavam os documentos requisitados eram presos.

A política de ocupação de áreas habitadas por negros provocou a remoção de milhões de africanos. Os bantustões sofreram um significativo aumento populacional. Os negros viviam em péssimas condições econômicas e higiênicas, sofrendo problemas como a subnutrição e a tuberculose. Além desses malogros, o sistema educacional nos bantustões era precário.

As políticas segregacionistas do “pequeno apartheid” faziam parte do cotidiano das áreas reservadas aos brancos. Em 1953, além de ter sido proibido o uso dos mesmos locais públicos por negros e brancos, foi criado um sistema de ensino especial, com o claro objetivo de rebaixar a formação educacional dos negros. As placas ‘*Whites Only*’

eram instaladas em praticamente todos os lugares públicos e a política de prevenção do contato racial também foi aplicada nos esportes: competições nacionais não podiam ter times de diferentes raças competindo e nenhuma equipe com raças integradas podia representar a África do Sul internacionalmente (Sampson, 1990, p.197). O governo também estabeleceu o controle sobre as comunicações midiáticas.

Em 1954, o Primeiro-Ministro Malan foi sucedido por Gerhadus Strijdom, que deu continuidade ao sistema de dominação racial. Em 1958, assumiu o poder Hendrik Frensch Verwoerd, defensor da aliança da África do Sul com o Eixo na Segunda Guerra Mundial, e implementou a ideologia do “desenvolvimento separado”. A doutrina radicalizou o projeto de uma África do Sul totalmente branca, que consistia em conceder autogoverno e posterior “independência” aos bantustões em um momento que a política de reservas nativas já provocara a remoção forçada de mais de 3 milhões de negros (Neto, 2010, p.50-51). “O “grande apartheid” de Verwoerd retirou da África do Sul branca a maior quantidade possível da população negra, sem colocar em perigo a oferta de mão de obra, especialmente no setor agrícola e minerador” (Neto, 2010, p.51). Com a radicalização e o foco na remoção dos negros, o apartheid começou a assumir sua dimensão totalitária após Verwoerd tornar-se Primeiro-Ministro em 1958.

O regime segregacionista africânder, conciliando uma política de segregação pública com remoções forçadas, praticava uma série de violações de direitos humanos que assumiam um caráter peculiar no mundo, como explica David Black:

A instituição do apartheid transformou em política oficial o pensamento dos africânderes, que consideravam o Estado segregacionista a única solução para o caos, a única forma de se evitar o perigo da sociedade miscigenada (Ribeiro, 2006, p.304). O ideal do governo africânder era a separação total da civilização em todas as esferas da vida: racial, social, sexual, nacional e cultural, conforme o pensamento de Geoffrey Cronjé⁶ (Coetzee, 1991). Segundo o pensamento

essencialista de Cronjé, a variedade racial é a vontade de Deus, e o homem deve agir para que essa variedade seja mantida, sem que as raças se misturem (Ribeiro, 1994, p.7). Cada raça tem o seu chamado e deve cumprir o seu destino conforme os desejos divinos. Nesse sentido, Cronjé adapta a ideia da fé calvinista ao seu pensamento racial. A raça torna-se o indivíduo coletivo (Ribeiro, 1994, p.10) e o contato racial provoca a alienação da própria cultura e até a desnacionalização, representando uma violência ao desígnio divino.

O africânder, defendia Cronjé, era o único povo de origem europeia autóctone na África do Sul e, por isso, era apto a identificar os verdadeiros interesses nacionais, ao contrário dos ingleses, tidos como forasteiros. (Ribeiro, 1994, p.15). Para o maior doutrinário do apartheid, o liberalismo britânico representava um projeto imperialista com o fim de enfraquecer a força da nação sul-africana. A resposta contra o liberalismo britânico deveria então ser dada por todas as raças. Destarte, os brancos africânderes, os negros e os mestiços deveriam se desenvolver separadamente, porém com a tutela reconhecida dos primeiros, por serem supostamente mais desenvolvidos e estarem cumprindo o chamado de Deus. Cronjé era contundente:

Quanto mais radicalmente for implementada a separação racial, melhor ela será; e quanto mais consequentemente a política de apartheid for posta em prática, tanto mais eficientemente estará assegurada nossa pureza racial e nossa sobrevivência racial europeia genuína (Cronjé apud Ribeiro, 1994, p.20).

A consequência dessa complexa máquina social balizada por uma ideologia segregacionista foi uma nação profundamente desigual. Os brancos sul-africanos eram tão prósperos quanto as classes altas da Europa e dos EUA, enquanto os bantustões não recebiam quase nenhum serviço público (Sampson, 1990, p.200). A África do Sul era um país parcialmente industrializado, com profundas divisões sociais

fundadas no critério racial. Entretanto, ao passo que o objetivo político almejava a segregação e desnacionalização dos negros, a economia absorvia cada vez mais os trabalhadores negros. Para controle da atividade econômica, a máquina estatal sofisticou seus mecanismos de repressão racial, com leis de passes cada vez mais severas, remoções forçadas e detenções sem julgamento.

Do lado do movimento político negro, a nova liderança do ANC, presidido por Albert Luthuli (presidente do ANC de 1952 a 1967) e liderada por Walter Sisulu, Nelson Mandela e Oliver Tambo, desenvolveu novas técnicas de resistência pacífica e desobediência civil contra as leis discriminatórias. Antes da ascensão da Liga da Juventude, o ANC só agia por meios legais e constitucionais. Mandela, Tambo e Sisulu usufruíram do legado de Gandhi na África do Sul e mudaram o plano de ação do partido. A primeira campanha de desobediência civil em massa foi organizada pelo ANC em 1952, conhecida com a Campanha do Desafio (*Defiance Campaigns*).

O banimento do Partido Comunista da África do Sul (PCAS)⁷ em 1950 levou a uma aproximação deste partido com o ANC (Ellis; Sechaba, 1992). A *Freedom Charter* tornou-se o documento síntese dessa aliança, a primeira coalizão de organizações antiapartheid na África do Sul que exaltou a necessidade de um país com negros e brancos convivendo pacificamente. Porém, o governo do Partido Nacional não se abriu ao diálogo e reprimiu violentamente as manifestações pacíficas do ANC. Em 1958, uma dissidência do ANC, liderada por Robert Sobukwe, criou o *Pan African Congress* (PAC). A organização criticava a postura conciliatória do ANC e a ingerência de brancos comunistas no rumo do partido. O PAC defendia o slogan “África para os africanos”, influenciado pelo movimento de descolonização africana que se iniciava.

O PAC organizou, em 21 de março de 1960, um grande protesto popular contra a lei do passe, e a violenta repressão do governo culminou na morte de 69 pessoas. O Massacre de Sharpeville, além de marco da internacionalização do ativismo antiapartheid, representou

a radicalização do aparato legislativo do governo africânder. O governo decretou o estado de emergência em 30 de março de 1960 e o ‘*Unlawful Organizations Act*’, que ilegalizou as atividades do PAC e do ANC⁸, no dia 8 de abril (Ellis; Sechaba, 1992, p.30). O secretário-geral do ANC, Oliver Tambo, se exilou para iniciar uma campanha em busca de apoio internacional antiapartheid, em empreitada que foi fundamental para o surgimento do Movimento Anti-Apartheid (*Anti-Apartheid Movement* - AAM) no Reino Unido. O Massacre de Sharpeville também foi utilizado pelo governo sul-africano para sacramentar a independência do país. Após o episódio, a *Commonwealth* iniciou debates para expulsar a África do Sul da comunidade, influenciada pelo ativismo antiapartheid do AAM. O governo africânder antecipou-se e realizou um referendo entre os brancos, que declarou a República independente da *Commonwealth* (Ellis; Sechaba, 1992, p.31).

A violência do governo e o banimento dos partidos levaram os líderes a contemplarem o uso da violência como estratégia de combate e resistência. O ANC e o PCAS decidiram lançar uma campanha de sabotagem, atacando importantes construções do governo, mas sempre evitando vítimas civis. Nesse contexto, em 1961 foi criado o *Umkhonto We Sizwe*, conhecido como MK, braço armado dessas organizações (apenas posteriormente o ANC declarou a luta armada, em discurso emblemático de Nelson Mandela no “Julgamento de Rivonia”⁹). Em 1962, Mandela embarcou em uma viagem internacional em busca de aliados na África e na Europa. No retorno de sua viagem, Mandela, que já era o homem mais procurado pela polícia africânder, foi preso e condenado à prisão perpétua no “Julgamento de Rivona”, em 20 de abril de 1964¹⁰. Diante da Suprema Corte, vestindo roupas tribais conforme tradição *xhosa*, Mandela realizou sua própria defesa, explicando toda a história de ativismo antiapartheid e justificando o abandono da filosofia da não violência¹¹.

A tática de atuar no exílio angariando apoio internacional, mesmo com a prisão do principal líder da resistência sul-africana, não foi

abandonada. O ANC organizou a sua primeira conferência no exílio, a *Lebate Conference*, em Botswana. O PCAS, com maior experiência em trabalhar na clandestinidade, ajudou muito na organização do ANC, de forma que diversos líderes comunistas tornaram-se influentes na cúpula do partido.

A repressão crescente do governo sul-africano foi notável após Sharpeville. Para controlar as atividades das organizações no exílio, foi criado o *Bureau of State Security* (BOSS), serviço secreto para reprimir as atividades antiapartheid interna e externamente. Além disso, o Parlamento introduziu novas leis para facilitar as detenções sem julgamentos (Ellis; Sechaba, 1992, p. 39). Em 1966, o Primeiro-Ministro Verwoerd foi assassinado por um parlamentar a facadas no prédio do Parlamento.

Vorster sucedeu Verwoerd como Primeiro-Ministro em 1966 e deu continuidade à política do “grande apartheid”, mas promoveu as primeiras medidas para remoção de leis segregacionistas. O regime, aos poucos, substituiu a excessiva ideologização por uma face pragmática, que buscava assegurar a sobrevivência do sistema e melhorar sua imagem internacional. A África do Sul era uma sociedade em permanente transformação e a principal mudança em curso era a consolidação da hegemonia econômica africânder, como analisa José Fiuza Neto:

Até metade do século XX, os ingleses foram o grupo economicamente dominante na África do Sul, mas na década de 1960 essa situação já era diferente. Beneficiados pelo crescimento econômico, pelo poder político e pela urbanização, os africânderes não eram mais uma comunidade de rudes fazendeiros e de pequenos trabalhadores urbanos. Se já dominavam o serviço público, agora passavam a atuar no comércio, na indústria e no setor bancário, estreitando cada vez mais o fosso social que os separava dos britânicos (2010, p.52).

Uma combinação de medidas repressivas com políticas de segregação racial contribuiu para o enfraquecimento de todas as manifestações políticas negras. Enquanto em 1950 dezenas de milhares defrontaram a autoridade branca por meio de boicotes, greves e resistência às leis segregacionistas, após 1961, e por um período de 15 anos, não existiu nenhuma resistência política negra em massa na África do Sul (Price, 1991, p.23). O ANC e o PAC, os dois movimentos políticos na linha de frente da oposição africana à supremacia branca, foram neutralizados pela ação política. Com suas lideranças sendo presas ou perseguidas, os ativistas que escaparam foram forçados a operar no exílio na Tanzânia e Zâmbia, ao mesmo tempo em que os africanos que permaneceram no país enfrentaram um arranjo de leis repressivas cada vez mais elaboradas e intrusivas. O objetivo dessas restrições não era somente negar a representação política, mas aniquilar qualquer espaço social para os negros se organizarem em defesa de seus direitos (Price, 1991, p.24). Uma vez no exílio e com a repressão interna, o ANC passou a se dedicar ao treinamento de guerrilheiros para organizar uma resistência armada no exterior, recrutando voluntários principalmente na Tanzânia e em Zâmbia.

O sucesso do Partido Nacional em assegurar a supremacia branca foi combinado com a rápida ascensão social e econômica dos africânderes. Uma comunidade que foi, na primeira metade do século XX, marginalizada e proletarizada, se transformou, em duas décadas, numa classe média burocrática. Os anos 1960 testemunharam um crescimento anual de 6% e a emergência da indústria manufatureira como setor dominante da economia.

2.2. Os Quatro choques dos anos 1970

Robert Price (1991) explica os 4 choques que minaram a estabilidade do governo africânder no decorrer da década de 1970: a estagnação econômica, a transformação regional, a convulsão social e a repercussão internacional.

A emergência da indústria manufatureira como setor líder na economia sul-africana teve profundas implicações sociológicas e econô-

micas para o sistema de apartheid. Sociologicamente, o rápido crescimento da indústria debilitou a meta do governo de prevenir o desenvolvimento de uma larga e permanente população africana vivendo nas cidades. O tamanho da população vivendo nas áreas reservadas aos brancos triplicou nas duas primeiras décadas de apartheid, de 1,6 milhões para mais de 5 milhões (Price, 1991, p.28). O êxito da mineração e da agricultura esteve ligado à habilidade do governo em garantir o fornecimento de mão de obra barata, desqualificada e abundante. Em contraste com a mineração e a agricultura, a indústria manufatureira requer uma força de trabalho tecnicamente treinada e educada.¹²

Enquanto a demografia sul-africana se transformava e as forças do desenvolvimento econômico mudavam os requerimentos de trabalho para uma mão de obra tecnicamente capacitada, a burocracia do apartheid trabalhava implacavelmente para obstruir a educação dos negros. O resultado de uma educação de péssima qualidade para os negros e o sistema de controle dos fluxos populacionais foi o aumento gradativo dos custos da produção industrial (Price, 1991, p.32). Trabalhadores nas áreas urbanas eram presos e removidos para os bantustões rurais, somente para retornar para as cidades ilegalmente, renovando o ciclo “trabalho - detenção - retorno”¹³. Em termos demográficos, houve também um importante afluxo de brancos de outros países, principalmente da Europa e inclusive oriental.

Uma terceira contradição entre o crescimento da indústria manufatureira e o sistema de apartheid diz respeito ao tamanho do mercado. Diferentemente da indústria mineradora, que é voltada para a exportação, a indústria manufatureira sul-africana é gerida para prover bens ao mercado interno e o mercado tem sua expansão coibida com as políticas de repressão ao trabalho, promovidas pelo Estado. Essa contradição revela-se, principalmente, com a indústria automobilística (Price, 1991, p. 33). Esses obstáculos para a expansão industrial sul-africana revelaram-se contundentemente na década de 1970, quando a média anual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,6%, enquanto nos anos 1950 foi 4,8% e nos anos

1960 foi 5,6% – crescimento só rivalizado pelo Japão entre as economias industriais. A taxa de crescimento dos anos de 1975 e 1976, respectivamente, foi de apenas 2,1% e 1,4%, o que representou o pior crescimento bi-anual em trinta anos (Price, 1991, p.34). A extensão da vulnerabilidade da economia sul-africana em relação ao “choque do petróleo” e a ausência de uma recuperação no médio prazo podem ser atribuídas aos defeitos estruturais criados pela política segregacionista do Partido Nacional.

Grupos de interesse manufatureiros e comerciais periodicamente reivindicavam o menor controle da força de trabalho pelo Estado, exigindo políticas favoráveis para a estabilização da mão de obra urbana negra. O governo do Partido Nacional, com o apoio dos interesses mineradores e agricultores, procurou fortalecer o controle estatal e evitar a estabilização de uma sociedade urbana negra.

Durante os anos 1970, o ambiente social e econômico na África do Sul se transformou de uma maneira que intensificou as contradições do regime segregacionista, com novas implicações para a manutenção da supremacia branca pelo Partido Nacional. Na terceira década de apartheid, os problemas das políticas segregacionistas revelaram-se no campo econômico, com escassez de mão de obra qualificada, baixos níveis de produtividade, déficits em balança de pagamentos, saturação do mercado e subutilização do parque industrial. Como resultado, a política de segregação racial passou a ser contestada por correntes internas do Partido Nacional, que exigiam uma reforma no “pequeno apartheid” como forma de salvar o governo. Com os acontecimentos sociais domésticos, regionais e internacionais, a agenda de reforma tornou-se inescapável para a sobrevivência do regime, sendo a principal plataforma política do governo Botha, que assumiu no final da década de 1970.

Na segunda metade dos anos 1970, a relação da África do Sul com seus vizinhos exibiu um interessante paradoxo. Apesar da esmagadora superioridade econômica e tecnológica da África do Sul, Pretória¹⁴ passou a ser incapaz de controlar o curso dos eventos políticos

regionais que ocorriam, principalmente, com a derrocada do colonialismo português, desencadeada com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 (Pereira, 1987, p.39). A partir desse marco, a política do Partido Nacional para as relações regionais na África austral tornou-se mais agressiva. O país lançou campanhas de desestabilização e invasões a países vizinhos e articulou alianças com movimentos rebeldes, como a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), atuando em Angola contra o governo socialista do Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), atuando em Moçambique contra o governo socialista da Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Na década de 1960, a África do Sul tinha uma relação de proximidade com Angola, Moçambique, Rodésia e Namíbia (administrada pela própria África do Sul), todos com governos de minoria branca. Esse quadro geopolítico configurou um “cordão sanitário” (*cordon sanitaire*), delimitando uma zona de neutralização das forças do nacionalismo africano e poder político negro que emanavam do norte do continente. Por isso o exílio do ANC foi estabelecido distante das fronteiras da África do Sul, na Zâmbia e na Tanzânia. Na esteira da queda da ditadura salazarista em Portugal, Moçambique e Angola tornaram-se independentes, ambos com governos de inspiração socialista, contrários ao apartheid, com laços estreitos com o ANC e contando com a assistência diplomática, econômica e militar da União Soviética (URSS) e outros países do campo socialista, inclusive Cuba. A resposta de Pretória foi o apoio militar para as duas facções opostas ao MPLA em Angola, a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e a UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola, e a RENAMO em oposição a FRELIMO em Moçambique.

Em outubro de 1975 as forças militares sul-africanas invadiram Angola pelo território da Namíbia (Price, 1991, p.40). Com o apoio das tropas cubanas e a assistência militar soviética, e com o distanciamento dos EUA¹⁵, o governo de Pretória, inferiorizado militarmente, recua, em janeiro de 1976, o contingente militar sul-africano para

as fronteiras da Namíbia com Angola. Após a independência de Angola, um novo movimento de guerrilha africano foi organizado, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (*South West Africa People's Organization* – SWAPO), que se engajou na luta armada pela independência da Namíbia. Recebeu grande apoio internacional, inclusive angolano e soviético.

Na segunda metade da década ocorreu o colapso do domínio branco na maior parte da África austral e o “cordão sanitário” foi extinto. Os governos conservadores brancos que eram aliados de Pretória foram substituídos por governos progressistas resultante das lutas de libertação nacional, declaradamente opostos ao apartheid; Cuba e URSS se envolveram profundamente na região; O ANC, aliado dos movimentos de libertação de Moçambique e Zimbábue, pôde alocar seus quadros nas fronteiras da África do Sul; e a SWAPO, com suas bases em Angola, poderia fazer o mesmo em respeito à Namíbia. O resultado de toda essa conjuntura foi uma mudança do quadro político regional em favor de um embate decisivo contra o regime do apartheid.

O quadro social sul-africano também sofreu intensas transformações. Em 16 de junho de 1976, estudantes negros protestavam por causa da obrigatoriedade de aprender o africâners, língua oficial dos africânderes, nas escolas. A polícia disparou contra os estudantes e dezenas de jovens perderam suas vidas. O dia marcou um ponto importante na luta contra o governo racista e criou uma nova consciência política na juventude sul-africana. Nos meses seguintes, as revoltas estudantis, com apoio de moradores, se proliferaram nos guetos sul-africanos, e o governo reprimiu violentamente os levantes. A série de rebeliões, conhecidas como ‘Revolta de Soweto’, não teve precedentes em escopo e duração. Na medida em que a revolta se expandia geograficamente, aprofundava-se sociologicamente, com adesão de diversas classes, e diversificava-se taticamente. De acordo com estimativas oficiais, 570 pessoas foram mortas entre junho e dezembro de 1976, e 21.534 pessoas foram presas entre julho de 1976 e junho de 1977 (Price, 1991, p.48).

A Revolta de Soweto foi propiciada pelo fortalecimento da militância negra ao apartheid durante a primeira metade da década de 1970. À geração dos anos 1950, no limbo após a violência do governo no Massacre de Sharpeville, juntou-se uma geração nova, originada na cena urbana, sobretudo de estudantes. A política educacional do apartheid, que em 1959 segregou o estudo universitário no país, propiciou o nascimento do movimento da ‘Consciência Negra’ no final dos anos 1960. Estudantes universitários segregados nas áreas rurais dos bantustões se organizaram e criaram, em 1969, a Organização dos estudantes Africanos (*South African Students Organization - SASO*), ligando estudantes às universidades negras, e, em 1972, a Convenção dos Povos Negros (*Black People’s Convention - BPC*), que almejava difundir a “Consciência Negra” nas comunidades. Nenhuma das duas organizações esteve diretamente envolvida com a Revolta de Soweto, mas os estudantes de ensino médio, que iniciaram os protestos sem uma liderança estabelecida¹⁶, foram influenciados pela tradição intelectual da ‘Consciência Negra’ (Price, 1991, p. 50).

Além disso, a erupção da Revolta de Soweto ocorreu em um contexto de significativas mudanças regionais, apresentadas anteriormente. Os eventos regionais demonstraram que o domínio branco não era imbatível e criaram entre os jovens sul-africanos uma atmosfera de esperança e expectativa sobre o fim da supremacia do Partido Nacional (Price, 1991, p.52).

A interação das conjunturas econômicas, políticas e militares que apresentamos produziram os levantes urbanos de 1976, quais sejam: a crise econômica estrutural do apartheid; o surgimento do movimento ‘Consciência Negra’ e respectivas organizações; e as transformações regionais.

O impacto imediato da Revolta de Soweto sobre o Estado segregacionista não foi significativo. As forças de segurança não foram ameaçadas e os custos dos conflitos não afetaram o bem-estar da minoria branca. Entretanto, novas dinâmicas foram introduzidas na realidade sul-africana. A coesão ideológica dos africânderes, marca

da comunidade nos anos 1960, foi desintegrada (Price, 1991, p.59). O ANC, que não desempenhou papel relevante nos levantes, pode sair do limbo do exílio. A repressão da Revolta de Soweto teve um efeito paradoxal no suprimento de recrutas para a luta armada: com o ambiente regional favorável, a capacidade do ANC de treinar refugiados da repressão do governo sul-africano aumentou exponencialmente. Como efeito, a frequência de ataques e de sabotagem contra linhas de trem, prédios do governo sul-africano, instalações industriais, depósitos, entre 1981 e 1984, triplicou. Os três anos entre a repressão de Soweto e o aumento dos ataques indicam o lapso de tempo durante o qual os ‘exilados de Soweto’ foram recrutados e treinados pela MK (Price, 1991, p.61).

A repressão do governo com o fito de restabelecer a ordem e a lei levou ao banimento das organizações da ‘Consciência Negra’ em 1977, à detenção de proeminentes líderes, e à morte de Steve Biko sob a custódia da polícia. Biko foi fundador e líder do movimento ‘Consciência Negra’. Esses fatos foram noticiados por todo o mundo via mídia eletrônica e impressa. As reações de governos e organizações aos eventos sul-africanos definiram um novo cenário internacional para o governo sul-africano, o que constitui, segundo a perspectiva de Price, o quarto choque contra o apartheid na década de 1970.

A Revolta de Soweto e sua repressão brutal galvanizaram a atenção pública internacional e enfatizaram o *status* de pária da África do Sul perante a comunidade internacional. A ONU manifestou-se criando embargos obrigatórios à venda de armas para a África do Sul, em um momento de inflexão das potências ocidentais com poder de veto no Conselho de Segurança (EUA, França e Reino Unido). A Revolta de Soweto de 1976 e a escalada da violência na região austral da África foram os principais motivadores dessa resolução que determinou a única sanção obrigatória da ONU contra o apartheid e a primeira decretada contra um país-membro. Diversas campanhas e protestos de sociedades civis proliferaram-se após a Revolta de Soweto, com destaque para as campanhas de desinvestimento lidera-

das por universidades dos EUA, mas sobretudo as levadas pelos países da Linha da Frente.

Em meio à crescente pressão internacional, o governo colocou em prática a nova estratégia política do ‘desenvolvimento separado’, prevista na planilha ideológica do apartheid. Segundo a propaganda do governo, os bantustões seriam gradativamente emancipados como Estados independentes e os negros africanos seriam cidadãos plenos e livres em suas respectivas nações (Ozgur, 1982, p.146). O primeiro bantustão declarado independente foi Transkei, em 1976. Em 1977 foi a vez de Bophuthatswana. No governo seguinte, Venda, em 1979, e Ciskei, em 1981, também foram declarados Estados independentes. Esses bantustões se transformaram em “Estados-fantoches”, pois nenhum deles obteve o reconhecimento internacional necessário para a formalização da independência.

No final dos anos 1970, o apartheid, que havia sido um meio para perpetuar a supremacia branca, veio a representar uma ameaça a ela. Nesse contexto torna-se compreensível a afirmação do líder africânder Pieter Willem Botha para os brancos sul-africanos de que o apartheid era a receita para a revolução e o governo deveria se adaptar ou morrer (Price, 1991, p.73).

2.3. A década de 1980: o caminho para as negociações

Mesmo com esse discurso, o novo governo do Partido Nacional, liderado por Botha a partir de 1978, realizou apenas reformas políticas periféricas, dentro do “pequeno apartheid”, sem conceder aos negros o direito ao voto, o direito de livre locomoção e a liberdade aos líderes políticos presos, principalmente Mandela. Após o fracasso da política de “desenvolvimento separado” como estratégia de convencimento da comunidade internacional quanto à reforma do apartheid, o governo Botha elaborou o plano de “estratégia total” (Terreblanche, 2002, p.308). As mudanças internas propostas por Botha não representaram nenhum movimento em direção à abertura do regime. Foram, na verdade, táticas de cooptação para manutenção da estrutura de poder (Ozgur, 1982, p.146).

O regime africânder expandiu suas ferramentas de publicidade para persuadir a opinião pública mundial de que reformas estavam sendo realizadas na África do Sul (United Nations, 1994, p. 34). Em 1983 o governo anunciou o projeto de uma nova Constituição, aprovada por um referendo, no qual só brancos votaram, no dia 2 de novembro de 1983. Motivada pela insatisfação popular diante da nova Constituição, que continuou a excluir a participação política de negros, a sociedade civil sul-africana se articulou para fundar a Frente Democrática Unida (*United Democratic Front* - UDF), uma aliança de organizações antiapartheid representando milhões de pessoas (United Nations, 1994, p.34). A indignação crescente dos negros expandiu a mobilização civil e o governo respondeu violentamente. A sociedade civil sul-africana se mobilizou de forma mais coordenada e com participação mais ampla de diversos setores. Pereira explica a nova dimensão dos protestos:

Enquanto em Soweto os estudantes estavam isolados do resto da população e tinham que defrontar as balas da polícia, hoje (década de 1980) as suas organizações trabalham em estreita colaboração com os sindicatos, igrejas, associações comunitárias e organizações políticas (Pereira, 1987, p.34).

Neto também apresenta uma explicação pertinente:

Na década de 1980, a luta civil alcançou todas as camadas sociais na África do Sul, indo além dos protestos trabalhistas e estudantis que marcaram Sharpeville e Soweto, respectivamente. O declínio econômico e o novo cenário de turbulências e incertezas na região contribuíram para ressuscitar divergências entre os africânderes. De um lado estavam os verlig (“esclarecidos”), liderados por Vorster; de outro, os verkrampt (“linha-dura”) (Neto, 2010, p.54).

A sofisticação do ativismo antiapartheid pela sociedade civil sul-africana foi simbolizada pela UDF, criada como uma federação de 570 diferentes organismos, que iam desde clubes de ciclismo até sindicatos, com membros de todas as raças. Sua estrutura era deliberadamente planejada para tornar sua liderança menos vulnerável e para se alastrar por todo o país (Sampson, 1988, p. 175). A UDF foi a primeira organização de massa da oposição negra desde o banimento do ANC e do PAC em 1960 (Terreblanche, 2002, p.176).

As revoltas da década de 1980 foram mais coesas, mais bem organizadas e também mais violentas do que os movimentos anteriores. Após decretar estado de emergência, Botha sentenciou o isolamento total do regime africânder e a condenação implacável dos seus aliados mais expressivos – os EUA, por exemplo, impuseram sanções em 1986. Neto afirma que: “em um ambiente de ingovernabilidade e estagnação econômica, o Partido Nacional decidiu começar a estabelecer contatos com Mandela, os quais o líder considera, em sua autobiografia, como um prelúdio de negociações genuínas¹⁷” (2010, p.55).

Quando o presidente Botha visitou países ocidentais em 1984, ele encontrou diversas demonstrações de massa organizadas por movimentos antiapartheid (United Nations, 1994, p.35), o que demonstrou o fracasso da política publicitária do apartheid. O governo tentou apaziguar os levantes populares negociando a libertação de Nelson Mandela.

Em fevereiro de 1985, a UDF organizou um evento para comemorar a condecoração do Bispo Tutu com o Nobel da Paz, no *Jabulani Stadium*, em Soweto. A população esperava a resposta de Mandela quanto à oferta de liberdade em troca do fim da luta armada. O líder não aceitou as condições de Botha e recusou a liberdade. A filha, Zindzi Mandela, leu suas palavras: “Apenas homens livres podem negociar. Prisioneiros não podem assinar contratos. Eu não posso e não assumirei qualquer compromisso enquanto eu e vocês, o povo, não estivermos livres. Minha liberdade e a sua não podem ser separadas¹⁸.”

Face à complexidade dos movimentos civis, o presidente Botha aumentou a repressão policial contra os negros e as possibilidades de escalada da violência e até de uma guerra civil se tornaram reais. Em julho de 1985 o estado de emergência parcial (em algumas regiões) foi declarado, e, no ano seguinte, Botha radicalizou o aparato repressivo do Estado, com a declaração de um estado de emergência nacional (Terreblanche, 2002, p.310). Anthony Sampson visitou o país e descreveu a situação:

Em junho de 1986, Joanesburgo e sua contraparte oculta, Soweto, estavam no centro da crise que fora a causa imediata do estado de emergência declarado, pouco antes das planejadas celebrações do décimo aniversário do levante em Soweto. Eu voara para lá pouco antes para rever a cidade magnética onde, trinta anos antes, me movimentava sem grande dificuldade entre o mundo dos negros e dos brancos. Agora, parecia haver uma declaração de guerra entre ambos. Na segunda-feira desse aniversário, centro da cidade lembrava uma cidade fantasma, com lojas fechadas, ruas vazias e jovens policiais de boné azul manuseando seus fuzis: só uma loja de armas estava funcionando intensamente. Jornais e noticiários de televisão ofereciam propaganda governamental e extensas coberturas esportivas. O Financial Times vinha de Londres com sua matéria de primeira página censurada. Todas as estradas que levavam a Soweto, a apenas dezesseis quilômetros de distância, haviam sido bloqueadas pela polícia, que vasculhava todos os carros, enquanto as linhas telefônicas para Soweto estavam mudas “por razões técnicas”. Aquele lugar parecia mais remoto para a população branca do que Berlim oriental em relação ao Ocidente. O presidente Botha acabara de declarar obsoleto o apartheid; mas em sentido geográfico o apartheid nunca fora tão efetivo (Sampson, 1988, p.26).

O agravamento da crise econômica foi inevitável e a economia sul-africana atravessou a década de 1980 com um cenário de estagflação (Terreblanche, 2002, p.311). Somada à crise econômica e à coordenação da sociedade civil, a luta armada foi muito intensificada. O ANC aumentou os ataques na medida em que o governo africânder reprimiu violentamente os levantes populares (Price, 1991, p.269).

Com o aumento da resistência armada e da mobilização civil, a deterioração do padrão de vida dos africânderes, e o bloqueio internacional crescente, o processo de transição política negociada com o ANC tornou-se uma agenda inescapável para o regime africânder.

A situação regional também foi modificada na década de 1980. Após a independência de Zimbábue em 1980, as agressões contra a Frelimo organizada pelo regime de Ian Smith deslocaram-se para a África do Sul, que passaram a redobrar o apoio à Renamo. Ao mesmo tempo a estratégia sul-africana de países tampões do período colonial, ruiu. Desestabilizar Moçambique transformou-se em ponto focal da estratégia do regime africânder que passou a agredir fortemente a economia e a população moçambicana com ataques terroristas e a destruição de infraestruturas. Daí é que surgiu, em 1984, o Acordo de Nkomati, que levaria de um lado ao governo de Moçambique a controlar as atividades do ANC em seu território, e, de outro, ao governo sul-africano a por fim ao apoio à Renamo. Diga-se de passagem que a África do Sul não cumpriu a sua parte e continuou a agredir o país vizinho.

Ainda assim, as dificuldades sul-africanas se revelaram em 1988, quando tropas do regime africânder foram derrotadas em Angola. Um acordo de armistício em dezembro de 1988 entre Angola, Cuba e África do Sul abriu caminho para a independência da Namíbia (Mutambirwa, 1989, p. 109). Em 1989, com a consolidação da independência da Namíbia e a eleição de Frederik Willem de Klerk, as condições para a reconciliação regional melhoraram consideravelmente (Klotz, 1995a, p.89).

O sucessor de Botha, F.W. de Klerk, ao assumir o poder em 1989, priorizou a libertação dos prisioneiros políticos e a legalização dos

partidos. Em outubro de 1989, o governo da África do Sul decidiu libertar sete proeminentes presos políticos, entre eles Walter Sisulu. F.W. de Klerk legalizou o ANC, o PAC e o PCAS e encerrou as restrições para a UDF e outros grupos internos. Em 12 de fevereiro de 1990, Nelson Mandela foi libertado (Marx, 1992, p.229). O estado de emergência foi suspenso; a legislação base do apartheid, como o *Group Areas Act* e a lei do passe, foi abolida; a Namíbia se tornou independente; as negociações com o ANC e Mandela foram oficializadas.

Apesar das mudanças significativas, o desmantelamento da máquina segregacionista foi uma estratégia de F.W. de Klerk para manter a elite branca no poder. O governo F.W. de Klerk procurou um acordo com o ANC para atrair novamente o capital estrangeiro e permitir o crescimento econômico (Marx, 1992, p.229). De 1990 até as eleições de 1994, o país passou por diversas turbulências sociais, com a iminência de uma guerra civil, e o governo se prontificou a responsabilizar Mandela pelo descontrole da violência; dessa forma, criou dúvidas sobre a capacidade de governo do líder da nação. Mandela e o ANC tiveram que enfrentar a polarização de representações negras e brancas. De um lado, o partido Inkatha, liderado pelo zulu Chief Mangosuthu Gatscha Buthelezi (governador do bantustão de Kwazulu), assumiu uma posição mais radical, incentivando a revolução armada e a não negociação com os africânderes. De outro lado, a juventude nazista do Partido Nacional rechaçava as negociações com os líderes negros, e o principal grupo com retórica neofascista era o Movimento de Resistência Africâner (*Afrikaner Resistance Movement – AWB*), fundado em 1973 por Eugenie Terreblanche (Marx, 1992, p.228).

O governo relatou que a violência no país era resultado dos confrontos entre negros do Inkatha contra o ANC. Mandela respondeu acusando o governo de incentivar os conflitos e empregar esquadrões da morte por todo o país. Um escândalo em 1991, conhecido como “Inkatha-gate”, revelou que o Inkatha estava recebendo dinheiro do governo sul-africano para aumentar a instabilidade social (Klotz,

1995a, p.161; Marx, 1992, p. 231). A estratégia derradeira dos africanôderes era alimentar a violência social e, em um contexto de guerra civil, suspender as negociações com o ANC. Todavia, o caminho para a abertura foi inevitável. Em abril de 1991, o ANC e o PAC anunciaram o acordo para formar uma ‘frente patriótica’ e liderar a democratização da África do Sul (Marx, 1992, p. 231).

Apesar dos contratempos, a África do Sul movia-se inexoravelmente para um governo de maioria. Entre 1989 e 1993, o governo libertou Nelson Mandela e outros prisioneiros políticos, legalizou partidos, repeliu o *Group Areas Act* e o *Population Registration Act*, e aceitou negociar com os movimentos de libertação negros sem pré-condições (Nesbitt, 2004, p.169). Essas medidas se sobrepuseram a qualquer plano de perpetuação da minoria branca no poder.

Nelson Mandela se tornou uma das personalidades mais requisitadas em todo o mundo e a legitimidade de sua liderança foi reconhecida em uma excursão por 34 países ocidentais, para combater a publicidade negativa engendrada pela violência na África do Sul (Nesbitt, 2004, p.159). A premiação de Nelson Mandela e F.W. de Klerk com o Prêmio Nobel da Paz em 1994 foi essencial para que as eleições no mesmo ano transcorressem de forma pacífica, contrariando os prognósticos. Mandela venceu as eleições com 62,65% dos votos e iniciou um governo de unificação nacional, que ficou marcado pelo perdão e pela reconciliação, mas jamais pelo esquecimento da trágica história do apartheid.

3. A era pós-apartheid (1994 -)

Altas taxas de desemprego, acentuada desigualdade de renda e altos índices de criminalidade: esse foi o legado do apartheid e de séculos de exploração racial. Essas mazelas reincidiam principalmente sobre a maioria negra. O principal desafio do governo de Nelson Mandela foi criar a “Nova África do Sul” em projeto ilustrado na

metáfora do “País Arco-íris” (*Rainbow Country*), um país multiracial, multiétnico e multilinguístico. A árdua tarefa de corrigir as desigualdades históricas sem estimular o revanchismo dos negros contra os brancos dependeria principalmente da habilidade política do presidente Mandela. Todavia, 16 anos após o fim do apartheid, o quadro social sul-africano não foi transformado estruturalmente pelo novo quadro político.

Segundo May (2000, p.263), as distorções e dinâmicas introduzidas pelo apartheid tiveram o potencial de autopropagação e, durante os anos pós-apartheid, a reprodução da pobreza e da desigualdade não foram interrompidas. Mesmo com o aumento gasto social pelos governos do ANC, a pobreza aumentou entre os 2/3 mais pobres da população. A África do Sul, antes uma sociedade com rígida divisão racial, se transformou em uma sociedade com expressiva estratificação de classe (Terreblanche, 2002, p.36), muito embora esse arranjo não estivesse livre do legado da discriminação racial: no início do século XX, 60% dos negros eram pobres, comparado a apenas 1% dos brancos (Terreblanche, 2002, p.34).

A África do Sul é, de fato, um país de duas nações: uma rica e outra pobre. Devido ao realocamento das relações de poder e à nova coalizão entre brancos e as elites negras, essa nação partida não se distingue mais exclusivamente pelo critério racial (Terreblanche, 2002, p.39).

Apesar de não ter erradicado o legado do colonialismo e do apartheid, o ANC introduziu diversas leis objetivando a fundação de uma nação não racial (Terreblanche, 2002, p.45). A Constituição de 1996, um marco na história dos direitos humanos na África do Sul, criou diversos mecanismos para monitorar e estimular a transformação da sociedade e proteger o direito dos indivíduos, como a comissão de direitos humanos, a comissão de promoção e proteção dos direitos das comunidades culturais, religiosas e linguísticas e a comissão de igualdade de gênero. Os benefícios desses marcos jurídicos, entretanto, não se universalizaram, favorecendo estritamente a ascendente pequena burguesia negra.

As negociações informais entre o ANC e o setor empresarial em 1993 propiciou um compromisso de elite: o comprometimento de uma reforma econômica nos moldes neoliberais e uma economia política voltada para a exportação. O empréstimo de US\$ 850 milhões do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi o ponto de partida para o novo modelo econômico sul-africano, e demonstrou o apoio dos principais centros financeiros internacionais ao projeto corporativo da “Nova África do Sul”. Esse compromisso foi um divisor de águas na ideologia econômica do ANC (Terreblanche, 2002, p.98).

O ANC acordou uma economia política que priorizou a resolução da crise de acumulação no setor empresarial, enquanto a resolução dos gargalos sociais permaneceu em segundo plano. A instabilidade política do país e a conjuntura internacional pró-neoliberalismo foram determinantes para a concessão do ANC nas negociações sobre a construção da “Nova África do Sul”. O partido de Mandela abriu mão do controle econômico do país para assegurar a hegemonia política, mantida até hoje. O setor empresarial e seus parceiros globais convenceram o ANC de que não haveria alternativa à África do Sul senão aderir ao neoliberalismo e ao livre mercado (Terreblanche, 2002, p.106) e, desta forma, África do Sul se expôs à disciplina do capitalismo global e ao receituário macroeconômico do neoliberalismo. A adesão indiscriminada aos ditames do receituário neoliberal contribuiu para o aumento da desigualdade e do desemprego.

O processo de estratificação social ficou evidente com a ascensão da nova elite negra, ao passo que ocorreu a pauperização das classes mais abastadas. O rápido crescimento da elite negra demonstra que ela foi cooptada pelo setor empresarial (Terreblanche, 2002, p.133-134). Infelizmente, a corrupção que atingiu um caráter estrutural na fase final do apartheid vem sendo perpetuada na “Nova África do Sul”, e esta mazela está relacionada com a natureza da transição do poder (Terreblanche, 2002, p.136).

Devido a essa relação simbiótica entre o ANC e a classe empresarial, a Comissão de Reconciliação e Verdade (CRV), criada para jul-

gar os crimes de apartheid, sofreu limitações. A CRV não objetivou descobrir a verdade sobre a exploração sistêmica, mas apenas identificar os perpetradores individuais de direitos humanos. A CRV se concentrou exclusivamente na violação de direitos humanos de vítimas individuais por violadores individuais. A Comissão se focou na defesa de direitos humanos de primeira geração, praticamente ignorando os direitos sociais, consagrados como segunda geração de direitos humanos (Terreblanche, 2002, p.127). Não há dúvidas que o sistema de apartheid foi deliberadamente construído a favor do setor empresarial, em consonância com os políticos africânderes (Terreblanche, 2002, p.129). Por fim, a CRV falhou na missão de propiciar um franco debate social sobre o futuro da África do Sul (Amadume; Abdullahi, 2000, p.183)

O ano de 2010 foi um marco histórico para a África do Sul, por diversos eventos marcantes: a celebração dos 20 anos de liberdade de Mandela; os 50 anos de aniversário do Massacre de Shaperville; e, principalmente, a realização da Copa do Mundo de futebol no país. A Copa do Mundo na África do Sul estimulou a produção midiática em massa sobre a história sul-africana, especialmente sobre o apartheid e Nelson Mandela.

O esporte assume um importante papel para o fortalecimento da unidade nacional sul-africana e a consolidação da democracia, com dois eventos fundamentais realizados no país: o campeonato mundial de Rúgbi, em 1995, e a Copa do Mundo de Futebol, em 2010.

A África do Sul ainda sofre muito com o legado do racismo, além de problemas estruturais na economia, como o alto índice de desemprego, os problemas de infra-estrutura no transporte público e a epidemia da AIDS, que atinge cerca de 5,7 milhões pessoas da população sul-africana, mais do que 10% da população total do país¹⁹. A coexistência de um novo sistema político, controlado por uma elite negra, e o velho sistema econômico, ainda controlado por uma elite neoliberal branca, constitui um sistema dual de capitalismo democrático que ainda é injusto e disfuncional. O país experimentou uma

marcante transição política, mas a transformação socioeconômica ainda é uma meta distante. Apesar dos malogros, a evolução da África do Sul é notável com a recuperação do seu prestígio internacional, feito esse capitaneado pela liderança de Nelson Mandela. A principal mudança no país certamente é o resgate da liberdade, expresso na alegria que seu povo demonstrou com a realização da Copa do Mundo. A mensagem desse sentimento, simbolizada com a participação de Mandela na cerimônia de encerramento da Copa, revela o agradecimento da verdadeira África do Sul a todos aqueles que se empenharam para a derrocada da máquina segregacionista chamada apartheid.

Referências bibliográficas

- AMADIUME, I; ADDULLAHI, A. *The politics of memory: truth, heading, and social justice*. London: Zed books, 2000.
- BAKER, Pauline H. *The United States and South Africa: The Reagan years*. Ford Foundation and Foreign Policy Association, New York: Ford Foundation-Foreign Policy Association, 1989, 158 p.
- BECK, Roger B. *The history of South Africa*. Westport, Conn. and London:Greenwood Press, 2000. 248 p.
- BLACK, David. The long and winding road: international norms and domestic political change in South Africa. In: RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn; ROPP, Stephen C. (eds.). *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change*. London: Cambridge University Press, 1999a, 317 p, cap.3, p.78-108.
- BUTHELEZI, Siph. *The Black Peoples Convention (BPC), South Africa: historical background and basic documents*. 1978, 32 p.
- COETZEE, J.M. *The mind of Apartheid: Geoffrey Cronjé*. 1902. Social Dunamics, n.1, 1991, p. 1-35.
- CRAWFORD, Neta; KLOTZ, Audie. *How Sanctions Work: Lessons from South Africa*. London: Macmillan Press Ltd., 1999, 292p.
- DAVIES, J.E. *Constructive Engagement?* Chester Crocker & American Policy in South.

- DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *O Pensamento Africano Sul-Saariano: Conexões e Paralelos com o Pensamento Latino-Americano e o Asiático*. Rio de Janeiro: Educam. BELLUCCI, Beluce (ed.). 2008, 228p.
- DUGARD, John. *The last years of apartheid: civil liberties in South Africa*. New York : Ford Foundation. Foreign Policy Association, 1992, 262 p.
- FILHO, Pio Penna. África do Sul e Brasil: Diplomacia e Comércio (1918-2000) *Revista Brasileira de Política Internacional*, 44 (1) p. 69-93 [2001].
- FILHO, Pio Penna. *O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira*. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008, 364 p.
- FRIEDRICKSON, George. *White Supremacy: a comparative study in American and South African history*. Oxford: Oxford University Press, 1981, 356p.
- FRIEDRICKSON, George. *Black Liberation: a comparative history of black ideologies in the US and South Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1995, 390p.
- FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, Vol. 52, No. 4, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics. Autumn, 1998, p. 887-917.
- GONÇALVES, Williams. Brasil, Atlântico Sul e o conflito da África Austral. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 26-36, mar. 1987.
- KECK, Margareth; SIKKINK, Kathryn, **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Cornell University Press, New York, 1998, 227p.
- KLOTZ, Audie. *Norms in International Relations: The Struggle against Apartheid*. United States of America: Cornell University Press, 1995a.183p.
- KLOTZ, Audie. Making Sanctions Work: Comparative Lessons. In: KLOTZ, Audie; CRAWFORD, Neta. *How Sanctions Work: Lessons from South Africa*. London: Macmillan Press Ltd., 1999b, p.264-282.
- KLOTZ, Audie. *Norms reconstituting interests: global racial equality and U.S. sanctions against South Africa*. International Organization,

- Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology, 49, 3, Summer, 1995b, p.451-478.
- MALCOM X. An Appeal to African Heads of State. In George Breitman, ed., *Malcom X Speaks*, New York: Grove Press, 1965, p.75-76.
- MANDELA, Nelson R., *Long Walk to Freedom*. London: Adacus, 1994, 768p.
- MANDELA, Nelson R. *A luta é a minha vida*. 2a ed. Globo, 1988, 341 p.
- MANSBACH, Richard W., FERGUSON, Yale H., LAMPERT Donald E. *The Web of World Politics: Non-state actors in the Global System* (1976), Toronto: Prentice-Hall, 1976, 326 p.
- MAMDANI, M. *Citizen and subject*. Cape Town: David Philip, 1996.
- MARX, Anthony W. *Lessons of struggle: south african internal opposition, 1960-1990*. New York: Oxford University Press, 1992, 347 p.
- MARX, Anthony W. *Making race and nation: a comparison of South Africa, the United States, and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 390 p
- MOUTINHO, Laura. *Condenados Pelo Desejo? Razões de Estado na África do Sul*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19 nº. 56 outubro/2004.
- MOUTINHO, Laura. “Raça”, *sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul*. Cadernos Pagu (23), julho-dezembro de 2004, pp.55-88.
- MUTAMBIRWA, James. *South Africa: the sanctions missions*. Geneva: World Council of Churches, 1990,151 p.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000. p.36-37
- NESBITT, Francis Njubi. *Race for sanctions: African Americans against apartheid, 1946-1994*. Indiana University Press, 2004, 217 p.
- NETO, José Fiuza. A vitória de Mandela. Revista **História Viva**, ano IV, número 76, fev 2010, pp. 48-55.
- ONANA, Jean-Baptiste. *Afrique du Sud. Politique Africaine*. Entrepreneurs, ajustement et democratie. Paris, n. 56,p. 147-153, dec. 1994.
- OZGUR, Ozdemir A. *Apartheid: The United Nations and Peaceful change in South Africa*.USA: Transnational Publishers, 1982, 220 p.

- PEREIRA, José Maria Nunes. *As raízes do Apartheid*. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, ano 1, n. 1, jan-abr de 1978, p. 26-34.
- PEREIRA, José Maria Nunes. *O Apartheid e as relações Brasil-África do Sul*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, n. 14, 1987, p. 32-53.
- PORTELA, Fernando. *África do Sul: o Apartheid*. São Paulo: Ática, 1989, 32 p.
- PRICE, R. REUS-SMIT C. 1998. *Dangerous liai-sons? Critical international relations theory and constructivism*. Eur. J. Int. Relat. 4:259-94.
- RIBEIRO, Fernando Rosa. *Pribumi e nonpribumi: colonialismo e a construção do Estado-nação indonésio*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, jan-dez, 2006, ano 28 p.275-318,
- RIBEIRO, Fernando Rosa. *Apartheid: o reino de deus na terra*. 1990, não paginado. Mestrado em Antropologia. UNB, Brasília.
- RIBEIRO, Fernando Rosa. *A Construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o Apartheid*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 32 p.(Estudos Ciências Sociais, 3).
- SADET (The South African Democracy Education Trust). *The Road to Democracy in South Africa*, Cape Town: Zebra Press, 5 v., published online by SADET: <http://www.sadet.co.za/>
- SAMPSON, Anthony. *O Negro e o Ouro: Magnatas, Revolucionários e o Apartheid*. Tradução Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 319 p.
- SECHABA, Tsepo; ELLIS, Stephen. *Comrades Against Apartheid: The ANC and the South African Communist Party in Exile*. Bloomington: Indiana University Press, 1992, 214p.
- STUDY Comission on United States Policy Toward Southern Africa, South Africa. *Time running out*. Berkeley: University of California Press, 1981, 517p.
- SWAPO. *El nacimiento de una nacion: la lucha por la liberacion de Namibia*. Londres: Zed Press, 1981, 399 p.
- TAMBO, Oliver. Address to the Special Committee Against Apartheid of the United Nations General Assembly, 12 March 1964. In Tambo, ed.,

Preparing for Power: Oliver Tambo Speaks, London: Heinemann, 1987, p. 46-50.

TERREBLANCHE, Solomon Johannes. *A History of inequality in South Africa, 1652-2002*. Pietermaritzburg: University Natal Press, 2002. 527 p.

THOMPSON, Leonard. *A History of South Africa*. New Haven: Yale University Press, 1990, 288 p.

UNITED NATIONS. *The United Nations and apartheid 1948-1994*. UN department of Public Information, New York, v.1, 1994, 565 p.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevz (orgs). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/ CESUL, 2010, 272 p.

WOODS, Donald. *Por dentro do apartheid: o cotidiano da resistência na África do Sul*. São Paulo : Best Seller, 1988, 186 p.

Notas

¹ Utilizaremos o termo africânder como tradução da língua portuguesa para *afrikaner*. Utilizaremos esse conceito em substituição ao termo “bôer” a partir da unificação sul-africana, em 1910, justamente pelo termo estar mais associado à consolidação de uma ideologia nacional a partir desse marco histórico e fundação do Partido Nacional, em 1914.

² Também conhecida como Guerra dos Bôeres. Foi uma guerra de brancos, bôeres contra ingleses, em território africano, onde nenhum dos lados empregou soldados negros.

³ Em 1925 a língua *afrikaans* substitui o holandês, da qual se deriva.

⁴ A Carta do Atlântico de agosto de 1941 entre Inglaterra e Estados Unidos, antecede a criação da ONU, propunha 8 pontos:

“Declaração conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. Roosevelt, e Primeiro Ministro, Senhor Churchill, representando o Governo de Sua Majestade do Reino Unido, os quais tendo se reunido, julgaram conveniente tornar conhecidos certos princípios comuns da po-

lítica nacional dos seus respectivos países, nos quais se baseiam as suas esperanças de conseguir um porvir mais auspicioso para o mundo.

Primeiro - Os seus respectivos países não procuram nenhum engrandecimento, nem territorial, nem de outra natureza.

Segundo - Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos.

Terceiro - Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restituam os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força.

Quarto - Com o devido às suas obrigações já existentes, se empenham para que todos os estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias primas do mundo, de que precisem para a sua prosperidade econômica.

Quinto - Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações, com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social.

Sexto - Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privações.

Sétimo - Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos.

Oitavo - Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o emprego da força. Em razão de ser impossível qualquer paz futura permanente, enquanto nações que ameaçam de agressão fora de suas fronteiras - ou podem ameaçar, - dispõem de armamentos de terra, mar e ar, acreditam que é impossível que se desarmem tais nações, até que se estabele-

ça um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral. Eles igualmente prestarão todo auxílio e apoio a medidas práticas, tendente a aliviar o peso esmagador dos armamentos sobre povos pacíficos.”

⁵ Os bantustões (tradução de *homelands*) foram marcações geográficas decretadas pelo governo do Partido Nacional, separando as áreas em que os não-brancos poderiam circular dentro da África do Sul. Foram instituídas pela *Group Areas Act* de 27 de Abril de 1950.

⁶ Cronjé obteve um doutorado na Universidade de Amsterdã nos anos 1930 e a sua obra foi a diretriz das principais ações do apartheid.

⁷ Em inglês SACP, sigla de *South African Communist Party*.

⁸ O ato perdurou até 1990, quando todos os partidos foram legalizados, inclusive o PCAS, que foi banido em 1952.

⁹ O discurso na íntegra pode ser lido no site: <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/rivonia.html>

¹⁰ Nelson Mandela foi libertado em 11 de fevereiro de 1990, após passar 27 anos preso.

¹¹ <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/rivonia.html> acessado em 21 de abril de 2010.

¹² Houve também um notável desenvolvimento científico e tecnológico e de serviços. As universidades e os serviços de saúde voltados para a população branca alcançaram elevado padrão.

¹³ Em termos demográficos, houve também um importante afluxo de brancos de outros países, principalmente da Europa e inclusive oriental.

¹⁴ Capital administrativa da África do Sul.

¹⁵ Em dezembro de 1975 o Congresso dos EUA proibiu a CIA de prover assistência militar para a FNLA e para a UNITA. Entretanto, esta ação foi contingente: o contínuo envolvimento dos EUA foi uma das razões, senão a principal, da destruidora guerra civil, que se prolongou até recentemente.

¹⁶ A organização *Soweto Student Representative Council* (SSRC) propiciou uma liderança rudimentar para os levantes de 1976.

¹⁷ Cf. MANDELA, 1984.

¹⁸ Discurso acessível no site: <http://db.nelsonmandela.org/speeches/>

pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS013&txtstr=freedom, acessado no dia 02 de abril de 2010.

¹⁹ Fonte: http://www.unaids.org/en/CountryResponses/Countries/south_africa.asp (acesso no dia 28 de julho de 2010)

África e diásporas: as vias de aproximação

Carlindo Fausto Antonio

A primeira exigência, para demarcar ou assegurar as condições teóricas e metodológicas para viabilizar as vias de (re) aproximação com África e com a Diáspora, passa pelo conhecimento ou pela consideração de alguns pressupostos formulados pelas obras de DIOP (1964), OLIVEIRA (2006), BOKOLO (2013), KI-ZERBO (2013) e CUNHA JUNIOR, 2013, que dizem respeito à história, à cultura, à política, ao racismo e ao colonialismo. Os pressupostos, sinteticamente, são os seguintes:

1) A história da África precisa ser contada de dentro e conjugada com a valorização das línguas nacionais (KI-ZERBO, 2013, p. 22 e 23);

2) a absoluta relevância de estudos e análises que considerem a “África e a Diáspora negro-africana conjuntamente” e, em outros termos, valorizem o uso teórico e conceitual desta perspectiva (KI-ZERBO, 2013, p 23);

3) a necessidade, diante do epistemicídio e extermínio de africanos e afrodescendentes, de uso de concepções teóricas e conceitos produzidos e fertilizados por intelectuais africanos (as), negros (as), antirracismo, anticolonialismo e/ou estabilizados pelos processos educativos, políticos e filosóficos sistematizados pelos movimentos negros e pelos sistemas culturais negro-africanos e afrodescendentes;

4) o eixo de história comum da África e da Diáspora, numa conjugação pendular e encruzilhada, deve ser fertilizado pela unidade na diversidade (DIOP, 1964) ;

5) as manifestações culturais na África e na Diáspora constituem, a rigor, um complexo, denso, sofisticado e milenar sistema cultural

que, no eixo de unidade na diversidade, são “revelados” pelos princípios estruturantes comuns, o que possibilita a relação, a troca, a dinâmica e a existência de uma cosmogonia e base filosófica comum asentada na África e na Diáspora (ANTONIO, 2015, p. 122);

6) a noção de Diáspora, a história comum, a unidade na diversidade, o sistema cultural e os princípios estruturantes comuns definem o território como quadro de vida;

7) os estudos não podem se limitar aos temas que falam da África e da Diáspora como meros esboços de visitantes, mas discutir e responder em profundidade às questões epistemológicas e, no mesmo diapasão, ao racismo e aos processos coloniais;

8) a educação, utilizada como sinônimo de ensinar, “é uma especificidade humana” (FREIRE, 1996,p.91), perspectiva que redefine os processos educativos, tecnológicos e científicos na África e na Diáspora incluindo a redefinição da sociedade e do espaço, pois os processos educativos, não apenas a educação escolar, são capazes de incidir e, ao mesmo tempo, mudar as estruturas sociais e espaciais;

9) a efetiva consideração à África e à Diáspora, a partir dos países e dos lugares, deve responder a um rigoroso trabalho epistemológico, metodológico, teórico e conceitual “interdisciplinar” (KI-ZERBO, 2013, p. 21);

10) o currículo é uma dimensão espacial e, dentro desses limites, os currículos dos lugares e os currículos estabilizados e expandidos pelos movimentos sociais negros e pelos sistemas culturais negro-africanos são a materialização e ou revanches/refutações aos currículos esquizofrênicos, aqueles que negam os lugares e as realidades étnico-raciais e africanas (ANTONIO, 2015, p. 125-126);

11) por fim, a renovação das disciplinas históricas, sob a égide do entendimento da África e da Diáspora e, na mesma senda, a valorização dos conceitos e sistemas de ideias, teorias e discursos estabilizados pelo sistema cultural negro-africano e pelos movimentos pan-africanistas e da afro-descendência são bem-vindos e necessários.

A história sumária das Diásporas

Feito o preâmbulo alusivo aos pressupostos, que apresentam um sentido teórico e metodológico para a compreensão do contínuo África e Diáspora, o segundo passo é apresentar a história, mesmo que sumária, desse processo.

A África é o berço da humanidade, das primeiras elaborações científicas, culturais, teóricas, filosóficas e civilizatórias. O estudo ou o enfoque das Diásporas africanas, com destaque nas transatlânticas, não é uma desconsideração à anterioridade da presença africana na história da humanidade. A delimitação respeita um ângulo de abordagem escolhido para revelar, via Oceano Atlântico, as Diásporas nas Américas.

O colonialismo, o tráfico e o trabalho escravizado criminosos determinaram e impuseram omissões, visões falsas e estereotipadas sobre a África e, no mesmo processo, o apagamento das memórias africanas no continente e nas suas Diásporas. A perda de memória dos legados civilizatórios e da herança africana tem um duplo motor, isto é, a distância e a violência operada pelo escravismo, pelo colonialismo e, no mesmo processo, o recalque, na África, nas Diásporas africanas e no Ocidente, selado pelas historiografias e ciências silenciadoras dos legados civilizatórios africanos e igualmente do tráfico criminoso de milhões de homens e mulheres desse continente.

Ao se debruçar sobre as Diásporas negro-africanas, Carlos Moore faz uma súpula histórica e bem didática de todos os tráficos. O pesquisador se exprime assim a respeito:

Refiro-me, pois, a **todos** os tráficos. Saibam que esses “tráficos negreiros” começaram antes do século IX d.C., bem antes que os europeus pensassem em sair da Europa. No século XVI, quando se inicia o tráfico pelo Atlântico, já haviam saído da África, para serem escravizados no Oriente Médio e na Ásia Meridional, **dezenas de milhões** de africanos.

Os descendentes desses tráficos esquecidos se encontram hoje espalhados em todo o Oriente Médio, na Turquia, no Irã, no Paquistão, no Afeganistão, na Índia e no Sri Lanka (JAYASURIYA & PANKHURST, 2003; apud MOORE, 2008, p. 13-14).

É Diop (1964), na tese da história comum dos africanos na África e nas Diásporas, que possibilita o nosso entendimento de que a chave cruzada da história, dinamizada pela unidade na diversidade, não é outra coisa senão a materialização dessa história comum e pluricultural nos espaços.

A identidade negro-africana diaspórica é um processo que transcende os limites identitários nacionais. Sendo assim, revela um processo supraterritorial. No entanto, a dimensão internacional é socialmente subordinada às especificidades dos territórios. A identidade negro-africana diaspórica, em cada território, é o dado específico dessa unidade, as especificidades locais.

As Diásporas não podem prescindir da materialidade que constitui o espaço, mas não podem também prescindir da descolonização do pensamento e da desnaturalização dos apagamentos construídos com apoio da ciência hegemônica e das suas historiografias. Cabe aqui, a propósito, citar novamente Moore (2008, p.15) que nos lembra

que o mesmo processo de perda da memória histórica que aflige as populações afrodescendentes da Diáspora americana também afeta as diásporas africanas do Oriente Médio (Irã, Síria, Iêmen, Turquia, Irã, Afeganistão) e da Ásia Meridional (Índia, Paquistão, Sri Lanka).

Iniciar o artigo, cujo eixo central é a discussão da África e da Diáspora, negritando os textos imantados pela espacialidade, é proposital e tem a finalidade de resumir, mesmo que parcialmente, a dimensão da Diáspora negro-africana no espaço geográfico. Na pers-

pectiva deste texto, o espaço geográfico será concebido como formação socioespacial, ou seja, ele é um elemento interno da constituição e da interpretação da África e da Diáspora. Não é apenas um suporte, uma moldura. “São todas essas técnicas da vida que nos dão a estrutura do lugar” (SANTOS, 1996, p. 48). Os sistemas culturais estão entre estas técnicas. Por outro lado, é aconselhável retermos, do pensamento do geógrafo e filósofo Milton Santos, a relação dinâmica e de inseparabilidade entre as relações sociais e a configuração territorial: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 51).

A história, ainda que sumária, da África e das suas Diásporas, resenhada inicialmente, revela que o entendimento da unidade, num processo contínuo, não pode ser feito isoladamente e abstraindo o território. Em outros termos, a África explica as Diásporas e igualmente as Diásporas explicam a África. Na mesma relação dialógica, há a base territorial. No entanto, não há um processo apenas de adição; existe a necessidade de compreensão sistêmica da África e das suas Diásporas no território.

Não é possível, incluindo as formações territoriais, entender plenamente as Diásporas fora do todo a que pertence. A totalidade dada pela África e pelas Diásporas pressupõem cisões, rupturas que possibilitam a dinâmica, o movimento. Há questões estruturais erigidas no passado e atualizadas pelas conjunturas atuais, que assumem uma dimensão espacial. Podemos afirmar, nas desigualdades socioespaciais existentes no Brasil, país com o maior contingente de negros nas Américas, o casamento das heranças estruturais fundadas na escravidão, no pós-trabalho escravizado e nas suas sucessivas atualizações conjunturais. O fato de a população negro-brasileira ser a absoluta maioria nos cortiços, favelas e nos bairros destituídos de bens materiais e culturais e, por outro lado, ser minoria nos bairros ricos e mais bem localizados, revela o racismo e as atualizações socioespaciais.

A compreensão do todo, África, Diáspora, estrutura e conjuntura, não é um exercício tautológico e vazio de significações, pois a totalidade se faz e se refaz permanentemente. O lugar social ocupado por negros e negras, no Brasil, é bem ilustrativo dessa realidade. Eis o desenho transitivo, ou melhor, permanentemente transitivo da totalidade de que necessitamos tratar; inicialmente, no âmbito da unidade na diversidade. A teia de solidariedade, vias concretas e sistêmicas de aproximação, se dá através da política, da cultura, da filosofia, dos currículos, da Lei 10.639, e da historiografia.

A Lei 10.639/2003 e a superação do colonialismo e do racismo a partir dos lugares

A Lei 10.639/2003¹, o seu conteúdo e significado de reafirmação das mentes, deve ser estendida, numa comunhão com os currículos dos lugares, para os demais países das Diásporas e igualmente para o continente africano. “A perenidade do racismo, do neocolonialismo, da necessidade de descolonização entre setores significativos da própria intelectualidade africana, assim como de seus congêneres no Brasil” (CIAD, 2006, p. 66).

A história da África e dos valores civilizatórios negro-africanos, na contramão do apagamento dos legados científicos, culturais, tecnológicos, são pressupostos ou condições imprescindíveis para a descolonização do pensamento e para o enfrentamento do racismo e do colonialismo. A Lei 10.639 /2003, inscrita na história, nos programas de governo e do Estado brasileiro pela luta dos movimentos negros, é um fator constitutivo de aproximação e de diálogo com a África e com a Diáspora e entre a África e a Diáspora. Não temos dúvida; estudar a história da África, como parte substantiva da história da humanidade, é pedra angular para a África e para a Diáspora. Não deixa de sê-lo para a humanidade ou, como diz Ki-Zerbo, “para a espécie humana”.

A Lei, em outros termos, questiona a historiografia como voz da ciência oficial e diz, epistemologicamente, que a Diáspora é parte da África e da filosofia africana.

A Diáspora africana é uma entidade que soma a identidade racial, a cultural e a visão de mundo africanas. É um artefato cultural e social. A Lei 10.639/2003 é igualmente artefato social e cultural. O encontro permite a relação intercambiada, no que concerne aos sistemas de ideias, teorias e discursos, necessária para superar as visões eurocêntricas.

Mas o processo demanda uma outra forma de organização, a rigor, uma ordem orgânica e gestada de baixo. Sendo assim, é preciso fortalecer os vínculos do Brasil e dos demais países da Diáspora nas Américas com o continente africano, posição que impõe uma outra organização geopolítica fundada numa federação de lugares. As relações África-Diásporas, de modo horizontal, a partir dos lugares e da convivência solidária, devem desencadear outra ordem de prioridades, de interlocução e de comunicação; desencadeando parcerias que privilegiem as relações humanas e a centralidade dos interesses voltados à cidadania de africanos (as) e afrodescendentes.

Os recursos presentes no solo e no subsolo dos países africanos e da Diáspora são polos ou amarras para a solidariedade e reciprocidade. Avulta, no território, não apenas um nexos teórico ativado epistemologicamente pela Lei 10.639/2003, mas a necessária subordinação dos interesses externos e do capital especulativo à sociodiversidade e aos interesses da cidadania africana e afrodescendente. Numa inversão ou na contramão dos interesses das empresas e do eurocentrismo, é preciso uma organização estribada num ordenamento político e filosófico que brade que a maior riqueza da África e da Diáspora é o sociodiversidade. Dentro dessa lógica, os recursos geomorfológicos devem ficar a serviço dos povos desses territórios.

No que concerne à historiografia, à ciência e à tecnologia, vale recuperar as reflexões da intelectualidade africana, afrodescendente, antirracismo e descolonizadora. O professor e pesquisador Henrique

Cunha Júnior vai ao centro do problema do apagamento da anterioridade do continente africano, dos significados das portentosas sistematizações formuladas por africanos e africanas nas áreas consideradas de domínio exclusivo da Europa. Cunha, a propósito da história da matemática e da filosofia, se posiciona do seguinte modo:

questionamos as informações sobre as origens gregas da matemática e da filosofia. Mostramos que matemáticos como Tales de Mileto, tido como grego, não nasceu e nem viveu na Grécia. Tales se incorpora a nosso estudo mais tarde pelo seu postulado sobre as retas paralelas. Mileto é parte da Jônia, que hoje é a Turquia. Na mesma linha exemplificamos como Ptolomeu, nascido em Ptolomelomeia, cidade do vale do Nilo. Como também da grande matemática e filósofa Hipatia, que é Egípcia e figura na história como grega. Estes erros são devidos à história da cidade egípcia de Alexandria que foi dominada pelos gregos deste o século III antes de cristo até a invasão romana, restando neste período como colônia da Grécia, sem, contudo transformar os seus habitantes em Gregos. Seria como dizer que Tiradentes, figura histórica brasileira fosse um herói português, pois nasceu num período que o Brasil era colônia de Portugal. Trata-se de um reaproximar da história escrita e mostrando os inconvenientes da ideologia do eurocentrismo, da ideia de ocidente, sociedade ocidental e tendo a Grécia como marco de fundação, retirando a Etiópia, Núbia e Egito da história (CUNHA, 2013, p. 104 -105).

A herança africana nas Diásporas, suas marcas e presenças nos territórios

A herança africana na Diáspora tem base ou está fincada nos territórios. A divisão social do trabalho escravizado e pós-trabalho escraviza-

do deixou marcas, superposições, ou seja, rugosidades nos espaços. Milton Santos (2002, p. 43) diz nos seus escritos: “As rugosidades não podem ser apenas encaradas como herança físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas”. A apropriação desse conceito, para o exercício de análise da Diáspora, é um instrumento para garantir a aproximação da sua realidade concreta, que tem dimensão territorial. Corroborando com o conceito relativo às heranças que se materializam nos territórios, Muniz Sodré, numa referência explícita às heranças religiosas assentadas na energia vital, fala dos espaços do sagrado concebidos e vividos pelos descendentes de africanos no Brasil e nas Américas. Os terreiros e a corporeidade negra são as formas, que atualizam a história no presente e nos territórios. Sodré (2002, p.68) discorre sobre o território mítico e político:

O saber mítico que constituía o ethos da africanidade no Brasil adquiria contornos claramente políticos diante das pressões de todo tipo exercida contra a comunidade negra. Assim, os espaços que aqui se “refaziam” tinham motivações ao mesmo tempo míticas e políticas. Veja o caso dos Quilombos: não foi apenas o grande espaço de resistência guerreira. Ao longo da vida brasileira, os quilombos representavam recursos radicais de sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de organização.

As Diásporas impõem a compreensão do território como quadro de vida, posição que atrai a África para o interior das Diásporas e, na mesma lógica, desloca as Diásporas para o continente africano.

O território, como abrigo e quadro de vida, é uma categoria de análise social capaz de revelar as influências africanas em todos os períodos da história do Brasil. Influências e presenças territorializadas, pois existe uma base material dessas influências e presenças.

A história do deslocamento significa entender que os negros e negras transportaram e transplantaram para as Américas os seus pro-

cessos políticos, culturais, religiosos, artísticos, filosóficos, corporais, civilizatórios e, no mesmo trânsito, herdaram e participaram ativamente de uma história comum. Não se trata apenas de uma história passada. Há, como salientamos a partir das formulações teóricas e dos pressupostos, uma história comum, em marcha, marcada por um eixo de unidade na diversidade.

Intelectuais africanos e da Diáspora concebem a Diáspora como parte do continente africano; sugerem uma interlocução política e uma teia de cooperação e de solidariedade materializada pela Diáspora como sexta Região da África.

As necessidades africanas requerem uma ampla reflexão sobre como fortalecer a União Africana, destacando ainda a importância de se adotar a Diáspora como Sexta Região Africana. A seu ver, este projeto deve estar focado na capacidade que os países e populações da Diáspora têm de ajudar os africanos a enfrentarem suas limitações atuais e fazerem face ao impacto negativo da globalização (II CIAD, 2006 p. 47).

No mesmo eixo teórico e metodológico, a propósito das referências comuns e da afirmação da identidade considerando a realidade africana e das Diásporas, o pesquisador Paulin Hountondji discorre de modo didático, defendendo que a cultura “deve orientar o saber filosófico, mas sobretudo ela é parte das nossas referências comuns”:

Como a diversidade cultural deve orientar o saber filosófico e que nós, africanos da Diáspora e do continente, teremos como, também, nos entender a partir de nossas referências comuns. Também o papel do conhecimento tradicional foi colocado em discussão, ou seja, as ciências sociais, as ciências humanas, levando em consideração a tradição, mas sem fazer desta tradição algo voltado para o conservadorismo, mas sim para a afirmação da nossa identidade (CIAD, 2006, p.62).

A tradição, considerando a sua dimensão cultural, é um lugar decisivo para entender a relação África-Diáspora e, conseqüentemente, para elaborar estratégia a ser trabalhada para acionar, como propõe Paulin Hountondji, a afirmação da nossa identidade. A superação do conservadorismo necessita de uma ação informada pela territorialidade e pela cultura, que revelam a história. A superposição das desigualdades sociais, no transcorrer do tempo histórico e no espaço, atinge a cultura e a tradição. Nesta delimitação, não é a tradição em si que leva ao conservadorismo, mas a política. Assim retomamos, para fixar a relação, a tese de Diop mobilizada para a compreensão da África e da Diáspora nas Américas. A espinha dorsal desse corolário traz subjacente o entendimento de que o processo colonial, o escravismo criminoso e as suas continuidades em novas formas de opressão são problemas comuns com os quais africanos (as) no continente e os seus descendentes na Diáspora terão, respeitando a diversidade, que enfrentar conjuntamente em oposição ao racismo e ao colonialismo. Aliás, o racismo e o colonialismo atualizam a relevância da aplicação da tese da história comum e da unidade na diversidade: “A perenidade do racismo, do neocolonialismo, da necessidade de descolonização entre setores significativos da própria intelectualidade africana, assim como de seus congêneres no Brasil” (CIAD, 2006, p. 66).

Como tratar as questões metodológicas e as bifurcações entre o continente constituído de 54 países e os afrodescendentes nas Américas? O protagonismo é a mola mestra, motor capaz de promover, em África e na Diáspora, a indispensável e desejada revisão da historiografia clássica “em que os povos do continente africano só “entram na história” a partir do tráfico e de suas relações com os europeus”. (CIAD, 2006, p. 66)

Não bastam anúncios de mudanças, tarjas estandardizadas: é preciso enunciar, através de uma nova base metodológica e historiográfica, o Renascimento Africano. Sendo assim, são relevantes:

as novas metodologias e historiografia mais bem fundadas em pesquisas – documentais e outras – criteriosas. Uma histo-

riografia que priorize visões do protagonismo africano deve ser enfatizada. Não é mais possível que os livros didáticos em África e na Diáspora continuem enfatizando a historiografia “clássica” em que os povos do continente africano só “entram na história” a partir do tráfico e de suas relações com os europeus. Isso não quer dizer que o tráfico atlântico deva ser menosprezado, ou que os processos cruciais que levaram ao enfraquecimento e pauperização material, moral e espiritual no continente africano não devam ser estudados com a devida atenção. Ao contrário, foi amplamente partilhada a visão de que, neste momento do “Renascimento Africano”, intervenções de poderes políticos, desavisadas, desinteressadas ou mesmo contrárias à liberdade de pesquisa e ao “remeximento” de “verdades” e agentes históricos consolidados têm sido altamente danosas. Constituem, mesmo, uma temeridade e um desserviço às possibilidades de melhor conhecimento e de desenvolvimento dos povos em África e na Diáspora (CIAD, 2006, p. 66).

A historiografia do protagonismo africano e dos afrodescendentes, vias de (re)aproximação da África e da Diáspora, se materializa, nas Américas e no continente berço da humanidade, através do território. Segundo Milton Santos (2002) “o território só pode ser usado como categoria de análise quando compreendido a partir do seu uso”. É o uso do território que possibilita o encontro da África e a da Diáspora. Nesta conceituação, ele é entendido como abrigo e quadro de vida na África e na Diáspora. Podemos, então, nos referir aos territórios dos afrodescendentes nas Américas.

A continuidade transatlântica ampliou o quadro de vida dos africanos para o mundo, constituindo novos territórios. Nesta delimitação, a Diáspora é entendida como parte da África, como território africano ou como querem alguns pensadores, Diop, Bokolo, Ki-Zerbo, Cunha Junior, “a Diáspora é a sexta região da África”.

A Diáspora é a sexta região destacando principalmente o território como quadro de vida e, como quer o protagonismo africano e afrodescendente, fertilizada pela existência de uma história comum contrabalançada pela unidade na diversidade e balizada por um processo colonial e de trabalho escravizado que afetou profundamente os povos africanos no continente e na dispersão pelo mundo. Podemos afirmar, sob a égide do pensamento do senegalês, intelectual e africanista Cheikh Anta Diop, que a história comum é marcada por um pêndulo contínuo de unidade na diversidade, que transitivamente promove a dinâmica desse processo nos lugares e na sua conjugação conjunta.

Partilhamos a tese de que há ainda, como elemento comum nos países africanos e na Diáspora, um dinâmico, milenar e complexo sistema cultural que, a exemplo do pêndulo história comum-unidade na diversidade, é dinamizado e atualizado por princípios estruturantes comuns que possibilitam a convivência, as trocas, o diálogo e a compreensão cosmogônica desse conjunto sistêmico de manifestações culturais e religiosas nos territórios, que materializam a continuidade transatlântica.

Vejamos o exemplo da África subsaariana. Merece destaque a centralidade da cultura como denominador comum num processo de longa duração em que as mudanças climáticas, tornada história, impulsionaram, a partir das manifestações políticas, econômicas, técnicas e linguísticas, os contatos, as trocas e a solidariedade.

Ao falar sobre a “África subsaariana”, mesmo na época de Hegel (Hegel, 1975, 173-174) e em nossa época (Eze, 1988, 139), frequentemente se parte do falso pressuposto que o deserto do Sahara é o berço da África. O ponto é que, antes do nascimento do deserto do Sahara, os povos da África nesta região do continente viviam em proximidade (Davidson, 1974, 27-32). No momento em que os povos foram separados pela ampliação do abismo do deserto, reali-

zou-se um complexo intercâmbio cultural entre eles. Este pensamento sugere, pelo menos, que existam alguns traços culturais entre os povos da África (RAMOSE, 2011).

Quaisquer que sejam as proposições alinhavadas pela história e pelos mesmo sistema cultural, o território é o elemento, como quadro de vida, de troca de experiências, de técnicas e de conhecimentos vividos e estabilizados, nuclear para a compreensão da extensão África - Diáspora.

Decorre desse conceito, do território como quadro de vida, a nossa tese de que a África, entendida a partir dos países e mais ainda dos lugares, se materializa no Brasil e nos países que receberam no passado escravista e no presente, por razões econômicas e outras, africanos e africanas.

O sistema cultural negro-brasileiro como categoria filosófica, chave hermenêutica e polo de aproximação com a África e com a Diáspora

A noção de sistema cultural pressupõe a noção do todo e das partes. Sobretudo, exige a compreensão de que a parte, uma manifestação cultural isolada, não explica o todo. O todo revela, a partir do entendimento integrado de todo o sistema, a parte.

Arte, cultura e religião, na concepção africana preservada nas Américas, formam um conjunto intrinsecamente amalgamado. Os planos religiosos ou da religiosidade perpassam as esferas artísticas e culturais. Há uma visão de mundo fundamentada em valores da ancestralidade, da circularidade, da oralidade e da energia vital, que garantem a inseparabilidade da religião dos demais campos do conhecimento.

A cultura e a arte de base material e imaterial ancestral, na África e na Diáspora, nascem das concepções filosóficas e estéticas, que têm no seu arcabouço constitutivo a religião africana. É necessário cha-

mar a atenção para a existência de uma memória ancestral, liame permanente da transmissão de vida-energia, materializada nos processos criativos artesanais e na criação individual, cuja autoria, a despeito da sublimação, é a revelação da inseparabilidade de arte e religião. Processo consonante com a energia pulsante, o axé, que anima e estabelece as veias comunicantes e as relações entre os planos de existência e entre os seres nos reinos mineral, vegetal, animal e humano, são recorrentemente trabalhadas no âmbito das manifestações culturais e artísticas. Podemos, para exemplificar a imanência entre arte e religião e/ou religiosidade, citar as obras de Mestre Didi, Rubem Valetim e Manoel Araújo. Nestes artistas, entre outros na África e na Diáspora, os princípios estruturantes do sistema cultural e religioso tem implicações nas opções estéticas, nas elaborações pictóricas, nas criações musicais, nos objetos sagrados, nas encenações e nas expressões literárias.

Não estamos tratando de manifestações isoladas, mas de um conjunto de manifestações culturais em cujas vias de (re) aproximação estão confiados princípios estruturantes estabilizados milenarmente, ou seja, concebidos, vividos e expandidos como chave interpretativa da antropogênese, a origem e o destino do ser humano, e da cosmogênese, a origem de tudo, a eternidade, os deuses e o divino.

Há todo um conjunto de manifestações cujo objeto de estudo se configura e/ou se materializa no sistema cultural negro-africano e afrodescendente. Tal distinção nos ensina que o corpus da filosofia da ancestralidade está subordinado ao seu objeto. Há filósofos de ofício, profissionais, que querem discutir a filosofia e abandonam a discussão central: o sistema cultural negro-africano e afrodescendente. É indispensável um exercício interpretativo de dentro, “do lado de dentro da porteira”, (Santos, 1977) posição que exige a compreensão ontológica do sistema cultural negro-africano. É preciso estudar, a rigor, a natureza, isto é, a constituição desse sistema cultural e os seus princípios estruturantes ou as categorias de estudo, desde dentro, que permitam analisá-lo.

Poderíamos, nesta linha de reflexão, indagar: há algum tipo de unidade entre os sistemas samba, candomblé, umbanda e capoeira? E entre estes sistemas culturais e os sistemas afrodescendentes nas Américas e no Caribe existe algum tipo de unidade? Considerando a relação inquestionável dessas manifestações culturais e desses sistemas isoladamente com o continente africano e com o trânsito, as diásporas americanas, poderíamos, então, perguntar: será que elas se relacionam apenas individualmente com a África? De igual modo, deveríamos indagar: se elas se relacionam e/ou se os sistemas aqui explicitados no processo transitivo da África e da Diáspora não estariam, a rigor, inter-relacionados na estrutura de superfície do sistema cultural negro-africano e afrodescendente e na estrutura profunda dos princípios estruturantes desses sistemas? Há interdependência do ponto de vista cosmogônico e histórico entre os sistemas samba, capoeira, candomblé e umbanda? Quais os elementos nucleares dessa teia de interdependência? Defendemos a tese de que os princípios estruturantes, assentados na ancestralidade, oralidade, circularidade, energia vital, expansão e restituição, entre outros, estariam presentes em inúmeras manifestações culturais no continente africano e nos territórios transatlânticos.

A antropogênese e a cosmogênese, alicerçadas no sistema cultural negro-brasileiro, negro-africano e diaspórico, demandam a superação dos limites outorgados pela compreensão parcial desse sistema. Em outras palavras, a antropogênese e a cosmogênese são chaves hermenêuticas para a compreensão das filosofias particulares dos Akans, dos nagôs, dos bantus e de várias etnias, povos e manifestações em conjunto e isoladamente no continente africano e no mundo. Decorre dessa compreensão, o pressuposto, elas são chaves hermenêuticas igualmente para a interpretação e a revelação, como brada Ki-Zerbo, “da espécie humana”.

Ramose (2011) defende o mesmo ponto de vista e salienta “que a particularidade é um ponto de partida válido e viável para fazer e construir uma filosofia. Assim, a filosofia africana de fato existe com competência para fazer reivindicações pluriversais”.

A efetiva consideração ao objeto da filosofia da ancestralidade é outra exigência nuclear. O primeiro passo é o enfoque do sistema cultural negro-africano como categoria filosófica. Desse ângulo, o objeto da filosofia da ancestralidade é o complexo, dinâmico e milenar sistema cultural negro-africano com suas derivações no sistema cultural afrodescendente. Isto posto, o segundo passo é reconhecer ou precisar que o sistema cultural negro africano e afrodescendente pela sua própria natureza “energizada”, ou seja, mística e histórica, não é apenas cultura pura, é um híbrido; ou seja, é social, religioso, científico e político. O sacrifício, princípio dinâmico da restituição e continuidade da vida-energia, explica simbólica e concretamente o devir filosófico e político.

Na cultura nagô, o sacrifício é uma operação imprescindível: a oferenda (ebó), transportado por Exu, dinamiza a relação entre vivos e ancestrais ou princípios cósmicos (os orixás), reequilibrando ou reparando o círculo coletivo das trocas e, assim, permitindo a expansão do grupo. O sacrifício implica no extermínio simbólico da acumulação e num movimento de redistribuição (princípio, portanto, visceralmente antitético ao do capital). No período clássico da acumulação do capital no ocidente, homem íntegro era o que se integrava na ética de produção e de acumulação. Para melhor caracterizar a oposição nagô, se poderia dizer que nagô íntegro é o que restitui, o que devolve. O que simbolicamente não deixa resto (SODRÉ, 1988, p.128).

A filosofia da ancestralidade, concebida nesta relação dialógica, deixa de ser uma chave interpretativa apenas da estrutura de superfície do sistema negro-africano; mas sim chave interpretativa da estrutura profunda desse sistema, ou seja, dos seus princípios estruturantes, a ancestralidade, a oralidade, a circularidade, a iniciação, a expansão, a restituição, a energia vital e a pluriversalidade dessas relações

entrelaçadas com as disciplinas históricas e com as dinâmicas sociais e espaciais.

Como princípio estruturante do pensamento negro-africano na Diáspora, tomemos como exemplo Exu, ele não é basilar somente para o entendimento desse sistema, mas sim da explicação e funcionamento do macro e do microcosmo, o que implica o alargamento e o alcance da antropogênese e da cosmogênese alicerçada nos legados negro-africanos, neste sentido, aplicável à espécie humana e ao entendimento, como arte de pensar e filosofar, a respeito do cosmo, da eternidade, do Eterno, de Deus ou dos deuses.

Mas a filosofia da ancestralidade deve, lembrando a noção energizada e histórica de cultura, ser pensada de dentro, isto é, a partir do sistema cultural negro-africano e dos seus princípios estruturantes. Há tentativas equivocadas que querem trazer conceitos e perspectivas filosóficas alheias, estranhas, ao sistema cultural negro-africano:

Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos [...] Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana (Ki- ZERBO, 2010, p. 52).

Não se trata de ser ou não permeável, pois a filosofia da ancestralidade, assentada na pluriversalidade da encruzilhada e de Exu, é a própria permeabilidade dada por muitas vozes e sentidos.

A questão que queremos problematizar é a luta tenaz e persistente de certos teóricos, que não estão ou que não são do lado de dentro da porteira, para consagrar conceitos abstratos e não fundados nas estabilizações e expansões milenarmente vividas pelos povos africanos e afrodescendentes e cujas autorias, sob a égide da civilização da orali-

dade, digamos assim, tem relação, na estrutura de superfície e na estrutura de profundidade, com o objeto da filosofia da ancestralidade: o sistema cultural negro-africano e afrodescendente. As estabilizações e as expansões têm relação com a iniciação, princípio estruturante que, de certo modo e felizmente, impede os filósofos generalistas de adentrar, com propriedade e sem os inevitáveis constrangimentos, neste complexo sistema cultural.

De modo didático, registramos aqui a profundidade da iniciação no sistema cultural negro-africano e afrodescendente. Muniz Sodré (1988, p.128) se refere às consequências sociais da intervenção da oferenda, do ebó, alinhando os alcances da restituição na economia, na política, na cultura e no social:

A ligação entre os vivos e os outros seres (mortos, animais, plantas,etc) é iniciática. A iniciação – processo complexo de entrada do indivíduo no ciclo das trocas simbólicas - é fundamental a uma ordem de arkhé e, ao mesmo tempo, é o fato que coloca em questão os fundamentos ideológicos do Ocidente. [...] Do ponto de vista de comunicação, a iniciação questiona implicitamente a ordem abstrata dos valores e dos conceitos.

O sistema cultural negro-africano congrega manifestações culturais de diferentes momentos históricos e de diferentes planos de existência. A dimensão política, devidamente amalgamada nas manifestações culturais, pode ser apreendida no Movimento Cultural Hip Hop, nos Bailes da Raça organizados por negros e negras nas décadas de 1970 e 1980 em São Paulo, no Reggae e no Funk. Os planos de existência, nos reinos mineral, vegetal, animal e humano, estão presentes nos aspectos religiosos e da religiosidade, que entrelaçam, num contínuo, o cultural e o social.

A África e a Diáspora, compreendidas a partir dos lugares, estão amalgamadas. Os sistemas culturais negro-africano e afrodescenden-

te falam a partir dos territórios e dos lugares. Falam e se renovam concomitantemente, mas, sobretudo, permitem a formulação de uma epistemologia desses sistemas culturais. Podemos nos referir de outro modo, dizendo que são epistemologias capazes de revelar, como jogo hermenêutico, a antropogênese e cosmogênese da espécie humana, não é apenas uma etnofilosofia, uma filosofia particular. Aliás, a etnofilosofia, a exemplo da etnomatemática, é a consubstanciação da arte de pensar, filosofar, própria de cada povo e com alcance “pluriversal” (Mogobe Ramose, 2011), não obstante as referências explícitas aos lugares, às autorias e aos quadros de vida das populações nos territórios africanos e da afrodescendência. Em outros termos, é particular no que tange à iniciação; mas tem estofamento semântico e estrutural que não se limita, entre outros, aos nagôs e aos bantus. É dessa forma que as suas aplicações transcendem às particularidades.

Cabe dizer aqui, numa espécie de conclusão, que a filosofia da ancestralidade, como filosofia africana, é construção do povo africano e da afrodescendência e, “como ensinar é uma especificidade humana”, as suas sistematizações são fertilizadas pelos processos educativos dos terreiros e do império e civilizações da oralidade, que ampliam as vias de aproximação da África e da Diáspora negro-africana para o cotidiano e para as formas de viver, sepultar, conhecer, educar, sistematizar, cantar, dançar, cozinhar, ritualizar e conceber os homens, as mulheres, as crianças e o divino, à moda africana, coarado no próprio humano e/ou na humanidade.

Referências bibliográficas

II CIAD - Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Disponível em: funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product. ANTONIO, Carlindo Fausto. Descolonização dos currículos escolares. In: *Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no Brasil*. E-Book. Org. SILVA, Geranilde Costa; LIMA, Ivan Costa;

- MEIJER, Rebeca Alcântara da Silva. Fortaleza: UNILAB, 2015.
- BRASIL. *Lei 10.639 - Presidência da República*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JUNIOR, Henrique Cunha. *Revista Teias: Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação*, v. 14, n. 34. 102-111. 2013.
- KI-ZERBO, J. *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.
- LOPES, Nei. *Kitabu: O livro do saber e do espírito negro-africanos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.
- LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. 2ª edição. Salvador: EDUFBA, 2000.
- MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo horizonte: Nandyala, 2008.
- OLIVEIRA, Eduardo de. *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. 3ª Ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.
- RAMOSE, M. B. *Ensaio filosóficos*, volume IV – outubro /2011. www.ensaiosfilosoficos.com.br/.../Ensaio_Filosoficos_Volume_IV.pdf
- SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nagô e a Morte*. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: tempo e espaço, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI* / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Marina Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa - Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida, por um conceito de cultura no Brasil*. 2ª.ed Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

_____. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago. Ed.: Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

Notas

¹ A Lei 10.639/2003 determina no § 1º que o conteúdo programático [...] incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

PARTE II

A história da organização social do negro no Brasil e sua contribuição para a construção da identidade afro-brasileira

Isabel Passos de Oliveira Santos
Verônica Marques Rodrigues

Uma das questões mais importantes para qualquer grupo social humano é conhecer a própria história sob diferentes aspectos, a compreensão sobre como fazemos a nossa história é um dos elementos mais significativos para construção da identidade desses grupos.

Uma das áreas onde encontramos elementos para subsidiar essa construção é a historiografia oficial, a qual silencia sobre os movimentos de revolta dos negros contra todo um sistema de opressão vivido desde a época da colonização. A imagem que se pretende oficializar é de um povo que se deixou escravizar, que aceitou com naturalidade a imposição do cativo e todo o sofrimento que isto acarretou. Acreditar na passividade do negro diante da escravidão interfere diretamente na construção da autoestima e da identidade tanto de negros quanto de brancos.

Este artigo parte da concepção de que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p.13).

Portanto, podemos dizer que nossa constituição identitária é resultante de um complexo emaranhado de fatores: a cultura trazida

pelos africanos trazidos escravizados para o Brasil durante mais de 350; as relações sociais, políticas, culturais e econômicas que foram se constituindo durante esses quase 5 séculos de história desse lado do Atlântico; as diferentes estratégias de organização desenvolvidas para manter vivas tradições, garantir a existência e lutar pelo reconhecimento da própria humanidade. Misturado num caldeirão de questões advindas do processo de ocupação e exploração colonial portuguesa numa terra ocupada por diversas nações e povos nativos, chamados de índios.

A proposta aqui é destacar aspectos da organização e luta política da população negra, suas formas de resistência desde que começou a ser trazida para o Brasil na condição escrava, compreendendo que os resgates desses elementos se constituem marcos significativos para a construção da nossa identidade social. Entendemos que as formas de organização política, cultural, religiosa e familiar dos negros no Brasil são elementos fundantes para compreensão da atual constituição social da população brasileira.

Nossa pretensão é romper com a visão que, de forma geral, as rebeliões e fugas são relatadas nos livros da historiografia oficial, acompanhadas por um extenso relato da ação vitoriosa dos que conseguiram frustrar estas tentativas. Quando a figura do caçador vem adjetivada pela cor, sendo um mulato ou negro, existe então uma conotação em divulgar a ideia de que o próprio negro rejeita a atitude de rebelião e revolta de outro negro.

Munanga e Gomes (2004) consideram um equívoco histórico a crença na passividade do negro, na indolência, preguiça e conformismo diante da escravidão. E destacam alguns fatores que contribuíram para a persistência deste equívoco:

- o racismo que existe em nossa sociedade que produz e dissemina uma visão negativa sobre o negro. Através de piadas racistas, na associação entre negro e criminalidade, negro e pobreza, negro e sujeira;
- existe um desconhecimento por parte da sociedade, inclusive dos intelectuais, sobre os processos de luta e organização dos escla-

vizados e dos seus descendentes durante o regime escravista. Muitos acreditam que o longo período que durou a escravidão deve ser também creditado à passividade do negro;

- a falta da divulgação e pesquisas que recontam a história do negro como sujeito ativo;
- a crença de que no Brasil não existe racismo, que a convivência harmoniosa entre os diferentes segmentos étnicos existentes deve-se a forma mais branda de exploração, comparada as situações vividas em outros países onde havia segregação.

É necessário considerar o contexto social que viviam os escravizados e libertos, as possibilidades existentes na sociedade dos homens livres que não previa nenhum tipo de integração ou inserção social deste grupo naquela sociedade. Portanto, todos os esforços no sentido de uma luta por liberdade representam um sentimento de coragem e indignação diante da escravidão e não apatia ou passividade

Compreendemos, ainda, que esses elementos e fenômenos se entrelaçam de tal maneira que é quase impossível separá-los de forma a dizer até que ponto um fenômeno foi preponderante sobre outro. E no caso da população negra em nosso país, cabe um especial destaque para as formas de organização de resistência contra a escravização, a luta pela libertação e o fim do trabalho escravo, a sequência de lutas pelo reconhecimento da condição cidadã e a inserção de direito e de fato na sociedade.

Nesse breve artigo, pretendemos lançar um olhar sobre as forma de luta e as estratégias de organização da população negra, africana e afro descendente, durante seus quase 500 anos de história em solo da terra brasilis, desconstruindo a ideologia de dominação européia e passividade dos negros, destacando sua autonomia e protagonismo histórico ainda calado nos livros didáticos.

1) A chegada (1532-1650)

A Vós, minha diletta pátria, dedico o presente trabalho. Ninguém mais do que Vós tem o direito de exigir de seus filhos todo o concurso que cada um possa dar para o melhoramento, progresso, e felicidade da Nação. Esta não morre, no entanto que as gerações se vão sucedendo com a rapidez do tempo; as idéias permanecem vivas nas que sobrevivem, e produzem afinal o seu desejado efeito. Deve-se no presente preparar o futuro, para que este não surpreenda dolorosamente os vindouros, e talvez a própria geração atual. A escravidão é um dos maiores males que ora pesa sobre Vós. Cumpre examinar de perto as questões que ela sugere, e atacá-la com prudência, mas francamente e com energia, para que cessem as ilusões, e não durmam os Brasileiros o sono da indiferença, e da confiança infantil, sobre o vulcão e o abismo, criados pelo elemento servil da nossa sociedade. Deponho no Vosso Altar a minha mesquinha oferenda. (Agostinho Malheiro, 1866)

A escravidão não é um fato recente na história da humanidade, na Antiguidade proliferam os exemplos de trabalho escravo, sazonalmente em maior ou menor proporção, de acordo com as necessidades econômicas produtivas, ou com as ocupações políticas e territoriais. No entanto, naquele período a condição escrava não era a mesma condição escrava estabelecida na Modernidade nascente. Na modernidade, a mão-de-obra escrava tornou-se importante mercadoria, representando um fator significativo na triangulação do mercantil entre Europa, África e Américas.

De acordo com Pinsk (1992):

A escravidão no Brasil decorre da ‘descoberta’ do país pelos portugueses. Antes de sua vinda, não há registro de relações

escravistas de produção nas sociedades indígenas. Os casos esporádicos de cativos feitos após lutas entre tribos não afetavam a estrutura econômica nem as relações de produção do grupo vencedor (p. 32).

Por outro lado, o trabalho escravo já era usado em Portugal desde 1441, como forma de minimização do desfalque populacional sofrido pelo país por conta de fatores como a guerra pela independência contra Castela, várias epidemias que atingiram o seu território e a emigração gerada pela ocupação dos novos territórios ocupados além mar.

O processo de captura de escravos que começou de forma mais ou menos aleatória no século XV vai ganhando contornos mais organizados e se estrutura para prover Portugal e suas colônias, além de outras nações européias, como Espanha e Itália dessa nova “mercadoria” (Pinsk, 1992). O tráfico de escravos africanos tornou-se importante fonte de arrecadação para a coroa portuguesa, com alta taxa de lucro para os negociantes.

Não há documentos que possam sustentar, de forma incontestável, quando foram trazidos os primeiros negros escravizados para a colônia brasileira, contudo a hipótese mais aceita é que eles teria sido trazidos em 1538, por um arrendatário comerciante de pau Brasil, chamado Jorge Lopes Bixorda.

Outra versão dá conta de que Martin Afonso de Souza já teria trazido já os primeiros escravos em 1531, ao apreender um navio que levava africanos escravizados, chegando em 1532 à Vila de São Vicente e implantando o primeiro engenho de cana-de-açúcar.

Nos primeiros 100 anos de colonização no Brasil, os esforços estavam do Estado português estava em consolidar a ocupação do território: Baseada na experiência acumulada com o fabrico do produto nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a Coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil desde a década de 1530.

Mas, até os anos 1570, os colonos encontraram grandes dificuldades para fundar em bases sólidas uma rede de engenhos no litoral, como problemas com o recrutamento da mão-de-obra e falta de capitais para financiar a montagem dos engenhos. Ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu. (MARQUESE, 2006)

Para conseguir escravos, os portugueses usaram em África as mesmas estratégias praticadas com os indígenas: estimular as desavenças e conflitos internos, trocando os cativos resultantes das lutas por mais armas, desequilibrando as disputas entre grupos étnicos locais.

Como já afirmado acima, não fazia parte da cultura africana o modelo de escravidão desenvolvido pelos colonizadores a partir do século XV, por isso é esperado que os primeiros negros capturados e levados para outras terras não tivessem uma clara dimensão sobre o que estava acontecendo. Esse tema é tratado de forma dramática e poética por Spielberg no filme *Amistad* (1997).

Entretanto, mesmo não sabendo exatamente para onde estavam sendo levados, nem qual seria a sua condição de vida, as condições em que ocorriam a travessia já diziam o que os esperava: acorrentados e empilhados nos porões dos navios (inicialmente as mesmas caravelas usadas no comércio de mercadorias com as Índias, posteriormente os “tumbeiros”), durante meses dois ou três meses, dependendo das condições do clima. A situação era degradante, muitos morriam durante a travessia, aqueles que sobreviviam chegavam doentes e muito debilitados. Ao chegar eram divididos e misturados com grupos lingüísticos diversos, de forma a dificultar a comunicação.

Mesmo assim, há relatos de formas diversas de resistência, inicialmente individuais: suicídios, abortos, tentativas de fuga. Mesmo sendo mais raros, também existiram casos de insurgência, revolta e tomada do navio pelos escravos. Fato que não garantia a liberdade, tendo em vista que não dominavam as rotas de navegação e nem a dinâmica de funcionamento dos navios.

O crescimento da presença de mão-de-obra escrava também leva ao crescimento dos movimentos de resistência, tanto individual quanto coletiva.

A este processo de luta e organização negra existente na época da escravidão, Munanga e Gomes (2004) chamam de resistência negra. A insubmissão às regras do trabalho, as revoltas, fugas, assassinatos dos senhores e de suas famílias, abortos, quilombos, organizações religiosas podem ser consideradas formas de resistência utilizadas pelos negros na sua luta contra o regime servil.

Estas formas de resistência mostram que, apesar de toda a humilhação que significou o regime escravo, havia ainda uma dignidade naqueles homens e mulheres que viveram uma situação que lhes foi imposta, e isto faz toda a diferença na forma de ver o resultado de todo este processo na vida dos ex-escravizados e seus descendentes. A história da resistência e fuga para os quilombos é a que ganha maior destaque.

2) Os primeiros movimentos nativos de luta política: os quilombos (1650 – 1800)

Segundo Munanga (1996, p 71):

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazi-

dos e escravizados nesta terra. Tratase dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire.

No início do século XVII, em meados da década de 1630, houve uma elevação no movimento do tráfico de escravos que se manteve até o final do século, impulsionado pelo crescimento do comércio do açúcar e pelo processo de interiorização em busca de novas riquezas.

Essas novas aglomerações e organizações para o trabalho, promoveram novas oportunidades organizativas para as populações escravizadas e a mais forte e significativa dessas formas de luta e resistência foram, com certeza, os quilombos.

Os quilombos existiram onde havia a escravidão dos africanos e de seus descendentes. Nas Américas, houve grupos semelhantes, porém com nomes diferentes, de acordo com a região em que se encontravam: *cimarrónes*, em países de colonização espanhola; *palenques* em Cuba e Colômbia; *cumbes* na Venezuela; e *marrons* na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos.

Na África, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, aberta a todos. No quilombo os homens eram submetidos a ritual de iniciação para se tornarem guerreiros, homens invulneráveis às armas inimigas. Os quilombos africanos e brasileiros possuíam semelhanças, podendo ser considerados inspiração para uma oposição à estrutura escravocrata, para implementar outra forma de vida, servindo de contraponto ao modelo político e econômico vigente no Brasil naquele período.

Quilombo não era somente um local para refúgio de escravizados fugidos, tratava-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço de negros escravizados em resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre (MUNANGA e GOMES, 2004, p.72).

Inúmeros quilombos foram construídos no século XIX, principalmente nas décadas finais do período escravista. Seus habitantes eram

chamados de quilombolas, mocambeiros ou calhambolas e foram perseguidos pelos senhores e pelo aparato militar colonial e onde quer que estivessem. Os quilombos que mais resistiram foram os que se localizaram nas áreas mais isoladas e os que mantiveram aliança com os índios, brancos pobres e demais grupos da população.

De acordo com Santos (1988), as características dos quilombos são: a preocupação com a defesa; a disposição de luta dos quilombolas; a fuga para lugar mais seguro quando ameaçado; a conexão com povoados próximos para fugas, o roubo de animais, víveres e assaltos a viajantes era um expediente dos quilombolas para garantir sua sobrevivência; o convencimento, rapto ou estímulo à fuga estabelecer pequenas trocas; por não poder fixar-se e produzir, dada à necessidade dos negros das redondezas e até mesmo a organização do espaço e arranjo das moradias.

Acrescentamos às palavras de Santos (1988), que a característica mais marcante do quilombo e dos quilombolas, através de seu ser, de seu fazer e de seu existir, é a negação do escravagismo e do ser escravizado, é a afirmação da liberdade e do ser livre.

O Quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas, no alto de uma serra, chamada de Serra da Barriga, local rico em vegetação e alimento, chamado pelos moradores de Angola Janga, que significa na língua *quibundo*, “Angola Pequena”, foi considerado o maior em extensão e em importância. Palmares não era apenas um, mas uma série de doze ou mais quilombos organizados no fim do século XVII. Calcula-se que ali viviam entre 20 a 30 mil pessoas. Cercado por armadilhas, fossos, muralhas de estacas e protegidos por contracercas, só era possível chegar ao seu interior através dos portões voltados para os pontos cardeais. Esse modelo de estrutura permitiu que conseguisse resistir a diversos ataques das forças do exército colonial e diversas expedições particulares de resgate e captura de escravos.

No entanto, há outros elementos importantes para destacar sobre Palmares, diversos deles relacionados à organização política e econômica. No modelo organizativo quilombola a terra era de proprieda-

de coletiva e os trabalhadores tinham direito a uma parte do que produziam. A sociedade era dividida de acordo com o trabalho, havia os agricultores, os artesãos, os guerreiros e os funcionários. Estes se dividiam em administrativos, que cuidavam dos impostos, os judiciários que aplicavam as leis e puniam os delitos e os militares que treinavam as tropas. Para agregar os negros de diversas culturas, o português era o idioma mais comum em Palmares.

A sociedade e a economia do quilombo dos Palmares representavam uma ameaça ao governo colonial, devido à posse coletiva da terra e a liberdade que o local inspirava nos seus moradores e nos que ainda não haviam conseguido a liberdade. Esse quilombo perdurou por um século e durante esse período enfrentou a paz e a guerra. Foram 27 guerras contra os portugueses e holandeses, que por longo tempo invadiram o território do Pernambuco.

Sua história foi resgatada a partir da década de 1980, quando militantes do movimento negro tomaram como bandeira a data do dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares, último líder do quilombo de Palmares e morto nessa data no ano de 1695¹.

Santos (1988) nos traz que é muito difícil precisar o número de quilombos nos anos finais do escravagismo, dados os poucos registros existentes. No entanto, o governo federal através da Fundação Palmares reconhece a existência de 1.838 comunidades remanescentes de quilombos, contudo entidades e órgãos do governo federal afirmam que pode ser quase 3 mil, pois além das comunidades já reconhecidas há outras tantas que ainda estão em processo de certificação.

Essas comunidades são reconhecidas na Constituição Federal como acervos vivos de história, conhecimento e tradições das populações negras que vem transmitindo esse conhecimento às gerações por séculos até os dias atuais. O resgate e a divulgação dessas comunidades busca evidenciar sua contribuição e o seu papel para a formação da sociedade brasileira.

3) A resistência abre diferentes frentes (1800 – 1889)

No início do século XIX o Brasil já tinha algo em torno de 3,6 milhões de habitantes, dos quais cerca de 1,9 milhões eram escravizados, ou seja, mais da metade da população se encontrava nessa condição de exploração. Em 1850 esse número pulou para 3,5 milhões, um imenso salto, gerado provavelmente pela eminente proibição do tráfico ultramarino de escravos.

A proibição do tráfico também obrigou o regime a realizar um forte movimento de migração interna de mão de obra, deslocando grandes populações de escravos da região nordeste para regiões centrais, onde se localizavam as fontes de riqueza do ciclo do ouro e diamante.

E é naquela região que vamos ver surgir outra importante forma de resistência da população negra escravizada: as irmandades religiosas dos pretos. Essas organizações, assim como os quilombos, deixaram suas raízes bem fincadas e geraram frutos que ainda hoje podem ser reconhecidos em nossa sociedade.

A religiosidade sempre foi um importante elemento nas culturas humanas, mesmo em momentos de forte opressão suas manifestações originais não são extintas, mesmo que muitas vezes passem por modificações, a intenção dos seus praticantes é de garantir a manutenção dos seus cultos. No caso dos africanos trazidos escravizados não foi diferente.

O estudo do universo religioso dos africanos da diáspora, daqueles que foram arrancados a força da sua terra e trazidos para a América Portuguesa, nos revela a maneira como se inseriram na sociedade brasileira e o produto, a síntese desse encontro, que não é homogêneo, nem uniforme, mas marcado por inúmeras tensões e contradições (QUINTÃO, 2011, p. 1).

No Brasil colonial, a religião era o centro da organização social, a igreja católica preponderava sobre as mais diversas organizações tanto da sociedade em geral como do Estado e do Governo local. Suas regras ditavam a convivência, a ação moral e mesmo a organização temporal, afinal os festejos eram a referência para contagem dos períodos (antes ou depois das festas do padroeiro, no mês do santo tal, na semana da procissão da santa, entre outros).

As irmandades religiosas eram instituições com estatutos próprios, reconhecidas oficialmente pelas autoridades eclesiais e políticas da época. Elas se caracterizavam por uma certa autonomia, pois tinham liberdade para gerir seus próprios negócios. Muitas dessas irmandades reverenciavam santos negros, elas surgem em Portugal e vão sendo paulatinamente transformadas em irmandades negras, no Brasil a mais popular e que resiste até hoje é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Sobre o papel das irmandades, Quintão (2011) destaca que:

Essas associações, além das atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, também exerciam atribuições de caráter social como: ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maltratos de seus senhores e ajuda para a compra da carta de alforria.

No entanto, uma das atribuições mais lembradas nos capítulos dos estatutos ou compromissos das irmandades refere-se a garantia de um enterro para os escravos, frequentemente abandonados por seus senhores nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde (p.3).

Essas irmandades movimentavam recursos significativos para o período, recursos esses levantados junto aos seus membros, que tanto podiam ser homens como mulheres, africanos, libertos, escravos e

brancos (os quais tinham sua participação na direção limitada nos estatutos). As formas para levantar recursos eram as mais diversas: taxas de admissão, contribuição oficial para festas, esmolas, doações de benfeitores, dentre outras.

Dentro dessas irmandades haviam os grupos dos caifazes, com destaque para diversas instituições do interior de São Paulo:

Podemos dizer que, se num primeiro momento o movimento abolicionista paulista limitava-se a uma ação parlamentar, a segunda etapa, que se inicia na década de 1880 é marcada por uma campanha que conta com a adesão de vários segmentos sociais e que passa a exercer uma ação direta para acabar com a escravidão. Estes ficaram conhecidos como caifazes, em associação com a passagem do evangelho de São João em que sentencia Caifaz: “Vós nada sabeis, não compreendeis que convém que um homem morra pelo povo, para que o povo todo não pereça? (Jo. 11,50). E entregou Jesus a Pilatos”. A ação revolucionária dos caifazes deve ser vista a partir de um duplo aspecto: A desorganização do trabalho escravo, que incluía todo o processo de fuga (do incitamento à chegada ao Quilombo do Jabaquara em Santos) e a inserção do negro fugido no mercado de trabalho. A dinâmica e a complementariedade entre esses dois aspectos define o caráter inovador da atuação dos caifazes. (QUINTÃO, 2011, p. 11).

Outro trecho de documento que deixa claro o compromisso das irmandades com a luta contra o sistema escravista os artigo abaixo do termo de compromisso da Irmandade de São Benedito de Guaratinguetá, realizada no ano de 1876:

(...) Artigo 2º A Irmandade libertará anualmente uma vez mais de seis empregados conforme os seus escravos.

Parágrafo Único: tem direito a este favor.

1º A Rainha

2º O Rei

3º A Juiza de Vara

4º O Juiz de Vara

5º a Juiza de Ramalhete

6º O Juiz de Ramalhete

Artigo 3º A nomeação do empregado ou empregados que convirem de ser alforriados será feita por sorteio dentre os escravos que até o dia trinta e um de janeiro, ante-vespera da nomeação hajão contribuido para o cofre da Irmandade, com a joia de mil reis cada um.

Parágrafo Único: serão admitidos a fazer esta contribuiçãõ todos e quaisquer escravos residentes na Paroquia, ou fora della, excluidos os que não estiverem inscritos como membros da Irmandade. Não serão porem admitidos todos aquelles que ja tiverem comettido insubordinaçãõ grave e tentado contra a vida d'alguem.²

Essas instituições perduram até os dias atuais e serviram de instrumento de inserção da população negra em diferentes espaços da sociedade, contribuindo para a inserção de diversos dos seus membros em situações de destaque na comunidade colonial.

Mas, além de organizações de caráter mais integrador, como era o caso ds irmandades, esse período da história brasileira foi permeado de movimentos revoltosos diversos de norte a sul do país, movimentos por independência, autonomia política, mudanças de regime, separações regionais, entre outros. E dentre de quase todos estava inclusa a discussão do regime escravista. Em todos foi significativa a participação de negros libertos ou escravos, assim como, a população livre, pobre e mestiça. Ocorreram no Brasil movimentos como as insurreições mineira, baiana e carioca, a revolução nordestina de 1817, a Confederação do Equador em 1824, as revoltas provinciais como a

Sabinada na Bahia, Balaiada no Piauí e Maranhão, a Cabanagem no Pará, a Cabanada e a Praieira em Pernambuco e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, para citar apenas as maiores. Era crescente o sentimento abolicionista e republicano.

O processo que resultou no fim do sistema escravista não pode ser atribuído a um fator específico, nem tão pouco pode desconsiderar os elementos diversos que foram paulatinamente tornando a assinatura da lei da abolição do trabalho escravo o resultado culminante de um processo de luta de diferentes formas e em diferentes espaços.

Segundo Alonso (2014, p.120):

Foi na campanha contra o tráfico de escravos, mostra Tilly (2005: 308), que os ingleses inventaram o “movimento social”, essa maneira extraparlamentar de fazer política, à qual recorrem grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional. Forma de ação que se caracterizaria por campanha de pressão sobre autoridades, sob forma de manifestações públicas; uso de mesmo repertório de confronto, isto é, de formas semelhantes de organização, expressão e ação; e envolve grande número de pessoas, cujo compromisso perdura ante adversidades (sobretudo repressão).

A partir dessa concepção, levantei, em 35 jornais de nove províncias, 1.446 eventos de protesto abolicionista no Brasil entre 1868 e 1888. Aí se inclui uma variedade de estratégias de mobilização, sobretudo a organização de 293 associações exclusivas e de 600 manifestações públicas, como também iniciativas institucionais, ações diretas, simbólicas, de difusão e confrontação, que se distribuíram por 236 cidades do país, em todas as províncias do Império, ao longo de duas décadas (1868 1888).

Como vemos, havia uma hegemonia social em torno da ideia da necessidade de acabar com o regime de trabalho escravizado. No en-

tanto, como deveria ser realizado esse processo e como seria a inclusão social dos ex-escravos estava longe de ser consenso, como veremos mais adiante.

4) A não cidadania da República (1889 – 1930)

Após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o movimento dos negros continuou em um contexto social diferente. Na Nova República (1889) apesar de serem homens livres, os negros não conseguiram o espaço que era esperado, em grande parte devido às teorias do racismo científico e do branqueamento. Na economia, a mão de obra escrava, antes disputada, agora perde espaço para os imigrantes europeus.

Alguns clubes e organizações agregavam um grande número de “homens de cor”, como se diziam na época, alguns tiveram como base de formação trabalhadores portuários, ferroviários, ensacadores.

Eram organizações que tinha um projeto de melhoria de vida e de oportunidade para as populações negras. Prova deste esforço estava no fato de que estas entidades procuravam formar escolas de ensino primário ou profissionalizante, organizar grupos de teatro e bibliotecas. Muitas dessas associações tem, na sua base, determinadas classes de trabalhadores negros, tais como, portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical. (CUNHA JUNIOR, 1992, p.71)

Neste período, várias agremiações foram formadas em São Paulo, o Clube 28 de Setembro é considerado a agremiação mais antiga, fundado em 1897. Além desta ainda havia o Club 13 de maio dos Homens Pretos, em 1902; o Centro Literário dos Homens de Cor, em 1903; a Sociedade Propugnadora 13 de Maio, em 1906; o Centro

Cultural Henrique Dias, em 1908; a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor, em 1915; a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos, em 1917; o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos, em 1908; e o Centro Cívico Palmares, em 1926. No Rio de Janeiro, havia o Centro da Federação dos Homens de Cor, em São Paulo havia também uma do mesmo nome e de acordo com Domingues, se forem a mesma, permite supor que seria a primeira entidade negra de abrangência interestadual. Em Pelotas, a Sociedade Progresso da Raça Africana, em 1891, em Lages, SC, o Centro Cívico Cruz e Sousa, em 1918, dentre outros.

Vale ainda destacar que ainda no mesmo período, surge o que se denominou de imprensa negra: jornais publicados por negros, cuja pauta era as questões pertinentes à raça negra, em especial ao preconceito de cor.

A imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época (GOMES, 2012, p. 8).

Segundo Munanga e Gomes (2004), os jornais eram organizados por homens, como José Corrêa Leite, auxiliar de farmácia e outros do mesmo nível social. Não possuíam grandes posses e eram custeados pela própria comunidade negra. De acordo com Bento (1998), entre 1903 e 1963, surgiram mais de vinte diferentes jornais escritos por negros no Brasil, o que revela uma determinação e ao mesmo tempo necessidade de se manter a organização dos negros dentro daquele contexto social.

Em São Paulo o primeiro desses jornais foi “A Pátria”, de 1899, tendo como subtítulo “Órgão dos Homens de Cor”; em seguida “O

Combate”, em 1912; “O Menelick”, em 1915; “O Bandeirante”, em 1918; “O Alfinete”, em 1918; “A Liberdade”, em 1918; “A Sentinela”, em 1920. Em Campinas, “O Baluarte”, em 1903, e “O Getulino”, em 1923. O “Clarim da Alvorada”, em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar era considerado um dos principais jornais deste período. Em Uberlândia, o jornal “A Raça”, 1935; em Curitiba, o “União”, 1918; “O Exemplo”, 1892, em Porto Alegre, entre outros.

Estes jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Havia o entendimento por parte da comunidade negra que, nesta nova sociedade republicana que se formava, a condição para a ascensão social perpassava obrigatoriamente pelo domínio da leitura e da escrita. Os jornais publicavam artigos em que faziam o chamamento:

Para aumentar o índice de escolarização da população negra, era necessário incutir nos indivíduos a ideia de que a educação é um capital cultural de que os negros precisavam para enfrentar a competição com os brancos, principalmente com os estrangeiros (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 141).

Por outro lado, crescia o entendimento na comunidade negra sobre a necessidade de ampliar a sua organização política. E em 1931, foi fundada em São Paulo, a Frente Negra Brasileira, FNB, que foi considerada a maior entidade negra do país e que conseguiu milhares de associados, com delegações em diversos estados do Brasil: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, fazendo com que o Movimento Negro Brasileiro se convertesse em um movimento de massa.

Havia um projeto na FNB de criação do Liceu Palmares, com o objetivo de oferecer o ensino primário, secundário, comercial e ginasial aos alunos-sócios, mas aceitaria não sócios e brancos. Deveria funcionar em todo o Estado de São Paulo, porém, por falta de recursos, o projeto fracassou. Para os líderes, a educação dos afrodescendentes deveria se expandir para além da escolarização, e incluir curso de formação política; isto devido à baixa autoestima provocada pelos anos de escravidão, que produzia na população negra uma apatia e entrega aos vícios urbanos e ausência de dispositivos psicossociais que o ajudassem na integração nesta ordem competitiva.

A FNB chegou a superar os 20 mil associados, mantinha escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral, oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação político, de artes e de ofício, além de publicar um jornal, o A Voz da Raça.

Em 1936, a Frente Negra Brasileira, transformou-se em um partido político; sua proposta fundamentava-se em uma filosofia educacional, “acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura” (MUNANGA e GOMES, 2004, p. 118). A FNB chegou a ser recebida pelo Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, tendo algumas de suas reivindicações atendidas, como o fim da proibição do ingresso de negros na guarda civil em São Paulo.

Esta aproximação indicou o poder de barganha que o movimento negro organizado dispunha no cenário político institucionalizado; porém, não impediu que, com a instauração do Estado Novo, em 1937, juntamente com outras organizações políticas, a Frente Negra Brasileira fosse extinta.

5) Disputando poder político (1930-1964)

Considerado por Domingues (2007) como a segunda fase do Movimento Negro organizado na República. Durante os anos em que

vigorou no país, no Estado Novo, 1937-1945, houve uma violenta repressão política, tornando qualquer movimento contestatório inviável.

O movimento negro ressurgiu após a queda da ditadura de Vargas, não com a mesma intensidade dos anos anteriores. Em 1943, em Porto Alegre, a União dos Homens de Cor, UHC, declarava que sua principal finalidade era “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”(DOMINGUES,2007, p.188).

A UHC se destacava pela organização e pela rápida expansão nos anos 40, período em que abriu sucursal ou possuía representantes em pelo menos 10 estados: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Em sua atuação, promovia debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais. Em 1950, representantes da UHC foram recebidos pelo Presidente Getúlio Vargas, quando foi apresentada uma série de reivindicações a favor da “população de cor”.

A ditadura que foi implantada a partir do golpe militar de 1964 desarticulou a luta política do movimento negro organizado. Como aconteceu com militantes de outras causas, os militantes do movimento negro foram vigiados pelos órgãos de repressão. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida; o movimento somente voltou a se reunir na década de 1970.

Ainda segundo Gomes (2012), após a instauração da ditadura militar em 1964 e a promulgação da LDB da época (a 5.692/ 71), a questão racial perdeu lugar nos princípios que regiam a educação nacional.

a) Teatro Negro Experimental – TEN

Outro marco na luta do movimento negro em prol do reconhecimento dos direitos dos negros e sua inserção no regime republicano

foi a criação do Teatro Experimental do Negro, o TEN, que sob a direção do professor Abdias Nascimento, estimulava a participação política e artística dos negros. A proposta era formar um grupo teatral apenas com artistas negros, que, além de representar seriam uma frente de luta, um polo de cultura, com o objetivo de promover a libertação cultural do povo negro (MUNANGA e GOMES, 2004).

O TEN avançou e adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal “O Quilombo”, ofereceu cursos de alfabetização, de corte e costura, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro brasileiro; promoveu, na Bahia, a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe, depois realizou um concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, de grande repercussão na opinião pública. Tratava-se de um movimento estético em busca da afirmação étnica. A Negritude nasce no Brasil por meio da dramaturgia, criando uma escola de atores e autores nacionais (DOMINGUES, 2007).

O jornal “O Quilombo” possuía uma produção diferenciada dos demais jornais militantes que circulavam na época. Havia uma inserção e sintonia com o mundo cultural brasileiro e internacional. Conseguia congregar intelectuais negros e brancos, com visão crítica sobre o racismo e a situação do negro brasileiro. Dentre estes intelectuais destacam-se: Guerreiro Ramos, Ironildes Rodrigues, Edison Cordeiro, Solano Trindade, Nelson Rodrigues, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Orígenes Lessa, Roger Bastide, entre outros.

O jornal também publicou artigos intelectuais estrangeiros, discutiu música, cinema, teatro, poesia, religião feita por negros brasileiros, mostrando que havia um pensamento intelectual produzido pelos afro-brasileiros na vida nacional. Um pensamento produzido por pessoas negras na cor e negras enquanto compromisso político com a afirmação da identidade e da cultura negra (MUNANGA e GOMES, 2004, p. 122)

O TEN revelou talentos conhecidos até hoje no cenário nacional: Aguinaldo Camargo, Grande Otelo, Ruth de Souza, Haroldo Costa, Lea Garcia, Abdias do Nascimento, entre outros.

O golpe militar de 1964 também desmobilizou o TEN, que, em 1968, foi praticamente extinto quando Abdias do Nascimento partiu para o autoexílio nos Estados Unidos.

A UHC e o TEN não foram os únicos grupos que deram visibilidade para a luta antirracismo, mas segundo Domingues, foram os que deram maior destaque para as questões raciais nas décadas de 40 e 50

A imprensa negra cresceu, novas publicações foram lançadas. Mas esta crescente não foi suficiente para a aprovação de um projeto de lei antidiscriminatório, apresentado à Assembleia Constituinte, em 1946, pelo Senador Hamilton Nogueira (UDN). Colocado em votação, foi considerado pelo PCB, como um projeto que “restringia o conceito amplo de democracia”, que as reivindicações específicas dos negros eram um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores e represavam a marcha da revolução socialista no país (DOMINGUES, 2006).

Na década 1960, o movimento entrou em refluxo, devido ao golpe militar de 1964. Os integrantes dos negros eram perseguidos e acusados de apresentar problemas onde não existiam, pois no Brasil imperava o mito da democracia, ou seja, acreditava-se que as relações raciais eram pautadas na cordialidade entre negros, brancos e índios, acreditando-se que o país havia escapado do racismo e da discriminação racial, em comparação com outros países (GONÇALVES, 1998).

Este fato contribuiu para um abandono do movimento negro por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas. Somente em 1951 o Congresso Nacional aprovou a primeira lei antidiscriminatória do país, de autoria de Afonso Arinos.

6) A redemocratização (1970-2004)

Após o golpe militar em 1964, houve uma desarticulação do movimento negro organizado; a discussão pública da questão racial ficou reprimida. Os militantes foram acusados pelos militares de criarem um problema que não existia no Brasil: o racismo.

Segundo Cunha Jr.(1992,p.65), “tínhamos na época três tipos de problemas, o isolamento político, a ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro”.

Somente ao final da década de 1970, com o retorno dos movimentos sociais em cena (sindical, estudantil, das mulheres, dos gays), o movimento negro, através da criação do Movimento Negro Unificado em 1978, na cidade de São Paulo, traz ao debate público as questões educacionais referentes à população negra brasileira.

Segundo Domingues(2007), a criação do MNU, ou a reorganização do Movimento Negro, ocorreu devido a confluência de fatores externos e internos. No âmbito externo temos por um lado estimulados pela luta a favor dos direitos civis que ocorriam nos Estados Unidos, onde se levantavam lideranças como Martin Luther King, Malcon X e outras organizações, como os Panteras Negras; entre outros, os movimentos que ocorriam para libertação dos países de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Estas influências externas contribuíram para a adoção de um discurso radical contra a discriminação racial que imperava no Brasil.

No âmbito interno, o fato detonador foi o assassinato de um jovem atleta negro pela polícia militar, confundido com marginal. O que gerou indignação social levando a uma manifestação nas escadarias da Câmara Municipal de São Paulo no dia 18 de junho de 1978, onde se congregaram diversos grupos políticos e culturais unidos contra a discriminação racial.

Questão racial na agenda dos governos, a partir da década de 80

Em 1982, houve mudanças nos governos estaduais e municipais. Algumas administrações organizaram grupos de assessoria para assuntos da comunidade negra, assessores militantes em movimentos, sindicatos, em partidos, foram contratados, para interferirem nos livros didáticos e currículos escolares de forma que a história da África e do Negro constassem nos currículos. Foram os casos das Secretarias do Estado da Educação de São Paulo e da Bahia e da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro. Posteriormente, outras secretarias de outros estados criaram assessorias com a mesma finalidade, dentre estas Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal.

Esta inserção de militantes nas secretarias, com uma finalidade específica, fez com que houvesse um interesse pelo estudo das relações inter-raciais na escola; entretanto foram os pesquisadores negros que começaram a pesquisar sobre o tema. Em 1986, Brasília sediou a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, que teve representantes de sessenta e três entidades do Movimento Negro, de dezesseis estados da federação brasileira, totalizando cento e oitenta e cinco inscritos, que indicaram aos membros da Assembleia Nacional Constituinte-87 as seguintes reivindicações:

- o processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatória a inclusão nos currículos escolares de I, II e III graus, do ensino da história da África e da História dos Negros no Brasil,
- que seja alterada do inciso 8º do artigo 53 da Constituição Federal, ficando com a seguinte redação: “A publicação de livros, jornais e periódicos não dependem de licença da autoridade. Fica proibida a propaganda de guerra, de subversão à Ordem ou de preconceitos de religião, de raça, de cor ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias a moral e aos bons costumes (SANTOS, 2005).

Em 1987, entidades negras de Brasília pressionaram a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) para que fossem adotadas medidas contra o racismo nos livros didáticos. Representantes de organizações negras foram convidados para fazerem uma avaliação dos problemas de discriminação que afetavam os livros didáticos em um evento promovido pela FAE e pela Diretoria do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A FAE faz circular os livros que são adotados pelos sistemas de ensino nacional.

A Convenção nacional “O Negro e a Constituinte”, realizada em Brasília em 1986, apresentou várias propostas às comissões da Assembleia Nacional Constituinte. Como exemplo das propostas que foram incorporadas, podemos citar o racismo como crime inafiançável e imprescritível, a demarcação das terras quilombolas, dentre outras.

Em 1988, Ano do Centenário da Abolição aumentou o debate sobre negros e educação. Diferentes estados promoveram eventos que colocavam em pauta a discussão sobre a problemática da educação dos negros. Mesmo tendo se passado 100 da abolição, pouca garantia de direitos constitucionais haviam sido conquistados. “Depois de 1980, aparece muita gente falando contra o racismo, pois isto dava assento nas periferias, das diversas esferas do poder ou assessorias do poder” (CUNHA JR., 1992, p. 67).

Como resultado destes eventos, e principalmente do disposto no artigo 242 da Constituição de 1988, os Estados e municípios agregaram a temática racial à agenda de governo. O Estado da Bahia foi um dos primeiros a colocar na agenda do Estado, a questão racial, que passará a ser tratada nas escolas do sistema de ensino daquele Estado.

A Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 05 de outubro de 1989, já incorporava alterações, fruto da luta do Movimento Negro em prol da adoção de medidas legais que contemplassem a inclusão de disciplinas sobre a História dos Negros no Brasil e a História do continente africano nos currículos das redes estaduais e municipais, ou seja, a questão racial havia sido incorporada na agenda do governo.

Gonçalves e Silva (2000, p.155) afirmam que:

(...) o movimento negro passou, assim, praticamente a década de 80 inteira, envolvido com as questões da democratização do ensino. Podemos dividir a década em duas fases. Na primeira, as organizações se mobilizaram para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Vários foram os alvos de ataque: livro didático, currículo, formação dos professores, etc. Na segunda fase, as entidades vão substituindo aos poucos a denúncia pela ação concreta.

Na década de 90 ainda vigoram os movimentos sociais que buscam a reconstrução de um Estado democrático de direito depois de duas décadas de autoritarismo. As reformas constitucionais de alguns países trouxeram como novidade a concepção de sociedade e nações pluriétnicas e multiculturais (GOMES, 2012).

Em 1991, realizou-se, em São Paulo, o 1º Congresso Nacional de Entidades Negras (ENEN) que ampliou a visibilidade do Movimento Negro; os contornos da discriminação racial ficaram mais nítidos a outros movimentos sociais; rompeu-se o isolamento político do MNU (DOMINGUES, 2008).

Em 1994, experiências interessantes envolvendo entidades negras e Secretarias de Educação são realizadas em alguns Estados. O Núcleo de Estudos Negros, NEN, com financiamento da Fundação Ford, é um exemplo. Vários seminários são organizados por este núcleo com a participação de professores do Ensino Fundamental do Estado de Santa Catarina e outros da região Sul. O NEN tem publicado trimestralmente a série Pensamento Negro em Educação, que divulga pesquisas educacionais tratando do tema do negro e a educação.

Nos anos 90, articulações entre o Movimento Negro e os políticos mais sensíveis à questão racial brasileira, embasados na Constituição Federal, tiveram como resultado a inclusão da questão racial nos currículos das escolas estaduais e municipais, através da alteração das

leis orgânicas dos seguintes municípios: de Belo Horizonte; de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; de Belém, Estado do Pará; de Aracaju, Estado de Sergipe; de São Paulo, Estado de São Paulo; de Teresina, Estado do Piauí.

O Movimento continua...

Em 20 de novembro de 1995, o movimento negro realizou uma marcha nacional à Brasília, em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi. Na ocasião, uma comissão de representantes de entidades do movimento negro entregou um documento ao presidente da República com um rol de reivindicações de políticas reparação para a população negra do país.

A realização da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, ocorrida em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, foi mais uma das ações do Movimento Negro, que reuniu as lideranças de diversas regiões do Brasil e contou com a participação de aproximadamente 30.000 pessoas. O Movimento não teve a intenção apenas do reconhecimento de Zumbi enquanto herói nacional, mas exigir do governo e dos poderes constituídos a busca das soluções a serem concretizadas através de ações antirracistas em todos os domínios da vida nacional (DOMINGUES, 2008).

No ato, os organizadores foram recebidos pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto e entregaram um documento intitulado “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, que continha várias propostas antirracistas.

Considerado como um dos eventos mais importantes organizados pelas entidades negras no Brasil, teve como desdobramento a criação de um Grupo Interministerial de Valorização do Negro, GTI, que tinha como função provocar e articular medidas de enfrentamento da questão racial entre os diversos ministérios e outras instâncias do governo federal.

Em 1996, o Ministério da Justiça realizou em Brasília o Seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da Ação Afirmativa em esta-

dos democráticos contemporâneos”, que teve a participação de intelectuais brasileiros e estrangeiros. Neste evento, evidenciou-se a enorme diferença de perspectivas para a questão racial entre os agentes políticos e intelectuais. Percebe-se que quando se trata de discutir as relações raciais no Brasil e refletir sobre as consequências causadas pela falta de política pública no nível de Estado, o quão desconfortável as pessoas se sentem. Admitir as diferenças e avançar no sentido de romper com o silêncio em todas as áreas não tem sido tarefa fácil.

Ao final dos anos 90, podemos inferir que embora ainda havendo muito a ser feito, as conquistas para a população negra deram um salto de qualidade, o Movimento Negro conseguiu colocar a questão racial na agenda do governo.

Para finalizar esse balanço sobre o movimento negro no Brasil, especialmente no período pós abolição, cabe destacar que essas ações das populações negras são formas usadas para confrontar a pressão social por assumir a identidade legitimadora, caracterizada pelas instituições dominantes na construção e difusão da ideia de inferioridade dos negros, o que ocorre por meio da ideologia do mito da democracia racial e do fenômeno de branqueamento, que ajudam a fomentar o racismo no Brasil.

As diversas formas de organização, das quais aqui destacamos apenas algumas, constituem elementos de uma identidade de resistência, ou seja, a construção de uma identidade negra, que, entre outras reações, destacam o reconhecimento de instâncias de lutas e resistências que aconteceram e continuam a acontecer ao longo da história dos negros escravizados e seus descendentes, na histórica formação da identidade nacional brasileira.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. *O abolicionismo como movimento social*. Revista CEBRAP, nº 100, nov. 2014.

- CUNHA JR, Henrique. *Textos para o movimento negro*, São Paulo, Edicon, 1992.
- Domingos, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Movimento negro e educação*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, Dec. 2000. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=en&nrm=iso. access on 03 Oct. 2015.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Sept. 2015.
- MUNANGA, Kabengeue. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista USP, nº 28, 1996, 56-63.
- MUNANGA, Kabengeue e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, 2004.
- PINSK, Jaime. *A história da escravidão no Brasil*. 21 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- QUINTÃO, Antonia A. *Irmandades negras: espaço de luta, resistência cultural e protesto racial*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, 2011. Disponível em: www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/

1308246358_ARQUIVO_IRMANDADESBA.pdf. Acesso em: 03 Out 2015.

REIS, J. J. e E. Silva. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Notas

¹ Esse tema será tratado em um item mais adiante no texto.

² Compromissos de Diversas Irmandades da Província – 1864, AESP.

Racismo à brasileira: a perspectiva totalitária da branquitude

Carlindo Fausto Antonio

O racismo não é apenas uma manifestação abstrata ou subjetiva. Não é por outra razão que o Brasil assistiu, nas últimas décadas do século XX e nas iniciais do século XXI, à multiplicação das chacinas e, concomitantemente, à elevação da naturalização da violência contra jovens negros. Nessa ordem, os polos ideológicos e estrutural são inseparáveis. Dessa maneira, “mede-se o valor da ideologia pela sua influência histórica nas massas, mas também por seu potencial instrumental, por sua energia reativa, enfim, por sua capacidade de torna-se força material” (GRISONI; MAGGIORI, apud SANTOS, 2012, p. 121).

A violência, terror cotidiano a que está submetida a população negra, não é uma abstração e o racismo existente no país escreve-se assim: trata-se de um sistema que traz, sedimenta e, muitas vezes, naturaliza e fossiliza benefícios e privilégios materiais e simbólicos para um determinado grupo étnico-racial e para os indivíduos que pertencem a este grupo. Podemos dizer, considerando a cor da classe, que os brancos e as brancas das elites escravistas e pós-trabalho escravizado são os arquitetos históricos e igualmente os grandes beneficiários do sistema racista à brasileira. No entanto, há um processo de invisibilidade que se imbrica de forma indissociável com a natureza do racismo instalado no país. Por isso, como não há, ou melhor, como cria-se ideologicamente a invisibilidade dos brancos, não há, por si só, uma análise correta das relações raciais; do racismo, na medida em que o negro não pode defini-lo sozinho; ou melhor, o negro isoladamente revela apenas o contingente discriminado. Dessa

forma, os brancos, os privilegiados pelas desigualdades raciais, ficam imunes às análises e às políticas para reversão do problema: “Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2002, p. 26).

Por outro lado, não é demais afirmar que a dimensão principal do racismo praticado no país atinge material e simbolicamente negros e negras. Não há possibilidade de racismo às avessas; a base estrutural e ideológica exprime, por meio da realidade concreta e da sua existência sistêmica, suas funcionalizações a serviço dos sujeitos da branquura.

As funcionalizações, que refletem a estrutura material e ideológica, pedem uma intervenção que alcance e desvele as armadilhas e sutilezas do racismo erigido entre nós, à guisa de compreensão, relendo as lições de Milton Santos (2000, p. 15) aprendemos que

Aqui, o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites simbólicos e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas).

Há uma lógica paradoxal instalada, conforme refletiu Milton Santos, na sociedade brasileira e no que concerne à ascensão dos negros; mas há igualmente no que tange aos negros que se posicionam contra o racismo que, de modo acríptico e a-histórico, são acusados equivocadamente de promotores de racismo às avessas.

Como se define e funciona o racismo no Brasil

A consciência do racismo no Brasil exige a compreensão de como ele se define e funciona, o que nos impõe o entendimento da sua realidade concreta dada pelas desigualdades ocupacionais, locacionais, educacionais, jurídicas e institucionais e, no mesmo quadro, a compreensão da sua existência fundada em sistemas de ideias, teorias, discursos e ações articulados pelo pensamento único, pela cristalização e pela naturalização ativadas historicamente pelas políticas e ideologias de cordialidade no âmbito das relações raciais; pelo mito de democracia racial, pelas políticas e ideologias de branqueamento; pela branquitude universalizada e, para fechar o sistema, pelas perversas políticas de silêncio e de ignorância pré-estabelecida em torno do debate e da superação do racismo à brasileira.

Feita a abordagem conjunta e delimitadora da realidade concreta e da sua inseparabilidade da existência sistêmica. Vamos às desigualdades; comecemos pela ocupacional.

É pela materialidade, conjugada simultaneamente pela ideologia, que enfatizamos que a desigualdade ocupacional tem três dados constitutivos do racismo: a discriminação no acesso, nos salários e na mobilidade e/ou na ascensão. Mesmo considerando pessoas da mesma região, sexo, idade e grau de estudo aproximado, os negros e negras ficam submetidos às desvantagens de renda, de salário, de acesso aos cargos de gerência e do alto escalão de empresas públicas e privadas. No quesito renda e salário médio, a situação revela que pardos, além dos discursos bivalentes do branqueamento, são negros na realidade concreta do racismo. Desse modo, o negro recebe 2,61 salários mínimos; pardos 2,71 salários mínimos e os brancos 5,6 salários mínimos (*Caros Amigos*, Ano VI, Nº 66/09, 2002, p.19) A partir desses números, podem-se examinar as condições, nos dias atuais e no mercado de trabalho, pelas quais o racismo constitui a causa de exclusão de milhões de brasileiros de corporeidade negra.

Na mesma senda, são emblemáticas e reveladoras do racismo as análises comparativas que apresentam os dados alusivos às famílias

mais ricas do Brasil. Na outra margem, quando tabulamos e nos debruçamos analiticamente sobre os dados que apresentam as famílias com menor renda, temos igualmente a explicitação do racismo estrutural: “Entre as 10% com maior renda, 90% são brancas e nas 10% com menor renda: 70% são negras e pardas” (Caros Amigos, Ano VI, Nº 66/09, 2002, p. 19)

A situação de emprego tabulada a partir dos ganhos de negros e brancos, de acordo com pesquisa realizada no ano de 2013 pelo IBGE, continua retratando as desigualdades.

A média anual do rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda (R\$ 1.374,79) continua sendo inferior à dos trabalhadores de cor branca (R\$ 2.396,74). Em 2013, comparando as médias anuais dos rendimentos dos trabalhadores de cor branca com os de cor preta ou parda, verificou-se que os trabalhadores de cor preta ou parda ganham 57,4% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca (Indicadores do IBGE, ano 2013, período 2003-2013, p. 253).

Os dados estatísticos do IBGE divulgados nos últimos 20 anos, além dos apresentados acima, confirmam as disparidades entre negros e brancos no mercado de trabalho, no acesso aos bens materiais e imateriais, nas representações oficiais e nos espaços de poder.

Em face da realidade brasileira, na qual o racismo é a razão principal dos desequilíbrios sociais entre brancos e negros, por que as desigualdades raciais não geram uma reação de igual proporção das populações negras?

A natureza do racismo instituído no Brasil é uma hipótese explicativa para a desmobilização de negros e negras; deve-se a sua força e eficácia à dimensão totalitária do branqueamento e da branquitude, que asseguram, em todos os espaços da sociedade, a manutenção desse quadro. O nosso objetivo ao tratarmos da realidade concreta e da existência sistêmica do racismo, relevando o modelo

singular das relações raciais no país, é compreender os fundamentos que desmobilizam negros e negras para uma ação antirracismo.

Existe um fundamentalismo do consumo do branqueamento e da branquitude, que é universalizada de modo totalitário para o conjunto da nação brasileira. O pensamento único, articulado por sistemas de ideias, teorias e discursos, a despeito dos sistemas de ações sintetizados pelas desigualdades raciais, enfraquece a força da solidariedade, da identidade negra e da mobilização antirracismo. Munanga se refere ao enfraquecimento do processo de solidariedade chamando a atenção para a alienação e a exclusão.

Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros *puros* caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso, abrindo mão da formação de sua identidade de *excluídos* (MUNANGA, 2006,p.96).

No Brasil, hoje, a naturalização da branquitude como valor universal, mecânica repetida pelos processos educativos formais e não formais e, muito especialmente pelos sistemas de comunicação e televisivo, gera sistemas de imagens, de representação, de gestos e de comportamentos esquizofrênicos e avessos à realidade concreta, comprovada pelos dados divulgados pelo IBGE, que aponta para um crescente enegrecimento físico do país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados de 2010, os negros (pretos e pardos) são 52% dos habitantes do país.

A educação formal, a exemplo dos processos educativos presentes no seio da sociedade brasileira, favorece e alimenta a esquizofrenia identitária que é, como ressalta Joel Zito Araújo, “a negação do Brasil” (ARAÚJO, 2000).

A educação, de modo semelhante à exclusão de negros e negras nos espaços de trabalho e na mobilidade salarial, mostra que a ordem

racista é coorientada e coabitada por um projeto civilizatório eurocêntrico. Sendo assim, as desigualdades no âmbito educacional não se limitam à marginalidade social. Considerando o exposto, só a marginalidade social não explica o porquê do fracasso e da expulsão de negros e negras dos sistemas de ensino no território nacional.

A opressão sintetizada pelo eurocentrismo, no universo educacional, não se resolve tão-somente com o acesso, a permanência, a aprovação e a conclusão dos cursos; são indispensáveis mudanças no sistema interno dos estabelecimentos de ensino, isto é, nos projetos pedagógicos, nos currículos, nas disciplinas históricas e nos processos cotidianos de ensino e aprendizagem para questionar e enfatizar, a exemplo do que formalizam as Leis 10.639/2003 e 11645/2008, que a brancura não é um valor universal e que são ignoradas as contribuições africanas, ameríndias e asiáticas. Currículos eurocêntricos são responsáveis, numa conjugação com as desigualdades estruturais fundadas no racismo, pela reprovação e expulsão de negros, negras, índios e índias dos sistemas de ensino oficiais.

O racismo, nos espaços educativos formais e não formais como o televisivo, cria a invisibilidade corpórea e temática da população negra e indígena. As soluções, na educação, sem menosprezo aos avanços conquistados, são muitas vezes centradas no senso comum: “meu pai é negro”, “o meu melhor amigo”, “eu não sou racista”, “o Brasil não é racista; racista são os EUA”, “eu já discuto com os meus alunos”, “a minha mulher é branca”. Dessa forma, o debate é adiado, a compreensão é individualizada; as comparações são descontextualizadas e a miscigenação é apresentada como sinônimo de democracia racial. No sistema televisivo, a ausência de homens, mulheres, crianças, velhas e velhos negros é ampliada pelo apagamento de personagens negras com história, problemática e família. Existe uma dupla negação; a física e a filosófica.

Nas novelas e séries televisivas, acompanhadas continuamente pelas famílias brasileiras, os negros são quase invisí-

veis. Salvo raras exceções, eles não existem como protagonistas da história central. Fora das novelas e séries históricas específicas sobre negros, estes só aparecem em relação com os brancos. A principal razão de ser dos negros é fortificar a trama da história dominante, seja por meio de imagens exóticas, pela construção de uma intriga racial ou por imagens banais de motoristas e delinquentes.

Nos últimos anos, as pesquisas comprovam essa situação crítica dos negros. As conclusões desses trabalhos mostram que não existem histórias simples nas quais os negros se amem, se detestem ou gozem do cotidiano da família, sem que sejam feitas referências ao mundo do branco. A vida dos negros jamais é mostrada em seu aspecto dinâmico. Na televisão, quase nunca se veem negros se beijando (D'ADESKY, 2009, p. 89).

Avançando para a análise dos demais elementos constituintes do quadro de desigualdades, a jurídica, fundada na cor e na corporeidade, mostra que a cor da pele é decisiva no contingente de jovens assassinados em abordagens isoladas e mais ainda nas chacinas, que ocorrem invariavelmente nos territórios negros. Dentro dessa perspectiva, quanto mais escura for a pele de uma pessoa, mais chance ela terá de compor os dados estatísticos que revelaram que 70,6% dos jovens mortos nos homicídios, no ano de 2010, eram negros. O mapa da violência mostra ainda que

em 2010 morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, um total de 26,2 para cada 100 mil habitantes. Dessas vítimas, 70,6% eram negras. No mesmo ano, 26.854 jovens entre 15 e 29 sofreram homicídio, ou seja, 53,5% do total de vítimas em 2010. Destes 74,6% eram negros e 91,3% do sexo masculino (RAMOS, Paulo, 2012, Carta Capital, Revista Digital, conforme Mapa da Violência, 2011).

Nos presídios há também uma maioria negra e, como a cor da pele é precedentemente observada por policiais e magistrados, negros(as) recebem penas maiores, o que revela a orientação e prática discriminatória do sistema judiciário, policial e prisional. A seletividade é flagrante: segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, no Brasil, 68% das mortes violentas são de negros. O anuário informa ainda que no sistema prisional, 61% dos presos tem a pele de cor preta ou parda. A população carcerária, marcada pela seletividade racial, cometeu pequenos crimes e passa anos na cadeia, muitas vezes sem julgamento. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014)

A violência policial e a ação de grupos de extermínio consentidas pelos sistemas jurídico, policial, prisional e de comunicação têm raiz no processo iniciado pelos ideólogos do racismo à brasileira, pelo Estado Brasileiro, pelos governos que, nos estertores do trabalho escravizado e num contínuo pós-13 de maio de 1888, viam na violência policial um meio para reprimir coletivamente e eliminar negros e negras.

Os registros, as denúncias e os processos de luta fazem parte da história de combate ao esquadrão da morte atuante nas décadas de 1960 e 1970 do século XX e, na mesma esteira, são instrumentos das mobilizações e das organizações negras antirracismo, que tinham como bandeira central a luta contra a violência policial. Os índices de violência aos jovens negros é, sem dúvida, a ação mais dramática e inquestionável do racismo institucional e, no mesmo processo, da seletividade que, nas décadas de 1960 e 1970, era conduzida pelo esquadrão da morte. O advento do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, em 1978, é uma resposta ao processo histórico de violência contra negros.

Os dados alusivos à população negra, no que se refere às abordagens e ao número de mortos, mostram a existência de uma ação seletiva do sistema policial, prisional e judicial. A existência sistêmica do racismo revela que o sistema policial reproduz a discriminação e a seletividade conformada pelo racismo à brasileira.

As desigualdades jurídicas, especialmente a violência policial, têm relação estreita e dialética com as institucionais. Conceitualmente, no

entanto, as jurídicas e as desigualdades no geral estão contidas nas desigualdades institucionais.

As desigualdades institucionais garantem a exclusão, através de políticas promovidas pelo Estado, pelas suas instâncias e pelos governos, dos grupos racialmente discriminados. No caso brasileiro, temos negros (as), índios (as) e ciganos (as) que, à revelia dos discursos oficiais, não recebem no cotidiano e nas ações efetivas dos sistemas de saúde, policial, prisional, educacional, jurídico e de representação, tratamento equitativo e condicente com o ideário de democracia racial. Há uma política e orientação que fragmenta a ação, as execuções e a distribuição equitativa dos resultados sociais coletivos que deveriam ser canalizados pelo Estado e pelos governos para a superação das desigualdades raciais. O racismo institucional opera de forma a reproduzir, em ação direta e/ou coordenada por agências e instâncias do Estado e do governo, a hierarquia racial presente na estrutura profunda da sociedade e no imaginário nacional. É o que nos ensina o texto *No País do Racismo Institucional - dez anos de ações do GT Racismo do Ministério Público de Pernambuco*, quando negrita que

o termo Racismo Institucional foi cunhado com o intuito de ampliar o conceito clássico de racismo, levando-o para além do escopo limitado do indivíduo. O conceito interpela as instituições a se repensarem diante de sua seletividade racial em relação a indivíduos e grupos, seletividade esta que opera de forma estrutural na contemporaneidade, demarcando de maneira inequívoca espaços e privilégios e solapando a plenitude do conceito de dignidade da população negra. O termo Racismo Institucional surgiu na década de 1960 através do Movimento Negro Norte-americano, mas foi definido apenas na década de 1990 na Inglaterra, como resposta ao assassinato do jovem negro Stephen Lawrence por uma gangue branca. O racismo é uma ideologia que se

realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso, requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. Por sua ampla e complexa atuação, o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional” (MORAES, 2013, pp. 11-12).

Por fim, temos as desigualdades locacionais que não tratam apenas do acesso à moradia. É um processo mais amplo; tem relação com o todo e com o conceito de “espaço territorial, espaço humano” (SANTOS, 1996, p. 122).

Avultam no território, no quadro de vida da população negra, as desigualdades conjugadas conjuntamente: as ocupacionais, as locacionais, as educacionais no plano formal e não formal, as jurídicas e as institucionais, lideradas pela violência policial e televisiva. No conjunto, a ordem e a funcionalização locacional revelam que “o uso do espaço é seletivo” (SANTOS, 2012, p. 32).

As desigualdades locacionais dizem respeito à questão socioespacial e ao racismo. Há uma repartição geográfica em cujo domínio está confiada a hierarquia racial entre lugares. As ações policiais nas favelas, nos morros e nos bairros periféricos do ponto de vista estrutural estampam, no percentual de negros assassinados, o mapa das relações étnico-raciais e mostram no território brasileiro áreas do enegrecimento, isto é, da corporeidade negra e áreas da branquitude,

ou seja, da corporeidade branca. Será que esta realidade pode ser negada com a apresentação, como exemplo, do Bairro Morumbi, São Paulo, e das favelas e/ou Bairros pobres dessa mesma cidade?

As desigualdades locais, cujo núcleo é dado pela questão socioespacial, pressupõem a divisão territorial do trabalho e dos acessos. Em outras palavras, o território está amalgamado à estrutura social.

A dimensão instituída pela desigualdade local aprofunda o racismo. “Eis porque, com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes” (SANTOS, 2012, p. 32). Para a nossa tese de inseparabilidade de classe e raça, a divisão do trabalho aprofunda as desigualdades raciais, permitindo-nos um enfoque empírico, de modo a revelar as desigualdades locais e nelas as ocupacionais, educacionais, jurídicas e institucionais. O espaço territorial, humano “não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos” (SANTOS, 2002, p. 162). Aliás, a política, as ideologias e os símbolos criam novos pontos de partida para reafirmar o racismo.

As políticas e ideologias de branqueamento

A ideologia de branqueamento supõe também a necessidade de uma política. Ela não existe apenas como ideologia. Desse modo, a política e a ideologia de branqueamento tinham, na passagem do século XIX para o século XX, o objetivo explícito de apagar a herança africana e negra. Era duplo e é, até os dias atuais, o pendor de embranquecimento que visava, por um lado, à eliminação da mancha da escravidão consubstanciada pela corporeidade negra e, por outro, ao apagamento dos valores culturais, materiais e imateriais da negrura sistematizados pelas cosmogonias e filosofias africanas.

Apenas a ideologia não é capaz de materializar o apagamento físico, que se constitui num dispositivo político que reduz a presença negra na economia, na sociedade, na cultura e no pensamento nacional. O pesquisador Kabengele situa a política de branqueamento a partir do fim do trabalho escravizado e do ideário da identidade nacional. Na opinião dele,

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configurava problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira, quando a estrutura mental herdada do passado, que considerava apenas como coisa e força animal de trabalho ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (KABENGELE,2006, p. 54).

A identidade étnico-racial fundamentada na corporeidade e nos valores imateriais dos ex-escravizados é um dilema para as elites brancas. A construção da identidade nacional é repassada pelo ideal de branqueamento. O processo não se limita às formulações dos ideólogos do racismo à brasileira, ele tem expressão e sistemas de discursos difundidos cotidianamente pelos jornais e pelos processos educativos não formais, ou seja, pelas entidades carnavalescas, pelas manifestações culturais e congêneres.

O alvo é a corporeidade negra como demonstram as restrições a negros nos espaços festivos e banais da sociedade brasileira. O eufemismo “homens de cor” mostra a extensão e o alcance da política e da ideologia de branqueamento e a sua capilaridade, que revela a esquizofrenia identitária e, emblematicamente, um processo iniciado

antes mesmo do fim de trabalho escravizado e que atinge os espaços banais da sociedade brasileira. O exemplo abaixo foi recolhido de uma manifestação carnavalesca, no século XIX, em Campinas, SP. Transcrevemos a matéria na íntegra, inclusive a manchete, que é bem explicativa do ideal de branqueamento.

A entidade carnavalesca “S.C. Patusco da Ethiopia, (Dos homens brancos)

Rapaziada ao carnaval! Quem quiser se inscrever como membro desta Sociedade dirija-se ao prezidente no Becco do Inferno nº 10. Na certeza que o dito prezidente é muito escrupuloso na escolha dos sócios. Para ser sócio a primeira condição é ser branco, pois que não se admite gente de côr, ao carnava!!! Boa rapaziada! Vivam os dias 3, 4 e 5 galantes. Março de 1878. O presidente Beija Flor (*Gazeta de Campinas*, 20 de fevereiro de 1878, p. 3).

O branqueamento foi, é a nossa hipótese, gestado no longo processo histórico brasileiro de conflitos demandados pelas relações raciais hierarquizadas. Criaram-se, então, espaços do branqueamento, áreas nas quais os negros e as suas manifestações culturais são reprimidos e os seus significados são embranquecidos. A história do branqueamento é um processo que atinge o território, o quadro de vida das populações negras.

A racionalização branqueadora não só atinge o território; ela é, a rigor, um campo de instabilidade agressora, na razão em que o enegrecimento físico dessas áreas demanda ações policiais racistas, entre outras violências, para garantir a racionalidade social fundada numa ordem de valores branqueados.

Para o presente artigo, a compreensão do branqueamento, estruturado pela razão ideológica e a política, é questão nuclear e, sobretudo, é necessário um exercício interpretativo do seu estágio no transcórre do final do século XIX até as décadas centrais do século

XX. A despeito das ações que visavam, no transcurso do período delimitado acima, ao embranquecimento físico da população brasileira, o projeto fracassou do ponto de vista da corporeidade.

Nina Rodrigues se posicionou de modo cético a respeito; na contramão de Sílvio Romero, que anunciava via miscigenação e num processo de longos séculos o branqueamento, Nina Rodrigues, primeiro, duvidava da possibilidade de construção nacional erigida com a soma de valores civilizatórios de negros e de índios. Ele desqualificava os valores culturais negro-índigenas e acreditava na prevalência exclusiva, do ponto de vista civilizatório, da perspectiva eurocêntrica. Em outros termos, ele duvidava da tese “segundo a qual era possível desenvolver no Brasil uma civilização a partir da fusão da cultura ‘branca’ com as contribuições negras e indígenas” (MUNANGA, 2006, p.57). Podemos inferir no que toca à miscigenação, no plano físico, que Nina Rodrigues previa que dias negros viriam; ele duvidava da eficácia da miscigenação para eliminar a presença negra.

Munanga se refere ao processo de embranquecimento físico, cujo tiro saiu pela culatra, argumentando que

Apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior (MUNANGA, 2006, 16).

Fica patente que a ideologia e a política de branqueamento estabelecem barreiras para a ascensão dos negros e impõem, no âmbito da realidade concreta do racismo à brasileira, isto é, nas desigualdades ocupacionais, locacionais, educacionais, jurídicas e institucionais, barreiras explícitas e implícitas para negros, negras e mestiços.

Nas nossas reflexões, a propósito do branqueamento, considerando o recorte dado aqui e notadamente o seu estágio atual, negritamos que branqueamento não se refere à miscigenação; mas sim às políticas, especialmente de exclusão, alimentadas pela discriminação, pelo abandono social, pela perseguição policial dos negros e dos seus valores civilizatórios, culturais e filosóficos assentados nos legados africanos.

Olhando o processo das relações raciais, especialmente os espaços de comando da sociedade brasileira são branqueados, isto é, são ocupados explicitamente pelos brancos, quer seja a presença corpórea, quer seja a presença totalitária nos sistemas de discursos, ideias e teorias.

O modelo racial brasileiro, conforme atestam os ideólogos do racismo à brasileira no fim do século XIX e meados do século XX, consagrou uma perspectiva universalista em cujo desenho físico e cultural estará confiada a valorização exclusiva da corporeidade e do pensamento brancos.

A diferença e a pluralidade são falaciosamente reduzidas a uma homogeneidade operada “pela miscigenação e pela assimilação cultural” (LUZ, 2011, p. 77; MUNANGA, 2006, 121). A miscigenação, no caso brasileiro, não é apenas a mistura carnal de negros, brancos e índios. Ela significa também a fusão hierarquizada, via ideologia perversa do sincretismo, dos valores culturais e civilizatórios que, neste processo desigual, visa à anulação de negros e índios e à elevação do branqueamento e da branquitude como síntese nacional. Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, entre outros intelectuais negros, e os movimentos negros, bradam que a destruição dos valores culturais assentados nos valores negro-índigenas e de quaisquer grupos dominados é etnocídio. A rigor, trata-se de epistemicídio.

O epistemicídio e o genocídio da população negra têm amarras fortes na ideologia e política de branqueamento e na universalização totalitária da branquitude. Podemos inferir que a resposta para os dilemas das desigualdades raciais no Brasil, relevando que a ideologia da miscigenação centrada no embranquecimento físico fracassou

e foi abandonada nas décadas centrais do século XX, tem como solução um processo que aposta no desaparecimento e/ou silenciamento dos negros através do epistemicídio e do genocídio. Assim, no estágio atual do branqueamento, há na realidade concreta divulgada pelo IBGE o enegrecimento do país. Existe por esta razão uma esquizofrenia identitária; somos milhões de negros, a memória coletiva e a estrutura profunda dos sistemas culturais difundidos no país estão assentadas em valores civilizatórios negro-africanos e, à revelia dessa realidade vivida no cotidiano, os espaços institucionais e o ideário nacional operam quase que exclusivamente para difundir e erigir como universais o branqueamento e a branquitude.

O papel da ciência e do mito de democracia na atualização do presente e das desigualdades raciais

A análise do racismo como sistema, ponto almejado pelo roteiro exposto inicialmente, pede, urgentemente, o entendimento de como ele se define e funciona. Para tanto, é vital enfrentarmos o debate relativo à ciência. Por que o processo de luta por hegemonia no que tange à superação das desigualdades raciais passa pela discussão da ciência?

Clóvis Moura (1990), um dos precursores da necessidade de revisão da historiografia brasileira, consagrou uma arguta análise na qual revela a função, muitas vezes compactuada por órgãos oficiais do Estado brasileiro, dos historiadores e da historiografia, como voz e dimensão da ciência, na afirmação e naturalização do racismo. Clóvis Moura aconselhava-nos, com razão, a refletir sobre o papel de historiadores e literatos, fundadores da nossa historiografia, no que concerne a um consciente e sistemático trabalho de ideólogos do racismo à brasileira no que se refere à ideologia e à política de branqueamento e, de modo especial, o autor destaca o papel da historiografia e da literatura cooptadas para justificar o trabalho escravizado: “É

óbvio que essa sociedade de estrutura escravista tinha de produzir elementos que a explicassem historicamente” (MOURA, 1990, p.31). E complementa a sua visão crítica pontuando que

Da mesma forma como, na era atual, inúmeras correntes históricas surgem para racionalizar as contradições e dilaceramentos do sistema capitalista, durante a escravidão, no Brasil, a sua historiografia era cooptada para justificar o modo de produção escravista, a sua necessidade econômica e a impossibilidade de se apresentar outro modo de produção capaz de substituí-lo. Se não partirmos da posição teórica de que essa historiografia existia como suporte ideológico de poder, não poderemos compreender como os seus autores trataram o negro e o escravo (uma coisa estava imbricada na outra) nas suas obras e nas suas posições políticas (MOURA, 1990, p. 31).

A ciência, sintetizada pela medicina, história, geografia, direito e literatura, apoiou as teorias racistas e contou com os aparatos de governos e do Estado tais como as Faculdades de Direito e Medicina, Museus Etnográficos, Institutos Históricos Nacionais e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As instituições apresentadas aqui são emblemáticas no apoio às teorias racistas construídas historicamente no final do século XIX e negociadas, como conceito, por autores como Raimundo Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, João Batista Lacerda, por parcelas de intelectuais de menor voltagem e homens públicos (MUNANGA, 2006; MOURA, 1990).

Consubstancia a relação entre ideólogos do racismo à brasileira e as instâncias e aparatos de governos o fato de João Batista Lacerda, que previu, no ano de 1911, quando ocupava o cargo de diretor do Museu Nacional, que a sociedade brasileira estaria branqueada no limite compreendido de 1912 a 2012 (LACERDA, 1912). A previsão

fundamentada pela “ciência”, escudada em dados estatísticos, fracassou; há um crescente enegrecimento físico e de consciência identitária negra, mesmo que de modo lento, gradual e relativo.

A questão crucial não se coaduna tão-somente com uma revisão e com a certeza de que o racismo sempre contou e conta com apoio da ciência. A discussão do racismo, mais ainda a sua compreensão e superação, é exigente ou solicita a mobilização de teorias e conceitos. É preciso teoria, no entanto, não podemos trabalhar com categorias dadas pelos ideólogos do racismo instituído no Brasil. Não devemos trabalhar com dogmas, com mitos ou fábulas.

Um dos mitos diz, equivocadamente, que as péssimas condições econômicas, políticas e sociais atuais dos negros (as) devem-se exclusivamente ao modo pelo qual se deu o fim do trabalho escravizado. Uma meia verdade, pois as condições aviltantes, a violência e a exclusão dos espaços de poder e de representação têm relação com o modo pelo qual as políticas racistas foram conjuntural e estruturalmente reafirmadas e conjugadas depois de 13 de maio de 1888. Há um processo contínuo e em marcha.

Por outro lado, é preciso buscar uma antologia, as noções fundadoras desse projeto e processo. Decorre dessa delimitação, um problema nuclear: reconhecer que o racismo, por sua natureza estrutural e ideológica, é uma tradição entre nós; traço recorrente e constituinte do pensamento, da história, do espaço e do cotidiano brasileiro.

Compreender as bases do racismo é, a rigor, revelar analiticamente e criticamente fatos. Milton Santos (2012, p.15) salienta que

os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo movimento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a tran-

sição entre os dois. Sem relação não há fatos. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é.

Numa síntese, o geógrafo chama a nossa atenção para os fatos como meio de atualização do presente. Ainda Milton Santos, no livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, enfatiza, citando Sartre, que “os fatos não são aparições isoladas, eles se produzem conjuntamente na unidade superior de um todo. Eles estão unidos entre si por laços internos e a presença de cada um modifica os demais em sua natureza profunda” (SANTOS, 2002, p. 162). O conceito tem validade para a interpretação das novas teorias que, a partir de meados do século XX, ocupam espaço na historiografia e no pensamento nacional no lugar das racistas produzidas no final do século XIX. Os fatos revelam, a partir da década de 1930, as inscrições teóricas do sociólogo Gilberto Freyre.

O debate da construção da identidade nacional e da realidade racial brasileira são objetos das teorizações de Freyre que, a exemplo do pensamento historicamente erigido entre nós, vai também se ocupar da temática. “Porém, ele desloca o eixo de discussão, operando a passagem do conceito de ‘raça’ ao conceito de cultura” (MUNANGA, 2006, p. 87).

Gilberto Freyre, no livro *Casa grande e senzala*, se ocupa do “mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII” (MUNANGA, 2006, p. 87). O intercurso sexual entre os homens brancos e as mulheres negras e indígenas, na sociedade da época notadamente escassa de mulheres brancas, permitiu, mesmo de modo profundamente hierarquizado, desigual e violento, o estabelecimento de relação “de proximidade” e de mestiçagem. A família patriarcal é o “local ou o lugar” para a integração fundadora do encontro das três raças, que sintetizariam harmoniosamente o país. A hete-

rogeneidade seria finalmente resolvida, apacando os dilemas e as angústias da esquizofrenia identitária nacional e ainda apresentando “o alívio da democracia racial” (FREYRE, 1954, p. 22).

A miscigenação de acordo com Freyre, a despeito do valor superficial dado às contribuições negras e indígenas, não se limita ao encontro biológico. A mistura, a mestiçagem se dá também no plano cultural. É dessa dupla mestiçagem, consagrada pela fábula das três raças, que emerge o mito de democracia racial. Afinal, a mestiçagem biológica e cultural é justificadora de uma pressuposta igualdade entre brancos, negros e índios.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2006, p. 89).

Gilberto Freyre atribui aos contatos, fruto da violência do período de trabalho escravizado, um fator diferencial “graças à flexibilidade natural do português” (MUNANGA, 2006, p. 88). A análise abstrai a monstruosidade e violência das relações entre escravizadores e escravizados.

O novo fato, a ideologia de democracia racial, atualiza a eficácia da ciência, materializada pela historiografia, na manutenção das desigualdades raciais e igualmente atualiza a invisibilidade das desigualdades raciais. Estamos diante do mito segundo o qual não há racismo, mas sim um problema social. A construção, fato que exige uma análise relacional, refere-se ao mito de democracia racial. A historiografia brasileira localiza, nos escritos de Gilberto Freyre, a base

teórica e a gênese da teorização do postulado de democracia racial, que foi inversamente e de modo crítico cunhado por Florestan Fernandes e referendado pelos movimentos negros como mito de democracia racial. Seguindo a análise e crítica de Florestan Fernandes

Os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito de democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais [...] Pois consideremos: o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas “sobem” – nunca “descem” – na pirâmide racial; e confundem as percepções e as explicações – mesmo as que se têm como “críticas”, mas não vão ao fundo das coisas – das realidades cotidianas (FERNANDES, 1989, p. 17).

A relação entre as desigualdades e a existência sistêmica do racismo

Discutir como funciona e se define o racismo no país é um processo que traz a história e o território para o centro do debate, meios pelos quais podemos apontar o início do processo demarcado pelo tráfico de negros (as) e o seu estágio, depois do fim do trabalho escravizado, nos dias atuais. Mas antes é indispensável um esforço teórico para delimitar a noção sistêmica. Para fazê-lo, partimos do pressuposto de que há uma carência desse enfoque na abordagem da problemática alusiva às relações raciais. A noção de totalidade é vital, pois “todas as coisas presentes no universo formam unidade, cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2002 p. 115); no entanto, o geógrafo nos adverte,

de modo sábio e sinuoso, que as partes e todo se refazem continuamente, isto e, “em suas relações, e em seu movimento”. (SANTOS, 2002, p.116).

A partir dessa delimitação teórica, é um exemplo bem ilustrativo, fica patente a necessidade de subordinação do debate das cotas, da parte, à compreensão do conjunto dado; num polo, pelas desigualdades; e, noutro polo, pela existência sistêmica do racismo. Posição que se aplica às manifestações de branqueamento a que estão submetidos milhões de negros; processo cujo entendimento demanda a compreensão de todo o sistema, o que elimina as leituras superficiais que, invariavelmente, responsabilizam as vítimas e transformam os efeitos do racismo em causa.

Nessa ordem, voltamos ao enfoque de como se define e funciona o racismo no país. Ele se define a partir de dois eixos, que estão dialeticamente interligados. Há a realidade concreta do sistema racista à brasileira e, no mesmo processo, existe a relação dessa realidade concreta com a existência sistêmica. Em outras palavras, o eixo ideológico está embutido no território e na corporeidade das pessoas através das desigualdades ocupacionais, locacionais, educacionais, jurídicas e institucionais que são materializadas no domínio socioespacial.

A realidade concreta é dada por um campo de desigualdades ocupacionais, locacionais, educacionais, jurídicas e institucionais, que são conjunturalmente atualizadas pelas ideologias e políticas do mito de democracia racial, do branqueamento, da branquitude, da cordialidade, do silêncio e da ignorância pré-estabelecida.

Não é apenas o reconhecimento da centralidade das relações raciais que será guia-mão desse percurso; a nossa intenção epistemológica e de conjunto é articular, como possibilidade de análise, uma perspectiva histórica e territorial. Graças à divisão social do trabalho, a presença negra no Brasil, a exemplo das diásporas negras, se torna fator socioespacial. Os efeitos continuados e cumulativos do trabalho escravizado e pós trabalho escravizado deixaram marcas, trilhas, ou melhor, uma base territorial na qual o racismo se empiriciza.

A perspectiva histórica ou de valorização da história merece uma breve reflexão. Vamos a ela. Valorizar a história significa, na perspectiva da nossa abordagem, dar um salto além da história pela história; não é, portanto, o exercício de expor uma “coleção factual de nomes e datas” (MOURA, 1990, p.29). A chave interpretativa que pede o enfoque que passa pela história é, a rigor, a perspectiva que almeja construir uma análise na qual está e estará presente, de modo subjacente, a dinâmica histórica.

É a dinâmica histórica que revelará o estágio do racismo, a sua realidade concreta e existência sistêmica; o enegrecimento físico, o branqueamento e a razão totalitária da branquitude. A materialidade histórica, a história a que nos referimos necessita de discursos e de questionamentos para superar a política de silêncio e a ignorância pré-estabelecida em torno da problemática racial.

Fica patente que a compreensão e análise sistêmica do racismo exige um discurso. A bem da compreensão do fenômeno, o racismo, no Brasil, exige a mobilização e a permanente articulação de sistemas de discursos, de ideias, de teorias e de ações necessários à sua legitimação e, na mesma operação, necessita de discursos para a sua consequente neutralização e/ou superação. Para precisar a abordagem, poderíamos afirmar que há uma permanente construção de ignorância do fenômeno racial no país. A ignorância é atualizada permanentemente pela realidade social e tem a finalidade precisa de manutenção do racismo.

A ignorância tem sua raiz no fato de o racismo à brasileira arquitetar a sua base numa perspectiva totalitária, a branquitude. A branquitude se impõe, à moda do totalitarismo do consumo, pelo próprio consumo e pela naturalização do seu alcance, caráter e sentido totalitário. E, assim,

no discurso dos brancos é patente uma invisibilidade, distância e um silenciamento sobre a existência do outro ‘... não vê, não sabe, não conhece, não convive...’”. A racialidade

do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco “... ser branco é não ter de pensar sobre isso, o significado de ser branco é a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude ... não nomear-se branca... (PIZA apud BENTO, 2002, p.42)

Mas, sobretudo, a natureza totalitária tem âncora e amarras consolidadas pela história, pela ciência, pela historiografia; e por sistemas de discursos, ideias, teorias e ações racistas.

Na razão totalitária encabeçada pela branquitude e pelo branqueamento, as interlocuções são anuladas, porque só prevalece a visão unilateral. É o caso do ideal de branqueamento

que de fato oculta uma integração distorcida, marcada por um racismo que pressupõe uma concepção evolucionista da caminhada necessária da humanidade em direção ao melhor, isto é, em direção a uma população branca, pelo menos na aparência” (D’ADESKY, 2009, p.69).

Nos sistemas de discursos, os brasileiros, com recalque especial sobre os negros e as negras, são conduzidos e reconduzidos por enunciados fechados e inibidores da negrura, da identificação e da identidade negra, da análise e compreensão da extensão do racismo no cotidiano e nos espaços de poder.

As respostas, diante da realidade concreta do racismo, são catalogadas, falsificadas e ajustadas à manutenção das desigualdades raciais e/ou da sua legitimação. A interlocução negra ou antirracismo, dimensão que comporta negros e não-negros, é emparedada. Sem sistemas de discursos, ideias, teorias e ações para se contrapor ao racismo urdido nas estruturas da sociedade brasileira, medida que demanda ação é intervenção coletiva, de movimento negro nacional, organizado, antirracismo e da participação de amplos setores da sociedade,

a ignorância pré-estabelecida é permanentemente alimentada e atualizada.

O mundo mágico, podemos nos referir assim ao mito de democracia racial, encontra um campo fértil e fertilizado pelo senso comum e pela ordem totalitária da branquitude. Ao apresentar o branqueamento, é fundamental um exercício interpretativo que revele a totalidade do problema. É preciso mostrar o branqueamento e, no mesmo movimento, revelar a sua contraparte, a branquitude. A razão é de ordem estrutural, na medida em que na história do racismo à brasileira, eles se confundem e, sobretudo, revelam o grupo humano privilegiado no processo:

Tal paradoxo do ideal de branqueamento. Em nome de uma visão supra-racial que pretende favorecer os intercâmbios, os cruzamentos, as misturas e maximizar as semelhanças, ele somente privilegia, enquanto modo ideológico de organização social, um grupo humano específico (branco), caracterizado simultaneamente por sua centralidade, sua superioridade e sua permanência no tempo. Os outros grupos humanos (negros, índios, etc.) supõem uma relação de desigualdade com o tipo humano branco idealizado, diante do qual se classificam racialmente, culturalmente, esteticamente etc. (D'ADESKY, 2009, p. 69).

A ignorância pré-estabelecida, disseminada pela mídia, pelos sistemas televisivos, pelos sistemas de ensino, pela historiografia e pela ciência, conduz à falsificação das causas e dos efeitos do fenômeno das relações raciais. Os mitos e as fábulas estão a serviço da ignorância pré-estabelecida que é ativada para dificultar e até mesmo impedir o entendimento de como se define e funciona o racismo no Brasil. A ignorância pré-estabelecida em torno da branquitude, a despeito de não ser a única, é das mais perversas e eficaz para a manutenção das desigualdades raciais:

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (BENTO, 2002, p.27).

As contraverdades são sustentadas, muitas vezes, por concepções doutorizadas, de modo subjacente e explícito, pelo mito de democracia racial. É o caso das afirmações lacônicas que, para sustentar a invisibilidade do racismo, falam que há um problema social. O discurso que desloca e mais ainda desfoca o racismo é mobilizado para esconder e/ou invisibilizar o entendimento do seu lastro estrutural e da sua fossilização como ideologia, muitas vezes, intocada. Os movimentos negros refutam esta falsa consciência fomentada pela sociedade oficial brasileira e especialmente pela academia e sistemas de comunicação. Concordando com os movimentos negros, Florestan Fernandes (1989, p. 7) nos adverte que

Essa é a ideia corrente no exterior, fomentada pela mesma hipocrisia que impera no Brasil: nós somos o paraíso tropical da convivência democrática das raças. A questão seria meramente “social”, como se as formas de discriminação, segregação e preconceitos dos Estados Unidos e da África do Sul, não fossem também uma “questão social”, que deita raízes em um passado colonial recente e nas sequelas que ele produziu e que ainda não foram ultrapassadas...

As noções de branquitude e raça são frequentemente apresentadas e mais ainda usadas pela ciência para paralisar o debate, a compreen-

são das desigualdades raciais e, sobretudo, para assegurar a universalidade dos brancos. A naturalização dos brancos como sujeitos universais valida uma concepção que mutila o entendimento de conjunto e, ao mesmo tempo, assegura aos brancos uma posição controversa, mas confortável, de representantes naturais da humanidade e/ou de sujeito não étnicos. Mas os brancos e as brancas são sujeitos étnicos e, no caso brasileiro, são os beneficiários do racismo.

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema se limita à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso (BENTO, 2002, p.27).

A discussão da branquitude é ponto central para a superação do racismo no Brasil. Os brancos, escravocratas e seus herdeiros no poder financeiro e político, são os beneficiários do sistema racista instalado no país. Afinal, o que é o racismo? Retomemos a noção: é um sistema que traz benefícios materiais e simbólicos para um grupo étnico-racial e para os indivíduos que pertencem a esse grupo. Desse ângulo, falar do sistema racista à brasileira é afirmar, na mesma ordem, que a sociedade brasileira é racista, não exclui a necessidade impostergável de bradar que os brancos são os responsáveis e os beneficiários desse

sistema e dessa sociedade. A branquitude é o pilar principal do racismo no Brasil.

Outra concepção que é apresentada em retalhos, sem a história e sem a dinâmica das relações étnico-raciais, é a de raça e etnia. A ciência é novamente convocada. Para precisar o enfoque, é necessário um exercício histórico e a compreensão do conceito na dinâmica das relações raciais presentes na sociedade brasileira. Vamos ao exercício e aos exemplos, é o caso das cotas, estabilizados pelo processo histórico.

O destino da nação híbrida e das raças cruzadas, deste a colônia e com mais força após o 13 de maio de 1888, tirou o sono e assombrou as elites intelectuais e econômicas nacionais. A imigração, as perseguições, a violência física, simbólica e políticas que visavam e visam ao apagamento temático, físico e as desigualdades raciais em marcha até os dias atuais explicitam as táticas e as estratégias das elites nacionais. A historiografia, a literatura e as ciências, como expressão da sociedade brasileira, erigiram-se a partir de fundamentos raciais e racistas. É flagrante, nos artigos contrários às cotas, a busca de apoio na ciência. Aliás, a exclusão do negro sempre encontrou apoio na ciência. O respaldo científico, no caso das desigualdades raciais brasileiras, manipula dados, abstrai a realidade concreta e se constitui, então, como expressão da exclusão.

Ainda trilhando o exercício de retomada do tema, raça, meio e clima eram fatores usados, de forma emblemática e enfática no final do século XIX e início do século XX, como categorias de análise e justificadora do nosso atraso cultural, social e educacional. As desigualdades raciais são, estruturalmente falando, pontos nucleares para a construção da nação e do projeto civilizatório brasileiro. Sob esta perspectiva, a aprovação do sistema de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial devem assegurar a centralidade do critério de raça e etnia. Devem assegurar o campo tático de exposição, através de uma política de estado, da urgência no que se refere à superação das desigualdades raciais.

A propaganda tenaz dos opositores das cotas e da implementação do Estatuto, chegamos aos exemplos, é fomentada sob o prisma dos brancos da classe dominante e por uma equivocação premeditada do conceito de raça. A ciência, como nos reportamos na epígrafe dos parágrafos anteriores, é novamente convocada. O conceito biológico, sobejamente superado desde o século XVIII, não resolve o impasse. Mas é nessa seara que mergulham as personalidades que deveriam ter uma posição crítica em relação ao racismo à brasileira. Aqui é prudente recuperar a noção de raça e etnia a partir dos dados anatômicos e culturais. O conceito étnico-racial, portanto, como o concebe o Movimento Negro Brasileiro, isto é, “historicamente construído nas tensas relações que permeiam as relações entre negros e brancos no passado escravista e hoje” (Diretrizes Curriculares, 2004, p. 12):

É importante destacar que se entende por raça é a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no séc. XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo Raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como a cor da pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que o emprego do termo Étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas às diferenças de cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática (Diretrizes Curriculares, 2004, p.12).

Desse modo, a noção de raça e de etnia parece fundamental para chegarmos a essa desejada compreensão do racismo; e a história do racismo no Brasil exige que seja muito bem-posta a noção de sistema. O conjunto da relação é o foco. É a partir desse conjunto que vamos entender o racismo e nele a branquitude com a qual ele se confunde. Sem revelar a branquitude nos circunscrevemos ao domínio, às vezes inútil, das generalizações ou abstrações que dizem “que a sociedade brasileira é racista”. Assim, os beneficiários e os responsáveis pela manutenção do racismo existente no país saem do esqueleto abstrato da universalidade e ganham a concretude étnico-racial. Em conformidade com as ideias delineadas aqui, os brancos e as brancas, filhos e filhas dos privilégios sedimentados e reafirmados pós 13 de maio de 1888, são sujeitos étnicos e potencialmente produtores e beneficiários das desigualdades raciais.

Referências bibliográficas

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014 www.mpma.mp.br/.../8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf
- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- Caros Amigos, Ano VI, Nº 66/09/2002, p. 19
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral/Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LACERDA, João Batista. *Relatório sobre o Primeiro Congresso Internacional das Raças*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1912.
- LUZ, Marco Aurélio. *Cultura negra e ideologia de recálque*. 3ª ed. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo*. – Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2.ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- Pesquisa de emprego do IBGE revela que negros ganharam, em média, pouco mais da metade dos brancos em 2013** conforme <https://umhistoriador.wordpress.com/2014/01/30/racismo-no-brasil-negros-ganharam-574-do-salario-dos-brancos-em-2013/>
- PIZA, Edith. *O caminho das águas: personagens femininas negras escritas por mulheres brancas*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.
- RAMOS, Paulo, 2012, Carta Capital, Revista Digital, conforme *Mapa da Violência*, 2011
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro*. Folha de S.Paulo. Domingo, 07 de abril de 2000.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE – 2003, acesso pelo www.ibge.gov.br.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

Ressemantização do conceito de quilombo no Brasil

Márcia Cristina Américo

A presença dos quilombos no Brasil faz parte da nossa constituição histórica e está intrinsecamente ligada à história de resistência dos africanos no processo do escravismo colonial. No cenário político brasileiro atual, a temática quilombola é uma abordagem de um movimento histórico, social, político e econômico e cientificamente tem sido uma reflexão que está em construção e exigiu uma pauta específica na política nacional para as demandas das comunidades quilombolas por direito social: terra, saúde, educação, moradia, segurança, transporte etc.

Os próprios atores políticos e sociais quilombolas, movimentos negros, militantes, partidos políticos e cientistas foram delineando os conceitos para a definição do que vem a ser quilombo e quem são quilombolas. A partir das pesquisas e situações concretas, as historiografias recentes revelaram que o termo quilombo está apenas começando a ser definido e com possibilidades de renovações (ARRUTI, 2008; REIS; GOMES, 1996; LEITE, 2005; MUNANGA, 2004).

Ressemantização do conceito de quilombo no Brasil

A organização social dos grupos humanos surge a partir da apropriação de um espaço para a constituição de um território, com demarcação estabelecida em áreas tradicionais ou em processo de migração. Na formação do Brasil, a organização social e territorial não ocorreu de forma diferente, com a diversidade de grupos e seus des-

cedentes: os indígenas, os colonizadores e imigrantes europeus, os africanos, os asiáticos, os sírio-libaneses entre outros.

Entre o período de 1549 e 1850, o tráfico negreiro nas Américas foi fundamental para o surgimento do sistema econômico capitalista no mundo moderno. Luiz Felipe de Alencastro (2000) faz referência aos estudos ainda inéditos de historiadores responsáveis pela consolidação das estatísticas do W.E.B. DuBois Trans-Atlantic Slave Trade Database da Universidade de Harvard¹, sobre os africanos desembarcados no Brasil. Porém, explica que, por não dispor das séries completas desses estudos, utiliza os dados apurados anteriormente por Philip Curtin e Eltis, que avaliaram o tráfico atlântico em 10.247,5 milhões de africanos (ALENCASTRO, 2000, p. 379). As estatísticas sobre a quantidade de africanos embarcados nas Américas são contabilizadas a partir dos documentos oficiais².

Desde logo, a parte dos portos hispano-americanos é provavelmente superior ao que se tem indicado [...] Por causa do contrabando para a América espanhola, o salto das remessas para o Brasil no último quartel do século deve ter sido menos marcado do que sugerem as cifras. (ALENCASTRO, 2000, p. 70).

Com a violenta investida da Europa Ocidental no continente africano, estima-se que do total de seres humanos que foram escravizados nas Américas, 40% dos quais foram trazidos ao Brasil. Por mais de três séculos, a Europa Ocidental se impôs ao mundo por meio de um sistema de escravização racial nas Américas, o qual gerou riquezas e deu origem ao Capitalismo Industrial. A escravidão racial implementada nas Américas se distinguiu de todas as outras estruturas que a precederam, pois foi a primeira experiência na história em que uma “raça” específica (nesse caso os povos africanos de pele escura) foi almejada para a escravização (MOORE, 2007 p. 216). Os quilombos no Brasil surgem desse processo histórico.

De acordo com os historiadores João José Reis e Flavio Gomes (1996, p. 9), onde houve escravidão de africanos e seus descendentes houve resistência. O pesquisador Alex Ratts (2012, p. 135), calcado nessa afirmação, acrescenta que “onde houve escravidão de africanos e seus descendentes, houve a formação de quilombos”. Nesse sentido, o processo de aquilombamento³ não ficou restrito às Américas e nem ser considerado encerrado com a abolição da escravidão.

Em 02 de dezembro de 1740, na consulta ao Conselho Ultramarino, o rei de Portugal definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. O cientista social Clovis Moura (1985) e o antropólogo Kabenguele Munanga (1996), contrapõem-se a essa definição e explicam que quilombo não era só um local onde os negros se refugiavam, mas tratava-se de local democrático conquistado através de fugas de negros escravizados e livres os quais se rebelavam e confrontavam o sistema opressor escravagista em busca de uma sociedade livre e digna.

Moura, nos livros *Rebeliões da Senzala* (1959) e *Os quilombos e a rebelião negra* (1985), fundamentado na teoria marxista, analisa os quilombos como instituições políticas e de resistência negra organizadas e armadas que buscavam mudança social para os oprimidos da sociedade escravista. O termo *resistência* utilizado por Moura (1985) está associado a uma forma de organização política.

O etnólogo e antropólogo Guilherme dos Santos Barboza (1992), em *Estudo e Definição técnico-científico das organizações comunitárias remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira no Estado de São Paulo*, em 1992, aponta que os autores Clovis Moura (1972) e Edison Carneiro (1960) evidenciaram a funcionalidade dos quilombos e fornecem elementos importantíssimos sobre sua organização territorial e social, mas não definem o objeto e sua origem africana. Barboza (1992), afirma que o quilombo existiu de fato, atestando sua existência nos escritos da igreja, documentos policiais da colônia e dos impérios, documentos do governo – como podemos observar so-

bre a existência do Quilombo dos Palmares entre os estados de Alagoas e Pernambuco – e mesmo nos documentos analisados pelo autor sobre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Porém, os membros da própria comunidade não se identificavam com o termo quilombo. Nessa pesquisa o autor chega a considerar que

Intuitivamente, somos do parecer que, esta palavra [Quilombo] foi colocada de fora para dentro dessas organizações comunitárias [...]. O vocabulário Quilombo realmente define uma organização comunitária constituída de descendentes de escravos africanos no Brasil, porém não nos parece que foi denominação dada exclusivamente por negros, mas, do branco. Portanto, até que se tenham mais elementos para esclarecer essa questão, nós admitimos que, Quilombo é uma expressão usada pelo branco para denominar agrupamentos de negros escravos fugidos (BARBOSA, 1992, p. 32-33).

Em 1996, o antropólogo Kabenguele Munanga assegura que o termo quilombo é originário dos povos de línguas bantu (*kilombo*). A palavra *kilombo*, na língua umbundo, significa instituição sociopolítica e militar, surge como resultado de uma trajetória histórica de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos de migrações em busca de novos territórios e alianças políticas entre os séculos XVI e XVII, que envolveu os povos cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 1996).

O termo Bantu significa um espaço geográfico e cultural específico dentro da África Negra. É uma palavra herdada dos estudos linguísticos ocidentais, a partir de pesquisas comparativas das línguas faladas do continente africano. Para isso foi utilizado o modelo das línguas indo-europeias para classificá-las em algumas famílias principais, entre as quais a família das línguas bantu. Os estudos revelaram que as palavras principais dentro da língua bantu - que se podem

contar às centenas – partem de um tronco comum. O radical “ntu” significa “homem, pessoas humanas”. O prefixo “ba” forma o plural da palavra “muntu”, que carrega o significado de “pessoa”. O termo “banto” significa “seres humanos, pessoas, homens, povo”. (MUNANAGA, 1996, p. 3; ALTUNA, 1985, p.17-18).

A formação da instituição quilombo nos territórios Bantu no continente africano se dá nos séculos XVI e XVII. Nessa mesma época surgem os quilombos no Brasil. Munanga (1996) atesta que:

O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. Como instituição, era liderado por um guerreiro entre guerreiros, um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar (MUNANGA, 1996, p. 8).

Para Munanga, o quilombo brasileiro, dentro do seu contexto, é uma cópia do quilombo africano que se reconstrói em terras brasileiras para se contrapor ao sistema escravagista e opressor. Os escravizados e pessoas livres revoltadas organizaram-se dentro do sistema em outra estrutura política, fugiram das senzalas e das plantações e ocuparam territórios não povoados, que geralmente eram de difícil acesso, imitando o modelo africano. Esses territórios foram se transformando em locais de iniciação à resistência, abertos a todos os oprimidos da sociedade, negros, índios e brancos, o que o configurava como um modelo democrático plurirracial “que o Brasil está a buscar” (MUNANGA, 1996, p. 8).

Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados

oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo. Apesar de o quilombo ser um modelo bantu, creio eu que, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descentes não-africanos, ele teria recebido influência diversas, daí seu caráter transcultural. Com efeito, a transculturação parece-me um dado fundamental da cultura afro-brasileira. (MUNANGA, 1996, p.8).

Munanga (1996), nas suas considerações, traz à discussão a preocupação dos pesquisadores sobre a questão de pureza das culturas Nagô e Bantu na sociedade brasileira. Afirma que, ao se aterem para determinar uma pureza de cultura, podem cair na armadilha de estar presos aos modelos ideológicos excludentes, deixando de discutir a cultura como produção humana. As práticas e estratégias dos africanos se desenvolveram dentro de um modelo transcultural, mas não ficaram presas a formar identidades pessoais ricas e estáveis. As influências entre as culturas se inscreveram dinamicamente dentro desse processo, “sem a necessidade de abrir mão de sua existência enquanto cultura distinta e sem desprezar o que havia de comum entre seres humanos”. Nesse sentido, “visavam a formação de identidades abertas, produzidas pela comunicação incessante com o outro, e não de identidades fechadas, geradas por barricadas culturais que excluem o outro”. (MUNANGA, 1996, p. 8).

O norte-americano Joseph E. Harris, que deu origem aos estudos da diáspora africana, ensina que estudar as experiências africanas e afro-diaspóricas em todo o mundo é fundamental para a compreensão do conjunto de erros que molda a modernidade com relação à história desses povos (2010, p. 850). O conhecimento dessas experiências possibilita dar visibilidade demográfica a um fenômeno até então pouco palpável para muitos, fundado no movimento dos sobreviventes dentro do contexto do tráfico escravista mercantilista e transatlântico de alguns países da África Continental em direção à Ásia, Europa e Américas.

A partir do século XV, escravização e colonização na África foram um estado de servidão e de desigualdades, coerção física e psicológica. Dessas experiências psicológicas e sociais da diáspora africana no tráfico negreiro, um elemento importantíssimo a ser considerado é o fenômeno de desterritorialização. Nessas experiências africanas e afro-diaspóricas, surgem vários movimentos de protesto, revoltas e ações internacionais contra o processo de desumanização dos povos africanos, assim como a marginalização e o racismo que acompanham a história dos povos africanos e seus descendentes dentro do continente africano e fora dele.

Stuart Hall (2013), ao elaborar a questão sobre a identidade da diáspora africana, explica que os caribenhos nos assentamentos barbadianos na Grã-Bretanha não se desligaram totalmente de suas raízes. Considera que, na situação da diáspora, os elos permanecem fortes entre a terra de origem e a identidade cultural barbadiana, o que significa que “as identidades se tornam múltiplas. Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas: há qualidade de ‘ser caribenho [*West-Indianness*] que eles compartilham com outros migrantes do Caribe” (HALL, 2013, p. 29). Os termos barbadianos e *West-indianness* foram utilizados para designar aqueles que eram originários do Caribe, porém, referiam-se à condição de colonizado e à identidade étnico-racial, o que demarcava a diferença entre os grupos do mesmo país de origem. Deve-se atentar que há semelhanças com as populações ditas de minorias étnicas, que cavam “a reidentificação simbólica com as culturas africanas”. (HALL, 2013, p. 29).

O próprio conceito de diáspora, nessa perspectiva, não possui a ideia de dispersão que carrega consigo a promessa de retorno redentor. A diáspora representa um processo de redefinição cultural e histórica do pertencimento, implica, para além do deslocamento, mudança, transformação. As identidades, no contexto da diáspora, tornam-se múltiplas,

de forma que, junto ao elo que liga o sujeito a sua terra de origem, outras identificações são criadas; portanto a identidade não é fixa. Resulta da formação de histórias específicas e pode se constituir como um posicionamento em relação a um dado contexto, ao que Hall chama de “conjunto de posições de identidade”: dependem da pessoa, do momento e do contexto. As escolhas identitárias são mais políticas que antropológicas, mais associativas, menos designadas. É uma situação ambígua e uma questão histórica; portanto “[...] cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos de viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades.” (MALAVOTA, 2007, p. 24)

Joseph Kizerbo (2007), no livro *Para onde vai a África?*, explica que tanto as imagens quanto a abordagem televisiva da África chocam e ofendem por vezes a dignidade humana dos povos africanos. Faz-se necessário sair do concreto, para atingir a abstração. “Tomam-se os efeitos pelas causas, alguns sintomas pela doença” (KIZERBO, 2009, p. 4). A questão que o autor coloca é que se criaram e ainda se criam qualificativos múltiplos e de forma pejorativa de uma África subalternizada, “avariada, esquartejada, rebentada” etc. É o conhecimento de África que sofre de todos esses males” (p. 2009, p.4). Dessa forma, dar a conhecer a África só é possível avançando-se além das aparências, chegando às raízes das crises a que estruturalmente e organicamente a África está submetida. Ki-Zerbo explica que “é preciso necessariamente voltar no tempo para reparar a fonte do rio que corre debaixo dos nossos olhos. [...] Compreender é ultrapassar a fotografia instantânea e plana, para ver o filme e explicar o processo” (2009, p. 4). Nesse movimento, o método deve estar atrelado à abordagem histórica, que tem o papel e a validade de pensar o “homem no tempo”, sendo esse tempo definido como tridimensional: passado, presente e a projeção para o futuro.

A história dos povos africanos é análoga à de outras sociedades. Mas ela apresenta diferenças de ritmo, de contexto ecológico e ideológico, que se inserem tanto nos genes como nos mitos. As particularidades aqui não são as do apartheid e nem da exclusão, mas provêm das “determinações” ou influências singulares do espaço e do tempo. A história é um motor e uma bala; ficando claro que a bala de uns pode servir de motor para outros, tanto entre povos como dentro do mesmo povo (KI-ZERBO, 2009, p. 4).

Segundo Fonseca (2009), no Brasil, a historiografia dos povos africanos e seus descendentes na diáspora, além de escassa, em uma determinada época foi negligenciada e foram adotadas práticas discriminatórias na definição desses povos, demonstrando ausência da “preocupação teórica devida, pois não os viam como parte da história oficial da nação pós-abolição da escravatura, conteúdo porque estavam fadados a desaparecer física e culturalmente”. (2009, p. 82).

Ao longo do século XX, foram identificados – nos estudos históricos e sociológicos dos povos africanos e seus descendentes, com algumas exceções – pontos frágeis e discriminatórios sobre essas populações. Fonseca (2009) aponta como exemplo os estudos de Raimundo Nina Rodrigues (1957), que trouxe a complacência com os africanos e ainda os definia como quase crianças, “um ser de consciência pré-lógica, enfim, inferior”. Já Gilberto Freyre (2005) descreve o africano a partir do exótico, da sensualidade, de natureza violenta e a ser violentada (FONSECA, 2009, p. 82).

Na historiografia brasileira até a década de 1970, o quilombo é interpretado de forma romântica pelos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa ou idealizada sob o viés marxista-leninista, associado à luta armada (LEITE, 2000).

A partir de 1970, os estudos sociológicos e antropológicos vão preenchendo a lacuna e substituindo o silêncio da historiografia brasileira sobre os africanos e seus descendentes, investigando a religio-

sidade afro-brasileira, as questões voltadas à suposta defasagem cultural e educacional e o processo de branqueamento por meio da miscigenação no Brasil; porém, muitas das pesquisas foram embasadas nos legados preconceituosos dos autores Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre (Fonseca, 2009, p. 82).

O desconhecimento ou informação equivocada da história das civilizações do continente africano e seus descendentes na diáspora forçada às Américas alicerçou a produção de imagens e do imaginário divulgados na historiografia, nas revistas, nos filmes, nos documentários e nos livros didáticos escolares – reforçando o caráter racista, preconceituoso, alienante e restritivo, como foi denunciado por vários pensadores. Além da divulgação de desinformação, há ausência de estudos históricos e sociais dos africanos e afro-brasileiros antes do período escravagista e pós-abolição da escravidão no Brasil (FONSECA, 2008, p.40).

As representações imaginárias dos que desconhecem a realidade dos sujeitos quilombolas são mantidas de forma folclorizada até os dias atuais. A divulgação dos modos de vida e das práticas sociais dos quilombos contemporâneos têm contribuído para despojar do imaginário coletivo da sociedade brasileira as ilustrações distorcidas que foram produzidas sobre os quilombos.

Tal distorção também está associada à história do Quilombo de Palmares, a mais conhecida. Esse quilombo foi destruído em 1695 pela repressão escravagista após um século de existência com uma população estimada de 20 mil pessoas. Foi apresentado em materiais didáticos como uma organização isolada e não como o que realmente era, parte da sociedade. A pesquisa de Reis e Gomes (1996) analisa a historiografia de outros quilombos liderados por homens livres, agricultores, cuja produção era integrada ao mercado regional. Nessa perspectiva, os estudos desses autores retiram os quilombos do modelo único de um grupo formado de escravizados fugitivos e enquanto grupos isolados. Os autores afirmam que

Os fugitivos eram poucos e estabeleciam-se próximos às fazendas, povoações, engenhos, nas imediações de centros urbanos, mantinham relações ora conflituosas, ora amistosas, com diferentes membros da sociedade envolvente. Sociedade envolvente e também absorvente, no sentido de que os quilombolas circulavam com frequência entre seus quilombos e os espaços legítimos da escravidão (REIS, 1996, p. 332).

Nas décadas de 1970 e 1980, a luta por direitos sociais das comunidades quilombolas são inseridas no contexto nacional por meio de reivindicações do movimento negro, que traz à tona o racismo da sociedade brasileira. A partir da pressão política e mobilização social desses movimentos sociais, foram apresentadas demandas e debates sobre a manutenção e o aumento das desigualdades raciais da população negra no Brasil, explicitando a “necessidade de formulação de políticas públicas específicas e setoriais.” (THEODORO, 2008, p. 12).

Rafael Sanzio Araujo dos Anjos (2006) explica que os territórios identificados como “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “terras de preto”, “comunidades quilombolas” ou “quilombos contemporâneos” referem-se a um mesmo patrimônio territorial, histórico e cultural. Recentemente, em 1988, os quilombos foram reconhecidos pelo Estado e entraram na pauta das reivindicações por políticas afirmativas e reparação social do país pelo direito à propriedade da terra e contra a violência simbólica e materializada, inscritas pela “exclusão” econômica, cultural e social (ANJOS, 2006, p. 347).

A geografia, enquanto ciência do território, é a área de conhecimento instrumentalizada para explicar o mundo e suas transformações territoriais, apresenta as características dos territórios ocupados pelos diferentes grupos étnicos e culturais e a sua composição socioeconômica na distribuição espacial. Dessa forma, permite apresentar a espacialidade das desigualdades sociais do território brasileiro, o qual carrega uma composição complexa, multifacetada. Anjos define que:

O território é, na sua essência, um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, onde geralmente a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e instituição de uma autoafirmação política, social, econômica e territorial. (ANJOS, 2006, p. 339).

O direito à propriedade da terra é uma luta política e jurídica contra a pressão do poder das instituições privadas com o aval da instituição pública estadual e municipal. Em função do desenvolvimento capitalista, os quilombolas foram sujeitos a ameaças, extinção e expropriação das famílias de suas terras. A Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ), junto ao Movimento Negro Unificado (MNU) e a uma rede de entidades negras representativas em todo o Brasil, desde 1980 se organizaram para que seus direitos sociais, principalmente à terra, estivessem garantidos na Constituição Federal de 1988 (ANJOS, 2006, p. 347).

O direito à propriedade das terras de quilombos foi garantido pela Constituição Federal desde 1988, nos artigos de nº 68, 215 e 216. O Artigo 68 prevê que: “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Garante também os direitos culturais, definindo como responsabilidade do Estado a proteção das “manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes”. O artigo 215 afirma que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo

civilizatório nacional”. O Artigo 216 estabelece: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”⁴.

O uso da palavra “remanescentes” criou um impasse conceitual pois indicia que as comunidades estariam em fase de desaparecimento, bem considera que elas sejam grupos humanos fechados – como se não fizessem parte da sociedade.

Em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi convocada pelo Ministério Público para que o grupo de trabalho sobre Comunidades Negras Rurais⁵ elaborasse o conceito de “remanescente de quilombo”. Esse termo passa a apresentar uma definição mais ampla: as comunidades negras rurais remanescentes de quilombos são grupos sociais e o que os caracteriza é a identidade étnica, que os distingue do restante da sociedade. Identidade étnica é um processo de autoidentificação dinâmico e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos. Segundo a autora Eliane Cantarino O’Dwyer (2002), de acordo com o documento elaborado:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.(...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (...) No que diz respeito à

territorialidade desses, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (O'DWER, 2002, p. 6-7).

As comunidades negras rurais quilombolas contemporâneas também se autodeclaram e se identificam como terras de preto, terras de santo, de santíssimo, mocambos⁶. As comunidades negras rurais são habitadas pelos descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco, vivem da agricultura de subsistência, estão em terras que foram doadas, compradas ou secularmente ocupadas por seus antepassados; conservam suas tradições culturais e suas histórias e código de ética que são transmitidos oralmente de geração a geração. (O'DWYER, 1995, p. 2).

Em 2001, o Decreto de nº 3.912/2001 divulgou que quilombos seriam considerados somente aqueles cujas terras foram ocupadas por quilombolas até 1888, e que os seus remanescentes quilombolas estivessem ocupando a terra até a data de 05 de outubro de 1988. A autora Deborah Pereira, (2002) analisa a inconstitucionalidade desse decreto e uma das suas considerações é que o art. 68 do ADCT determina a proteção do território que se inscreve na atualidade para as gerações presentes, sendo irrelevante o espaço imemoravelmente ocupado pelos ancestrais.

Do mesmo modo, o marco final, além de arbitrário, revela nítido viés etnocentrista, na medida em que se apresenta com um termo fatal além do qual se nega o direito à identidade étnica e o correlato território que a requer e, em certa medida, a determina. Neste ponto, há dupla ofensa ao texto

constitucional. A uma, porque alguém estranho ao grupo étnico é quem determina o prazo final de sua existência constitucionalmente amparada, o que, evidentemente, conflita com a noção de pluriétnicidade. A duas, por impor ao grupo uma rigidez cultural e impedi-lo de, a partir de 5 de outubro, conceber novos estilos de vida, de construir novas formas de vida coletiva, enfim, a dinâmica de qualquer comunidade real, que se modifica, se desloca, idealiza projetos e os realiza, sem perder, por isso a sua identidade (PEREIRA, 2002, p. 288).

A partir da reinterpretação do Decreto de nº 3.912, de 10 de setembro de 2001 – rejeitado pelas lideranças quilombolas, movimentos negros e os que aderiram ao movimento para o cumprimento dos art. 68, 215, 216 da ADCT – compreendeu-se que as comunidades quilombolas atuais estão em processo de transição no impulso de reelaboração permanente (PEREIRA, 2002, p. 288).

O termo quilombo foi modificado e ressemantizado ao longo dos séculos, pela literatura e por pesquisadores especializados, grupos, indivíduos e organizações tendo, atualmente, outra definição. Em 2003, é formulado o Decreto nº 4.887/03, que conceitua quilombos como: “Os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20/01/2203) ⁷.

Conceito de povos e comunidades tradicionais

As comunidades rurais remanescentes de quilombos, junto com os povos e comunidades tradicionais e com os movimentos sociais, por meio de atuações políticas pelo direito a existir dentro de

seus territórios tradicionalmente ocupados, têm avançado no processo de mudança no campo jurídico, na instituição e interpretação dos artigos 68 e 231 da Constituição Federal de 1988⁸. O reconhecimento de suas terras enquanto produção de vida gerou uma discussão mais ampla em nível nacional e internacional para efetivação dos direitos. A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos Indígenas e Tribais, homologada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável aos povos e Comunidades Tradicionais. Os acordos e tratados assinados no Brasil determinam para os povos e comunidades tradicionais a proteção jurídica e específica sobre os territórios tradicionais como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (DIRETRIZES, 2012, p. 12)⁹.

O conceito de povos e comunidades tradicionais tem sua origem dentro de um contexto de conflitos sociais e ambientais e sua definição se deu pelos atores concretos e representantes de movimentos políticos, ambientais e sociais e agentes jurídicos, como estratégia de identificação, resistência e garantia de direitos específicos, principalmente os territoriais. O significado de tal conceito está em permanente construção, num processo aberto e dinâmico. A definição atual inscreve que povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitido pela tradição (DIRETRIZES ..., 2012, p. 12).

Os dispositivos jurídicos internacionais que foram acordados, assinados e ratificados no Brasil atribuíram o reconhecimento aos grupos sociais de identidade étnica e coletiva graças à mobilização dos

próprios povos que foram inseridos na categoria: seringueiros, castanheiros, agroextrativistas da Amazônia, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, sertanejos, comunidades de terreiros, pantaneiros, caiçaras, gajeiros, ciganos, pomeranos entre outros.

Portanto, a compreensão do conceito de povos e comunidades tradicionais está pautada na história de grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem forma própria de organização social e territorial, utilizam conhecimentos, práticas, e inovações transmitidas pela tradição. Esses povos ocupam territórios e recursos naturais como condição material para a sua produção e reprodução da vida - como meio de sobrevivência, na produção cultural, social, religiosa ancestral e econômica.

Observa-se que o processo histórico para identificação e definição do termo quilombo e do grupo social foi longo e necessário para a busca de garantia dos direitos inscritos constitucionalmente. Veremos a seguir como esse processo está imbricado nas discussões e mobilização pela propriedade da terra que envolve a questão fundiária dos territórios e do grupo das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos no Brasil.

Questão fundiária com base no Movimento Quilombola

Em todas as Américas encontram-se grupos semelhantes aos quilombos do Brasil. Essas comunidades estão presentes em países colonizados pela Espanha, os chamados *cimarrónes*; em Cuba e na Colômbia, os *palenques*; na Venezuela, os *cumbes*; e na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos, os *moroons*; além do Equador, Suriname, Honduras, Belize, Nicarágua, Chile, Peru, Bolívia, Haiti e em outros territórios da América. Os quilombos surgem de formas e em períodos distintos, alguns com a língua e cosmologia própria, como os *marrons* no Suriname (RATTS, 2012; ANJOS, 2007).

As questões fundiárias – da posse e propriedade coletiva da terra e da sua compreensão como fator essencial para manutenção da vida do grupo – são uma característica de luta histórica e política comum das comunidades quilombolas não só do Brasil, mas estão presentes na legislação nacional de alguns países da América Latina, como a Colômbia – foi o primeiro país a instituir o direito às terras dos afro-colombianos em sua constituição, em 1991, regulamentado em 1997 e o Equador – em 1988 a legislação já reconhecia aos afro-equatorianos os direitos coletivos as suas terras ancestrais, ratificados na nova constituição de 2008. A presença dos direitos coletivos às terras nas legislações nacionais dos países latino-americanos não significa que de fato tenham sido efetivados - a titulação das terras das comunidades tradicionais tem representado um entrave para os governos estatal-empresariais¹⁰.

As comunidades quilombolas no Brasil têm vivenciado entraves aos seus direitos fundamentados na *Constituição Federal 1988* gerados por grupos que detêm o poder econômico e político.

Em 2013, a Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) divulgou um número estimado de 2.197 comunidades quilombolas identificadas, presentes em 24 estados da federação, com exceção do Acre, Roraima e Distrito Federal, com uma maior concentração nos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Estima-se a existência de 214 mil famílias, resultando em 1,17 milhões de quilombolas em todo o país.

Desde 2003, foram ampliados os debates e a visibilidade dos problemas e da realidade multifacetada na qual as comunidades tradicionais quilombolas brasileiras estão inseridas.

No texto *Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira*, a autora Monica Diniz (2006), analisa a problemática do reordenamento da estrutura fundiária brasileira tem origem na história territorial do nosso país. A partir da ocupação das terras no Brasil pelas capitânias¹¹ da Coroa Portuguesa, foi utilizado na divisão do território brasileiro o modelo português de propri-

idade de “sesmarias”, normas jurídicas norteadoras do Reino para a distribuição das terras aos colonos¹².

Os problemas foram aparecendo a partir das tentativas de regularização jurídica do sistema de sesmaria para assegurar o cultivo e a colonização. As terras foram doadas para aqueles que se dispuseram a produzir alimentos; caso não produzissem, teriam que devolvê-las. Muitos dos sesmeiros arrendaram suas terras a pequenos lavradores, dificultando o controle de distribuição de terras por parte da Coroa, o que possibilitou o crescimento da figura de novos posseiros e a ilegalidade referente às sesmarias¹³.

A partir do ato da independência do Brasil, em 1822, foi extinta a concessão de sesmarias, beneficiando os posseiros que cultivavam a terra. Os africanos e seus descendentes estavam inseridos na categoria dos novos posseiros. Porém, os grandes fazendeiros se voltaram contra a política do Império e em 1823, ocorreu uma Assembleia Geral Constituinte de Império do Brasil, na qual José Bonifácio sugeriu: “Art. 10 – Todos os homens forros de cor que não tiverem ofício ou modo certo de vida receberão do Estado pequena sesmaria de terra para cultivarem, receberam dele, outrossim, os socorros para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo”. Essa Assembleia foi anulada por D. Pedro I e José Bonifácio foi exilado para Lisboa/Portugal por propor esse artigo¹⁴.

Em 1850, foi instituída a Lei da Concessão de terras para que o Estado regulamentasse as sesmarias, com a função de desapropriação de terras improdutivas, a venda de terras para subsidiar a imigração estrangeira e a proibição de doação e de ocupação de terras. A partir de então, a posse e a propriedade de terra passam a ser acessíveis àquele que possuía o recurso monetário e àqueles que conseguiram manipular a seu favor os trâmites nos cartórios para adquiri-la e legalizá-la.

A Lei da Concessão de Terras de 1850 estabeleceu a compra como única forma de adquirir a terra, ignorando as distintas posses e regulamentações da população africana e seus descendentes. Os territóri-

os das comunidades tradicionais quilombolas surgem em situações diferentes por meio de doações de propriedades religiosas e de senhores de escravos; pela compra pelos próprios sujeitos; pela conquista por meio da prestação de serviço – inclusive por meio da participação de guerra – e por ocupação por negros que fugiam da escravização. Embora os quilombos se originassem no período da escravização, muitos surgem após a abolição formal, pois a organização comunitária era essencial enquanto possibilidade de manter a sobrevivência¹⁵.

O usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor embutido “no negócio”. Processos de expropriação reforçam a desigualdade destes “negócios”, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo desse processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem direito de se apropriar (LEITE, 2000, p. 335).

Ainda, essa lei exclui a população africana e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os em uma categoria separada como “libertos” (LEITE, 2000, P. 335). A cor da pele anuncia e denuncia que a população negra foi sistematicamente expulsa ou removida de suas terras, mesmo quando chegaram a ser compradas ou eram herança de antigos senhores de escravos comprovada por testamentos lavrados em cartório. Decorre desse histórico o fundamento de que apropriação de um espaço e a organização social e territorial para manter a sobrevivência vão significar “um ato de luta, de guerra”. Quilombo vai se constituindo como forma de organização territorial e social e luta em um espaço conquistado e mantido através de gera-

ções. E vai significar sobretudo “um direito a ser reconhecido e não propriamente rememorado” (LEITE, 2000, p. 334).

A pendência existente no Brasil com relação à apropriação e regularização das terras, o racismo, a arbitrariedade e a violência são herança histórica. Os negros, “diferentemente dos índios – considerados como “da terra” –, enfrentaram muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriarem-se de um lugar cujo espaço pudesse ser organizado conforme suas condições, valores e práticas culturais” (LEITE, 2000, p. 334).

Neste discussão, interpretamos o processo histórico de confronto social contra a expropriação das famílias de suas terras e pela condição do desenvolvimento humano coletivo a partir das famílias do Quilombo Ivaporunduva, *locus* da minha pesquisa (2010; 2015), localizada no estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira, no município de Eldorado. Parto de Ivaporunduva para compreender as questões do reconhecimento jurídico e político por direitos sociais das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos no Brasil como parte da construção histórica e da organização social e territorial das famílias.

A disputa pelas terras de quilombos no estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, ao longo da história tem envolvido vários grupos de interesses, desde grileiros, posseiros, fazendeiros, instituições públicas governamentais, empresas privadas. Na década de 1960, a especulação imobiliária se intensificou na região do Vale do Ribeira, pois estava associada à desarticulação da policultura e à introdução da monocultura de banana; paralelamente aos confrontos com as instituições governamentais e não governamentais quando da implementação de leis ambientais que deixavam de considerar os povos tradicionais que há séculos viviam dentro da Mata Atlântica. Atualmente, o confronto político e judicial tem sido com o poder público e com o Grupo Votorantim (Companhia Brasileira do Alumínio), contra os empreendimentos de hidrelétricas e suas respectivas barragens do Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca, todas ao longo do rio Ribeira do Iguape. No caso, como consequência da construção das tais barra-

gens, haverá a expropriação das terras dos quilombolas, levando-os à perda do vínculo com seu território e com os seus meios de produção.

As pesquisas realizadas por mim (AMÉRICO, 2010, 2015) e por Luiz (2012) analisaram a história social das famílias da comunidade negra rural Quilombo Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, do final do século XII ao XXI. Observa-se que as questões fundiárias atravessam e marcam as narrativas das famílias quilombolas como forma de organização social e territorial. Busquei reconstruir a história da comunidade a partir das memórias relatadas pelos quilombolas sobre seu passado, seu trabalho, seus confrontos e resistências para permanecerem no território (AMÉRICO, 2010). As famílias de Ivaporunduva cumpriram, por um período de 24 anos, todas as exigências formais para legalização das terras, pautadas na Constituição Federal de 1988, nos artigos 68, 215 e 216. Porém, contraditoriamente, mesmo com as terras registradas em cartório no ano de 2010, atualmente as famílias vivenciam confrontos com o poder público e privado contra a aprovação da construção de quatro barragens (Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaoca ao longo do Rio Ribeira de Iguape) – investimento dos empresários donos dos grandes empreendimentos das hidrelétricas, que levará à expropriação das terras dos quilombolas e dos seus meios de produção material e imaterial. A pesquisa considerou que as relações que os quilombolas de Ivaporunduva mantêm com outras organizações sociais e o modo como se articulam em defesa de seu território são ações que os constituem como sujeitos de sua história coletiva e que podem ser compreendidas como práticas educativas.

Já a pesquisadora Luiz (2012), a partir dos enunciados de diferentes gerações do Quilombo Ivaporunduva, buscou compreender como os pequenos quilombolas e os mais velhos significam sua história e a história de seu povo. Por meio das narrativas, considera que a história está fundamentada na tradição oral ocorrendo nas interações intra e entre famílias e com as comunidades irmãs. A pesquisa considerou que para os quilombolas dessa localidade, embora não somente para eles, a territorialidade representa o *locus* de reprodução da vida em

seus aspectos material e imaterial. A terra é como uma mãe que acolhe, dá o sustento e propicia a reprodução da vida. Apresentam a terra como sujeito histórico, social e político refutando seu assujeitamento.

Existir dentro desse território enquanto sujeito de direitos está atrelado ao acesso ao desenvolvimento material construído pela humanidade historicamente, ou seja, acesso a assistência médica, educação básica de qualidade, moradia, trabalho, segurança, transporte entre outros aspectos.

Referências bibliográficas

- AMÉRICO, Márcia C. *Ivaporunduva e Macuanda: Estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modos de sociabilidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2015.
- AMÉRICO, Márcia C. *Quilombo Ivaporunduva: evolução histórica e organização social e territorial*, 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2010.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 115-136.
- BARBOZA, Guilherme dos Santos. *Relatório Etnográfico Técnico-Científico*. Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira- (EACONE); Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB). Financiador: Mitra Diocesana de Registro. 1992.
- CARNEIRO, Edison. *A insurreição Praieira. 1848-1849*. Temas Brasileiros. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- DINIZ, Monica. *Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira*. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Acesso em: 22/02/2013.

- DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. *Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: KONONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011, p. 20.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG / Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2013.
- HARRIS, Joseph E; ZEGHIDOUR, Slimane. *A África e a diáspora negra*. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Coords). *História Geral da África*, v. VIII – África desde 1935. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 849 – 871.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para onde vai a África?*. CODESRIA Boletim, n. 3 e 4, 2007. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>> Acesso em: 22 jan. 2015.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. Etnográfica, v.IV, n. 2, 2000, p. 333-354.
- LUIZ, Viviane. *O quilombo de Ivaoporunduva a partir do enunciado de suas crianças: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2012.
- MALAVOTA, Claudia Mortari. *Os Africanos de uma vila portuária do Sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades*. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História)- Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MOURA, Clovis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi LTDA, 1959.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1985
- MUNANGA, Kabenguele. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista USP, São Paulo, n. 28. p. 55-63, Dezembro/Fevereiro 1996.

- RODRIGUES, R. N. *A criminalidade e a imputabilidade à luz da evolução social e mental*. In: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombo e a prática social do antropólogo. In: _____. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 268 p. (Introdução. p. 13-42).
- PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Brito. Breves considerações sobre o Decreto Nº 3.912/01. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 255-278.
- RATTS, Alex. A face quilombola do Brasil. In: SILVÉRIO, Valter; MATTIOLI, Érica Aparecida Kawakami; MADEIRA, Thais Fernanda Leite. (orgs.). *Relações Étnico-Raciais: Um percurso para educadores*. v.2. São Carlos: UFSCar, 2012.
- REIS, JOÃO JOSÉ. *Escravos e coiteiros no quilombo Oitizeiro, em 1806*. In REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. *Aquilombar-se: Panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro*. 2008. Dissertação de Mestrado. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2008, p. 177.
- THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2ªed. Novembro de 2008.

Notas

¹ TRANS-ATLANTIC Slave Trade Database. Hutchins Center for African & African American Research. Dirigido por David Eltis. [S.l.]: The President and Fellows of Harvard College. Hutchins Center. **Projects**. Disponível em: <<http://dubois.fas.harvard.edu/research-projects/projects/>

trans-atlantic-slave-trade-database>. Acesso em: 18 mar.2015. Cf. também The Trans-Atlantic Slave Trade Database – Voyages. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>>. Acesso em: 18 mar.2015.

² Jaime Rodrigues, em *O tráfico de escravos para o Brasil* (2002, p. 35), utilizou dados de estatísticos de Alencastro de 1988. Aponta que os africanos, ao serem embarcados para a América, chegavam do interior ao porto de saída da embarcação em péssimas condições de saúde (devido às centenas de quilômetros de caminhada e pouca alimentação), muitos morriam no caminho, vítimas da epidemia, a exemplo de milhares de africanos em Angola. Esses não eram contabilizados na remessa total de escravizados. Sendo assim, os números de africanos vítimas do tráfico negreiro é bem maior do que as pesquisas têm apontado.

³ O termo aquilombolar-se remete à luta e à defesa histórica das comunidades quilombolas pela existência física, cultural, histórica e social. Teve início no período da escravização dos povos africanos trazidos ao Brasil, num movimento voltado ao direito de existência autônoma que vai caracterizar as mais distintas formas de produzir os modos de vida e costumes em terra coletiva que unem as famílias ao longo das gerações. A partir de 1970, o Movimento Quilombola une as comunidades de várias regiões do Brasil, ampliando as ações sociais e reivindicações políticas por direito à manutenção da vida coletiva em terras de quilombos. SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: Panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. Dissertação de Mestrado. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2008, p. 177.

⁴ Ver em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_68/Artigos/Art_Maria.htm>. Acesso em: 20 ago.2012.

⁵ Em outubro de 1994, o Grupo de Trabalho de Comunidades Negras Rurais reuniu-se no Rio de Janeiro, elaborando um documento que foi assinado por: João Pacheco de Oliveira (presidente), Eliane Cantarino O’Dwyer (tesoureira); João Baptista Borges Pereira (USP), Lúcia Andrade (Comissão Pró-Índio de São Paulo), Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSCAR), Dimas Salustiano da Silva (SMDDH e UFMA) e Neusa Gusmão (UNESP).

⁶ Segundo O'Dwyer (2002, p. 16), “A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais – também chamadas terras de preto, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada – permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. Pode-se concluir, como no caso precedente dos direitos indígenas, que os laudos antropológicos ou relatórios de identificação sobre as comunidades negras rurais (para efeito do art. 68 do ADCT) não podem prescindir do conceito de grupo étnico, com todos as suas implicações” (p. 16).

⁷ BRASIL. Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 06 jul. 2014.

⁸ Art. 68. “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Art. 231. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

⁹ Cf. o Parecer do Conselho Nacional da Educação no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, 2012, p. 15. No texto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola: < Diretrizes http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/educacao/Docs_atos_normativos/parecer-cne-ceb-no-16-de-5-de-junho-de-2012>.

¹⁰ DUTRA, Mara Vanessa Fonseca. **Direitos quilombolas**: um estudo do impacto da cooperação ecumênica. Rio de Janeiro: KONONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011, p. 20.

¹¹ O sistema de capitânias seguia a seguinte composição: fidalgos da pequena nobreza, homens de negócios, funcionários burocratas e militares. Entre os capitães que receberam a terras incluíram-se também os feitores, tesoureiros do reino, escudeiro real e banqueiros. Cf. em DINIZ, Monica. **Sesmarias e posse de terras**: política fundiária para assegurar a colonização brasileira, 2006. Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>. Acesso em: 22/02/2013.

¹² As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a estimular a economia no processo de colonização a partir do aproveitamento da terra. As sesmaria era uma subdivisão da capitania, que passou a ser implementada no Brasil a partir de 1530, para combater a presença dos franceses no litoral brasileiro, que ameaçava a soberania portuguesa. Além disso, como a Coroa não tinha meios para investir na colonização, adotou-se o sistema de capitânias, o que significou a ocupação da terra sem onerar a Coroa, uma vez que os donatários assumiam todos os gastos. DINIZ (2006).

¹³ Durante o sistema de doações de sesmaria, a camada de novos colonos que lavravam a terra adquiriu as terras pagando por ela; muitos sesmeiros ocuparam grandes extensões de terras além dos limites determinados pela lei das sesmarias. A venda e o aluguel de terras não eram permitidos por lei. Ver em: DINIZ (2006).

¹⁴ Cf. o Parecer do Conselho Nacional da Educação no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, 2012, p. 15. No texto das Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Quilombola: < Diretrizes http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/educacao/Docs_atos_normativos/parecer-cne-ceb-no-16-de-5-de-junho-de-2012>.

¹⁵ Consultar em:<http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes>. Acesso em: 19/07/2012.

Uma experiência com formação de professores: a Lei 10.639 e os diferentes modos de ser criança

Viviane Marinho Luiz

Introdução: Trazendo os leitores para mais perto de nossos objetivos

A necessidade de discutirmos as relações étnico-raciais e sua formação na sociedade brasileira é imprescindível para que a criança negra possa ter uma formação positiva no que concerne à sua autoimagem, considerando a forma de se olhar/ser olhada, perceber/ser percebida e se aceitar/ser aceita nos diferentes espaços que compreendem a sociedade.

O interesse pela temática surgiu a partir de vivência com crianças da comunidade quilombola de Ivaporunduva, decorrente da investigação de campo que compõe a pesquisa de mestrado de Luiz, ocorrida no Quilombo Ivaporunduva com foco em educação e sendo observada a participação infantil em diferentes espaços de sociabilidade no cotidiano da vida em comunidade, e também através da experiência em palestras de formação para o tratamento das questões étnico-raciais junto às discentes do curso de pedagogia, o que nos possibilitou captar os diferentes modos de ser criança, bem como a equivocada compreensão homogênea de boa parte das discentes e educadoras quanto a um modelo internalizado, introjetado e socialmente cristalizado de infância e criança, modelo este que desconsidera os diferentes modos de ser criança e viver a infância.

É de extrema relevância uma revisão no que diz respeito às práticas pedagógicas que se restringem a um modelo idealizado de criança e não dão conta de crianças reais. e marginalizadas socialmente, para

tanto não basta gostar de crianças para desenvolver práticas educativas significativas, nesse sentido vale elucidar:

Gostar é um passo imprescindível para o desempenho da tarefa pedagógica, mas não se esgota nisso; para além do gosto, há necessidade de, também, qualificar-se para um exercício *socialmente* competente da profissão docente. Por isso, na sequência, é preciso saber: *de qual criança gosta?* Cuidado! Pode ser que se goste de uma criança idealizada. [...] Qual é o risco? Preparar-se para trabalhar com uma criança assim (absolutamente minoritária) e deparar-se com outro tipo de criança. [...]. Qual o resultado concreto (mesmo não conscientemente desejado) se não nos qualificarmos para atuar junto aos vários modos de ser criança em nossa realidade social? O aprofundamento das diferenças e a manutenção da injustiça.¹

Por compreendermos a existência de modos distintos de ser criança trazemos uma experiência junto a um segmento da infância, um modo de ser criança diferenciado, ser criança na roça, ser criança de uma comunidade negra agro florestal quilombola.

Essa experiência se dá em função da dissertação de Luiz, concluída no mês de agosto do ano de 2012 e que teve como sujeitos da pesquisa crianças da comunidade quilombo de Ivaporunduva. Para desenvolver a pesquisa Luiz participou e ainda participa do cotidiano destas crianças no sentido de apreender seus modos de viver e a dinâmica social estabelecida pelos moradores da comunidade.

O convívio com a comunidade negra quilombola de Ivaporunduva localizada no Vale do Ribeira, entre os estados de São Paulo e Paraná, nos permitiu colher relatos de fontes genuínas, os descendentes de Africanos no Brasil, que a partir do cultivo das memórias de seu povo, ao revisitarem a história do passado, vão reconstruindo uma identidade. Como pesquisadoras, evidenciamos a história da forma-

ção dessa população negra, que nos remeteu ao movimento negro brasileiro e possibilitou-nos entender o papel desses quilombolas e a relações que eles têm estabelecido com a discussão mais ampla desse movimento social. Buscamos nas obras de autores negros e não negros, compreender a realidade das relações entre etnias em nosso país. Portanto, a relevância desta pesquisa na esfera da educação, como diz a autora Petronilha:

Se configura como interesse e esforço para travar conhecimento, na perspectiva dos afro-brasileiros, da problemática sócio-econômica , étnico-racial que enfrentam, bem como de sua história, a partir das vivências que têm sofrido e construído ao longo da participação dos antepassados escravizados e de seus descendentes na vida da sociedade brasileira.²

Voltamos ao passado, trazendo os quilombolas como parte da população brasileira constituintes da nossa nação, entendendo que:

Ignorar a história dos povos indígenas, do povo negro, é estudar de forma incompleta a história brasileira [...] Se a história ensinada na escola souber contemplar também a vida vivida no dia-a-dia dos grupos menosprezados pela sociedade, então estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira integralmente realizada.³

Consciente de que não daríamos conta de abordarmos todos os aspectos com a profundidade que merecem, fizemos uma escolha entre muitas outras que poderiam ser realizadas, optamos por começar, explicitando duas experiências, uma no convívio com quilombolas de Ivaporunduva e outra no trabalho de formação com professoras(es) de curso de pedagogia de uma universidade do município de Piracicaba. Todo começo já é continuidade – não somos os primeiros a dizer, outros disseram. E ao final de um texto há muito mais. Vamos ocu-

pando lugares e construindo saberes, em um processo histórico que é, portanto, movimento contínuo.

Como afirma Bakhtin,⁴

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências.

Ao contextualizar a história da população negra, é necessário discutir os conceitos de raça e racismo visto que tais conceitos estão atrelados à construção histórica da população negra no Brasil trazendo implicações mediante suas características fenotípicas.

[...] O Movimento Negro e alguns cientistas sociais quando falam em raça não o fazem mais alicerçados na idéia de purismo social tampouco de supremacia racial. Ao contrário, usam essa categoria com uma nova interpretação, baseados em uma reapropriação social e política, construída pelos próprios negros. Usam-na, ainda, porque, no Brasil, o racismo e a discriminação racial que incidem sobre os habitantes negros ocorrem não somente em decorrência dos aspectos culturais presentes em suas vidas, mas pela conjugação entre esses aspectos (vistos de maneira negativa) e pela existência de sinais diacríticos que remetem esse grupo a uma ancestralidade negra e africana. Dessa forma, ao discutirmos sobre as relações entre negros e brancos no Brasil, não podemos desconsiderar o peso dos aspectos raciais. (...). Raça é aqui entendida como um conceito relacional que se constitui histórica, política e culturalmente.⁵

Nesse sentido, o Movimento Negro ressignifica o conceito de raça agregando, além da questão física e fenotípica uma conotação que denota um posicionamento político e identitário. Ser negro é, sobretudo, um posicionamento político de enfrentamento às desigualdades raciais.

É diante de uma reconfiguração histórica brasileira a partir da auto-identificação e auto-reconhecimento da população negra em meados da década de 1980, que as reivindicações do movimento negro assumem de maneira mais acirrada uma postura de enfrentamento ao racismo velado existente na sociedade brasileira, trazendo à tona o pressionamento político para a reformulação da proposta pedagógica nas instituições escolares de maneira que as pessoas negras se vejam representadas de forma positiva e propositiva na sociedade.

O presente texto aborda experiências na esfera da educação, tiveram como objetivos: a) caracterizar a vida dessa comunidade, sua evolução histórica, suas práticas sociais, apreendendo os sentidos que atribuem a elas e, ouvindo também as suas crianças, estabelecendo relações entre o que conhecem e enunciam sobre a história do Quilombo Ivaporunduva e o processo educativo desenvolvido por seus membros adultos na formação de seus filhos, b) compartilhar uma experiência de formação de professoras (es) trazendo a discussão da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares a partir da lei 10.639/2003.

Metodologia: Aproximação do campo de pesquisa e formação de professores

Ao articular a experiência do cotidiano de crianças de uma comunidade quilombola, bem como a experiência com formação de professoras de pedagogia para o tratamento das questões étnico-raciais é que surge o desdobramento deste artigo visando compartilhar algu-

mas reflexões que contribuam com a universidade e a pós-graduação no sentido de cumprir seu papel social no que se refere à reprodução, produção e socialização de conhecimentos constituídos além dos próprios muros, possibilitando que sejam ouvidas pessoas socialmente e culturalmente silenciadas na história do nosso país, neste caso os quilombolas, fazendo valer a perspectiva histórica e dialética dos saberes de um povo.

A escolha dos objetivos desta investigação, do espaço e do tempo onde ela acontece e das pessoas nela envolvidas têm relação com: a experiência junto a essa comunidade negra inserida num contexto rural, vivendo em condições de isolamento e marginalização no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais, o que não tem sido diferente para a população negra em geral, como explica Américo⁶ apontando que a concepção de que a verdade sobre a história desse povo tanto pode ser contada da perspectiva do colonizador – e foi assim que a aprendemos -, como pode também ser narrada pelas vozes que foram silenciadas em diferentes momentos e contextos históricos, políticos e econômicos como aponta Schaff.⁷

Ambas as experiências, a de vivência do cotidiano de crianças quilombolas e a de formação de professores revelam a necessidade da valorização da diversidade étnico-racial e para, além disso, a urgência na efetivação da lei 10639/2003, por tratar-se da historicidade de um segmento da população negra brasileira, os quilombolas, e por tratar-se da formação de professoras (es) para o tratamento das questões étnico-raciais. Consideramos e apresentamos as lacunas e/ou equívocos históricos observados junto a um grupo específico de professoras de uma universidade da região metropolitana de Campinas em um curso de pedagogia, no sentido de um repensar das ações pedagógicas voltadas ao tratamento das relações étnicorraciais.

O contexto das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira é permeado pela articulação e politização dos seus membros, onde se vive numa proposta de preservação ambiental buscando o desenvolvimento sustentável, bem como a preservação da própria vida, numa

luta histórica por direitos sociais. Um dos confrontos atuais dos membros da comunidade que tem se estendido por um período de vinte anos⁸, é a luta contra a implantação das barragens, barragens que se construídas acarretarão na expropriação dos quilombolas de Ivaporunduva, bem como dos que estão localizados no entorno do rio Ribeira de Iguape.

No primeiro contato debruçamo-nos por captar nas falas, depoimentos e entrevistas com as crianças da comunidade o conhecimento prévio destas sobre a história de formação do quilombo, bem como captar as lacunas e equívocos apresentados em relação a essa história no sentido de avançarem no conhecimento.

As entrevistas foram transcritas e apresentadas em forma de vídeo à liderança local e a partir do que viram sobre o que sabem suas crianças (Os pais, avós, tios se surpreenderam com a sabedoria dos filhos e do desprendimento no vídeo), e a partir das lacunas e equívocos por elas apresentadas no que se refere à história da formação da comunidade surgiram desdobramentos de caráter formativo.

As videografações das entrevistas realizadas com as famílias que participaram da pesquisa foram exibidas para a comunidade em suas próprias residências consistindo de rica oportunidade tanto para as crianças quanto para seus pais ao ouvirem o relato oral da formação do quilombo, bem como de suas memórias, mitos e resistência política para permanência no seu território.

A pesquisa caminhou em direção à compreensão acerca dos modos como as crianças da comunidade quilombo Ivaporunduva descrevem e significam o quilombo e os espaços de sociabilidade dos quais nele participam, captando em seus enunciados o que conhecem e desconhecem sobre a formação do quilombo, atentando-se para quem lhes contou o que sabem, de que forma, etc., para tanto, Luiz (2012) participou e participa com elas de algumas atividades, observando-as e ouvindo-as e captando os seus enunciados.

Foram entrevistadas crianças de diferentes localidades do quilombo, compreendendo assim as distinções quanto aos locais de moradia e as

representações de diferentes famílias que embora tenham como referência local a mesma comunidade não sejam homogêneas ainda que tenham uma identidade quilombola que as aproxime, tal identidade não é estática, tampouco unânime, mas apresenta-se em movimento, sendo por vezes contraditória à medida que se fragiliza o sentido da coletividade.

Concluindo essa apresentação, é por conceber as crianças como sujeitos históricos, agentes sociais ativos, portanto reprodutores e produtores de cultura que consideramos relevante dar-lhes voz e também por reconhecermos que representam um segmento da infância - negra e quilombola, infância essa marginalizada socialmente em decorrência de uma combinação de determinantes, sejam de ordem social, econômica, racial e territorial, a respeito do que falaremos no decorrer deste trabalho.

Considerando as novas exigências curriculares no que concerne à lei 10.639/2003 que traz a obrigatoriedade do ensino da História da África e das contribuições da população negra no processo de formação da identidade brasileira, entendemos que para validá-la de maneira efetiva faz-se necessário trabalhar a formação dos (as) professores (as) e toda comunidade escolar no tratamento das questões étnicorraciais.

Tendo a oportunidade de desenvolvermos palestras de formação junto a alunas da pedagogia constatamos a dificuldade quanto ao reconhecimento da necessidade de ações afirmativas para com a população negra considerando as distorções históricas a que fora submetida, distorções estas que colocam a população negra diante de um acúmulo de desvantagens que se perpetua. E diante desse quadro formativo faz-se extremamente urgente e necessária uma discussão histórica e teórica no sentido de desnaturalizarmos os fenômenos sociais historicamente produzidos, tais como o racismo, a pobreza, o sexismo e outros tantos. Cabe aqui explicitar que:

O conceito de escravizado também se relaciona com o de empobrecido e de marginalizado. Não podemos dizer que

os indivíduos simplesmente nascem, crescem e morrem escravos, pobres e marginais sem que haja sistemas de espolição, exploração, expropriação e marginalização operando política, econômica, cultural, simbólica e psicologicamente na sociedade. É este contexto que sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos e teólogos, por exemplo, precisam considerar em suas análises: que não se trata de “libertar” o pobre, mas o empobrecido. Tratar o pobre como categoria nativa é simplesmente remetê-lo ao estado de natureza. Diante disso se mantém a lógica perversa de manter o escravo, o pobre e o marginal em sua culpa pessoal e coletiva – imputa-lhe a impotência de mudar sua história social. Assim, se reduz o pobre e a pobreza a uma inércia, à imutabilidade, sem atentar para as dinâmicas sociais em curso na história. (FONSECA, 2009, p.13-14).

Para sinalizar ao leitor destacamos uma das dinâmicas desenvolvidas durante as palestras de formação. Seleccionamos uma situação retirada do livro *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola* da autora Eliane Cavalleiro.⁹ Segue uma das situações partilhadas nas palestras de formação:

SITUAÇÃO 1: Duas crianças, uma negra e a outra branca, estão no pátio da escola. Por algum motivo estão brigando. O aluno branco, em meio ao conflito, chama o outro de negro. Este procura a professora e diz que foi ofendido, foi chamado de negro. Como solução, a professora repreende o aluno branco, dizendo-lhe:

“Não faça mais isso! Peça desculpas para seu amigo.”

E não falou mais sobre o assunto.

O que nesta situação sugere análise? O comportamento do aluno branco? Do aluno negro? Ou da professora?

Diante da situação elencada, a proposta pretendida tem por finalidade contribuir com a formação de professoras (es) inseridas (os) no contexto educacional, tecendo considerações sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino a partir da lei 10.639/2003 que traça diretrizes para uma política curricular, objetivando o combate ao racismo e a discriminação racial.

Durante a experiência com professoras, ao pedirmos que fizessem uma exposição sobre as situações exploradas destacamos o posicionamento de um dos grupos referente a primeira situação já mencionada. Alunas da pedagogia ao explicitarem suas opiniões sobre a situação trabalhada expuseram que o próprio negro não se aceita ao não querer ser chamado de negro. Trazemos essa situação como ilustração ao leitor para a demonstração da falta de sensibilidade e para, além disso, da necessidade de apropriação de conhecimentos para com o tratamento das questões étnico-raciais no sentido de proposições de práticas pedagógicas anti-colonizadoras, pois do contrário, parece-nos que a culpa é dos negros (as) que não se aceitam. Segundo o relato de uma das professoras a criança ofendida não deveria ligar, tampouco, se ofender “*porque ela é negra mesmo!*”.

Nessa situação não houve por parte do grupo de professoras em questão, uma preocupação em trabalhar a alteridade e a valorização das diferenças, tampouco a preocupação de que o silenciamento trás implicações tanto para seus alunos negros como para seus alunos brancos, gerando a baixa autoestima da pessoa negra e fomentando o racismo em decorrência da supervalorização idealizada da pessoa branca. Recorremos às contribuições de Bento:¹⁰

O fato de que, apesar do impacto do racismo sobre os brancos ser claramente diferente do impacto do racismo sobre negros, o racismo tem consequências negativas para todos. Ou seja, o racismo é um problema para negros e brancos. O fato de que não se pode responsabilizar as pessoas pelo

que aprendem sobre o racismo e preconceito na família, na escola, nos meios de comunicações. No entanto, ao adquirir uma maior compreensão sobre esse processo, as pessoas tem a responsabilidade de tentar identificar este ciclo de opressão e alterar seu comportamento.

Fiorin trás as contribuições de Bakhtin que ao desenvolver a teoria da enunciação propõe a necessidade de atentarmos para o tom valorativo que pode ser expresso em um enunciado ao observamos a entonação do mesmo.¹¹

Na situação em questão, ser negro não é construção de identidade étnica, mas xingamento, e como tal é evidente que um aluno não deve aceitar tal enunciado.

Segue um fragmento de uma de entrevista realizada em 2010 com um dos sujeitos da pesquisa, referindo-se à experiência na comunidade quilombola de Ivaporunduva (Eric, 11 anos, negro e quilombola).

Pesquisadora: - Eric, você é quilombola?

Eric: - Sô.

Pesquisadora:- Você é negro?

Eric: - Sô.

Pesquisadora:- E o que você sabe sobre barragem Eric? Você é favor ou você é contra?

Eric: - É contra, Por que barrage destrói tudo a nossa casa, leva tudo a nossa cumida, nossa alimento, leva as coisa da gente.

Pesquisadora:- O que é barragem?

Eric: - Barrage é um negócio de lá do Antonuminio (ele ri) ele... ninguém gosta que ele sórta a barrage se não vai destruí tuda nossa casa.

Pesquisadora: - E ele sabe disso?

Eric:- Sabe

Pesquisadora:- E ele quer mesmo assim fazer a barragem?

Eric:- Ele qué sorta a barrage mai ninguém... tudo mundo tá lutano que ele num sórti.

Pesquisadora:- Quem que está lutando?

Eric:- Ué... tudo nói da comunidade aqui.

Pesquisadora:-Eric, conta aquela história que seu pai foi um dia pra São Paulo.

Eric:- Meu pai um dia foi pra lá, pra São Paulo e começô falá lá: “Terra sim , barrage não, terra prá prantá e não pra alagá”, aí depoi começaro coisá lá, e ir pra enfrentá a polícia e o Antonuminio mandava é... os policial dá tiro, aí déro um tiro pra cima e caiu no pé de um cara lá, aí depoi quando foi meia noite vortaro imhora cum um monte de apito.

Pesquisadora:- E você participa?

Eric: Não, é diz que num pode ir criança.

Pesquisadora:- Mas você vai participar quando crescer?

Eric: - Eu vô, eu num quero que tenha barrage aqui.

Nesse pequeno fragmento de entrevista realizada é possível atentar para o fato de que não há para Eric, nenhum constrangimento em ser negro e quilombola, diferente do que ocorre com a criança descrita na situação 1 desenvolvida com alunas da pedagogia. Eric trás em sua fala as marcas de sua historicidade, etnicidade, sentimento de pertença em suas relações com a comunidade, com o território e os modos de viver quilombola.

As entonações e os enunciados referentes à negritude, ou ao ser negro recebem diferentes tons valorativos, numa situação, ser negro é sinônimo de xingamento, em outra, de identificação étnica.

Cabe destacar a concepção de dialogismo assumida por Bakhtin em que destaca que o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa.¹² Nesse sentido, o diálogo não pode ser compreendido como um estar face a face entre receptor e destinatário onde um fala e outro responde, mas contraditoriamente o dialogismo proposto por Bakhtin

pode se dar silenciosamente, no gestual, na emissão de juízos de valor, acentos e tons valorativos, entonação de voz revelando relações de sentidos estabelecidas entre enunciados. Para tal vale considerar:

(...) o enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos. O que delimita, pois, sua dimensão é a alternância dos falantes. Um enunciado está acabado quando permite uma resposta de outro. Portanto, o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas. Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante. Um enunciado ocupa sempre uma posição numa esfera de comunicação sobre um dado problema.¹³

Ao pensarmos em uma proposta de formação de professores elencamos os seguintes aspectos: O processo histórico da população negra a partir das várias Áfricas; Origem do racismo; Resistência negra; Identidade e Autoestima da criança negra, contando com autores relevantes nestas temáticas, tais como: Clóvis Moura, Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Kabengele Munanga, Dagoberto José Fonseca, dentre outros.

A história da população negra no Brasil foi crucial no processo de desenvolvimento político, social e econômico da nação brasileira. Após quase cinco séculos de resistência negra à exploração, abandono e marginalização essa população continua privada dos direitos sociais cabíveis à dignidade humana.

A sociedade brasileira aponta as contradições reveladoras de uma situação camuflada de racismo através do mito da democracia racial. Para Pétré-Grenouilleau¹⁴ a colonização e escravização dos indígenas e africanos no Brasil não ocorreram de forma harmoniosa assim como a miscigenação. O fenômeno da miscigenação brasileira é um

fato, mas não se pode deduzir daí, que essa mistura seja sinônimo de harmonia. Ele aponta que “(...) sob formas dissimuladas ainda há segregação e racismo no Brasil, do mesmo modo que em outras partes da América e do Mundo. Não podemos escrever a história passada da escravidão no Brasil a partir da imagem da sociedade à qual ela supostamente deu origem um ou dois séculos depois!”¹⁵

O autor contextualiza a escravização no decorrer da história da humanidade através das lendas e contos do canibalismo, das histórias bíblicas e pesquisas científicas utilizadas para justificar e legitimar a escravização como um fenômeno antigo a ser considerado “como mais ou menos universal, natural, tradicional e progressista”. Problematisa a escravidão principalmente ao criticar teorias que tentavam legitimá-la, considera que não há justificativas para qualquer forma de escravização, ou seja, todas as formas cabíveis de escravização não se justificam [...] a escravidão nem sempre existiu e que algumas sociedades humanas não tiveram escravos. Em suma, a escravidão não foi universalmente difundida, ao contrário do que diziam alguns escravagistas. Portanto, “não deriva de uma espécie de constante antropológica, no sentido de que não está automaticamente ligada à presença do homem”.¹⁶

Muitos autores ao pensarem o escravismo de forma naturalizada, simplista e inerente à história da humanidade, legitimaram a hierarquização da raça humana, bem como as diferentes formas de escravização, (mais branda, mais humana, paternalista, entre outras) equivocadamente consideradas presentes desde o início da história da humanidade e que persistem ainda hoje de forma clandestina.

Diante da complexidade da temática da escravização, bem como das múltiplas implicações (econômicas, sociais, psicológicas) ocasionadas às vítimas da escravização, Schaff nos alerta em sua obra *História e Verdade*, quando inicia a discussão sobre história, mencionando as diferentes visões que os historiadores apresentam de um mesmo acontecimento segundo os diversos sistemas de valores nos quais se baseiam, sendo a expressão de interesses de classes opostos

e concepções de mundo divergentes. Portanto, consideremos o fato de que a história da escravidão foi contada sob a ótica de quem escravizou e não na de quem foi escravizado, no entanto sob uma perspectiva eurocêntrica, em função de uma ideologia, de sistemas de valores expressos no interesse de classes opostas, e privilegiando uma classe em detrimento a outra. “Toda escolha e todo encadeamento de fatos pertencentes a um grande domínio da história, história local ou mundial, história de uma raça ou de uma classe, são inexoravelmente controladas por um sistema de referência no espírito daquele que reúne os fatos”.¹⁷

Munanga, no livro *Origens Africanas no Brasil Contemporânea: histórias, línguas, culturas e civilizações*, retoma a história contada sobre os índios brasileiros que eram livres e recusaram o trabalho escravo, obrigando os colonizadores europeus a buscar mão-de-obra escrava na África comprando-os através da troca de fumo da Bahia e outras quinquilharias, com a permissão dos reis e príncipes africanos. Refuta a concepção da existência dos escravos como categoria natural ou que na África os seres humanos já nascem escravos. “A partir dessa crença podemos já formular uma dúvida e fazer a primeira indagação. Uma pessoa, homem ou mulher, pode nascer escrava ou todos nascem livres, até que algum sistema os escraviza no decorrer de uma vida?”¹⁸.

Estrategicamente, ao invés de problematização a uma forma de dominação tão desumana como foi o escravismo, mudou-se o foco da questão, como muitos equivocadamente o fazem nos dias de hoje ao dizerem sem as devidas considerações ou irrefletidamente que a pessoa negra tem preconceito de si mesma. No passado atribuíram a população negra à culpa pelo escravismo, não mencionando quem desfragmentou povos por interesses escusos, e hoje não se problematiza porque parte deste segmento tem vergonha de ser negro(a), não assumindo sua identidade étnica, como se essa não aceitação não tivesse sido construída socialmente.

Os africanos se envergonham de sentir-se corresponsáveis pelo tráfico de seus próprios povos, por terem, por intermédio de alguns de seus dirigentes tradicionais, participado do tráfico. Os Europeus e os brasileiros brancos querem se libertar do complexo de culpa ao transferir a responsabilidade aos reis e príncipes africanos envolvidos no comércio e no tráfico negro. Toda essa dinâmica dificulta o tratamento objetivo de um assunto de maior importância na história da humanidade. Todos deveriam se sentir envolvidos na criação das condições de um novo humanismo.¹⁹

Discussão: Numa constância de luta e reivindicações, ainda hoje, após 120 anos da abolição da escravatura, como parte integrante da sociedade brasileira, o povo negro revê o seu papel, a sua situação econômica, política e social, ressignificando as suas relações no processo de transformação da nação.

Nesse movimento de ressignificação há um caminho trilhado pelo protagonismo do movimento negro brasileiro no sentido de promover ações visando uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades. Dentre essas ações podemos destacar as Ações Afirmativas e as Políticas de Reparação, compreendidas como medidas compensatórias no que se refere às distorções históricas submetidas à população negra. “O movimento negro deixa de lado as reivindicações universalistas para pleitear políticas corretivas e compensatórias voltadas para a população negra nos planos estaduais, federais e municipais”.²⁰

Para as pessoas que desconhecem a luta do movimento negro na efetivação de ações concretas de combate ao racismo pode não ser de relevância uma lei como a 10.639, que traz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, porém, ao protagonismo desse movimento social, às vítimas de situações de racismo e, portanto combatentes, essa lei é de extrema relevância, pois a partir dela existe uma provocação e movimentação da

sociedade e instituições escolares no sentido de pesquisar e buscar formação para o tratamento das questões étnico-raciais de maneira propositiva.

Considerações finais: A Instituição Escolar sendo promotora do ensino sistematizado é uma forte aliada para a efetivação de maneira positiva e responsável da valorização da diversidade cultural por meio da reflexão acerca da distorção histórica a que a população negra esteve submetida em função da discriminação racial e do racismo, bem como no resgate da contribuição dessa população nas áreas social, econômica e política na História do Brasil.

Não só a comunidade escolar, mas também a academia e toda a sociedade em geral cabem medidas de valorização da cultura e respeito às diversidades.

Durante muito tempo o tema da formação do povo brasileiro foi tratado de maneira perversa, principalmente para com a criança negra que há todo 13 de Maio era obrigada a ver a história de seus antepassados contada de forma equivocada, pessoas negras amarradas, presas em cordas, espancadas e quando muito associadas a uma conotação deturpada e exótica da África e da população negra africana, negando à infância negra a compreensão da contribuição do seu povo na produção cultural, artística e econômica do nosso país.

É diante dessa realidade que se faz pertinente a experiência de captura dos modos de viver de crianças quilombolas, sendo protagonistas da história e possibilitando que contem sua história aprendida nas relações sociais estabelecidas, na interação com os mais velhos da comunidade através de relatos orais resgatando a memória, e os valores disseminados na cultura quilombola.

Faz-se necessário por parte dos professores (as) um olhar pedagógico e de intervenção ao serem considerados alguns manuais didáticos que ainda fazem circular uma visão distorcida do continente Africano apresentando-o de forma homogênea e unificada desconsiderando-se as várias áfricas e suas riquezas. Mattoso, porém aponta para:

(...) verdadeiros impérios centralizados, com autoridade, confederações tribais, reinos mais ou menos reconhecidos por seus vizinhos, cidades-ousadas com seus ricos mercados nos caminhos do ouro, das especiarias, do marfim, do sal, dos escravos e, por toda parte, um povo de guerreiros, pescadores, pastores, comerciantes e agricultores, cujas lutas intestinas ou alianças mais ou menos sólidas é fora do propósito tratar aqui.²¹

É importante à comunidade escolar, à comunidade acadêmica e a sociedade de uma maneira geral ampliarem o conhecimento para uma visão histórica, que aponte a resistência ao escravismo e o protagonismo da população negra nos diferentes segmentos da população na história. Nesse sentido a relevância deste trabalho é discutir o que significa ser tratado com igualdade, entendendo essa igualdade como posicionamento político, sobretudo, no âmbito social, pensando práticas educativas que não tenham como ponto de partida o modelo etnocêntrico europeu, pois esse modelo pode nos levar a reproduzir inconscientemente o preconceito em sala de aula ao não trabalhar com nossos alunos a História da África e as contribuições do povo negro na formação da nacionalidade brasileira. Sem ufanismo, mas também sem escamotear a verdade. Desta forma, buscamos oferecer contribuições para a elaboração de práticas educativas que contemplem numa perspectiva multirracial o ensino da História da África e cultura Afro-brasileira de maneira propositiva para a consolidação de uma auto-imagem negra positiva, compreendendo os diferentes modos de ser criança.

Referências bibliográficas

AMERICO, M.C. *Quilombo Ivaporunduva: evolução histórica e organização territorial e social*. 2010. P.126. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e outros. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BENTO, Maria Ap.2003, p. 156. *Branquitude – O lado oculto do discurso sobre o negro*. In. CORONE, Iray, BENTO, Maria Ap. S.(orgs). *Psicologia Social do Racismo*, 2003.[p. 147-162].
- BRASIL, *Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003*. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003
- CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.
- GOMES, Nilma L. *Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade*. IN. CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001. [83-96].
- GONÇAVES E SILVA, PETRONILHA Beatriz. *Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileira*. In. MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001 [p. 155-172]
- GUIMARÃES, Antônio S. A. *Ações Afirmativas para a população negra no Brasil: o acesso às universidades públicas*. 2002. p. 5. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~neab/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2010.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001 [p. 155-172]
- MATTOSO, Kátia.M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1988.

- MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- MOURA, Clovis. *Os quilombos e a Rebelião Negra*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- PÉTRE-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade, 1913*. 5. ed. São Paulo: Martins fontes, 1991.

Notas

¹ CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 137-138.

² GONÇAVES E SILVA, 2001, p. 165. *Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileira*. In. MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001 [p. 155-172]

³ GONÇAVES E SILVA, 2001, p. 161.

⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 319.

⁵ GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade, 2001, 84-85. IN. CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001. [83-96].

⁶ AMERICO, M.C. *Quilombo Ivaporunduva: evolução histórica e organização territorial e social*. 2010. P.126. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

⁷ SCHAFF, Adam. *História e verdade, 1913*. 5. ed. São Paulo: Martins fontes, 1991.

⁸ A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto (UHE Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal) é um empreendimento planejado pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), uma das empresas do Grupo Votorantim, para aumentar a oferta de energia elétrica para seu complexo metalúrgico localizado na cidade de Alumínio, antiga Mairinque, no interior de São Paulo. A localização da UHE Tijuco Alto está prevista para o alto curso do rio Ribeira de Iguape, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, cerca de 10 quilômetros a montante da cidade de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR), e a aproximadamente 333 km de sua foz, no complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá.

⁹ CAVALLEIRO, 2001.

¹⁰ BENTO, Maria Ap.2003, p. 156. *Branquitude – O lado oculto do discurso sobre o negro*. In. CORONE, Iray, BENTO, Maria Ap. S.(orgs). *Psicologia Social do Racismo*, 2003. [p. 147-162]

¹¹ FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

¹² BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e outros. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 88.

¹³ FIORIN, 2006, p. 21.

¹⁴ PÉTRE-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁵ PÉTRE-GRENOUILLEAU, 2009, p. 22.

¹⁶ PÉTRE-GRENOUILLEAU, 2009, p. 55.

¹⁷ SCHAFF, 1991, p. 69.

¹⁸ MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. p. 88.

¹⁹ MUNANGA, 2009, p. 80.

²⁰ GUIMARÃES, Antônio S. A. *Ações Afirmativas para a população negra no Brasil: o acesso às universidades públicas*. 2002. p. 5. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~neab/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas na educação infantil

Lajara Janaina Lopes Corrêa
Vera Lúcia Luiz

Introdução

Este artigo tem por objetivo mostrar algumas ações desenvolvidas numa sala de referência de educação infantil do agrupamento III do CEI Margarida Maria Alves da cidade de Campinas, através do projeto Identidade, que visa trabalhar na educação infantil o tema das relações étnico-raciais de forma coletiva com objetivo de desconstruir o mito da democracia racial brasileira.

A obra de Gilberto Freire é fulcral na constituição da ideia de democracia racial, na qual (em especial Casa Grande e Senzala, 1933) o mito das “três raças”, a mestiçagem aparecem como “o grande caráter nacional”, que interfere não apenas na conformação biológica da população, mas, sobretudo, na produção cultural que nos singulariza. Como um dos intelectuais artífice do “mito da democracia racial”, Freyre, de fato, “adocicava o ambiente”, ao priorizar uma certa interpretação da história brasileira a partir, das contradições existentes nessa sociedade tão marcada pela escravidão. O “cadinho das raças” aparecia como uma versão otimista que, segundo Schwarcz, (2013, p.28) “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e ou do negro, afirmava Freyre, fazendo da mestiçagem uma questão ao mesmo tempo nacional e distintiva”.

A tese da democracia racial construía uma imagem sobre a sociedade brasileira que incluía os negros, o conceito de miscigena-

ção, de mistura racial, apresentava uma ideia de inclusão racial e de que no Brasil “não há racismo”. Esta teoria foi desafiada por Florestan Fernandes (1953) ao abordar as relações raciais; problematizou a tolerância racial e argumentou que as relações sociais se caracterizavam pela exclusão racial. Fernandes discordou da visão de Freyre e argumentou que o racismo era generalizado na sociedade brasileira.

Schwarcz (2013, p.36) destaca:

De um lado, o racismo persiste como fenômeno social, mesmo não mais justificado por fundamentos biológicos. De outro lado, no caso brasileiro, a mestiçagem, e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo à brasileira que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera íntima e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura.

Na sociologia o termo “raça” é uma construção social, ou seja, deve ser entendido e compreendido a partir de uma analítica teórica própria das ciências humanas, a revisão de teorias em meados do século XX determinou pouco a pouco o abandono do conceito de raça com base numa perspectiva biológica. No entanto, a relevância atual das relações raciais e do racismo impede que o uso da categoria seja descartado, sobretudo nas ciências sociais. Adotamos, assim, a perspectiva de raça como categoria de análise, sem qualquer ligação com uma interpretação biológica, ou como algo essencialista e naturalizado. Raça passa a ser um conceito que “disputa” com classe social, gênero, etc.

Deste modo, definir nossa cor ou raça, em um país que desenvolveu e teve, por efeito, como política pública o desejo de branqueamento da população brasileira, constitui um desafio compreender de que maneira esta política universal se singularizou. No Brasil, a pigmentação da pele e os tipos de cabelos se transformaram nas princi-

pais variáveis de discriminação. A mistura de definições, da descrição da cor e da situação socioeconômica teria gerado uma indeterminação, que podemos notar nos dados estatísticos do IBGE, com a existência da diversidade de cores. Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgou cento e trinta e seis (136) “cores” diferentes, ou seja, as pessoas se auto identificaram como “moreno claro, moreno escuro, morenã, jambo, mulato, cor de leite, crioula, laranja, lilás, bronze, trigo, mestiça, marrom, mulata, retinta, negra, parda, pretinha, queimada, entre outros” (SCHWARCZ, 2013, p.69).

Práticas pedagógicas de combate ao racismo na educação infantil

As ações tiveram como objetivo desconstruir e reconstruir um caminho a ser seguido, por nós educadores, na implementação efetiva da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a Lei 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96, nos artigos 26 A e 79 B e introduziu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Entendemos que a Lei 10.639/03 é fruto da luta do movimento negro sendo considerada como uma ação afirmativa de enfrentamento ao racismo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana embasam ações afirmativas no campo da educação, compreendendo as diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido cabe a consideração:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discrimi-

nadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Diálogo com estudiosos que analisam, criticam estas realidades e fazem propostas, bem como com grupos do Movimento Negro, presentes nas diferentes regiões e Estados, assim como em inúmeras cidades, são imprescindíveis para que se vençam discrepâncias entre o que se sabe e a realidade, se compreendam concepções e ações, uns dos outros, se elabore projeto comum de combate ao racismo e as discriminações. Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e as discriminações por criar. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, 2004, p.15)

A partir desse compromisso em busca de novas práticas pedagógicas passamos à elaboração de atividades envolvendo a questão racial e o fortalecimento das identidades negra, uma vez que a elevação da autoestima contribui positivamente no processo ensino aprendizagem, pois ao entrarmos no espaço da escola cada educador está interessado em ensinar informações importantes para cada faixa etária, mas antes disso acontecer, está passando conscientemente ou não uma mensagem no seu modo de se movimentar, gesticular, na sua linguagem facial, ou no tratamento diferenciado em relação a este ou aquele grupo.

Na primeira etapa do projeto Identidade trabalhamos com desenhos infantis, pedimos para cada criança ir até o espelho e falar “eu sou assim”, algumas crianças falavam sua cor e raça, outras explicavam as características; eu tenho cabelo preto, olhos castanhos, entre outros. Após todas as crianças ficarem na frente do espelho e tecerem comentários sobre “quem sou eu”, pedimos para as crianças se auto retratar na folha de caderno. Em outro momento, utilizamos como recurso pedagógico revistas; pedimos para as crianças procurarem

uma pessoa parecida com a sua cor e raça. Nessa etapa do projeto elas encontraram as pessoas parecidas com a cor de sua pele e finalizamos a atividade com um painel com recortes de revistas que foi exposto no “mural de atividades” da instituição e um livro de identidades com as produções das crianças. Em seguida, trabalhamos com as famílias quais eram seus costumes, seus gostos para sabermos um pouco dos costumes de cada criança da sala e também para conhecermos as suas famílias, ao final desta atividade cada criança desenhou sua família. Além disso, fizemos o desenho infantil com tema “a minha professora é?”

A produção dos desenhos ocorreram na sala de referência e as crianças procuraram na caixa de giz de cera PINTKOR¹ a cor parecida com cada integrante de sua família. Essa atividade foi repetida várias vezes e todas as crianças participaram. Vejamos:



Desenhos:
Eu sou assim,
Minha família
e minha
professora.

Fonte:
Desenhos das
crianças.



O desenho demonstra a percepção da criança sobre a sua cor e raça e de sua família e de sua professora. Todas as crianças escolheram a cor da pele dos integrantes da família e observaram as diferentes tonalidades de pele dos desenhos.

Na segunda etapa do projeto foi sobre comidas afro-brasileiras, iniciamos a roda de conversa com a seguinte pergunta: qual a sua comida favorita? Trabalhamos com a diversidade de comidas, apresentamos algumas comidas para as crianças, finalizamos o projeto com feijoada e a farofa. As crianças adoraram saborear a feijoada.



Fotos: Desenhos e feijoada. Brasil, 2015.

Fonte: Acervo das autoras.

Na terceira etapa do projeto trabalhamos com as bonecas negras, as crianças gostaram das bonecas e bonecos. As bonecas que estão disponíveis para as crianças são bonecas negras, observe as fotografias a seguir:



Fotos: Bonecas da sala de referência. Brasil, 2015.

Fonte: Acervo das autoras.

A professora desenvolve esse trabalho com as bonecas negras para valorizar a autoestima das crianças. O objetivo dessa etapa foi a implementação de práticas pedagógicas coletivas na instituição. Inicialmente, as bonecas estavam disponíveis apenas em uma das turmas do agrupamento III, achamos necessário que as crianças negras se vissem, mas se vissem de forma positiva, ou ainda podendo contemplar características tão comuns em seu ambiente familiar e que muitas vezes ficam fora do ambiente escolar. Por exemplo, as crianças não viam nos materiais que a escola disponibilizava (bonecas revistas, livros, e desenhos animados) representações que as aproximavam estética e culturalmente de seus parentes, que usam penteados afro como tranças, rastafáris, Black Power, ou simplesmente o cabelo afro natural. Percebemos, assim, a necessidade de termos esses materiais na

instituição e conversamos com a direção escolar que rapidamente atendeu o nosso pedido e adquiriu diversas bonecas negras para todas as salas de referência. Acreditamos que essa mudança no ambiente escolar contempla a diversidade étnico-racial das crianças que frequentam a instituição. As bonecas negras foram importantes para todas as crianças, uma vez que a criança negra teve sua autoestima elevada e puderam contemplar personagens que as representavam. Em contrapartida, a criança branca aprendeu a conviver com a corporeidade negra e a valorizá-la e admirá-la de forma positiva e a perceber que ser diferente é bom e que cada um é bonito do jeito que é.

Na quarta etapa do projeto produzimos as bonecas de acordo com a percepção da criança, escolhemos quatro categorias (branco, preto, marrom e bege) essas foram as categorias que as crianças mais utilizaram quando perguntamos qual a sua cor e raça. Foram confeccionados bonecos e bonecas preto, marrom, bege² e branco³. Além disso, ficamos atentas para as características que as crianças haviam comentado sobre a percepção que tinha de sua cor e raça e a diversidade de características elencadas. Na fase anterior, quando perguntamos para crianças sobre a sua cor e raça, algumas disseram sua cor e atribuíram algumas características tais como: *“sou branca e marrom, marrom e vermelha ou meu pai é branco e rosinha claro”*. Quando a criança explicou o que é ser marrom e vermelha disse: que era marrom com um tom de terra e acrescentou que sua mãe era marrom e vermelha, ou seja, a pele de sua mãe era marrom e o cabelo vermelho. Outro aspecto importante, no momento que a criança classificou a cor da pele do pai como branco e rosinha, e logo em seguida, afirmou: *“meu pai é branco e as bochechas são rosinhas”* para a criança o pai é branco e o rosinha claro se refere as suas bochechas que são rosadas, por isso que o pai é branco e rosa. Todas essas características foram acrescentadas na confecção das bonecas por este motivo temos bonecas: bege com diversos tipos de cabelos, bonecas marrons com diversos tipos e cores de cabelos, bonecas pretas com tranças, de cabelo liso e com cabelo soltos. Para a confecção das bonecas utilizamos as sugestões das crianças, principalmente das

meninas da turma das brincadeiras. Elas disseram que as bonecas deveriam ter lacinhos nos cabelos, vestidos coloridos e com sapatinhos. Algumas bonecas ficaram parecidas com as características físicas de algumas crianças.

Organizamos um pequeno questionário com perguntas: “qual a boneca mais bonita?”; “qual a boneca mais feia?”; “qual a boneca mais legal?”; “qual a boneca mais chata?”; “qual boneca que parece com você?”; “qual cabelo mais bonito?”; “boneca que pode ser sua amiga?”. Utilizamos as mesmas perguntas para as bonecas e os bonecos e participaram desta etapa da pesquisa 58 crianças de três a seis anos de idade, sendo 30 meninos e 28 meninas de turmas diferentes do agrupamento III (duas turmas do período da manhã e uma turma do período da tarde).

Foi realizado o “teste” das bonecas a fim de entender a preferência ou rejeição pelas bonecas brancas e pretas. Foram apresentadas para as crianças um boneco e uma boneca nas cores: branco, preto, marrom e bege. Os “testes” foram realizados no ambiente escolar no espaço do galpão de festas e no parque infantil e foram feitos individualmente. Vejamos as fotografias das bonecas/os:





Fotos: Bonecas produzidas para pesquisa. Brasil, 2015.

Fonte: Acervo das autoras.

Nessa etapa da pesquisa buscávamos entender a preferência pelas bonecas/os e como recurso técnico utilizamos questionários/fichas para cada criança, as crianças iam apontando ou tocando na boneca/o e marcamos na ficha a preferência. O gravador do aparelho de celular foi útil para gravar as falas das crianças durante o processo de escolha, assim que escolhiam a boneca mais bonita, ou mais feia perguntávamos: Por quê? A maioria das respostas, “porque sim!”. A pesquisa deixa evidente que as crianças preferem as bonecas brancas. No trabalho investigativo 41% das crianças escolheram a boneca branca como a mais bonita, enquanto 38% escolheram a boneca bege. No que se refere as bonecas mais feias 34% optaram pelas bonecas pretas e 31% as marrons, a pesquisa indica que a boneca mais legal é a branca e bege, ambas com 24%; a pesquisa evidencia que 24% das crianças escolheram a boneca preta como a mais chata, enquanto que 16% a boneca bege de cabelo curto. A pesquisa indica, ainda, que 21% das meninas responderam que se parece com a boneca branca, 21% com a boneca marrom, 18% a bege, 14% a boneca preta, 14% disseram que nenhuma boneca pareciam com a cor de sua pele, 7% a boneca bege de cabelo curto e 4% a boneca marrom com cabelo Black Power. Além disso, 38% das crianças escolheram que a boneca branca tinha o cabelo mais bonito, enquanto que 19% indicaram a boneca bege. A escolha da boneca que pode ser sua amiga também é importante, 29% escolheram a boneca branca, e 26% a boneca bege.

Os dados sobre a preferência pelos bonecos, também são significativos. Por exemplo, 53% das crianças escolheram o menino - boneco branco como o mais bonito, e apenas 16% o boneco marrom. Os dados revelam, ainda, que 26% indicaram como mais feio o boneco preto, e 24% o boneco bege e marrom. Cabe registrar que 33% das crianças apontavam o boneco branco como o mais legal e 24% o boneco bege, enquanto que 31% indicaram o boneco preto como o mais chato, 21% o boneco marrom e 19% das crianças não responderam que boneco consideravam mais chato.

No que se refere a cor do boneco que parece com o você 57% dos meninos responderam que a sua cor/raça é parecida com boneco branco, 13% com marrom, 10% bege e preto, 7% não parecem com nenhum boneco e apenas 3% não responderam. Os dados sobre qual boneco pode ser seu amigo relatam que 29% das crianças indicam os bonecos brancos como amigo, 26% os bonecos marrons e 14% não responderam essa questão.

Após realizar os “testes” das bonecas uma tristeza se abateu em nossa pesquisa, pensamos por que as crianças preferiam as bonecas brancas? Diante disso, preferimos fazer mais uma etapa do projeto que seria o passeio com as bonecas, elas sairiam do ambiente escolar e iriam para as residências das crianças.

Na quinta etapa fizemos uma sacola para transportar as bonecas, enviamos a boneca para casa das crianças com um diário para família relatar a experiência de receber as bonecas em suas residências, explicitando as impressões da criança sobre a boneca. No diário/caderno cada folha foi reservada para uma criança, contendo uma foto e três questões: Você conhece o trabalho desenvolvido na escola sobre identidade? O que a criança falou sobre a boneca/boneco? A criança gostou de brincar com o boneco ou boneca?

O nosso material foi todo confeccionado na sala de referência e as crianças estavam ansiosas para levar os bonecos/bonecas para casa e também iriam escolher o nome dos bonecos. Após prepararmos as sacolas e o material que seria enviado, as crianças escolheram três

bonecos/as: um boneco marrom e duas bonecas (marrom com cabelo Black Power e bege com cabelo comprido).

A professora apresentou as bonecas e bonecos para turma e explicou que eles/elas teriam que escolher qual bonecas/os levariam para casa. No momento que a professora apresentou as bonecas todas as crianças adoraram as bonecas/os. O entusiasmo das crianças na sala de referência foi muito grande, elas identificaram-se com os bonecos e queriam escolher logo o nome dos bonecos/as. Em seguida, a professora iniciou uma eleição para escolha do nome dos três bonecos/as da sala. Todas as crianças queriam que o seu nome fosse escolhido como o boneco da sala, independentemente de sua cor e raça. A professora explicou: só um nome deverá ser escolhido e não deverão chorar ou ficar bravos se o seu nome não for escolhido. Nós fizemos a votação e o primeiro nome escolhido foi do boneco Murilo, o segundo nome foi da boneca Laura e o terceiro nome da boneca Amanda. Interessante notar que todos os nomes dos bonecos são nomes de crianças da sala, como, por exemplo, a boneca Amanda é bem parecida com a criança de mesmo nome. O boneco Murilo é marrom e a criança que se chama Murilo se autodeclarou branca, mas explicitou que o boneco era seu irmão gêmeo, e portanto, as demais crianças deveriam cuidar do irmão dele. A boneca Laura é marrom de cabelo vermelho Black Power e a criança chamada Laura é uma menina que se autodeclarou branca de cabelos claros e ficou muito feliz com a boneca de Black Power.

A escolha do nome dos bonecos/as foi realizada em 28 agosto de 2015 e devido ao pouco tempo para o encerramento do ano letivo estabelecemos que cada criança ficaria dois dias com cada boneco/a, dessa forma, todas teriam a possibilidade de levar todos os bonecos/as para casa. Decidimos enviar os bonecos para as famílias para fortalecer a autoestima das crianças negras e para que todas as crianças possam conviver com as diferenças.

Nosso projeto só foi possível porque buscamos novos desafios a nossa prática pedagógica e pretendemos mudar a atitude das crianças

e também de seus familiares, mas antes de mudá-las precisamos investir na mudança de nossos paradigmas e não ter medo dos desafios.

É importante destacar que a instituição possui uma biblioteca com acervo de livros infantis que tratam de temas que valorizam a autoestima das crianças negras, além dos livros produzidos pelos profissionais que trabalham na escola, alguns com ajuda dos familiares das crianças. A biblioteca possui bonecas de várias cores e etnias, além de bonecos com deficiência visual e deficiência física.



Fotos: Livros infantis de tecido produzidos pela escola. Brasil, 2015.

Fonte: Acervo das autoras.

A criação desses materiais, nos quais as diversas origens étnicas foram apresentadas, possibilitou a construção da visibilidade positiva e um tratamento mais aberto a diversidade. Personagens negros foram apresentados como príncipes e princesas, reis e rainhas, médicos, etc.

Outro aspecto fundamental foi o envolvimento da comunidade como ação política de enfrentamento da não perpetuação do preconceito velado, foi realizada através de festas, cafés, exposições, mostras, reuniões com os familiares das crianças na escola, etc.

(...) a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de

uma sociedade justa, igual, equânime. Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, 2004, p.14)

Na reunião de educadores e familiares, os mesmos avaliaram positivamente as ações citadas e também reforçaram que a realização destas experiências sobre diversidade e diferenças tem transformado positivamente as crianças que estão se percebendo diferentes e bonitas. Nosso projeto foi desenvolvido no decorrer do ano de 2015, porém a professora trabalha com educação das relações étnico-racial na educação infantil, desde de 2011. A instituição possui um histórico na luta contra o racismo na infância e elaborou diversas propostas pedagógicas nos anos anteriores.

Salientamos também a importância da equipe gestora na viabilização dos recursos financeiros garantindo no plano de aplicação de investimentos para formações, compra de materiais, livros infantis e brinquedos que valorizam a autoestima das crianças negras, bem como o posicionamento da equipe gestora e pedagógica garantindo a discussão do tema em vários espaços pedagógicos. Sem estes tempos de formação, recursos financeiros e comprometimento de toda equipe não conseguiríamos realizar tais ações de forma coletiva e reflexiva, garantindo assim o sucesso de tais ações.

No decorrer do projeto com as bonecas percebemos que houve uma mudança de postura das crianças, quando as bonecas adquiriram um nome, elas foram cuidadas e amadas, todas as crianças queriam levá-las para casa, demonstrando melhor aceitação pelas bonecas negras. É importante destacar que os resultados da pesquisa so-

bre o pertencimento racial mudaram significativamente⁴. Após o trabalho com as bonecas no que se refere as percepções sobre qual boneca/o parece com sua cor/raça, os dados, revelam que 44% das meninas se parecem com a boneca preta e marrom, 44% com as bonecas beges, e 11% das meninas afirmaram que nenhuma boneca se parece com a cor de sua pele, podemos inferir que as meninas da turma das brincadeiras são beges, marrons e pretas. Destacamos que, 45% dos meninos responderam que se parecem com o boneco branco, 27% marrom, 18% preto e 9% não parecem com nenhum bonecos. Os resultados precisam ser avaliados de forma cuidadosa, por exemplo, no item sobre a percepção dos meninos em relação ao boneco que parece com a cor/raça, segundo os dados obtidos 27% marrom e 18% de pretos totalizam 45% dos meninos que se consideram parecidos com boneco marrom e preto, e 45% dos meninos com os bonecos brancos, e apenas 9% dos meninos não fizeram indicação sobre esse item. Podemos inferir, que 45% dos meninos se consideram marrons e pretos.



Fotos: Detalhes de participantes do projeto. Brasil, 2015.

Fonte: Acervo das autoras.

As nossas bonecas/os só ganharam vida quando as crianças interagiram com elas e isto possibilitou as diversas brincadeiras na sala de referência, as brincadeiras com os familiares, os passeios com as bonecas, saímos do ambiente escolar e fomos compartilhar experiências e saberes. Nos relatos dos familiares notamos algumas mudanças no que se refere a valorização da estética negra. Observamos que as bonecas e os materiais disponíveis na sala de referência contribuíram para autoimagem positiva da criança negra dentro do espaço escolar e fora dele, uma vez que as crianças passaram a usar penteados afros, falam com orgulho de sua cor/raça e se reconhecem bonitos/lindos.

Acreditamos que o processo de elevação da autoestima da criança negra é longo, devido a todas representações negativas e como membro de um grupo étnico-racial que teve a sua humanidade negada e sua cultura inferiorizada, por isso que educação das relações étnico-raciais precisa iniciar na educação infantil e persistir durante toda a vida.

Referências bibliográficas

- BRASIL - MEC- Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003*. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso: 06 julho de 2015.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao fracasso escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

KABENGELE, Munanga (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

LUIZ, Vera Lucia. MARTINHAGO, Ana Paula Galante. *Integração Escola e Família: uma prática possível*. In: GARCIA, Valéria Aroeira. SANCHEZ, Débora Barbosa da Silva. *Profissionais da Educação Infantil: A prática pedagógica e a construção do conhecimento*. IV Mostra de trabalho do NAED SUDOESTE: Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, SP, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2013.

Notas

¹ Empresa brasileira chamada Koralle que produziu giz de cera com 12 tons de pele em parceria e especialmente para o Curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, em Porto Alegre, RS.

² As bonecas/os bege, marrom e pretas foram confeccionadas pela **Ka-Naombo** (bonecas de pano) de Salvador, BA.

³ As bonecas/os brancas foram confeccionadas pela **Boneca de pano** da Feira de artesanato do Centro de Convivência, em Campinas-SP.

⁴ Para identificação étnico-racial utilizamos o critério de autodeclaração e a perspectiva das crianças pequenas sobre sua cor e raça.

Sobre os autores

Adriano Bueno

Ativista cultural, militante do movimento negro e do Hip Hop. Pedagogo formado pela Unicamp e Arte-educador, trabalha na Secretaria de Cultura de Campinas, onde é funcionário público de carreira. É autor do livro *Palavra de Mano*, publicado pela Editora Página 13.

Beluce Bellucci

Doutor em história econômica pela USP, licenciado em desenvolvimento econômico e social pela Université de Paris I – Sorbonne, foi diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes e pró-reitor de graduação. Trabalhou mais de uma década em Moçambique com projetos de desenvolvimento.

Caíque W. P. Giovanni

Graduando em História pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Carlindo Fausto Antonio

Doutorado em Teoria Literária e História da Literatura pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2005), efetivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil. É escritor, poeta e dramaturgo. Autor dos livros *Exumos* e *Fala de Pedra e Pedra*, entre outros, e participação na Série *Cadernos Negros*.

Daiane C. Izaul

Graduanda em História pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Hebe Mattos

Doutora em história pela UFF, com Pós-Doutorado na University of Maryland at College Park na UNICAMP e na Sorbonne. Foi professora visitante na University of Michigan e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. É professora titular da Universidade Federal Fluminense. Atua principalmente nos temas escravidão, abolição, memória, história oral e identidade. É autora de vasta obra publicada das quais se destacam os livros Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição (2005, Civilização Brasileira); Escravidão e monarquia no Brasil monárquico (2004, Zahar).

Isabel Passos de Oliveira Santos

Mestre em Educação para Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Diretora Educacional na rede municipal de educação da Campinas.

Keila Grinberg

Doutora em História do Brasil pela UFF e professora adjunta do Departamento de História da UNIRIO, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em História. Seus principais campos de estudo são História do Brasil Imperial, Escravidão no Brasil e no Mundo Atlântico, História do Direito e das Instituições e Ensino de História. Autora de diversas publicações, entre as quais os livros Liberata: a lei da ambiguidade (1994, RJ, Relume Dumará), O Fiador dos Brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no

tempo de Antonio Pereira Rebouças (2002, RJ, Civilização Brasileira) e *Slavery, Freedom and the Law in the Americas*, com Sue Peabody (2007, Boston/NY, Bedford Books).

Lajara Janaina Lopes Corrêa

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui graduação em Ciências Sociais pela PUC-Campinas (2006) e mestrado em Educação pela PUC-Campinas (2011). Pesquisadora na área de Educação, com ênfase em Educação das Relações Étnico-Raciais, atua principalmente nos seguintes temas: educação infantil, infância, criança, criança negra, pertencimento racial e sociologia da infância. Atuou como professora nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA e ensino superior. Tem experiência em formação de professores, gestores públicos e realizou Formação Continuada no Ensino Superior, especificamente com ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme Lei 10.639 de 2003. Atualmente, é formadora do Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais, iniciativa pioneira elaborada no interior do projeto Brasil-África: histórias cruzadas, decorrente da parceria entre o Ministério da Educação, Representação da UNESCO no Brasil e a Universidade Federal de São Carlos.

Leandro Eliel Pereira de Moraes

É doutorando em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep (2012), especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2005), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC (1995) e educador popular. É professor na Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, no curso de História e na UNIP, no curso de Pedagogia.

Luiz Carlos Fabbri (*In memoriam*)

Economista, pós-graduado em planejamento e gestão de projetos e relações econômicas internacionais pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Trabalhou cerca de vinte anos na África com agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais. No Brasil, foi Secretário em Guarulhos, Chefe da Assessoria Internacional do Ministério das Cidades e Diretor de Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Márcia Cristina Américo

Graduada em Ciências Habilitação em Química pela Universidade Metodista de Piracicaba (2006), mestra em Educação (2010) e doutora em Ciências Humanas e Educação, ambos pela mesma universidade (2015). Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (atual). Realizou estágio de Doutorado em Educação, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Universidade A-Politécnica, em Maputo/Moçambique (2013). Professora de Ensino-aprendizagem das Relações Étnico-Raciais em Instituição de Ensino Superior. Tem interesse nas seguintes áreas de investigação: diversidade, cultura e educação, relações étnico-raciais e educação, formação de professores e diversidade étnico-racial, políticas educacionais, desigualdades sociais e diversidade e movimentos sociais e educação, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro, comunidades tradicionais quilombolas

Maria do Carmo Ibiapina de Menezes

Mestre em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris. Licenciada em Pedagogia pela PUC-RJ. É professora-pesquisadora do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes.

Mariane S. R. da Silva

Graduanda em História pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Pablo de Rezende Saturnino Braga

Analista de Relações Internacionais da FUNAG/Ministério de Relações Exteriores, Mestre em Relações Internacionais (PUCRio) e Bacharel em Relações Internacionais (PUC-Rio).

Philippe Lamy

Especialista em história da África, licenciado em desenvolvimento econômico e social pela Université de Paris 1 - Sorbonne. Coordenou diversos projetos em Moçambique. É pesquisador Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro.

Vera Lúcia Luiz

Professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Campinas. Graduada em Pedagogia pela UNICAMP e Pós-Graduada em Educação de Jovens e Adultos pela UNICAMP. Atuou como professora na rede Estadual de Educação no ensino Fundamental. Tem experiência em educação das relações étnico-raciais e atua como professora palestrante sobre as práticas pedagógicas na implementação efetiva da Lei 10.639/03. Professora de EJA (Educação de Jovens e Adultos) há 20 anos, na FUMEC (Fundação Municipal de Educação Comunitária), além disso, atuou como formadora para Educação das Relações Étnico-Racial nos tempos de formação pedagógica destinados aos docentes desta Fundação.

Verônica Marques Rodrigues

Professora da Universidade Paulista – UNIP. Mestre em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Viviane Marinho Luiz

Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Metodista de Piracicaba (2006), mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012) e doutoranda em Educação pela mesma Universidade. É professora da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, pré-leitor, educação, relações étnico raciais, escola, África, leitura e escrita.

Durante muito tempo nossos livros didáticos trataram as populações indígenas e africanas de forma preconceituosa, ignorando suas diversidades culturais. Na África, como veremos nessa obra, encontraremos o berço da humanidade e uma rica diversidade de povos, culturas e organizações políticas e sociais que nada deviam, em termos de desenvolvimento, às demais sociedades existentes até o período mercantilista. As relações entre a África e Brasil estiveram intermediadas pela dinâmica mercantilista europeia de acumulação primitiva de capitais. Não podemos entender os primórdios dessa relação sem levarmos em conta que o capitalismo, além de sua dinâmica interna, produziu a espoliação de riquezas e dos povos que viviam nos continentes asiático, africano e americano. No Brasil, marcado pelo escravismo colonial e pelo pacto das elites, o mito da democracia racial foi construído como expressão de um racismo envergonhado, que ignora a violência cotidiana contra a população negra no Brasil.

ISBN 978-85-62508-29-5